UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

GUILHERME FIGUEREDO BENZAQUEN

OS SAQUES EM ABREU E LIMA NA GREVE DA POLÍCIA MILITAR DE PERNAMBUCO EM 2014

Recife
2020

GUILHERME FIGUEREDO BENZAQUEN

OS SAQUES EM ABREU E LIMA NA GREVE DA POLÍCIA MILITAR DE PERNAMBUCO EM 2014

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Área de concentração: Mudança Social

Linha de pesquisa: Cultura Política, Identidades Coletivas e Representações Sociais

Orientador: Prof°. Dr. Remo Mutzenberg

Recife

2020

Catalogação na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

B479s Benzaquen, Guilherme Figueredo.
Os saques em Abreu e Lima na greve da Polícia Militar de Pernambuco em 2014 / Guilherme Figueredo Benzaquen. – 2020.
229 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Remo Mutzenberg.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-graduação em Sociologia, Recife, 2020.
Inclui referências.

1. Sociologia. 2. Ação coletiva. 3. Saques. 4. Violência. 5. Pernambuco. Polícia Militar. 6. Greve. I. Mutzenberg, Remo (Orientador). II. Título.

301 CDD (22. ed.) UFPE (BCFCH2020-090)

GUILHERME FIGUEREDO BENZAQUEN

OS SAQUES EM ABREU E LIMA NA GREVE DA POLÍCIA MILITAR DE PERNAMBUCO EM 2014

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Aprovada em: 20/02/2020.

BANCA EXAMINADORA

_____

Profº. Dr. Remo Mutzenberg (Orientador)

Universidade Federal de Pernambuco

_____

Profª. Drª. Silke Weber (Examinadora Interna)

Universidade Federal de Pernambuco

_____

Profº. Dr. Artur Fragoso de Albuquerque Perrusi (Examinador Interno)

Universidade Federal de Pernambuco

_____

Profª. Drª. Simone da Silva Ribeiro Gomes (Examinadora Externa)

Universidade Federal de Pelotas

_____

Profº. Dr. Pedro Matias Lisdero (Examinador Externo)

Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas

AGRADECIMENTOS

Durante os quatro anos desta pesquisa, entre março de 2016 e fevereiro de 2020, o Brasil vivenciou tempos bastante tumultuados, o que seguramente afetou minhas reflexões e o meu vivenciar o mundo, assim como as páginas que virão. Durante esses tempos, muitos compartilharam comigo a vida e a construção dessa tese. Nem sempre no mesmo presente nem na mesma intensidade, porém agradeço a todos pelas muitas contribuições.

Gostaria de começar agradecendo aos interlocutores da pesquisa em Abreu e Lima que se dispuseram ao diálogo, pois sem essas contribuições não existiria uma tese. Agradeço também a Remo Mutzemberg, meu orientador, que soube dar o suporte necessário para a concretização desse projeto. Remo é, em sua generosidade e convicção política, a personificação do educador e suas contribuições foram fundamentais para o texto final agora apresentado. Muito obrigado também aos que compõem o Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE que muito me ensinaram nos anos de vínculo; em especial aos servidores e aos professores que me acompanharam mais de perto: Artur Perrusi, Cynthia Hamlin, Eliane Veras, José Luiz Ratton, Karine Mendes, Maria Eduarda Rocha, Mônica Malafaia, Rosane Alencar, Sidartha Silva e Silke Weber. Aos que compõem a banca de avaliação da tese, Silke Weber, Artur Perrusi, Luca Bussoti, Simone Gomes, Pedro Lisdero e Rui Mesquita, agradeço a disponibilidade de discutirem os resultados da pesquisa comigo.

Aos colegas de turma, obrigado pelas trocas iniciais e pelos pitacos que deram na pesquisa quando ainda pouco sabia o que seria o feito. A sala de aula é um momento fundamental da minha vivência do mundo e que senti falta nos anos mais dedicados à pesquisa e à escrita. Filipe Barreros e José Vega, obrigado por me acompanharem no esforço do estudo conjunto de Marx. Com vocês venho sedimentando um olhar mais atento e crítico ao mundo que me rodeia. A todos que fizeram parte da formação e consolidação da Revista Praça, agradeço pelo quanto a experiência editorial me ensinou e por tornarem a vida acadêmica menos solitária. Aos que conheci no Rio, ainda no mestrado, agradeço por serem meus maiores parceiros acadêmicos, pelas trocas cotidianas, pelo tanto que temos construído e por serem o monitoramento reflexivo que às vezes me falta. Fernando Freitas, Simone Gomes e, em especial, Pedro Borba: obrigado pelas leituras e espero que muito ainda surja das nossas conversas cotidianas.

Agradeço aos que me receberam na breve e marcante estadia na Argentina, particularmente Ana Cervio, Ádrian Scribano, Francisco Falconier e Pedro Lisdero. Aprendi bastante com a interessante mescla de rigor e criatividade metodológica que coloca em prática

o Programa de Estudios Acción Colectiva y Conflicto Social, vinculado à Universidad de Buenos Aires e à Universidad Nacional de Córdoba. Aos da University of Brighton e do Centre for Applied Philosophy, Politics and Ethics, agradeço pela iniciação em discussões da filosofia política que aos poucos foram se infiltrando na minha forma de conceber o mundo. Agradeço imensamente à Mark Devenney e Clare Woodford pelas orientações quase cotidianas, pelas discordâncias que muito me fizeram refletir e por me incentivarem na concretização de minha proposta. Agradeço também a Michele Luz que foi uma parceira nesse período e com quem muito aprendi sobre pós-marxismo.

Como somente em tempos de crise percebemos a importância dos poucos avanços sociais que fizemos, gostaria de enfatizar o agradecimento ao CNPq pelo financiamento dessa pesquisa. Pesquisar, quando se torna um trabalho de dedicação integral, não seria possível sem a devida estabilidade financeira. Agradeço também à CAPES pela concessão da bolsa de doutorado sanduíche que permitiu a experiência em terras inglesas. Obrigado também a todos os que mantêm as bibliotecas que frequentei, particularmente a setorial da UFRPE, na qual grande parte dessa tese foi redigida.

Por fim, agradeço aos amigos recifenses que tanto gosto e seguem fazendo dessa cidade o meu lar, em especial ao suporte linguístico de Rafaela Cruz, André Valença e Leo Ferrario. Ainda mais importante, agradeço a toda minha família que dá o suporte necessário para todas as minhas invenções – mesmo as socialmente aceitáveis como a realização de um doutorado. Obrigado Leon, Rodrigo e Teresa por todos os encontros, aprendizados e construções conjuntas. Aos meus pais, Lúcia e Abraham, agradeço pelo amor belo e generoso que compartilhamos e por todos os caminhos traçados juntos. À Júlia agradeço pela importante referência intelectual e sociológica que se tornou para mim, pelo que me ensina cotidianamente e pela bela amizade. E, para concluir, obrigado Marcela pela excelente companhia, pois sem seus sorrisos essa tese seria completamente sem graça.

Nessas páginas imprimi as trocas com todos vocês.

“Você para e pensa: é insano ou não é insano?”
(Marta, moradora de Abreu e Lima)

RESUMO

Entre os dias 13 e 15 de maio de 2014, aconteceu uma greve da Polícia Militar pernambucana, na qual ocorreram muitos saques em Abreu e Lima. A terceira greve da história dos policiais militares estaduais durou 50 horas e impactou profundamente o cotidiano local. A cidade nunca tinha vivido algo similar e seus moradores se impressionaram com a abrangência e a forma como os saques foram realizados. Propõe-se uma análise crítica desse acontecimento por meio de uma descrição densa e de interpretações contextualizadas que priorizam a maneira como os eventos se desenvolveram. Ademais, entendendo os saques no contexto de lutas hegemônicas, é objetivo central da tese explorar seu caráter político através de articulações com os diversos processos que o sobredeterminam. A pesquisa foi realizada com uma ampla variedade de dados, porém os principais foram: a análise de jornais e vídeos, assim como um trabalho de campo com entrevistas semiestruturadas. Esse corpus heterogêneo foi analisado através de triangulações que permitiram a construção da narrativa do evento. Percebeu-se que essas ações coletivas violentas apontam para continuidades e rupturas com o cotidiano abreu-limense. Por um lado, há uma miríade de processos que influenciaram a forma como se deram os saques e, por outro lado, esse acontecimento reverberou fortemente na vivência da cidade. O construído a partir dos dados e das teorias mobilizadas apontou para a rejeição das recorrentes perspectivas demofóbicas acerca dos saques.

Palavras-chave: Saques. Ação Coletiva. Violência Coletiva. Greve Policial. Polícia.

ABSTRACT

Between May 13 and 15, 2014, the Military Police of the state of Pernambuco went on Strike. During such period a series of lootings took place in the town of Abreu e Lima. The strike, the third in the history of the state military police, lasted 50 hours and profoundly impacted local daily life. The town had never experienced anything similar and its residents were impressed by the scope and the way the lootings were carried out. We here propose a critical analysis of this event through dense descriptions and contextualized interpretations that prioritize the way the events developed. Furthermore, understanding looting in the context of hegemonic struggles, the main objective of this dissertation is to explore its political character through articulations with the various processes that overdetermine it. The research was carried out with a variety of data centered mainly on the analysis of newspapers and videos, as well as on fieldwork with semi-structured interviews. This heterogeneous corpus was analyzed through triangulations which possibilitated the construction of the event's narrative. It was noticed that these violent collective actions point to continuities and ruptures with the town's daily life. There are a myriad of processes that influenced the way the lootings took place and this event reverberated strongly in the town's experience. The resulting work – comprised of both data and mobilization of theoretical efforts – pointed to the rejection of the recurring demophobic perspectives on the lootings.

Key-words: Looting. Collective Action. Collective Violence. Police Strike. Police.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Saque em Caetés Três.....15
Quadro 1 - Lista dos entrevistados…...…….....….....36
Figura 2 - Assembleia dos policiais militares em frente ao Palácio do Campo das Princesas……..84
Quadro 2 - Protestos identificados a partir do Abreu e Lima em destaque.....….....96
Figura 3 - Saque ao caminhão dos Correios…….....113
Figura 4 - Saque nas lojas do centro de Abreu e Lima….....….....129
Figura 5 - Mapa da distribuição de empregos formais em Abreu e Lima….....140
Quadro 3 - Comparação entre as três greves de policiais militares em Pernambuco.....165
Figura 6 - Dia seguinte aos saques em uma loja de calçado….....168
Figura 7 - Campanha #aquibateumcoração.....…….175

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACS-PE	Associação dos Cabos e Soldados de Pernambuco
Alepe	Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
AME-PE	Associação dos Militares do Estado de Pernambuco
Aspra-PE	Associação de Praças, Policiais e Bombeiros Militares
BEPI	Batalhão Especializado de Policiamento do Interior
BPM	Batalhão da Polícia Militar
CDL	Câmara de Dirigentes Lojistas
CIA	Central Intelligence Agency
Ciods	Centro Integrado de Operações de Defesa Social
Ciosac	Companhia Independente de Operações e Sobrevivência em Área de Caatinga
Cobrapol	Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Civis
Core	Coordenadoria de Operações e Recursos Especiais
Cotel	Centro de Observação e Triagem Professor Everardo Luna
CUT	Central Única dos Trabalhadores
Detran	Departamento Estadual de Trânsito
Depatri	Departamento de Repressão aos Crimes Patrimoniais
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
FAB	Força Aérea Brasileira
FBI	Federal Bureau of Investigation
Fecomércio	Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Pernambuco
FIFA	Federação Internacional de Futebol
Funase	Fundação de Atendimento Socioeducativo
GTO	Grupo Tático Operacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MLRP	Movimento de Luta e Resistência Popular
MPPE	Ministério Público de Pernambuco
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PFL	Partido da Frente Liberal
PL	Partido Liberal

PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMPE	Polícia Militar de Pernambuco
PRF	Polícia Rodoviária Federal
PROS	Partido Republicano da Ordem Social
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PTN	Partido Trabalhista Nacional
RMR	Região Metropolitana de Recife
Rocam	Ronda Ostensiva com o Apoio de Motocicletas
SDS	Secretaria de Defesa Social
Seplag	Secretaria de Planejamento e Gestão de Pernambuco
Sindecom	Sindicato dos Empregados no Comércio das Cidades de Paulista, Abreu e Lima, Igarassu, Itapissuma e Itamaracá
Sintepav-PE	Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Construção de Estradas, Pavimentação e Obras de Terraplanagem no Estado de Pernambuco
TJPE	Tribunal de Justiça de Pernambuco
Uneppe	União dos Escrivães de Polícia de Pernambuco

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....14
1.1 Não é a pesquisa do governador.....15
1.2 Pressupostos da pesquisa: a articulação, o social e o político.....19
1.3 Como a pesquisa foi realizada.....33
1.4 Estrutura da tese.....40
2 ANTECEDENTES DA GREVE DA POLÍCIA MILITAR DE PERNAMBUCO EM 2014.....43
2.1 As greves da Polícia Militar de Pernambuco em 1997 e em 2000.....43
2.2 A história da polícia pernambucana.....50
2.3 O processo anterior à greve de 2014 em Pernambuco e as reivindicações policiais no Brasil.....56
2.4 A prática policial: como entender as greves policiais?.....62
2.5 As greves de outras categorias em 2014: um novo ciclo.....67
3 O COMEÇO DA GREVE DE 2014 E OS ANTECEDENTES DOS SAQUES EM ABREU E LIMA.....73
3.1 13 de maio: a deflagração da greve após governos Campos, os grevistas e a arquitetura institucional da segurança pública brasileira.....73
3.2 14 de maio: negociações e aquartelamento em um dia de medo e boatos.....80
3.3 Alguns antecedentes dos saques: o protesto anterior, história e conflitos em Abreu e Lima.....87
3.4 Os desbordamentos de Junho de 2013.....98
4 OS SAQUES EM ABREU E LIMA.....104
4.1 Como analisar os saques?.....104
4.2 O começo dos saques: os caminhões.....111
4.3 Os saques das lojas do centro.....116
4.4 A ida para os supermercados e o fim dos saques.....138
5 O ÚLTIMO DIA DA GREVE E O DEPOIS.....146
5.1 15 de maio: o pico de ocorrências criminais em um dia tumultuado e a chegada das Forças Armadas.....146
5.2 O fim da paralisação e o momento posterior.....158
5.3 Depois do fim dos saques em Abreu e Lima: o reestabelecimento do apropriado.....167

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....181
6.1 Interpretações dos saques: uma crítica da demofobia a partir da crítica da propriedade privada.....181
6.2 Os saques como acontecimento e deslocamento.....199
REFERÊNCIAS.....209

1 INTRODUÇÃO

Essa tese é sobre um acontecimento. No dia 13 de maio de 2014 começou a terceira greve da história dos policiais e bombeiros militares de Pernambuco. Suas reivindicações eram extensas, porém estavam centradas em cinco pontos: reajuste salarial entre 30 e 50% a depender da patente, reformulação do Plano de Cargos e Carreiras, reestruturação do Hospital da Polícia Militar, mudança do código de disciplina e reajuste do vale-alimentação. Os policiais decretaram greve por tempo indeterminado depois de uma reunião de negociação malsucedida com representantes do governo. Os soldados foram orientados a se recolher nos quartéis e a não fazer rondas em viaturas nem policiamento a pé ou de moto. Apenas os serviços "essenciais" continuaram funcionando, como o Hospital da Polícia Militar e o cuidado ao armamento. No dia 14, o governo aceitou três propostas: reestruturação do centro médico hospitalar, reformulação do Plano de Cargos e Carreiras e incorporação do risco de vida ao salário-base. Porém, as viaturas policiais continuaram recolhidas nos batalhões. À noite, o Tribunal de Justiça de Pernambuco decretou a ilegalidade da greve após um pedido do governo. Na manhã do dia 15, chegaram 2250 soldados do Exército e das Forças Armadas para auxiliar na segurança com a chamada "Operação Pernambuco". Na noite do dia 15, depois de 50 horas de seu início, é anunciado o fim da paralisação, mas a decisão salarial ficaria para o ano seguinte.

Durante a greve, a população local viveu momentos que ainda hoje ressoam em suas memórias. O destaque dado nos principais jornais do estado e do país foi ao número de crimes registrados: 234 pessoas foram detidas, suspeitas de furtos, roubos, porte ilegal de arma de fogo, dano qualificado, perturbação do sossego, entre outros crimes. É importante, porém, pontuar que as imagens mais recorrentes daqueles dias são as de grandes saques praticados por homens, mulheres, adolescentes, idosos e crianças. Em Abreu e Lima, cidade da Região Metropolitana de Recife (RMR), muitos estabelecimentos comerciais foram saqueados e impressionou a população local a presença de sujeitos que não se encaixam no perfil criminal esperado pelo senso comum: os seus vizinhos. Ao todo, foram 16 horas de saques na cidade mais evangélica do país, na qual alguns dos moradores afirmam se sentir seguros. Esse é o acontecimento.

Figura 1 - Saque em Caetés Três.

Fonte: “APÓS...” (2014b)

1.1 Não é a pesquisa do governador

Em uma entrevista de rádio, João Lyra (PSB), na época governador pernambucano, anunciou que realizaria uma pesquisa de “cunho comportamental” – assim chamada porque deveria analisar a “razão” do comportamento dos participantes no acontecimento – “com o objetivo de identificar as reais causas” dos saques na greve da Polícia Militar de Pernambuco (PMPE). O estudo teria também uma pretensão prognóstica, pois ajudaria a “nortear futuras ações do governo do estado na área de segurança pública” (JOÃO…, 2014, p. 1). No anúncio, Lyra afirma que o contrato para a realização da referida pesquisa não estaria assinado, mas que já haveria duas ou três possíveis equipes em avaliação. A pesquisa seria realizada por uma empresa de pesquisadores paulistas e contratada até o final do mês de maio, porém nenhum registro posterior foi encontrado. Os jornais reverberaram o anúncio, mas essa foi apenas uma das muitas promessas feitas logo após o ocorrido e, como as outras, nunca foi cumprida[1].

[1] A promessa foi realizada também em uma reunião com representantes dos lojistas afetados pelos saques. Um dos entrevistados da presente pesquisa esteve na reunião, comentou sobre a promessa e confirmou que a pesquisa não teria sido realizada.

Não sei ao certo porque os pesquisadores teriam que ser paulistas nem porque a pesquisa não foi realizada, porém, o que se sabe é que os paulistas não vieram. Ficamos então, em Pernambuco, com questões latentes que necessitavam de respostas. Não fui contratado pelo governador, portanto, minhas questões são distintas das suas, pois não me interessarão as "reais causas" nem contribuir prognosticamente com uma segurança pública mais eficiente. Acredito que o agora ex-governador se frustrará se algum dia ler essa pesquisa porque duvido que aqui encontre o que necessita para exercer sua governamentalidade, para "se preparar para agir diante de episódios como aquele" (JOÃO…, 2014, p. 1). Porém, apesar de ser outra pesquisa, concordo com ele que "essa não é uma pesquisa simples" e também estou de acordo com Lyra na defesa de que não foi apenas a greve da Polícia Militar (PM) que "causou" os saques. De minha parte, posso adiantar que o cenário é muito mais complexo e que qualquer explicação pautada numa causalidade simples ignora muitos fatores importantes do acontecimento.

Sigo também sua escolha por uma metodologia qualitativa pautada num diálogo transdisciplinar. Como adiantado pela proposta do ex-governador, tive que me valer de certo diálogo com outras disciplinas e subdisciplinas das ciências sociais. A interdisciplinaridade foi o caminho encontrado frente ao objeto e às questões que me propus pesquisar, porém, cuidei de não tentar alcançar aquilo que estava para além dos meus pequenos braços e tive sempre em mente a sociologia política, que foi o ponto de partida e de muitos retornos. Comecei a pesquisa com a convicção da necessidade de um enfoque político dos saques e acredito que os resultados demonstram quão profícuo foi esse caminho. Nesse sentido, independentemente do quão explícita é a demanda – dado que em alguns casos, como o de Abreu e Lima, não há reivindicações políticas formuladas verbalmente –, parti da premissa de que os saques podem ser entendidos politicamente por seu caráter de ação coletiva e pela consequente articulação com os conflitos na sociedade.

Em um movimento inicial de aproximação e distanciamento de Hobsbawm (1970), busquei primeiro evitar a visão etapista e teleológica das turbas e dos motins presente na obra do historiador britânico. Em um determinado momento, Hobsbawm utilizou o termo pré-político para caracterizar as revoltas sem projeto político e sem organização perceptíveis. O que revela a adoção de um determinado conceito de política, segundo o qual é definido o que seriam as relações de poder e as formas legítimas de manifestação das vontades coletivas. Por trás da acusação de pré-político, está uma concepção de política que a resume a estruturas estáveis de organização dos sujeitos coletivos, ao relacionado estritamente ao Estado e à necessidade de uma estrutura de liderança. Aquilo que não preenche esses critérios, é visto

como selvageria (CERVIO & EYNARD, 2014). Outro pressuposto que deslegitima politicamente os saques é o de que a política tem que ser racional no sentido de conexão entre meios e fins. O reconhecimento de uma ação como política pressupõe, nessa perspectiva, o reconhecimento prévio de um programa geral, no qual essa ação particular se insere. Como veremos, esses dois argumentos não se encaixam com as escolhas teóricas feitas para essa pesquisa. Procurei estar ciente e criticar esse ponto de vista desde o início da tese, porém, apesar disso, aproximei-me de Hobsbawm em sua defesa de que movimentos "pré-políticos", como o ludismo, poderiam ser entendidos como uma forma de negociação através da revolta. Dessa maneira, o autor abre a possibilidade de uma leitura não particularista dos saques, articulando-os com outros processos sociais conflitivos. Assim, o saque, entendido aqui como ação coletiva violenta, é atravessado por uma série de processos políticos e também influi neles. Reverbero, portanto, a defesa de Mouffe (2005) de não resumirmos o político à política, dado que o político seria a dimensão do antagonismo constituinte à sociedade e a política seria o conjunto de prática e de instituições por meio do qual esse antagonismo é gerido. Estive, dessa maneira, trabalhando no âmbito da sociologia política, interessado em explorar um enfoque político dos saques.

Ademais, a relevância da análise apresentada já está explícita na própria fala do governador. Esse acontecimento faz parte da história pessoal dos pernambucanos e, principalmente, dos abreu-limenses. É algo que, passados alguns anos, ainda influencia as relações e as identidades locais. Em Abreu e Lima escutei relatos de dificuldades de arrumar emprego em outras cidades ao dizerem que são habitantes de lá, reclamações quanto a serem alvo de piadas constantes também por serem abreu-limenses e falas sobre a recorrência de boatos de novos saques sempre que a polícia ameaça fazer uma nova greve. Esse é um primeiro motivo que justifica voltar a esse acontecimento e deter-me em questões que foram até então negligenciadas por muitos dos que o analisaram, em um exercício de propor novos enquadramentos e articulações que buscam relacionar o que os conceitos da teoria social e o que moradores, jornais e vídeos têm a dizer sobre o ocorrido.

Porém procurarei demonstrar que a relevância do caso não é meramente local, pois nos permite também analisar uma determinada configuração do capitalismo contemporâneo e criticá-la. Os saques são analisados valendo-me de uma descrição densa e de interpretações contextualizadas, porém eles são relevantes para a pesquisa no que permitem de compreensão de outros processos sociais. Ao colocar a greve da Polícia Militar, os saques em Abreu e Lima e uma miríade de outras questões em contato, busquei construir novos significados para cada um desses processos articulados, pois, como defende Laclau e Mouffe (2001) e desenvolverei

no tópico seguinte, na prática articulatória há uma transformação dos elementos articulados. Esse jogo entre um episódio particular e outros processos não buscou reduzir um aos outros, ou resumi-los a relações causais, mas articulá-los em uma narrativa histórica que percebesse a infinidade de determinações que cercam um acontecimento. Portanto, para dar conta dos objetivos propostos, a análise transcorrerá necessariamente articulando as distintas escalas – o local, o regional, o nacional e o global –, tendo obviamente momentos em que algumas serão priorizadas em detrimento de outras. A análise também se valerá de digressões, de explanações de conceitos e idas e vindas temporais que fornecem recursos para a compreensão dos saques e para a crítica do capitalismo.

Ainda relativo à originalidade e relevância da pesquisa é possível afirmar que proponho um enfoque ainda pouco explorado sobre uma realidade pouco estudada. Existe sim uma importante tradição marxista que pensou, por exemplo, os saques no sertão nordestino através de um olhar político, porém conforme diminuíram as ocorrências dessas ações, também diminuíram esses estudos. Essa pesquisa tem dívidas explícitas com essa tradição, mas busca tensionar alguns de seus pontos e apresentar complementos que ajudem a desenvolver os estudos sobre saques no Brasil. Além disso, os poucos estudos publicados sobre os saques em Abreu e Lima utilizaram perspectivas bastante dissonantes com a minha proposta. Isso garante o caráter de originalidade à pesquisa e permitirá um contraponto com as leituras divergentes.

Por último, defender que esse acontecimento se coloca como uma abertura para a crítica, parte da constatação de que ao realizar uma crítica não existe um olhar neutro aos acontecimentos. Se as "reais causas" de Lyra implicam, de alguma forma, em descobertas provenientes de uma pretensão de neutralidade, novamente não estamos diante da pesquisa do governador. Não apagarei as marcas da minha crítica e tenho em mente que ela se coloca como uma intervenção. Essa é uma decisão importante, pois, como veremos na tese, o que foi dito sobre o evento na mídia – não só pelo governador, mas também por jornalistas e "especialistas" – apontava, muitas vezes, para uma condenação moral apressada e pouco comprometida com o que realmente ocorria. Nesse texto, mais uma vez a sociologia se pretende uma arma de combate contra uma moral conservadora. O que não significa reivindicar a última palavra ou a análise mais verdadeira sobre os fatos e sim compreender que a história se faz também através de disputas interpretativas e que esse trabalho está envolto nessa grande teia.

Em resumo, essa tese é sobre os saques que aconteceram em Abreu e Lima durante a greve da Polícia Militar pernambucana em maio de 2014. Adianto que, desde cedo no

processo de pesquisa, ficou claro duas coisas muito importantes: a primeira é que não seria possível compreender os saques sem a greve e a segunda é que a greve não é suficiente para compreender os saques. Isso está baseado em uma percepção empírica de que sem greve não haveria saques, mas que só com a greve tampouco existiriam. Dessa maneira, defendo que a greve foi uma contingência sobredeterminada, que sobredeterminou os saques. Por isso trago esses dois processos de maneira imbrincada. Ou seja, mesmo que o foco principal seja nos saques, percebi ser inevitável trabalhar densamente a greve – por isso, dediquei a parte inicial desse texto a ela. Porém, para falar desse acontecimento foi necessário falar de muito mais. Assim, o objetivo principal da tese é fazer uma interpretação crítica dos saques articulando-os com a reprodução do capitalismo contemporâneo, em especial com questões importantes da sociologia política, como as relacionadas à propriedade, à violência e à ação coletiva. É um foco e, como tal, é uma escolha – que se justifica pelo que ele torna visível e destacado, pois, nesse tipo de análise, a forma da ação coletiva e uma crítica do capitalismo contemporâneo ganham destaque. Entretanto, outras questões transversais foram sendo desenvolvidas como objetivos secundários, em especial: contribuir com os registros da história recente de Abreu e Lima a partir da realização de uma descrição detalhada dos saques em 2014 e de uma articulação com processos sociais relevantes do cotidiano na cidade; continuar os debates acerca do caráter político dos saques; e analisar esse momento singular da atuação policial que são as suas greves.

Parti da hipótese de que tais objetivos me permitiriam uma compreensão dos saques que seria distinta daquela veiculada no debate público. Portanto, foram priorizados aspectos econômicos e políticos em uma articulação entre as dezesseis horas específicas dos saques e questões relevantes daquilo que os rodeiam. Para a concretização desse esforço foi central a realização de uma narrativa histórica que buscou abarcar uma miríade de atos, discursos e interações do momento específico dos saques, mas também daquilo que veio antes e depois. Uma narrativa que é consciente de algumas inexatidões – aceitas e explicitadas em alguns momentos – relacionadas com os problemas de estabelecer uma causalidade social e com a existência de diferentes versões sobre o ocorrido. É, portanto, uma tese histórica, que parte de um acontecimento e que, no diálogo com os dados construídos e com a teoria social, busca oferecer uma perspectiva crítica.

1.2 Pressupostos da pesquisa: a articulação, o social e o político

Busco agora deixar clara a estrutura interna e nem sempre visível da pesquisa, por isso explicitarei aquilo que me guiou nas análises que apresento nos capítulos que virão. Exporei

os principais pressupostos metodológicos, teóricos e epistemológicos que servem como coluna vertebral de todo o texto. A metáfora da coluna vertebral é adequada porque assim como a espinha dorsal, os pressupostos não são o todo do corpo (do texto), porém fornecem uma linha de conexão flexível, com algumas partes maleáveis e outras imóveis – ou inegociáveis. Essa coluna vertebral tem três eixos centrais inter-relacionados: a *articulação* como princípio metodológico, uma concepção do social através das noções de *sobredeterminação sem última instância* e de *hegemonia* e a compreensão do *acontecimento como momento do político e da reativação*.

Como dito no começo dessa introdução, essa tese é sobre um acontecimento, porém, já desenvolvi essa afirmação ao declarar que os saques não me interessam em si, mas naquilo que desvelam de outros processos. Fugi assim, desde o início, de um particularismo histórico que poderia me confinar a uma pesquisa com intenções meramente descritivas do evento. Entretanto, para chegar a esses outros processos foi necessária uma descrição densa e uma análise minuciosa daquilo que ocorreu no momento mesmo dos saques. Dessa maneira, o acontecimento teve primazia na pesquisa, mas naquilo que ele me abriu de possibilidade para uma crítica do existente. É por conta disso que me foi necessário recorrer à noção de articulação.

Adotei uma perspectiva metodológica desenvolvida pelo que vem sendo chamado de pós-marxismo[2], que está baseada em uma "prática articulatória". Nesse sentido, a articulação, como procedimento metodológico, está imbricada com certas concepções teóricas e ontológicas. Ao articular os saques com uma série de outros processos sociais tive como pressuposto uma concepção do social ligada à noção de sobredeterminação, que significa a vida social como articulada em uma miríade de influências mútuas – sem última instância. Procedimento que permitiu não só uma crítica dos processos hegemônicos a partir de um acontecimento, mas teve também como proposta possibilitar aberturas para novas conformações do social.

A noção de prática articulatória é formulada por Laclau e Mouffe (2001, p. 113) da seguinte maneira: "a construção de pontos nodais que fixam parcialmente o significado"[3]. Essa definição é um tanto enigmática para os que não estão familiarizados com os termos utilizados pelos autores, porém é possível torná-la compreensível com alguns esclarecimentos. Comecemos por uma questão central para os autores e que compõe a

[2] Como Laclau e Mouffe afirmam sobre o rótulo que lhes foi atribuído, o "pós-marxismo" procura englobar de forma bastante fluida um grupo de autores que estão no "processo de reapropriação de uma tradição intelectual, assim como no processo de ir além dela" (LACLAU; MOUFFE, 2001, p. IX), o que significa um pano de fundo marxista que é reformulado a luz de questões contemporâneas.

[3] Essa e todas as outras citações provenientes de línguas estrangeiras são apresentadas em traduções próprias.

definição: o significado. Eles entendem que toda configuração social é significativa, portanto, tudo é discursivo e o discurso não se restringe ao linguístico. Tudo que é social tem significado e todo sentido é contingente, parcial e localizado. Dessa maneira, o discurso é o território da constituição da objetividade, mas o objetivo se constitui como relação. Como comenta Burity (1997, p. 7) sobre essa teoria do discurso, "a existência (objetiva) de qualquer objeto está sempre já involucrada, ou melhor, investida de um sentido relativo à posição que ocupa num sistema de diferenças. Este investimento de sentido, esfera do discursivo, é o que constitui o ser daquele objeto". Por considerarem as estruturas sociais concebidas como sistemas significativos de práticas, Laclau e Mouffe acentuam o papel das práticas articulatórias na estruturação do social porque, sendo essas o momento da fixação parcial do sentido, seriam, portanto, responsáveis pelo processo constante de conformação do social. Isto é, como tudo tem sentido e esses são contingentes e não governados por princípios metafísicos, a articulação é vista como constitutiva do social. Assim, eles utilizam a noção de prática articulatória para lidar com a maneira como os sujeitos constroem identidades e relacionam demandas através da construção de equivalências entre elas, ou, daquilo que chamam de pontos nodais: as fixações parciais que tornam possível o social. Essa constituição é transformadora, pois, a articulação sempre altera aquilo que é articulado. Nas palavras dos autores, ela é "toda prática que estabelece uma relação tal entre os elementos que a identidade dos mesmos é modificada como resultado da prática articulatória mesma" (LACLAU & MOUFFE, 2001, p. 115). A articulação não é a restituição de algo, mas a criação de novas configurações e a constituição do discurso. Laclau e Mouffe nos oferecem, portanto, uma teoria da articulação que acentua a contingência e parcialidade das relações sociais, mas que ao mesmo tempo a coloca como central para constituição do social.

Retomando a ideia de "dupla hermenêutica", própria às ciências sociais[4], Glynos e Howarth (2007) defendem ser possível pensarmos na articulação como uma categoria útil não só para a análise dos objetos – da sociedade –, mas também da prática do cientista social. Pareceu-me extremamente produtiva essa apropriação epistemológica de uma discussão que em princípio estava destinada para a análise de algo que se passa efetivamente no social e no político. Uma análise guiada pela noção de articulação se constitui em uma abordagem que se propõe como uma síntese não definitiva nem totalizante de uma pluralidade de elementos. Propõe também estarmos conscientes do papel ativo do pesquisador na construção do objeto pesquisado, pois é articulando, ou seja, relacionando distintos processos sociais e distintas

[4] Com "dupla hermenêutica" os autores retomam a formulação de Giddens (1978) de que haveria uma interação mútua entre os conceitos das ciências sociais e seus objetos de estudo.

perspectivas teóricas para a análise de um problema particular, que esses processos e perspectivas se transformam. Transformação essa que ocorre no contexto particular de compreender e explicar o objeto que é investigado (HOWARTH, 2005).

A articulação como perspectiva metodológica tem dois pressupostos importantes: em primeiro lugar que todos os objetos e práticas têm significados contextuais, relacionais e contingentes[5]; e em segundo lugar que os sistemas de práticas, ou discursos, "dependem de exteriores discursivos que parcialmente constituem ditas ordens, enquanto potencialmente os subvertem" (HOWARTH, 2005, p. 39). Se aceitarmos ambos os pressupostos, a articulação se mostra um procedimento válido e relevante para a pesquisa das ciências sociais. Uma análise seria, dessa forma, um esforço de observação, construção e explicitação do que está relacionado com um objeto em relação ao seu contexto, às suas relações e aos processos contingentes que o permeiam, assim como com as práticas e os discursos exteriores que o constituem e o subvertem.

Em um texto de elaboração dessa perspectiva, Howarth (2005) afirma que com essa proposta pretende evitar as dificuldades e problemas recorrentes da aplicação mecanicista de uma teoria "abstrata e formal" aos processos "reais e concretos", problemas esses que se dão pela submissão dos processos às teorias. Se, por um lado, é óbvio que as pesquisas sociológicas tendem a não querer reduzir os dados a teorias pré-formuladas, essa ressalva já deixa claro, por outro lado, que essa tese não se pretende uma verificação empírica de certa teoria. Em termos metodológicos, essa perspectiva se opõe também a uma visão neutra do método que o conceberia como uma posição livre e um conjunto de regras igualmente aplicável a qualquer objeto empírico. O método não é visto como um imperativo hermenêutico que se impõe independente das condições da pesquisa. Glynos e Howarth (2007), autores centrais na sistematização dessa perspectiva metodológica, se recusam a oferecer um manual de técnicas de método por perceberem que as questões metodológicas sempre estão relacionadas com o objeto a ser analisado e os pressupostos ontológicos que guiam a pesquisa. Isso não se equivale a um "tudo vale", pois há uma defesa de que são necessários procedimentos metodológicos e que eles devem ser validados socialmente, porém esses devem estar sempre contextualizados com aquilo que se pesquisa. Portanto, nessa tese, tive em mente que o objeto particular e sua articulação com os pressupostos ontológicos e epistemológicos foram fundamentais para a concepção e realização de uma metodologia. Ou

[5] Uma defesa ontológica de uma contingência radical significa aqui que "objetos e sujeitos são marcados por uma 'instabilidade essencial' que problematiza uma listagem simples de suas propriedades necessárias intrínsecas e suas funções causais. É de grande importância para nós, portanto, sua contingência, historicidade e precariedades" (GLYNOS; HOWARTH, 2007, p. 11).

seja, a adoção dessa perspectiva significou uma dupla negação: não é uma pesquisa de aplicação ou verificação nem de teorias nem de técnicas de pesquisa específicas.

Em uma metodologia centrada na ideia de articulação há uma "centralidade do problema". A partir de contribuições foucaultianas[6], Glynos e Howarth defendem que a "centralidade do problema" quer dizer que a problematização é um momento fundamental do método, ou seja, é importante atentarmos para o momento de constituição de fenômenos empíricos em questões a serem criticadas e possivelmente transgredidas. Dessa maneira, o objeto de estudo é visto como construído pelo pesquisador em um procedimento mais voltado para a descoberta e criação de problemas do que para sua resolução e que está relacionado com as questões relevantes do presente. Voltamos, mais uma vez, à defesa de uma postura investigativa centrada no acontecimento, na sua construção como problema, e não na aplicação de técnicas específicas.

Dito isso, está claro que durante toda essa pesquisa esteve em jogo a influência mútua entre empiria e teoria, recorrente na sociologia, ou seja, a relação que se efetiva no quanto a empiria só é apreendida a partir de enfoques teóricos específicos e no quanto esses enfoques são, concomitantemente, condicionados pela empiria. Já se sabe que aqui há a primazia do fato, porém o fato só foi possível de ser analisado quando entrou em cena um sujeito com seus pressupostos, que, assim como o fato, são contingentes e passíveis de transformação pelo empírico. Assim, busquei evitar os problemas clássicos de um empiricismo radical – aquele que pretende a extração da essência do real e o acesso sem intermediários ao real-concreto – e de um teoricismo radical – as explicações derivadas logicamente de uma teoria geral. Compartilho da perspectiva que entende que o sujeito que analisa e critica está sempre imerso no mundo, o que significa que, por mais que houvesse uma valorização dos fenômenos, o acesso aos processos foi sempre mediado.

Além disso, parti de uma concepção da linguagem que considera seus efeitos polissêmicos e de distorção e que não a reduz à palavra, dado que, como já dito, todos os objetos são compreendidos como dotados de sentido. Afastando-me, assim, de uma hermenêutica mais otimista quanto à capacidade da linguagem de expressar os sentimentos e motivos "verdadeiros" das práticas. Da mesma forma, com essa concepção específica da linguagem, percebi que não seria possível a generalização de sentidos para "formas de vida"

---

[6] Assim como muitos dos seus conceitos, Foucault não estabeleceu uma definição precisa do que entende por problematização. Porém, em uma entrevista (FOUCAULT, 2010), o autor revela a importância do procedimento em sua trajetória intelectual. A problematização se efetua no trabalho de Foucault por uma dupla hermenêutica porque é o objeto de suas pesquisas – a busca da compreensão de como certos problemas surgem em determinados contextos – e é o seu procedimento de pesquisa – a constituição de problemas a partir do pesquisado para formulações contextualizadas e contingentes.

específicas da sociedade porque isso seria uma idealização "empiricamente problemática porque os mundos sociais que habitamos são inerentemente múltiplos e heterogêneos" (HOWARTH, 2005, p. 45). Ou seja, por mais que muitas vezes o que foi aqui feito se ocupe de interpretações de segundo grau, a pesquisa não adere completamente a uma hermenêutica da "verdade" ou da "essência" do fenômeno estudado e também não busca extrair dos sentidos generalizações que se apresentem como tipos sociais.

Para além da articulação do acontecimento com outros processos empíricos, a articulação a que me pretendi teve em mente que o uso de ferramentas abstratas, como conceitos e teorias, para a análise e crítica de objetos concretos requer um trabalho de elaboração teórica que os articula, pois nem sempre eles são decorrentes de uma mesma tradição teórica. Isso trouxe a possibilidade de recorrer a distintas perspectivas sem me restringir à aplicação de uma determinada teoria, porém trouxe a dificuldade de estar atento às incompatibilidades e de realizar ajustamentos entre teorias diversas. Ciente de que aquilo que se analisa exaustivamente tem que, geralmente, recorrer a uma pluralidade de distintos tipos de conceitos e teorias, a maior dificuldade de uma análise centrada na prática articulatória é o esforço de "reunir elementos teóricos e empíricos heterogêneos em uma cadeia explicativa sem reduzir ou subsumir ditos elementos a leis ou abstrações mais elevadas, e sem dar lugar a um ecletismo no qual lógicas e conceitos incompatíveis convivam de maneira inconsistente" (HOWARTH, 2005, p. 54). Foi preciso, portanto, verificar se os conceitos utilizados seriam compatíveis com os pressupostos aqui delimitados e, quando não, foi preciso um esforço de explicitação da forma como os utilizo e como foram tornados adequados aos propósitos da pesquisa, o que muitas vezes envolveu um descolamento do conceito de outros pressupostos teóricos aos quais os autores os vincularam originalmente. Foi um exercício de interpretação e adequação de conceitos e processos sociais aos pressupostos e propósitos que me guiaram na pesquisa. Quando digo que os processos sociais também tiveram que ser adequados para serem articulados, isso significa o esforço de conceber seus sentidos como relacionais, contingentes e contextuais, ou seja, foi necessário disputar seus significados com discursos que os consideram deterministica e essencialisticamente[7]. Cabe ressaltar, portanto, os muitos elementos articulados: "nessa perspectiva, elementos empíricos e teóricos são combinados para gerar três conjuntos de relações articulatórias: entre elementos empíricos, entre elementos teóricos, e entre elementos empíricos e teóricos" (GLYNOS; HOWARTH, 2007, p. 180).

[7] Um esforço que foi central no debate, feito nas considerações finais, com as diferentes interpretações dos saques veiculadas pelos jornais.

Retomando: foi central para essa pesquisa a descrição, a compreensão e a interpretação dos saques articulando-os com outros processos sociais. Isso foi feito com uma pesquisa que se centra nas práticas articulatórias e que propõe, principalmente, produzir interpretações dos fenômenos, desvelando maneiras de olhar para o existente que não necessariamente estão dadas nos próprios fenômenos. Isso significa que os fatos foram situados em campos de significado ou discursos sociais mais amplos. É uma interpretação que se pretende contingente e contestável, pois compreendo qualquer interpretação como somente uma maneira possível dentre tantas outras de construir os fatos e as descrições – o que torna importante o exercício de questionamento das interpretações existentes e o que coloca a minha interpretação como questionável já de partida. Como os teóricos do discurso rechaçam a noção de avaliar diretamente uma verdade final e "problematizam as teorias da verdade como correspondência que comparam proposições com o estado das coisas existentes" (HOWARTH, 2005, p. 57), as interpretações provenientes dessa metodologia se colocam não como "verdadeiras", mas como contestáveis e, portanto, se preocupam com o diálogo e a disputa entre as distintas interpretações.

Quanto ao segundo eixo da coluna vertebral dessa tese, relembro que a noção de articulação está baseada na apropriação pós-marxista feita por Laclau e Mouffe da discussão althusseriana acerca da sobredeterminação. Sobre isso, comecemos pelas exposições de Althusser (2015) em "Contradição e sobredeterminação" quando ele fornece uma leitura da dialética marxiana em contraposição à dialética hegeliana, utilizando a noção de sobredeterminação que é tomada emprestada da psicanálise[8] e dos escritos de Mao Tsé-Tung[9]. Evitando uma concepção da superestrutura jurídica e ideológica como meros reflexos da infraestrutura econômica, Althusser argumenta que as contradições históricas seriam sobredeterminadas, pois suporiam o acúmulo de uma série de instâncias da estrutura social para a sua constituição:

> […] a "contradição" é inseparável da estrutura do corpo social como um todo, no qual ela se exerce, inseparável de suas *condições* formais de existência, e mesmo das *instâncias* que governa; que é, portanto, a própria contradição, em seu âmago,

[8] Em "A interpretação dos sonhos", Freud (2019) argumenta que os sonhos seriam sobredeterminados porque podem remeter a uma série de pensamentos latentes diferentes. Não seria possível uma única interpretação de um sonho nem o esgotamento do seu sentido porque não há uma causalidade única para a sua existência, há uma pluralidade de determinantes.

[9] Em suas formulações sobre a contradição, Tsé-Tung (2008) argumenta que uma contradição universal – mesmo a do capital versus trabalho – deve ser entendida internamente e também em relação com outras contradições, ou seja, que qualquer contradição só pode ser entendida de acordo com o conjunto de contradições particulares: "para entendermos o desenvolvimento de uma coisa devemos estudá-la internamente e em suas relações com outras coisas" (TSÉ-TUNG, 2008, p. 86). Porém, apesar da influência, Althusser (2015) critica as formulações maoistas em uma nota de rodapé, na qual as interpreta como descritivas – por serem relativas a experiências concretas – e abstratas – por serem especificações da dialética e não implicações necessárias, como pensava o filósofo francês.

> *afetada por elas*, determinante mas igualmente determinada num único e mesmo movimento, e determinada pelos diversos *níveis* e pelas diversas *instâncias* da formação social que ela anima: poderíamos chamá-la *sobredeterminada em seu princípio* (ALTHUSSER, 2015, p. 79, grifo do autor).

Não haveria uma contradição simples entre forças produtivas e relações de produção que determinariam todo o corpo social, mas sim múltiplas contradições que se sobredeterminam – como diria Marx (1977) as "múltiplas determinações" do concreto[10]. A partir de uma análise da teoria revolucionária leninista, o autor argumenta que "a contradição em geral" não seria suficiente para provocar uma revolução; pelo contrário, seria necessária a "'fusão' de uma 'acumulação' de contradições" (ALTHUSSER, 2015, p. 78). Althusser propõe, portanto, uma dialética não mecanicista nem reducionista, pois ao acentuar as sobredeterminações abre espaço para algo que está além da previsibilidade, i.e., para além daquilo que outros marxismos tentaram argumentar serem as leis da dialética[11]. A totalidade se apresenta como uma articulação de diferentes práticas e processos que não tem um princípio único que a guiaria teleologicamente. Dessa maneira, a articulação significa que cada elemento que compõe a totalidade tem determinações próprias, mas é, concomitantemente, sobredeterminado por outras instâncias. Essa é uma forma de analisar o social que busca conciliar o que há de particular em cada processo e o que há nele de interpenetrações de outros processos. Nenhuma contradição – nem mesmo a econômica – deveria ser vista em estado puro, pois há sempre uma série de influências sobre ela.

A concepção althusseriana do social, composto por contradições múltiplas e desiguais que se sobredeterminam, nos abre a possibilidade de uma abordagem não reducionista dos

---

[10] Há uma clara influência do texto de Marx "Introdução à Contribuição para a Crítica da Economia Política" na leitura althusseriana do maoismo, como aponta Pirola (2017). Os textos clássicos da economia política – com os quais Marx dialogou – tinham como costume começar as suas análises pelo que eles consideravam real e concreto, ou seja, por noções como "população", "divisão em classes" ou "repartição entre cidades e campo". Essas categorias, entretanto, não seriam o concreto porque ao começarmos por elas desprezamos uma série de determinações. Dessa maneira elas não são mais do que "representações caóticas do todo". O que Marx propôs na Introdução é que façamos a viagem de modo inverso: partindo das determinações mais simples complexificar a análise até chegar ao concreto que agora, em vez de representação caótica, é "uma rica totalidade de determinações e relações diversas" (MARX, 1977, p. 39).

[11] Alguns foram os intuitos dentro do marxismo, nos últimos séculos, de estabelecer um método dialético baseado em leis que tornassem previsíveis as transformações históricas e o caminho para a superação do capitalismo. Por mais que estivessem baseados em interpretações específicas de Marx e que Engels tenha momentos de crítica do dogmatismo, concordo com os que apontam a importante influência do último para a conformação dessa corrente no marxismo. Pretendendo ter reconhecido na economia a descoberta de leis fundamentais para a existência humana, Engels (2011, p. 22) afirma, por exemplo, no prefácio à 3ª edição do 18 de Brumário de Luis Bonaparte: "Marx foi o primeiro a descobrir a grande lei do movimento da história, a lei segundo a qual todas as lutas históricas travadas no âmbito político, religioso, filosófico ou em qualquer outro campo ideológico são de fato apenas a expressão mais ou menos nítida de lutas entre classes sociais, a lei segundo a qual a existência e, portanto, também a colisão entre essas classes são condicionadas, por sua vez, pelo grau de desenvolvimento da sua condição econômica, pelo modo da sua produção e pelo modo do seu intercâmbio condicionado pelo modo de produção. Essa lei, que para a história tem a mesma importância do que a lei da transformação da energia para a ciência natural – essa lei lhe proporcionou, também nesse caso, a chave para a compreensão da história da Segunda República francesa".

saques analisados, pois demarca um afastamento de qualquer concepção unívoca e uma aproximação à multiplicidade de processos que compõem qualquer fenômeno. Porém, deixando o determinismo expulso pela porta voltar pela janela, o autor introduz a ideia de "determinação em última instância" da economia. Com isso, ele pretende ressaltar a predominância da estrutura econômica sobre as demais esferas da vida. É preciso esclarecer que "a instância econômica determinaria em última instância a totalidade social, não por ocupar, em qualquer modo de produção, o papel dominante, mas por ser ela que, em cada modo de produção, designaria qual instância ocuparia a posição dominante" (BOITO JR, 2016, p. 160). Ou seja, haveria uma distinção entre a última instância e a instância dominante, pois historicamente nem sempre a economia exerceu a posição de determinação mais importante.

Por mais que haja esse esforço de evitar o economicismo vulgar quando Althusser afirma que essa determinação só ocorre em última instância – chegando a dizer que esse momento nunca ocorre –, é possível argumentar que essa categoria reinsere, no esquema teórico althusseriano, uma determinação simples. Para Laclau e Mouffe (2001) esses dois momentos da explicação althusseriana – sobredeterminação e determinação em última instância – são incompatíveis, pois a sobredeterminação aponta para a contingência e para a diferença enquanto que a "última instância" aponta para um princípio anterior à experiência histórica. Como explicam os autores, se esta determinação for uma verdade válida para todas as sociedades – algo que pretendeu Althusser em determinado momento de sua trajetória[12] – isso significa que não depende das condições que a tornam possível, mas sim de uma necessidade transcendente e invariável historicamente. Nesse tipo de explicação, esse signo hipostasiado que é a "economia" produziria efeitos concretos independentes do contexto em que se efetiva, o que é, para Laclau e Mouffe, um problema, ainda que haja na formulação althusseriana o subterfúgio de negar a existência efetiva do momento da última instância. Assim,

> se a sociedade tem uma última instância que determina suas leis de transformação, então *as relações entre instâncias sobredeterminadas e a última instância são concebidas em termos de uma determinação simples e unidirecional pela última.* Nós podemos deduzir disso que o campo da sobredeterminação é extremamente limitado: é o campo da variação contingente em oposição a uma determinação essencial (LACLAU; MOUFFE, 2001, p. 99, grifo do autor).

[12] Como bem aponta Motta (2012), há variações na formulação acerca das "determinações em última instância" ao longo da trajetória intelectual de Althusser. A crítica de Laclau e Mouffe, que retomo, está mais direcionada ao momento inicial dessa discussão, pois, ao fim de sua vida, Althusser se aproximou do pós-estruturalismo ao rejeitar que a determinação em última instância fosse privilégio da economia, propondo que ela fosse entendida de forma mais contextualizada, pois a depender da situação qualquer coisa poderia ser esse determinante.

O esforço de Laclau e Mouffe é justamente o de pensar o social sem a totalização que o resuma a um princípio organizador, a uma última instância ou um fundamento último, e sim acentuando a contingência através da noção de sobredeterminação. De Althusser, eles herdam o esforço de realizar análises antirreducionistas e anti-essencialistas do social, percebendo-o como constituído por uma miríade de determinações contingentes que se formam em cadeias equivalenciais. A essa herança, somam a de Gramsci (2002) com sua discussão sobre hegemonia, conceito que surgiu com os constantes fracassos de verificação empírica do que o marxismo teorizou como "necessidades históricas" e com a necessidade de lidar com as contingências que escapavam ao seu esquema teórico. Com Gramsci, o conceito de hegemonia "se torna um conceito chave na compreensão da própria unidade da formação social concreta existente" (LACLAU & MOUFFE, 2001, p. 7).

Ao invés do modelo da superestrutura e infraestrutura, as formulações gramscianas – inspiradas em Lenin[13] – apontam para a importância dos processos políticos e para a negação do reducionismo econômico. Hegemonia foi um termo empregado para designar uma liderança de classe – que leva em consideração não só aspectos econômicos, mas também políticos, morais e intelectuais – frente a outras classes e que necessita de algum grau de concessão da classe hegemônica para atender aos interesses das classes subalternizadas. O marxismo teria encontrado uma possibilidade de pensar o quanto as subjetividades dos atores históricos são constituídas por processos hegemônicos e não somente pela posição dos sujeitos nas relações de produção, pois a hegemonia remete aos processos ideológicos e políticos de constituição da vontade coletiva na sociedade civil. Com esse conceito, o autor italiano forneceu um instrumental para compreender tanto os processos de conformação das ordens sociais desiguais quanto a possibilidade de sua superação quando ocorrem processos contra-hegemônicos e de crise de hegemonia.

Porém, assim como no caso de Althusser, com Gramsci também foi necessário um esforço de adequação para que o conceito de hegemonia fosse reapropriado. Novamente esse trabalho teórico foi feito com o intuito de retirar do conceito aquilo que havia de essencialismo e determinação em última instância da economia, o que, no caso de Gramsci, estava relacionado ao atrelamento da noção de hegemonia ao de classe social. Laclau e Mouffe (2001) fazem uma crítica da "última lembrança do essencialismo em Gramsci" que seria a referência a uma classe fundamental da sociedade que seria a essência última da

[13] Em "Hegemonia e Estratégia Socialista", Laclau e Mouffe (2001) remontam o processo de formação do conceito que passa pela social democracia russa e por Lenin, que teria pensado a hegemonia como o processo no qual o proletariado assume a posição de direção política, de vanguarda. Como já deve estar claro, nada poderia estar mais longe do que a maneira como estou utilizando esse conceito.

vontade coletiva. Para eles seria necessária uma crítica das influências hegelianas no marxismo que o faz conceber o social como uma totalidade que tem seu arranjo estrutural determinado por leis imanentes. Pelo contrário, à maneira dos pós-estruturalistas, o social teria uma abertura e uma indecibilidade constitutivas que estão relacionadas com o fato de que a totalidade é uma impossibilidade, sendo constituída apenas parcialmente a partir de uma hegemonia: de uma parte que se coloca como um todo. Assim, como aponta Mutzenberg (2003, p. 43), é a "'indecibilidade' que abre o campo para a decisão numa ordem da responsabilidade ético-política.". Logo, os processos hegemônicos envolvem tomadas de decisão num terreno de incertezas e estão lidando constantemente com as contingências que apontam para tudo aquilo que escapa. Dessa maneira, a questão do universal só pode ser pensada levando em conta as falhas constitutivas da hegemonia e a sobredeterminação das distintas demandas concretas que estão constantemente em jogo nos processos políticos que se acumulam no social (LACLAU, 1990). O que se traduz para a presente pesquisa como um esforço constante de articulação do acontecimento analisado com outros processos sem a pretensão de dar conta de uma totalidade que o precede ou de um universal do qual ele seria apenas o particular.

Desenvolvendo ainda mais, tenhamos em mente que hegemonizar significa para Laclau (1990) fixar um sentido em um ponto nodal, ou seja, estaria atrelado a práticas articulatórias. O social seria uma guerra de trincheira em que distintos projetos políticos disputam para articular em torno de si o máximo de significantes sociais. Porém, como os sentidos são sempre parciais, o social é sempre aberto e há a impossibilidade de uma fixação total, de uma hegemonia completa e inabalável. Indo além disso, o autor argumenta que é próprio da hegemonia essa incompletude e indecibilidade próprias da contingência, ou seja, que não é possível resumir as escolhas políticas que formam o social a estruturas prévias. O agente que toma as decisões não pode ser pensado como separado da estrutura, mas constituído sempre em relação a ela. Assim, a identidade dos sujeitos e da estrutura vão se formando concomitantemente aos processos de atualização do social, ou seja, nos processos políticos de articulação.

Fica claro, assim, o quanto para Laclau (2005) a política é um processo hegemônico e sobredeterminado, pois está relacionado com articulações contingentes. Isso ocorre por dois motivos. O primeiro está relacionado com a percepção de que qualquer demanda política não surge espontaneamente de um estado de coisas, mas sim da possibilidade de ruptura com esse.

Uma demanda supõe certa heterogeneidade[14] na hegemonia que a coloca sob questão – momento em que surge uma demanda política. A segunda razão é que essa heterogeneidade da demanda frente ao existente é, desde o início, sobredeterminada. O que significa que não há sujeitos puros da transformação, pois é num jogo entre sobredeterminação, contingência e indecibilidade que os sujeitos constroem as demandas que são heterogêneas ao hegemônico. Novamente percebemos o esforço anti-essencialista do pós-marxismo que nos alerta constantemente para a parcialidade dos sujeitos e de suas ações em conjunto. Dessa maneira, Laclau e Mouffe fazem coro ao amplo e importante esforço de constituição de teorias nas quais a classe social perde o status ontológico e outras identidades – sempre parciais – ganham relevância.

Com isso, fica claro que Laclau defende a primazia do político sobre o social. Para o autor, nosso mundo social está instituído politicamente e tudo pode ser visto e analisado a partir do político. Como o político é ontologicamente antagônico, estamos diante de um mundo conflitivo e da negação. Dada a centralidade do discurso em seu esquema teórico, a sua teoria da significação é explicativa do que ele quer dizer com isso: como todo significado necessita de alguma sistematização para que possa ser compartilhado e entendido, isso significa definir limites, definir o que é externo ao sistema, e todo externo necessita de uma negação, de um antagonismo. Assim o social e o político não são entendidos como dois momentos apartados, mas dois momentos distintos do político, pois todo social foi em algum momento instituído politicamente. O social seria o âmbito das práticas sedimentadas e o político o da instituição ou reativação dessas práticas (LACLAU, 2013).

Além das possibilidades que Laclau e Mouffe abrem com um olhar abrangente da política, eles me servem também por colocar no centro da vida social o antagonismo. Dessa maneira, os saques não são apenas mais um exemplo do político que constitui o social, são um exemplo paradigmático por serem uma expressão nua do antagonismo que nem sempre se mostra aos olhos cotidianos. O antagonismo para os autores não pode ser delimitado pelo pertencimento a determinadas classes, pois, como já dito, para Laclau e Mouffe não há um sujeito privilegiado da história, sendo o antagonismo constituído em um processo de luta. A

[14] A heterogeneidade é vista como primordial e irredutível. Nas palavras de Laclau (2005, p. 223-4): “a heterogeneidade, no sentido em que a concebo, tem como uma de suas características definidoras: uma dimensão do ser deficiente ou da unicidade falhada. Se a heterogeneidade é, por um lado, irredutível a uma homogeneidade mais profunda, por outro lado, não está simplesmente ausente, mas presente como o que está ausente. A unicidade se mostra através de sua própria ausência. Como já vimos, o resultado dessa presença/ausência é que os vários elementos do conjunto heterogêneo são investidos ou sobredeterminados diferencialmente. Temos, no entanto, objetos parciais que, por sua própria parcialidade, incorporam uma totalidade sempre em retrocesso. Esta última requer uma construção social contingente, pois não resulta da natureza positiva e ôntica dos próprios objetos. Isso é o que chamamos de articulação e hegemonia”.

sua teoria está centrada no processo e historicidade dessas negações. O antagonismo é assim "a construção de demandas heteróclitas em uma cadeia de equivalência frente um externo negativo" (MARCHART, 2016, p. 16). Logo, "a experiência do antagonismo como o limite de uma formação social existente indica a impossibilidade de qualquer ordem de resolver todos os antagonismos" (DEVENNEY, 2016, p. 43). A centralidade e o caráter constitutivo do antagonismo no social remetem à negação da teleologia de traços hegelianos que se traduzia no marxismo como a possibilidade de uma síntese final comunista. Não há síntese a ser buscada, pois o antagonismo e a heterogeneidade estão sempre presentes.

Por fim, se faz importante explicitar como compreendo um acontecimento partindo dessa teoria. Laclau (2005) afirma que a mudança histórica é contingente – que não há uma base subterrânea para a mudança nem uma determinação fácil daquilo que vai acontecer. Porém a mudança sempre se dá no contexto em que nos encontramos. A ordem hegemônica é um complexo sobredeterminado, no qual a explicação de um elemento tem que ser relacionada com o seu lugar na ordem hegemônica. Mas nenhuma ordem hegemônica nunca é segura de sua própria ordenação e é sempre vulnerável a mudanças – rupturas, acontecimentos, incertezas, deslocamentos[15] – e enquanto essas rupturas não seguem conjuntos de padrão elas sempre se encontram em relação com a ordem hegemônica na qual se dão. É possível agora explicar como, a partir de Laclau, é possível compreender os saques como políticos, mesmo que não necessariamente transformem o Estado em sentido estrito. Instituições, para o autor, "nunca são entidades neutras; ao contrário, representam a cristalização de relações de força entre os grupos, uma situação de equilíbrio temporário entre eles" (LACLAU, 2013, p. 20). Nesse sentido, a consequência lógica é que há a possibilidade do desequilíbrio, um momento de "corte", no qual o sistema institucional vigente não consegue dar conta das demandas sociais por suas vias tradicionais, apontando para a possibilidade de "um ponto de ruptura com o sistema" (LACLAU, 2013, p. 21). Isso possibilita combinarmos analiticamente tanto a continuidade quanto a contingência nos processos históricos – o que Laclau chama, em outros termos, de sedimentação e reativação. Isso nos permite também perceber que as rupturas não são necessariamente igualitárias, mas sim acontecimentos contingentes sem vetores políticos predefinidos. Dessa forma, os acontecimentos estão sempre revestidos de camadas de diferentes interpretações que competem para hegemonizar a interpretação do acontecimento após a sua ocorrência.

---

[15] Em *New reflections on the revolution of our time*, Laclau (1990) propõe o termo deslocamento para a limitação de fixar sentidos, para a iminência de ruptura de qualquer estrutura discursiva. Lidarei com o termo em profundida nas considerações finais quando finalizarei com a relação entre essa concepção de acontecimento a partir de Laclau e os saques em Abreu e Lima.

A infinitude do social na teoria de Laclau se refere ao fato de que qualquer sistema estrutural é limitado, i.e., tem sempre um excesso de sentido que não consegue dominar, tem sempre uma heterogeneidade que aparece nas demandas que são feitas a ele, pois toda "demanda *excede* aquilo que é representável diferencialmente dentro dele" (LACLAU, 2013 p. 169, grifo do autor). Porém, Laclau percebe que o social é constituído por movimentos constantes de fixação e desfixação. Ao mesmo tempo que é impossível um sentido totalizante, é também impossível a ausência total de sentidos, pois assim não haveria relações. É, portanto, uma teoria do social sempre fixado parcialmente e da ordem social como necessariamente precária. É o papel do político estabelecer essas fixações parciais, esses "pontos nodais". O político é o momento de instituição do social através de decisões contingentes, de decisões em um terreno de indecibilidades. "Laclau propõe pensar no social como o terreno das práticas discursivas sedimentadas. Por contraste, o político é definido como o momento de instituição do social assim como de reativação da natureza contingente de toda instituição" (MARCHART, 2007, p. 148). O social seria as articulações hegemônicas, o rotinizado que esquece suas origens. É o momento da sedimentação, do que está instituído. Porém, há também o momento da reativação, que é o momento de desfixação, que é o acontecimento entendido como o político. Nem tudo é político porque há formas sedimentadas que não se configuram como instituintes, mas a heterogeneidade sempre está presente no laço social, o que significa que "sempre teremos uma dimensão política através da qual a sociedade [… é] constantemente reinventada" (LACLAU, 2013, p. 228).

Por último, é importante frisar que a história não é um processo autodeterminado, pois "o heterogêneo habita no coração do espaço homogêneo" (LACLAU, 2005, p. 152). Um acontecimento é um quebrar, um partir, um romper. Nesse sentido, há uma interrupção da continuidade. Porém não estarei preso ao princípio da não-contradição, por isso sei que toda continuidade é feita de rupturas e toda ruptura tem em si continuidades. Não me parece produtivo procurar nesse acontecimento – e em nenhum outro – uma especificidade radical. Tudo se transforma, mas na transformação há continuidades e novidades. Pensarei, portanto, baseado em uma concepção de história como continuidades e rupturas constantes, por isso nunca definitivas. Busco aqui um olhar para a história que aceite seu caráter contingencial, mas que não negue seus processos duradouros – que são vistos como dependentes de constantes atualizações no presente. Por que chamo então o ocorrido em Abreu e Lima de acontecimento? Apenas após a exposição de todas as análises desenvolvidas, será possível responder essa pergunta a contento.

1.3 Como a pesquisa foi realizada

Para introduzir as dificuldades metodológicas enfrentadas retomo um trecho do diário de campo que mantive[16]. Esse trecho é bastante ilustrativo de uma série de aspectos que foram se revelando centrais para a análise. Em 27 de novembro de 2017, eu escrevi:

Acabei de fazer uma ronda com João por Abreu e Lima. Fora a entrevista que foi muito boa e foi gravada, a gente terminou a ronda tentando conversar com algumas pessoas pela cidade. Por sua sugestão – e de forma bem intempestiva –, ele foi perguntando às pessoas sobre os saques. Eu participei apenas ocasionalmente nas conversas e fiquei basicamente olhando com timidez, pois não sabia muito como me aproximar das pessoas. A grande maioria das pessoas demonstrou muita resistência a falar sobre os saques e isso ficou explícito pelo jeito que tentavam evitar o assunto.

Nas lojas, a grande maioria dos trabalhadores disse que não trabalhara nos dias dos saques. João perguntou a muitas pessoas: "vocês trabalham aqui?" Afirmavam trabalhar, mas, depois de saber do tema da conversa e descobrirem que estou fazendo uma pesquisa sobre saques, um falou que "estava doente no dia" e outro que "não estava trabalhando no dia" sem se importar de explicar o motivo. Em outro caso um funcionário afirmou que não trabalhava ainda em Abreu e Lima na época que ocorreu a greve. Enfim, está claro que as pessoas não se sentem muito à vontade quando são questionadas sobre os saques.

As poucas pessoas que se dispuseram a conversar apontaram coisas bem distintas e sempre sem se aprofundar muito. O único trabalhador que disse que trabalhava na época disse que ficou tudo acabado e que "os saqueadores eram pessoas conhecidas". Quando ele chegou, no dia seguinte, estava "tudo acabado, quebrado e tal". Ele teve que arrumar as coisas, mas, como a loja tinha seguro, então "não foi um grande problema". Soube por ele que nenhum funcionário de sua loja foi demitido. Uma menina bem jovem relatou ter sentido "medo, muito medo", e que é assim que ainda se sente quando pensa na greve da PM de novo, pois pensa que pode ocorrer novamente. Já um senhor falou bastante da importância de Deus e que aquilo tinha acontecido "porque Deus não estava presente". Quando questionado, por João, se era da Assembleia de Deus, ele disse que não era e, nessa hora, ficou até um pouco agressivo perguntando repetidamente se fazia sentido o que estava falando. Teve também o relato de uma menina que disse ter visto gente chegando de carro com eletrodomésticos perto da casa dela em Caetés Três. Segundo ela, as pessoas traziam

[16] Editei ligeiramente o que exporei do caderno de campo para facilitar a leitura de textos que foram, em sua maioria, escritos de forma apressada no ônibus que eu pegava para sair de Abreu e Lima e para manter o anonimato das pessoas com quem estabeleci relações. A escolha pelo anonimato foi tomada desde o início da pesquisa para manter a integridade dos interlocutores, dado que lido com temas que são criminalizados pelo Estado. Portanto, todos os nomes citados na tese foram modificados.

eletrodomésticos saqueados. A última pessoa que falou foi uma mulher que trabalha em um posto de saúde e que também relatou que eram pessoas conhecidas que tinham feito aquilo. Medo e vergonha foram os dois principais sentimentos que as pessoas relataram.

Diante de um campo que falava pouco, preocupado em omitir certas coisas e mediando os discursos pelo medo e a vergonha, assim como diante das dificuldades pessoais, tive que desenvolver certa criatividade nos métodos de construção de dados. Aproximei-me de uma concepção de ciência como prática artesanal, aquela que se vale de uma série de truques, ou seja, de maneiras encontradas pelos sociólogos para contornar as dificuldades inerentes a qualquer processo de pesquisa (BECKER, 2007). Como já dito ao expor a forma como o sujeito se relaciona com os fatos, em minha prática aderi a uma perspectiva construtivista para defender que o pesquisador deve perceber o quanto o campo e ele próprio constrói a pesquisa em todos os seus âmbitos: no projeto, na construção e na análise dos dados.

Curiosamente, eu não estava morando em Pernambuco quando os saques ocorreram. Quando voltei para Recife, lembrei-me desse momento marcante, até mesmo para mim que aqui não estava. As notícias sobre os saques circularam não só pelo Brasil, mas também pelos muitos veículos internacionais que já começavam a se interessar pelo país que seria a sede da Copa do Mundo em 2014. Percebi que, assim como no 11 de setembro estadunidense, quase todos se lembravam do que haviam feito nos dias da greve policial. Os relatos eram confusos e pareciam refletir a confusão e singularidade do acontecimento – algo que se transformaria em um dos problemas metodológicos a serem enfrentados. Ao longo dos anos de pesquisa, o caráter espetacular e memorável do tema se revelou uma característica ambígua, pois enquanto abriu algumas portas, fechou muitas outras. Há uma ambivalência muito interessante relativa aos saques em Abreu e Lima que está relacionada a uma visibilidade excessiva na mídia e uma tentativa de invisibilidade por parte dos moradores que muitas vezes silenciam ou trocam poucas palavras quando perguntados sobre o assunto. De um lado um excesso de luz sobre o acontecimento que borra suas formas e dificulta ver os seus contornos, do outro a busca pela escuridão e pelo apagamento. Nenhuma das duas formas de representá-lo facilitaram a pesquisa e, para contornar esses percalços, tive que me valer de certa heterogeneidade na construção do *corpus*.

Em um momento inicial, foi realizada uma primeira aproximação do fenômeno que seria estudado. Para tanto me pareceu um caminho interessante partir do “como”. Seguindo as recomendações metodológicas de Becker (2007), percebi não haver uma distinção rígida entre descrição e explicação – algo que, apesar de vir de uma perspectiva ligada ao interacionismo simbólico, confluiu com os pressupostos pós-marxistas já apresentados. Perguntar acerca do

"como" ocorreu a greve e os saques abriu possibilidades, permitiu começar a pensar "as circunstâncias do evento", o que se passou em torno dele e os envolvidos. Portanto, nessa etapa exploratória, comecei com a seguinte pergunta: como ocorreram os saques? Para realizar essa descrição inicial utilizei dados secundários disponíveis publicamente. Fiz uma análise documental dos três principais jornais impressos em circulação no estado (Diario de Pernambuco, Folha de Pernambuco e Jornal do Commercio) e uma análise de vídeos produzidos por não-jornalistas e veiculados no *Youtube*. Por conta desse objetivo prioritariamente descritivo, ao lidar com esses dados, estive preocupado principalmente com o conteúdo que me permitisse construir uma primeira narrativa.

Passada essa etapa exploratória, surgiu a etapa mais importante de construção de dados. Nela segui trabalhando com vídeos e jornais, mas também acrescentei outros tipos de dados e realizei um trabalho de campo que abarcou entrevistas semiestruturadas e que me propiciou o acesso a alguns relatórios e planejamentos da Prefeitura de Abreu e Lima. Continuei trabalhando com os três jornais impressos e acrescentei dois sites (G1 e Abreu e Lima em Destaque) em uma temporalidade que envolveu os muitos processos que lido na tese, ou seja, os seis primeiros meses de 2014, o mês de outubro de 2000, quando ocorreu a segunda greve da Polícia Militar pernambucana, e, no caso específico do blog Abreu e Lima em Destaque, maior veículo midiático com foco prioritário na cidade, desde 2011 até 2014. Foram encontrados e analisados 91 vídeos postados no *Youtube* e em sites de jornais – dentre os quais 42 estão especificados nas referências –, os diários oficiais estaduais foram consultados para o mês de maio de 2014, analisei uma campanha feita pela página do Facebook "#nossacidadedevolta" e os dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) utilizados foram aqueles relativos principalmente à Abreu e Lima.

O trabalho de campo, que ocorreu entre 2017 e 2018, resultou em idas periódicas para Abreu e Lima com conversas informais e a realização e gravação de sete entrevistas semiestruturadas com dez[17] moradores da cidade – ver quadro 1. As entrevistas duraram entre vinte minutos e uma hora e quarenta minutos, mas, em geral, duraram em torno de cinquenta minutos. Foram feitas na praça São José, a principal da cidade, nos locais de trabalho e na casa dos entrevistados. O local das entrevistas teve clara influência sobre o tempo e sobre a fluidez das interações, porém decidi que sempre perguntaria aos entrevistados onde eles

[17] A discrepância entre o número de entrevistas e de entrevistados se deu porque uma das entrevistas fugiu bastante do roteiro de perguntas preparado, pois em determinado momento chegaram três parentes do entrevistado que se incorporaram ao debate, aproximando a entrevista de um grupo focal. Apesar de eu não estar preparado para isso, foi um momento bastante produtivo, onde pude observar os argumentos desenvolvidos em um debate sobre as questões que me interessavam. Por conta desse momento com quatro entrevistados, apesar de sete entrevistas gravadas, dez é o total de entrevistados.

preferiam realizar o encontro. Durante esse período pretendi realizar uma escuta atenta, abrir-me à possibilidade de estar presente no campo e estabelecer o diálogo necessário entre as partes constituintes da pesquisa (JACCOUD; MAYER, 2008). Nos momentos de interação, inclusive nas conversas informais, tentei deixar claro qual era meu intuito ao estar na cidade e quem eu era, o que nem sempre facilitou os diálogos, porém foi assim feito por uma decisão ética de garantir a transparência da pesquisa. Em geral, o trabalho de campo permitiu o estabelecimento de alguns vínculos de confiança, que, apesar de eu não os considerar muito intensos, foram suficientes para a realização de entrevistas e também permitiu o acesso aos sentidos atribuídos aos saques em situações de diálogos informais. Além disso, as entrevistas permitiram o acesso a um discurso mais estruturado dos sujeitos de interesse para a pesquisa. Sei, entretanto, que se, com as entrevistas, acessei significados e fatos até então ocultos para mim, esses dados estão também mediados pelos jogos e questões que as interações com os entrevistados fizeram surgir (POUPART et al., 2008). O que, agregada à concepção de linguagem exposta acima, mediou a análise das entrevistas e reforçou o papel crítico que assumi como pesquisador, pois estava ciente de não estar, nesses momentos, tendo acesso à "verdade" ou à "essência" do pesquisado. Por fim, graças a um dos entrevistados, obtive uma série de documentos da Prefeitura de Abreu e Lima que sistematizam dados importantes da cidade e revelam o planejamento para algumas ações de políticas públicas municipais. Porém, como já adiantado acima, as dificuldades do campo foram muitas: entrevistas desmarcadas de última hora, dificuldade em falar com representantes religiosos ou lojistas, muitos interlocutores receosos de contribuir por conta do tema e mesmo aqueles que contribuíram bastante muitas vezes se esquivaram de algumas questões[18].

Quadro 1 - Lista dos entrevistados (Continua)

Entrevistado	**Data**
João	27/11/2017
Pedro	22/02/2018
Tiago	22/02/2018
Lídia	22/02/2018

[18] Nem sempre me senti à vontade de perguntar diretamente sobre a participação dos interlocutores nos saques, mas, quando assim feito, as respostas sempre buscavam o distanciamento do momento em que os saques ocorreram. Não foram apenas os interpelados por João no relato que inicia esse tópico que disseram não estar presente na hora dos saques. Trago aqui alguns exemplos: uma das entrevistadas disse estar em sua casa de praia, outra ter chegado mais tarde do trabalho e que não tinha passado no centro da cidade e outro que tinha ficado em casa o tempo todo estudando.

Quadro 1 - Lista dos entrevistados (Conclusão)

Susana	22/02/2018
André	15/03/2018
Priscila	03/05/2018
Maria	14/06/2018
Filipe	21/08/2018
Marta	01/10/2018

A escolha na construção desses dados foi feita seguindo a lógica de um *corpus*. Isso significa que não foi determinado de antemão tudo aquilo que seria feito, pois um *corpus* é construído em um trabalho de reconsultas múltiplas. Foram realizadas sucessivas correções para compensar os vieses que foram identificados[19], pois um *corpus* relevante não é determinado pelo seu tamanho, mas sim pela representatividade, por aquilo que acrescenta de informação sobre o pesquisado. Essa ressalva foi importante, pois ajudou a não gerar uma quantidade de dados impossível de ser analisada. A partir desse *corpus* variado foi possível realizar triangulações que buscaram tornar mais explícitos os vieses presentes em cada um dos tipos de dados, no intuito de levá-los em consideração ao realizar a análise. Triangulação significa, segundo Flick (2009b), que a mesma questão de pesquisa é constituída a partir de, pelo menos, dois pontos. Nesse caso, os diferentes dados construídos tinham o objetivo tanto de fornecer parâmetros diferentes para a análise quanto facilitar a existência um do outro – como por exemplo o caso da entrevista que me permitiu ter acesso a documentos que não seriam possíveis de acessar sem essa mediação. Sabendo que os dados e as técnicas utilizadas para sua construção têm funcionamentos diferentes, desde o início era esperado encontrar resultados complementares para a análise. Algumas vezes, os dados distintos permitiram acessar coisas distintas, como no caso dos vídeos, que permitiram ter acesso a uma narrativa detalhada do momento dos saques que não foi encontrada em nenhum dos outros dados. Em resumo, nessa pesquisa foi possível vivenciar o fato de que "a triangulação não produz representações congruentes nem contraditórias de um objeto, e sim mostra diferentes construções de um fenômeno" (FLICK, 2009b, p. 74).

Lidei com esses dados através de uma perspectiva não-linear, o que significa que as análises, o diálogo com a teoria e a escrita ocorreram em meio à construção dos dados, o que

[19] Com relação às entrevistas, a principal correção na construção dos dados foi o equilíbrio de um número excessivo de homens dentre os entrevistados. Algo que ao fim foi equalizado em cinco homens e cinco mulheres. Já com relação aos vídeos, busquei equilibrar a quantidade de vídeos produzidos por veículos midiáticos e os produzidos por transeuntes.

fez com que todas essas etapas se influenciassem mutuamente. Dessa maneira, essa pesquisa não foi um processo linear, pois foi necessário me questionar repetidas vezes em relação aos dados e teorias a serem mobilizadas para explicá-los. Havia questões claras a serem enfrentadas, mas tentei permanecer aberto a resultados novos que negassem minhas projeções. Essa circularidade na pesquisa significou um processo de constante reflexão acerca da construção e da análise dos dados, assim como das teorias a serem articuladas. Em diversos momentos foi central a pergunta: "até que ponto os métodos, as categorias e as teorias empregadas fazem justiça ao sujeito e aos dados?" (FLICK, 2009a, p. 102). A pergunta era importante, pois fazia parte do esforço de me adequar ao pressuposto já relatado de que a metodologia foi sendo pensada de forma contextualizada, construída com e a partir das problematizações da pesquisa. Nesse sentido, após o começo da construção dos dados pude aprimorar as análises e retornar para eles de forma mais direcionada. Além disso, a análise foi sendo orientada epistemologicamente a partir de referências que melhor se encaixassem com os dados construídos. Dessa maneira, utilizei teorias que versassem sobre as questões delineadas, porém só cristalizei quais me pareciam as mais apropriadas durante esse diálogo constante entre construção e análise dos dados. Esse foi um cuidado metodológico tomado para evitar que a tese seja uma adequação dos dados a teorias previamente escolhidas.

Dito isso, esboçarei agora os caminhos analíticos que utilizei na etapa exploratória – para lidar com os jornais e os vídeos – e depois na etapa principal da pesquisa – para lidar com todos os dados construídos. Primeiramente, utilizei a "análise documental" (CELLARD, 2008) para lidar com os dados construídos a partir dos jornais veiculados sobre os saques. Um documento é compreendido como aquilo que fornece testemunho sobre o passado, é a fonte sobre a qual realizei a análise. Nesse caso trabalhei com documentos públicos: os jornais. A coleta dos jornais já foi explicitada anteriormente e com eles em mãos realizei uma análise documental. Esse tipo de análise tem como vantagem anular a influência da presença do pesquisador no momento de produção do discurso acessado, porém é importante levar em consideração o fato dos documentos serem instrumentos que o pesquisador não domina por completo. Isso significa que os jornais não se transformavam em si pela minha presença, por serem discursos já formulados sobre questões já definidas que não pude modificar, mas é importante retomar que isso não anula o pressuposto de que, assim como tudo que é discurso, os jornais têm significados contextuais, relacionais e contingentes. Dessa maneira, a análise documental não foi feita com uma crença ingênua naquilo que o documento me apresentava, mas com o viés crítico construído a partir da perspectiva pós-marxista já apresentada.

É necessário, portanto, realizar uma breve ressalva quanto ao uso da mídia como fonte de dados dessa pesquisa. Os jornais locais chegaram a utilizar o termo "praça de guerra" para relatar o caso. Uma hipérbole que nos remete à necessidade de uma análise crítica do que foi veiculado pela mídia, principal discurso sobre os acontecimentos. Sabe-se que há uma relação específica entre a mídia e tudo aquilo que é tipificado juridicamente como crime. Em minhas análises estive atento ao fato de que os saques têm um alto grau de "valor-notícia", ou seja, são únicos e atraentes o suficiente para agregaram valor e impactarem na venda dos jornais. A ação coletiva violenta é atraente porque relaciona "o medo de ser vítima de um ato violento e o imperativo da modernidade de promoção do entretenimento" (MELO, 2010, p. 187). Como qualquer representação, os crimes são retratados de forma parcial, porém uma particularidade da mídia é a busca de uma aparência de verdade e da defesa da neutralidade jornalística, o que não é necessariamente uma escolha ou um processo consciente, mas que se identifica na própria forma de construção da notícia ou na escolha dos termos empregados para se referir aos sujeitos. Um exemplo dessa parcialidade é que muitas vezes, nas notícias sobre os saques em Abreu e Lima, as fontes dos jornalistas são os policiais – que são sujeitos importantes no processo, mas que têm uma visão particular que obviamente não é a única.

Essa ressalva acerca da mídia se estende aos vídeos analisados, pois quase metade deles foram produzidos por empresas midiáticas. Porém, independente do produtor dos vídeos, tive em mente algumas questões relacionadas ao recurso a imagens audiovisuais. Em especial duas falácias presentes na relação com esses registros: a de que são "verdadeiros" e de que são "transparentes" (LOIZOS, 2002). Os vídeos variaram muito de formato: os da mídia eram mais editados e geralmente com alguma narração em *off* e, em geral, os feitos por não-jornalistas foram feitos em apenas uma tomada, em celulares de baixa ou média qualidade e com nenhuma ou pouca edição para a disponibilização na internet. Tive que lidar constantemente com as escolhas de enquadramento, de corte, de narração e todas as outras que compõem necessariamente um registro audiovisual. Em especial, percebi que há constantemente a tentativa de ancorar os sentidos das imagens veiculadas. Como disse Sontag (2004, p. 124), "as legendas tendem a exagerar os dados da visão; mas nenhuma legenda consegue restringir ou fixar, de forma permanente, o significado de uma imagem". Para ilustrar isso, retomemos o exemplo da "praça de guerra" que também aparece em um vídeo (DIARIO, 2014a), mas que, porém, é usado para descrever um momento em que uma mulher e duas crianças estão sorrindo pegando mercadorias em um supermercado. Não há a urgência esperada em uma guerra, elas estão calmas, felizes e não demonstram incômodo por estarem sendo filmadas. Esse exemplo remete para um processo constante na tese de buscar apreender

aquilo que escapa ao intuito de “fixar” daqueles que formularam os discursos sobre os saques, ou seja, buscar outras formas de enquadramento de questões já discutidas publicamente.

Por fim, o último recurso em termos de técnica metodológica a ser mencionado foi a utilização do software de análise qualitativa Atlas Ti. Tanto a análise dos vídeos, quanto as dos jornais e das entrevistas, foram facilitadas pela utilização dessa ferramenta. Com ele, foi realizada uma sistematização e categorização dos dados para, através de agrupamentos, conseguir identificar quais categorias eram recorrentes e quais as distintas formulações a respeito, assim como quais as distintas versões para os fatos analisados. A utilização dessa ferramenta foi importante devido ao volume de dados trabalhados, pois agilizou a sistematização e a visualização da categorização realizada.

1.4 Estrutura da tese

A tese está dividida da seguinte forma: introdução, quatro capítulos e as considerações finais. No primeiro capítulo lidarei com os antecedentes da greve da polícia e dos bombeiros militares pernambucanos de 2014. Esse é um capítulo que tem pretensão de realizar uma contextualização do processo reivindicatório policial. Para tanto, começarei com um breve retrospecto das greves anteriores em Pernambuco que ocorreram em 1997 e 2000, o que tornará mais compreensível o histórico de lutas da instituição e servirá mais a frente para estabelecer as especificidades do processo de 2014. Apresentarei também uma história da Polícia Militar pernambucana. Depois explicitarei as reivindicações, protestos e negociações que ocorreram até a deflagração da greve no dia 13 de maio de 2014. Nesse momento, a análise adotará a escala nacional para demonstrar que o Brasil vivia um momento de proliferação de greves policiais. Em diálogo com as teorias acerca da atividade policial, farei uma crítica para oferecer uma chave de entendimento das greves policiais. A instituição policial será o eixo norteador desse capítulo devido a sua centralidade para a compreensão dos saques que ocorreram em Abreu e Lima, porém, tendo trabalhado mais especificamente a polícia, relacionarei, no final, a greve de 2014 ao aumento no número de greves de outras categorias profissionais naquele ano, o que está relacionado com um novo ciclo de greves no Brasil.

No capítulo seguinte, chegamos aos primeiros dias do acontecimento e aos antecedentes dos saques em Abreu e Lima. Analisarei os acontecimentos do dia 13 ao dia 14 de maio em Pernambuco, quando a polícia e os bombeiros militares realizaram a primeira parte de uma greve que durou cinquenta horas. Iniciarei com a deflagração da greve e uma interpretação do contexto estadual em termos econômicos e de política institucional. Seguirei

com uma especificação de quem decretou a greve, o que remeterá à estrutura policial brasileira contemporânea e ao lugar dos bombeiros nessa estrutura. Veremos como nessa parte inicial da greve ocorreram aquartelamentos, boatos e negociações frustradas. Chegaremos ao protesto que ocorreu em Abreu e Lima antes dos saques, mas, no momento em que começam os saques interromperei a linearidade da cronologia e remeterei aos processos que os precedem. Estabelecerei, então, um diálogo com a sociologia da ação coletiva e dos movimentos sociais acerca de violências coletivas e redes de conflitos. Nesse tópico desenvolverei o contexto no qual ocorreriam os saques, portanto, lidarei com a história de Abreu e Lima e alguns dos seus índices socioeconômicos. Finalizarei abordando a relação dos saques com os "desbordamentos" de Junho de 2013.

No terceiro capítulo, abordarei a forma como ocorreram os saques em Abreu e Lima. O foco principal do capítulo é entender o acontecimento dos saques, analisando-os como ações coletivas violentas a partir, principalmente, das teorias de Alberto Melucci e Charles Tilly. Veremos que eles tiveram três momentos principais. Em primeiro lugar, os saques cujos alvos eram caminhões na BR-101, depois o ápice no qual o alvo eram as lojas do centro da cidade e, por fim, os saques aos supermercados da periferia. Serão analisadas questões relacionadas aos saqueadores, às mercadorias e aos lugares saqueados e à maneira como os saques foram realizados. Além disso, será necessário um aprofundamento da discussão sobre Abreu e Lima que pretende traçar aspectos importantes da cidade como a centralidade da religião evangélica e do comércio. Ocasionalmente recorrerei aos casos de saques na história nordestina e em outros acontecimentos globais para pensar as particularidades do ocorrido em 2014.

No quarto capítulo, lidarei com o último dia da greve, com seu encerramento e o que veio depois da greve e dos saques. Abordarei o funcionamento das instituições e as ocorrências criminais no estado durante o último dia da greve. Nesse momento, analisarei o papel exercido pelas polícias e pelos Exército e Forças Armadas que foram mobilizados para substituir os grevistas. Será trabalhada também a atuação do governo: as negociações, as medidas legais e a busca de substituição dos policiais militares. Realizarei aqui uma comparação com as greves policiais pernambucanas anteriores para ressaltar os saques como traço único da greve de 2014. Sobre as reivindicações policiais, serão tratados os resultados obtidos com a greve e as negociações. Com relação ao depois, no caso das greves, será explicitada, através dos candidatos políticos que ela gerou, a articulação existente entre a polícia e a política institucional. Outro tópico importante desse capítulo será pensar o momento posterior aos saques que teve uma série de ações extremamente significativas:

venda e devolução de mercadorias, a reconstituição do comércio local, as campanhas de "revalorização" da cidade e da cidadania e o discurso de vergonha que foi atrelado ao acontecimento. Em termos de intersecção entre a polícia e os saques, será trabalhada a criminalização desse acontecimento, constatando a individualização da criminalização em tempos neoliberais. Por fim, recorrerei ao debate de Devenney sobre o apropriado para entender o reestabelecimento do cotidiano em Abreu e Lima.

Nas considerações finais, apresentarei os comentários acerca dos saques dos jornalistas e dos "especialistas" por eles entrevistados. Apontarei a demofobia presente em grande parte dessas análises que ainda se valem de ideias como "instinto", "irracionalidade" e "animalidade" que remetem ao início das teorias sobre multidões. No intuito de criticá-las, apontarei como todas essas interpretações têm um pressuposto não questionado que é a propriedade privada tal como a vivenciamos contemporaneamente. Refletirei acerca de uma questão central na deslegitimação dos saques: a relação dos sujeitos com as mercadorias saqueadas. Argumentarei que há similitudes da forma de "consumo" praticada nos saques com outras comumente realizadas. Depois sistematizarei as análises construídas para justificar o motivo de chamar os saques em Abreu e Lima de acontecimento. Nesse resumo final ficará explícito aonde me levou o caminho percorrido e espero que sirva de estímulo para os outros desdobramentos possíveis.

2 ANTECEDENTES DA GREVE DA POLÍCIA MILITAR DE PERNAMBUCO EM 2014

O objetivo principal desse capítulo é contextualizar a greve da Polícia Militar de Pernambuco em 2014, através da análise de seus antecedentes. Começaremos com um breve recorrido das duas greves policiais de 1997 e de 2000. Depois retomarei a história da polícia local em uma temporalidade expandida. Essas reconstruções históricas se propõem a deixar claro a constituição da instituição, sua trajetória de lutas e os constrangimentos aos quais ela está submetida. Chegaremos a 2014 para vermos as reivindicações, protestos e negociações que ocorreram até a deflagração da greve no dia 13 de maio, que, como já vimos, foi fundamental para a ocorrência dos saques em Abreu e Lima. Demonstrarei como esse momento esteve relacionado com um período de proliferação de greves policiais em alguns estados brasileiros. Apresentarei, então, aspectos teóricos importantes para uma crítica da atividade policial, no intuito de oferecer uma chave de entendimento dessas greves. Apesar da centralidade da instituição policial para esse capítulo, finalizarei com uma articulação entre a greve de 2014 e o aumento no número de paralisações de outras categorias profissionais. Localizando, assim, a greve da PMPE em um contexto nacional mais amplo.

2.1 As greves da Polícia Militar de Pernambuco em 1997 e em 2000

Dezessete anos antes de 2014, a greve de 1997 foi a primeira da história dos policiais militares de Pernambuco[20]. Como tal, além de ser inaugural também foi inesperada, pois ainda não estava no horizonte de expectativas da política local que os policiais pudessem desrespeitar publicamente tanto a lei quanto sua hierarquia de comando. Sabe-se que, antes desse evento, tradicionalmente as reivindicações eram feitas de duas formas: anonimamente para evitar as represálias provenientes da rígida legislação disciplinar e penal (MIRANDA, 2006) ou através de negociações dentro da arena administrativa, ou seja, através de diálogos com o alto comando e com o governo (ALMEIDA, 2010). Esse cenário começa a mudar quando, em 1996, são formadas associações de cabos e soldados para reivindicar questões salariais. Até a deflagração da greve de 1997, a Associação dos Cabos e Soldados de Pernambuco (ACS-PE) foi realizando um trabalho de consolidação política nos quartéis e se articulou com o sindicato da Polícia Civil. O esforço tinha como uma das razões o acúmulo de

[20] A narrativa da greve de 1997 foi construída com referência às pesquisas realizadas por Almeida (2010), Miranda (2006) e Oliveira (2001), cujas fontes foram diversas: entrevistas semiestruturadas, questionários, jornais e histórias de vida. Apesar de algumas divergências nos dados apresentados pelos autores, construí a narrativa aqui apresentada através de uma comparação entre as pesquisas.

experiências negativas com representantes da categoria que não teriam agido em prol dos policiais. Porém, é preciso termos em mente que esse processo ainda estava no início quando ocorreu a greve, pois as organizações associativas dos militares na época eram embrionárias e com pouca articulação política e suporte logístico (MIRANDA, 2006).

Essa primeira paralisação da polícia estadual não foi um fenômeno isolado, pois o Brasil, sob o governo federal de Fernando Henrique Cardoso do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), viveu naquele ano um ciclo nacional[21] de protesto dos policiais militares que se iniciou em Minas Gerais em 13 de junho de 1997. Mesmo que os jornais fossem plurais, variando entre apoio ou não às manifestações policiais, nesse momento, a mídia desempenhou um duplo papel importante: tanto para facilitar influências nacionais entre as greves quanto para influenciar o discurso a respeito das greves – inclusive dos próprios policiais (ALMEIDA, 2010). Nos termos de Laclau e Mouffe (2001), é possível pensarmos que cadeias de equivalência foram estabelecidas para a formação desse ator político de abrangência nacional.

Em âmbito estadual, Pernambuco vivia sob o terceiro mandato do governo de Miguel Arraes do Partido Socialista Brasileiro (PSB). Com relação a sua gestão da Polícia Militar, anterior à greve, esse mandato foi marcado pela atuação de dois comandantes. O primeiro, mais "linha-dura", esteve à frente por dois anos e não permitia que as associações de policiais fizessem divulgações nos quartéis. Já o segundo, o Coronel Antônio Menezes da Cruz assumiu o comando da Polícia Militar em seis de janeiro e sairia logo após a crise que teve como estopim a greve. Ele autorizou as atividades das associações nos quartéis, algo que se mostrou prejudicial para a manutenção de sua autoridade hierárquica. Para além das reivindicações específicas da polícia, Pernambuco vivia um momento de manifestações dos servidores públicos por questões salariais que reclamavam principalmente dos baixos salários e do atraso no pagamento. As greves mais combativas eram consideradas caso de polícia, em um momento delicado para o governador que tinha que responder continuamente a questões relacionadas ao "escândalo dos precatórios"[22] (MIRANDA, 2006).

---

[21] Há uma discordância quanto ao número de estados participantes do ciclo, porém pareceu-me mais adequada a quantificação de Almeida, que argumenta terem sido 14: Alagoas, Bahia, Ceará, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro. A distinção com a lista de Oliveira e Miranda, se dá por conta da inclusão de estados que não entraram em greve, mas tiveram manifestações e protestos, o que me parece importante para compreensão do momento de agitação política vivida pela polícia naquele momento.

[22] Um esquema de corrupção, do qual Miguel Arraes foi acusado, que envolvia a fraude na emissão e venda de títulos públicos para pagamento de dívidas consolidadas. O neto de Arraes, Eduardo Campos, ator importante na greve de 2014, foi também investigado nesse processo. Em 2009 foi considerado culpado, mas conseguiu uma liminar que, na prática, o absolveu das acusações.

Em 12 de julho, foi marcada a primeira assembleia da história da PMPE. A precariedade laboral foi traduzida em 11 demandas: a principal delas sendo relativa a aumento salarial, mas, dentre as outras, também havia algumas que versavam sobre gratificações. Em torno de 5 mil policiais e bombeiros militares, reunidos em assembleia, decidiram pela entrada em estado de greve, porém as lideranças conseguiram retardar o movimento alegando a necessidade de conceder tempo hábil para o cumprimento das exigências por parte do governo. As demandas deveriam ser atendidas até o dia 17 de julho, para que não ocorressem paralisações a partir do dia 18. Os policiais justificavam a greve com um discurso legalista de que o Estado não estaria cumprindo uma lei que previa reajustes salariais a sua categoria.

Entre os dias 13 e 15, a tensão e as discordâncias se tornaram evidentes. O alto comando da Polícia Militar se reuniu e propôs um reajuste salarial de 10 reais, algo que não seria visto com bons olhos pelos praças[23]. Os policiais começaram a falar que fariam a primeira passeata da história da PMPE no dia 18. Porém, antes do prazo estipulado, em 16 de julho, o alto comando tomou decisões que precipitaram os confrontos. O comandante-geral da PM decidiu proibir qualquer ato do movimento grevista, assim como conceder um reajuste escalonado, entre 11,34% e 29,75%. Ele anunciou 10 medidas para conter o descontentamento, porém isso não foi o suficiente para acabar com o movimento. Ele convocou, então, os líderes grevistas para uma reunião e prendeu-os, mandando-os para um lugar não divulgado. Isso foi prontamente interpretado pelo movimento reivindicatório como sequestro. No total foram 15 delegados da Associação de Cabos e Soldados presos, o que foi o gatilho para uma manifestação com cerca de 3 mil policiais e com “tiros, palavras de ordem, choro, desmaios e muita tensão” (OLIVEIRA, 2001, p. 51). Os soldados fizeram uma vigília na frente do Palácio das Princesas, sede administrativa do governo estadual, e estava deflagrado o movimento paredista. Concomitantemente, o Exército foi mobilizado e a greve decretada ilegal. O Exército, porém, foi designado para proteger apenas os órgãos governamentais e para fazer a segurança dos presídios, deixando as ruas sem policiamento ostensivo.

A libertação dos militares presos ocorreu apenas na tarde do dia 17 de julho, o que não diminuiu as tensões. Durante os dias seguintes, grevistas e governo não entraram em acordo, enquanto Arraes[24] argumentava que não haveria orçamento para atender as demandas. Ao mesmo tempo em que os índices criminais tiveram números significativos. A bibliografia

[23] Em alguns momentos da tese adotarei essas categorias relativas à hierarquia militar. Praça é uma denominação para os que estão embaixo na escala de comando, o que no caso da Polícia Militar se refere aos soldados, cabos, terceiros-sargentos, segundos-sargentos, primeiros-sargentos e subtenentes. Já o alto comando ou oficiais, como a designação já anuncia, são os oficiais que assumem posição de comando: segundos-tenentes, primeiros-tenentes, capitães, majores, tenentes-coronéis e coronéis.

especializada não sistematizou estatisticamente esses índices[25], porém são citados: assaltos a bancos, postos policiais destruídos e roubados, arrastões, homicídios, roubos a ônibus, furtos de veículos, latrocínios e roubos a transeuntes. É importante já ressaltar que não houve naquele instante o registro de saques como ocorreu na greve de 2014.

Os dias foram passando e a greve não terminava. As negociações não conseguiam ser definitivas porque os policiais seguiam exigindo aumento dos salários, o que o governo insistia em negar. No dia 22 de julho, o Exército parou de proteger exclusivamente órgãos governamentais e colocou os tanques nas ruas. O clima de insegurança chegou a tal ponto que o comando de greve recomendou que as pessoas ficassem em casa. No dia 25 de julho, o governo decidiu parar as negociações e informou sua resolução de contratar servidores temporários para substituir os policiais; ao mesmo tempo em que avaliava como punir os grevistas. Enquanto isso, os policiais insistiam que passavam por dificuldades financeiras e que por isso a greve seria justa. No dia 26 de julho, o governo decidiu abrir mil vagas temporárias. Nesse contexto, os jornais começaram a relatar que a população estaria se armando e disposta a garantir sua própria segurança, porém não é especificado como isso ocorreu nem quais as consequências dessa decisão[26].

A greve durou 12 dias, mas, a partir do sexto dia, a maioria do efetivo não participou ativamente nem exerceu sua função regularmente, preferindo a distância. Nesse período, foi diminuindo o apoio da população e da imprensa (MIRANDA, 2006). No dia 28, a greve chegou ao fim. Os policiais militares aprovaram em assembleia a negociação feita com o governo que atendia suas reivindicações salariais e que garantia a anistia dos grevistas. A greve se destacou pelas medidas repressivas do alto comando militar e do governo, o que acirrou o clima de tensão e teve relação com uma mobilização expressiva da polícia que conseguiu, ao fim, conquistar parcialmente suas demandas. Porém, mesmo com os acirramentos, os participantes da greve foram, após seu término, anistiados e não sofreram as punições prometidas.

---

[24] Chupa-Praça foi o apelido dado, no momento, a Arraes em alusão dupla à lenda do chupa-cabra e aos praças. As provocações ao governador também se manifestaram em seu "enterro" encenado em um dos protestos.

[25] Mesmo que não seja de todo o período de greve, alguns dados expostos por Oliveira (2001) demonstram a ocorrência de atos criminais durante o período: "das 18 horas do dia 18 até as 8 horas do dia 21 foram registrados (Recife/[outras cidades da Região Metropolitana de Recife] RMR): assaltos (89/49), Roubos (13/51), Furto de veículos (17/4), Homicídios (15/11), Acidentes de trânsito (19/10), Latrocínios (2/2), Total (155/127)" (OLIVEIRA, 2001, p. 84)."

[26] Sabe-se apenas que "Brejo da Madre de Deus, no Agreste, e Nazaré da Mata, na Mata Norte, bloquearam as saídas para o interior, criaram barreiras nas estradas principais e formaram brigadas de emergências. Seguranças armados [davam] proteção aos moradores dos dois municípios e identifica[va]m quem entra e quem sai" (OLIVEIRA, 2001, p. 99).

Algo a ser registrado é que, nesse processo, houve tentativas de diálogo entre os policiais militares e movimentos sociais de esquerda[27]. Em um primeiro momento, o Movimento Tortura Nunca Mais – grupo de apoio aos direitos humanos que surgiu na ditadura militar – foi contatado após a prisão arbitrária dos líderes. Soldado Moisés, uma das principais lideranças da época, relata que assim o fizeram por terem medo de serem torturados ou assassinados (ALMEIDA, 2010). Em um segundo momento, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) planejou uma passeata – não realizada – para o dia 23 de julho, com o intuito de demonstrarem apoio e se unirem aos policiais. Os jornais também falaram de uma possível participação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) nos protestos e o Partido dos Trabalhadores (PT) se dividiu entre considerar a greve apenas um movimento salarial e um movimento político importante (OLIVEIRA, 2001). Além disso, outro aspecto relevante da relação entre greve da polícia e política é que já nessa primeira greve uma das lideranças do movimento abandonou sua função militar e tentou se tornar político. Sem votos suficientes em 1998, o Soldado Moisés, que se candidatou pelo Partido Liberal (PL), seria um personagem importante na greve seguinte.

Passemos agora à greve que ocorreu em 2000[28]. Pernambuco era, então, governado por Jarbas Vasconcelos do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que ironicamente ganhou a eleição prometendo, dentre muitas coisas, que nunca mais haveria greve da Polícia Militar. Promessa que não foi cumprida já no seu segundo ano de mandato. Daquela vez, a polícia demandava questões relacionadas ao regime de trabalho[29], porém novamente a principal pauta era o reajuste salarial[30]. A polícia alegava, ainda, que não foram cumpridos os acordos estipulados na greve anterior, por isso repetia cinco demandas colocadas anteriormente. A greve ocorreu durante uma eleição importante da história recifense. Disputavam o segundo turno para a prefeitura Roberto Magalhães, pelo Partido da

---

27 Acerca do uso das categorias “esquerda” e “direita” nessa pesquisa, é importante esclarecer que meu uso dos termos “direita” e “esquerda” é bastante abrangente. Sei que tais termos são alvos constantes de disputa, mas seguindo Noel e Therien (2008), defendo que a metáfora esquerda-direita ainda ocupa um lugar central na gramática que estrutura nossas divergências políticas. Os critérios de distinção entre a esquerda e a direita se dão em um debate duradouro sobre a importância e o significado da igualdade nas relações sociais. Apesar das simplificações que implica, essa dicotomia mantém sua validade como chave interpretativa e influencia globalmente a maneira de fazer política ao estabelecer equivalências entre diferentes demandas.

28 A narrativa da greve de 2000 foi construída exclusivamente com uma pesquisa de arquivo em exemplares do Jornal do Commercio, pois, ao contrário da greve de 1997, essa não foi ainda objeto de pesquisas específicas.

29 As reivindicações eram: carga de horário de trabalho definida por lei, carteira de identidade incluindo o direito de portar armas de fogo durante as horas de folga, redimensionamento do trabalho nas horas de folga, flexibilização do tratamento de oficiais para com os praças e promoção por tempo de serviço, obtida a cada 10 anos.

30 O piso salarial de R$151,00 não era cumprido. A maioria dos praças ganhava R$74,00, porém junto com as gratificações os salários chegavam a R$600,00.

Frente Liberal (PFL), candidato a reeleição, e João Paulo pelo PT. Até os últimos momentos havia empate técnico com uma leve vantagem para Magalhães – apoiado por uma importante liderança militar, o já mencionado Soldado Moisés da ACS-PE –, porém João Paulo ganhou e foi o primeiro prefeito petista da cidade.

No dia 15 de outubro, foi realizada uma assembleia, com 5 mil policiais e o secretário de administração, que acabou com uma recusa do diálogo por parte dos policiais. Antes do início da greve, no dia 16 de outubro, o governo lançou uma nota de esclarecimento nos jornais, onde buscava convencer que teria atendido grande parte das demandas da polícia e que não teria estrutura orçamentária para conceder aumento naquele momento, mas que, mesmo assim, instituiu uma comissão para lidar com o assunto até o começo do ano seguinte. No dia 17 foi realizada uma nova assembleia com cerca de 500 soldados e bombeiros, na qual foi definido que não haveria greve, pois os militares esperariam três meses para uma resolução da questão salarial por parte do governo, enquanto que outras demandas que haviam sido apresentadas anteriormente já haviam sido atendidas.

Porém, essa decisão de não fazer a greve, teria que ser aprovada em uma assembleia realizada em 19 de outubro. A assembleia contou com a participação de cerca de 3 mil policiais e foi bastante tensa, com vários momentos de quebra de hierarquia, nos quais superiores foram vaiados. Houve uma cisão: a greve foi aprovada pelos praças por tempo indeterminado, enquanto que os oficiais e bombeiros decidiram por não participarem – o que, no caso dos bombeiros, mudaria posteriormente. Os militares marcharam para a frente do Palácio do Campo das Princesas, ocorrendo inclusive uma tentativa de invasão quando ficou claro que suas demandas não seriam atendidas. O governo estadual solicitou que a greve fosse considerada ilegal e lançou outra nota oficial na qual buscava deslegitimar o movimento atribuindo-o a uma minoria que teria o objetivo de "intranquilizar a população", assim como alegava que o movimento teria interesse político-eleitoral. Desde o início ficou claro que o diálogo seria tenso: o governo afirmou que só negociaria após o fim da greve e os militares prometeram ficar de vigília em frente à sede do governo até suas demandas serem atendidas.

A adesão à greve foi expressiva com paralisações em muitas das cidades do estado, inclusive na segurança de presídios. Assim como na greve anterior, o Soldado Moisés assumiu o papel de liderança pública da paralisação. Desde o primeiro dia de greve, o comércio alterou seu horário de funcionamento fechando mais cedo para evitar ocorrências criminais. O principal evento público do período da greve foi o Recifolia[31], durante o qual o governo

[31] Um carnaval fora de época recifense realizado na orla da praia de Boa Viagem, no qual milhares de pessoas brincavam acompanhando grandes trios elétricos.

convocou os policiais civis – que também decidiram não aderir à greve – para fazer o policiamento do evento e conseguiram garantir sua realização.

No dia 20 de outubro, é realizada uma outra rodada de negociações que termina novamente sem acordo. O Exército foi mobilizado e começou a fazer a segurança das principais ruas e presídios do Grande Recife, ao contrário do que ocorreu na greve de 1997 quando foi chamado principalmente para garantir a segurança do Palácio do Campo das Princesas. O juiz da 3ª Vara da Fazenda Estadual, Alfredo Jambo, determinou a suspensão do movimento paredista e a volta imediata dos praças ao trabalho. Caso se recusassem a cumprir a determinação judicial, a multa definida para a Associação dos Cabos e Soldados foi de R$370 mil. Enquanto isso, o clima de insegurança fez com que crescesse a procura por serviços de segurança privada e começasse também a ser percebida a queda do movimento no comércio.

Nos dias seguintes, as negociações não deram resultados e os policiais se recusaram a voltar ao trabalho. Eles argumentaram que como o próprio governo não estaria cumprindo a lei do piso salarial, eles não poderiam ser punidos por desrespeitarem a ordem judicial de retorno as suas funções. Decidiram manter a pressão se reunindo na frente da sede do governo estadual e familiares aderiram ao protesto para manifestar apoio. Porém, no dia 23, o governo decidiu iniciar as punições aos grevistas. A ameaça era a de corte do pagamento dos dias parados, a de afastar 100 policiais com menos de dez anos de serviço e a de submeter os que desrespeitaram o Código Penal Militar a penas que poderiam variar entre 21 dias e 8 anos de prisão. Essa decisão não surtiu o efeito esperado, pois a greve continuou e uma demanda foi adicionada: a garantia de não punição a todos os que aderiram à paralisação.

No dia 24 de outubro aconteceu um evento marcante dessa greve: tiroteios na frente do Palácio do Campo das Princesas e na Avenida Agamenon Magalhães. Em frente ao Palácio, um tiroteio deixou feridos três policiais que faziam a defesa do prédio e um soldado grevista. Já na Avenida Agamenon Magalhães, policiais receberam voz de prisão, por estarem furando os pneus de uma viatura, e reagiram com tiros. Um ambulante e quatro policiais ficaram feridos e 24 policiais militares foram detidos. Como já pode ser inferido, o cotidiano no estado era de incertezas, com estabelecimentos decidindo a cada dia se funcionariam e quão cedo fechariam. Os boatos se intensificaram e a população cada vez menos se sentia segura para sair de casa. Em nota oficial lançada dia 25 de outubro, o governo insistiu que era uma minoria que participava da greve e continuou ressaltando que o movimento era ilegítimo. Anunciou também a contratação de mil reservistas para repor os grevistas. No mesmo dia, Jarbas endureceu seu discurso e afirmou que a orientação era a de reagir à bala a quem

tentasse invadir o Palácio do Governo, além de chamar os grevistas de marginais. Enquanto isso os deputados estaduais desistiram do papel de intermediador e grupos organizados da sociedade civil[32] tentaram mediar o diálogo.

No dia 26 a greve dá sinais de enfraquecimento e os policiais começam a voltar aos quartéis, porém para acabarem de vez com a greve, os policiais exigiam a anistia dos participantes. No dia 30, acaba a paralisação de 2000. A maior parte das reivindicações não foi atendida, mas o governo reabriu as negociações e se comprometeu em elevar o salário, a partir de janeiro do ano seguinte, e em abrandar as punições dos que continuaram com a paralisação após o decreto de ilegalidade. Durante a greve foram registradas muitas ocorrências criminais: arrastão no centro da cidade, postos policiais queimados, roubo de caixa eletrônico, bancos e carros – esse último sendo o mais destacado pela mídia com menções a um aumento de 200%. Porém o mais importante aqui é destacar que novamente não são registrados saques – ação coletiva violenta presente apenas em 2014. Pode-se concluir que a greve de 2000 durou 12 dias e teve como particularidade a intransigência na negociação que se desdobrou em declarações fortes do governador Jarbas Vasconcelos e em confrontos armados entre policiais. Uma das consequências da paralisação foi que o Soldado Moisés (PL) conseguiu se eleger, em 2002, para deputado federal em segundo lugar com 58.297 votos, após ter tido uma participação ativa na greve de 2000. Depois desse mandato, ele não conseguiu se reeleger em 2006 nem nas eleições seguintes.

2.2 A história da polícia pernambucana

Já foi dito que a greve de 2014 foi a terceira da história da Polícia Militar pernambucana, o que significa que há muito de sua história que ainda não foi exposto. Façamos agora um breve recorrido da história da polícia no Brasil[33] e, mais particularmente, em Pernambuco. Esse panorama complexificará a análise acerca da atividade policial que é parcialmente interrompida em uma greve.

Em escala nacional, a chegada de dom João VI ao Brasil foi um importante marco para a gênese da Polícia Militar, pois consigo ele trazia a Divisão Militar da Guarda Real da Polícia. Importante marco que foi seguido pela criação da Intendência Geral da Polícia da Corte e da Guarda Real de Polícia. É válido dizer que já existiam antecedentes da polícia prévios à vinda de dom João VI, pois havia necessidade de controle do território desde a

[32] Os grupos foram: Ordem de Advogados do Brasil, Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares, Centro Dom Hélder Câmara de Estudos e Ação Social, Tortura Nunca Mais e Comissão de Direitos Humanos da Igreja.

[33] Para uma síntese da história policial no Brasil e da produção historiográfica a respeito, recomendo Bretas e Rosemberg (2013).

invasão portuguesa, porém, concordo com Bretas e Rosemberg (2013) que, até o século XVIII, a polícia em território nacional existia mais como "uma ideia" do que como uma instituição.

Já em termos mais regionais, a origem da polícia moderna[34] em Pernambuco remete à formação de um aparato repressivo, em sua capital Recife, nos primeiros anos após a abdicação de dom Pedro I[35]. O começo da década de 1830 foi uma época de distúrbios sociais em todo o Brasil e Pernambuco não foi exceção. Recife desempenhava à época a função de entreposto regional, sendo um importante centro econômico de exportação e importação para a região. O território que hoje é Pernambuco já tinha vivido duas importantes revoltas – a Insurreição Pernambucana de 1817 e a Confederação do Equador de 1824 – e nos anos seguintes seria palco de várias outras: a Novembrada, a Abrilada, a Guerra dos Cabanos, as Carneiradas… Além dessas revoltas, vale ressaltar a importância, nessa época, do quilombo do Catucá, que era um local de resistência negra próximo à Recife que serviu de morada aos que fugiam da escravidão e à população livre marginaliza até a década de 1840, quando supostamente o governo o desmantelou.

Como pode ser visto pelos inúmeros conflitos na região, a pretensão de monopólio da violência legítima na primeira metade do século XIX não era uma tarefa tão simples. A formação da polícia pernambucana e brasileira está, portanto, relacionada com a necessidade sentida pelas elites de atualizar o aparato repressivo herdado da colônia para lidar com tantas forças em disputa. Porém, para além disso, também está relacionada com a própria formação do Estado brasileiro. Como defende Silva (2003, p. 28), "a formação das instituições policiais no Brasil, em moldes burocráticos, acabou se confundindo com a própria constituição do Estado Nacional". O que ilustra algo a ser defendido adiante relativo à interdependência do Estado e da polícia.

Há nesse momento inicial da polícia uma tensão em curso entre formações mais patrimoniais e outras mais burocráticas que se revela paradigmaticamente na tensão entre a Guarda Nacional e o Corpo de Guardas Municipais Permanentes. A Guarda Nacional foi criada em 1831 e era "comandada de fato pelos senhores de engenho e outros homens de prestígio na sociedade. Mais do que isso, a Guarda Nacional era uma instituição organizada e mantida, em grande parte, pelas contribuições dos seus comandantes locais" (SILVA, 2003, p. 35). Dessa maneira, era uma força policial que dispersava mais do que centralizava o comando político, deixando a cargo de elites regionais o mando que seria posteriormente

[34] Por polícia moderna estou compreendendo: "força policial de engajamento voluntário, com funcionários uniformizados, assalariados e trabalhando em regime de tempo integral" (SILVA, 2003, p. 237).

[35] Nos parágrafos seguintes acompanharemos sinteticamente a pesquisa de Silva (2003).

assumido pelo Estado. Já o Corpo de Guardas Municipais Permanentes foi criado em 1831 por ordem do ministro da justiça, Diogo Antônio Feijó, e tinha uma estrutura militarizada. Foi uma decisão que permitiu a formação de forças policiais que estavam nas mãos dos poderes públicos municipais e não sob controle direto dos proprietários de terras. Já desde esse momento, o Corpo de Guardas desempenharia a função de "patrulhamento uniformizado dos logradouros públicos, que era feito pelas tropas de linha e pelos corpos de milícias e ordenanças desde os tempos da colônia" (SILVA, 2003, p. 121), algo não muito distante da atuação contemporânea da Polícia Militar.

Para além dessas duas instituições, já estava em processo a gênese de uma Polícia Civil brasileira, ou seja, vem de longe a divisão institucional ainda em voga entre policiais militares e civis. Esse "frágil" policiamento civil em formação era coordenado por duas instituições: a Secretaria de Polícia, "uma agência encarregada de dar execução às políticas de segurança pública que eram ditadas pelo governo regencial" (SILVA, 2003, p. 121) e os juízes de paz que tinham como função "por em prática estas políticas através do controle direto sobre a população" (SILVA, 2003, p. 121). A fragilidade dessas instituições pode ser entendida por sua falta de recursos e de uma estrutura adequada para a realização de suas atividades, porém as dificuldades também eram jurisdicionais porque ainda não estavam sedimentadas as funções que o policiamento civil deveria executar.

A grosso modo, é possível afirmar que a formação da polícia pernambucana e brasileira dura todo o século XIX e envolve a tentativa constante de transferência de poderes privados para o controle público – o que claramente tinha limites, pois lembremos que estamos falando da gênese de um Estado ainda em período escravista e que deveria, portanto, manter uma esfera privada de exercício da violência. Nesse processo, nossa condição colonial se tornava evidente, pois, como pontuam Bretas e Rosemberg (2013), os modelos que se tentava adotar eram em um primeiro momento portugueses e depois franceses e ingleses. O que significa que da Europa herdamos o fato de que, nesse momento, a polícia ainda tinha funções que depois seriam assumidas por outras instituições estatais. É interessante que, justamente por essa abrangência ligada à gestão da população, a polícia já deixava transparecer seu papel basilar na governamentalidade[36]. Outro aspecto significativo que é

[36] Ao lidar com as nações policiadas, Foucault (2008; 2009) fornece importantes subsídios para a compreensão desse papel e da formação da instituição policial na Europa. Ele busca, nos primeiros sentidos sociais da polícia relacionados com o controle da *polis*, as pistas para a compreensão do seu papel na gestão da população. Nos séculos XVII e XVIII, a polícia ainda não era a instituição delimitada que conhecemos atualmente e era concebida como um aparelho de Estado que devia ser coextensivo ao social, pois devia exercer controle sobre o "fenômeno mais passageiro do corpo social" (FOUCAULT, 2009, p. 236). No século XVIII, vemos a formação propriamente da polícia moderna que adquire uma função disciplinar, ou seja, começa a desempenhar um papel importante na sujeição, na formação de corpos dóceis. Foucault está

possível ressaltar desse momento inicial para pensarmos a polícia que entra em greve em 2014 é o fato de que desde sua origem estavam explícitas as tensões entre os interesses institucionais e os mandos provenientes das elites políticas e econômicas.

Se avançarmos um pouco apressadamente nessa resumida história da polícia, podemos acentuar dois marcos nominais que nos permitem visualizar a passagem desse momento inicial ao atual. Ainda no século XIX, em 1866, o Corpo de Guardas Municipais Permanentes ganhou o nome de Corpo Militar de Polícia da Corte. Já em 1920, ganhou finalmente o nome de Polícia Militar (HOLLOWAY, 1997). A partir daí, ao longo do século XX, a polícia vive um processo de profissionalização baseado na reivindicação de posse de um saber específico, o que faz com que sua atuação ganhe o status de só poder ser avaliada pelos pares (BRETAS, 1997). Durante esse período, a instituição viveu momentos de centralização e descentralização nacional que nos ajuda a compreender certo grau de diferenciação estadual entre as polícias militares. Porém um momento importante da centralização a ser destacado se dá em 1964.

Sabe-se que a Polícia Militar foi uma instituição muito importante para a consolidação e manutenção da ditadura militar. Depois do golpe militar de 1964, instalou-se no Brasil um regime autoritário que "optou por reprimir brutalmente os opositores e praticar violações aos direitos humanos" (TELES, 2010, p. 299). Na instituição de um regime de exceção que se baseava em uma doutrina que alegava estar em guerra contra ameaças comunistas, ocorreu uma centralização nacional na organização das polícias militares e uma padronização de "condutas, equipamentos, armamentos, legislação básica, regulamentos e manuais técnicos" (ALMEIDA, 2010, p. 25). Nesse período, a polícia interveio contra a luta armada do período, mas é importante ressaltar que talvez mais importante tenha sido seu "papel de força de contenção das manifestações sociais da cidade e do campo (passeatas, greves, comícios, protestos e ocupações de terra) por meio de Tropas de Choque" (ALMEIDA, 2010, p. 26). Acentuava-se, assim, um processo que remonta às origens da polícia, pois a instituição tem se

---

ciente de que essa não é a única função da polícia e de que, inclusive, mesmo se ela se forma como expressão do poder real, ela também pode responder às "solicitações de baixo" (FOUCAULT, 2009, p. 237). Porém, o seu foco na crítica do controle social pela polícia é importante – e nos ajudará a entender alguns aspectos dos saques em Abreu e Lima – porque revela o quanto essa instituição está ligada a dois aspectos importantes da modernidade: a população e a governamentalidade. Nesse sentido, a instituição polícia surge permeada por um saber político voltado para o controle da população. Whitehouse (2014) vai ainda mais longe e diz que a polícia foi criada para lidar com as massas, não com os crimes. Seu argumento está baseado em uma pesquisa histórica, na qual busca demonstrar que, nos Estados Unidos e na Inglaterra, a tecnologia de lidar com crimes individuais não mudou significativamente com a criação da polícia, mas sim o jeito como a elite lidava com ações coletivas (as quais incluíam na época greves, tumultos e ameaças de insurreições escravistas). A noção de governamentalidade foucaultiana está voltada justamente para dar conta desses cálculos estatais que buscam evitar as desordens da população, algo que surge no declínio do poder soberano quando a população aparece como uma categoria econômico política de controle social (FOUCAULT, 2008). Adiantando um argumento que virá a seguir, essa função negativa com pretensões de ubiquidade da polícia passa necessariamente pelo recurso à violência.

mostrado incansável no seu esforço de ser cada vez mais eficiente na "manutenção da ordem", prevenindo e reprimindo qualquer coisa que seja considerada – pela própria polícia – como subversiva.

Para entender as continuidades que a Polícia Militar carrega de seu período como uma das instituições centrais da ditadura, retomemos a ideia de Arantes (2010) de que 1964 foi um "ano que não terminou". O Estado brasileiro não seria mais o mesmo depois do golpe, pois a "democracia parida, ou abortada, pela ditadura" (ARANTES, 2010, p. 208) teria como traço marcante a redefinição da relação entre ditadura e exceção, dado que o Estado começou a se valer constantemente não somente da prisão – e da tortura – como tecnologia de governo, mas também do desaparecimento – o que, sem eufemismos, significa assassinato. É uma tecnologia que não pode ser simplesmente "desinventada"[37] e que é importante para a manutenção de uma sociedade em que o dissenso não pode nunca ultrapassar a linha do (policialmente) aceitável[38]. Dessa forma, influenciado por Arantes, posso acrescentar à crítica usual de que a ditadura continua porque não lidamos adequadamente com seu legado[39], que ela se mantém porque nossa governamentalidade necessita de suas criações para se manter. Algo que obviamente não se manifesta da mesma forma para todos os sujeitos, pois, como explicitaremos melhor adiante, há uma dualidade no tratamento estatal que configura fronteiras entre o apropriado e o inapropriado.

Talvez uma das heranças mais significativas do fato de que "ainda não acusamos suficientemente o golpe" (ARANTES, 2010, p. 206), são as continuidades do militarismo na polícia em uma sociedade tida como democrática. O policiamento militar herdou do período ditatorial práticas e equipamentos, assim como continuou utilizando tipificações criminais advindos da Doutrina de Segurança Nacional[40]. Como deixa evidente o adjetivo da expressão

---

37 Sobre isso, Teles (2010, p. 316) defende que "resta algo da ditadura em nossa democracia que surge na forma do Estado de exceção e expõe uma indistinção entre o democrático e o autoritário no Estado de direito. A violência originaria de determinado contexto politico mantêm-se seja nos atos ignóbeis de tortura ainda praticados nas delegacias, seja na suspensão dos atos de justiça contida no simbolismo da anistia, aceita pelas instituições do Estado como recíproca, agindo em favor das vítimas e dos opositores, bem como dos torturadores".

38 Para Arantes, não é à toa que essa forma de manutenção do Estado tenha se forjado concomitantemente com a financeirização predatória do capitalismo, é sim um sinal da afinidade histórica entre ambos. "Normalizada a violência politica – graças sobretudo à impunidade assegurada pela Lei de Anistia –, a ditadura redescobrira seu destino: o Estado de emergência econômico permanente" (ARANTES, 2010, p. 228). A violência permanente também está pautada na emergência econômica que age como uma ameaça constante.

39 Devo deixar claro que, ao desenvolvê-la, não rejeito essa crítica e vejo sua potencialidade no demonstrar que a Constituição de 1988 manteve intactos os poderes das forças armadas. Sobre o assunto, recomendo a análise de Safatle (2010) acerca da "amnésia sistemática em relação a crimes de um Estado legal" - algo que tem ganhado força no Brasil dos últimos anos.

40 Retomo uma importante ressalva de Soares (2019, p. 41): "observe-se aqui um ponto relevante: a ditadura não inventou a tortura e as execuções extrajudiciais nem a ideia de que vivemos uma guerra conta inimigos internos. Tais práticas perversas e as correspondentes concepções, racistas e autoritárias, têm a idade das instituições policiais no Brasil e, antes de sua criação, já tinham curso – nunca faltaram capatazes nem

"policial militar", ele ainda é treinado sobre métodos e valores militares. Porém, vale lembrar que essa não é uma questão dada e sim tema de constante debate interno e externo à instituição. Desde a década de 1990, há uma crise não superada na Polícia Militar que está relacionada com as tentativas de desmilitarização e de integração entre as polícias (ALMEIDA, 2010). Nesse sentido, percebe-se que a militarização não facilita a integração da polícia com as comunidades policiadas – algo que na perspectiva policial tornaria a segurança mais ubíqua[41].

Uma importante iniciativa de reforma da polícia em âmbito estadual foi o Pacto pela Vida, uma "iniciativa multidimensional que envolve[u] distintos projetos para a prevenção e controle do crime, mas com a redução de homicídios como seu objetivo principal" (DAUDELIN; RATTON, 2018, p. 71). O foco principal do programa foi o monitoramento do crime e da polícia, baseado em análises resultantes de coletas constantes de dados. A história do Pacto começa em 2007, quando foi implementado como uma política pública estadual derivada do Plano Estadual de Segurança Pública. Algumas mudanças na estrutura policial foram implementadas, como modificações dos critérios de promoção, aproximação da polícia com o judiciário e com o Ministério Público, assim como com setores da sociedade civil organizada. Houve um aumento significativo do orçamento para a Secretaria de Defesa Social, enquanto que o número de policiais manteve-se relativamente estável durante a vigência do programa. Dessa forma, o Pacto pela Vida implementou um modelo de gestão bastante particular na estrutura policial brasileira: o poder e o controle das ações de combate ao crime foram transferidas para a Secretaria de Planejamento e Gestão de Pernambuco (Seplag), "uma autoridade fora da organização policial, acima dos outros departamentos de Estado e com ligação direta e íntima com o governador" (RATTON; DAUDELIN, 2018, p. 176). O que significa que o programa implementou um forte controle da polícia e disso dependiam seus resultados positivos.

Porém, apesar de ter conquistado índices positivos no combate ao crime, a perda de centralidade do Pacto pela Vida se iniciou em 2011 e se tornou clara em 2013. Ratton e Daudelin (2018) sugerem que o declínio do Pacto pela Vida esteve relacionado com o aumento da resistência policial a um controle externo e também com a saída de importantes

capitães do mato para caçar, supliciar e matar escravos fugitivos ou rebelados. A ditadura militar e civil de 1964 simplesmente reorganizou os aparatos policiais, intensificou sua tradicional violência, autorizando-a e adestrando-a, e expandiu o espectro de sua abrangência, que passou a incluir militantes de classe média. Ainda assim, foi o regime que instituiu o modelo atualmente em vigência".

41 É, portanto, comum que na literatura acadêmica crítica ao militarismo da Polícia Militar que se argumente que isso seria um problema por conta da sua ineficácia, porém, como deixo claro, interessa-me mais uma crítica política do militarismo da polícia.

gestores do programa – o que ocorre por conta da intenção do ex-governador Eduardo Campos (PSB) de ser presidente do país. Além disso, para os autores é preciso ter em mente que a manutenção desse ciclo virtuoso só seria possível com políticas mais efetivas de prevenção à violência, algo que foi feito muito timidamente pelo Estado. Ademais, as iniciativas sociais e os programas de prevenção da violência foram ofuscados pela centralidade adquirida pelo controle ao crime, deixando clara a centralidade punitivista do projeto. Os autores também defendem que o período pós governos Campos se caracteriza por uma fraca governança com uma menor capacidade do governo estadual de controlar os atores responsáveis pela diminuição dos índices criminais, o que teve impactos negativos na execução do programa. Dessa maneira, a greve de 2014 ocorre justamente em meio ao desmantelamento da principal iniciativa de segurança pública de Pernambuco dos últimos anos.

2.3 O processo anterior à greve de 2014 em Pernambuco e as reivindicações policiais no Brasil

Voltemos aos processos que antecederam a greve em 2014. No dia 25 de abril, apareceu o primeiro sinal, daquele ano, de uma possibilidade de greve, quando ocorreu uma manifestação pública dos policiais e bombeiros militares. Eles fizeram uma passeata no centro do Recife entregando uma lista de 18 reivindicações que iam de questões salariais a processos administrativos da PM. O Estado solicitou que os policiais elegessem os pontos emergenciais, ao que os militares responderam: o reajuste salarial de 50% para os praças e de 30% para os oficiais; a reformulação do Plano de Cargos e Carreiras; a reestruturação do Hospital da Polícia Militar; mudança do Código de Disciplina e o reajuste do vale-alimentação. O dia 5 de maio foi definido pelos policiais como prazo final para um posicionamento do governo com relação às cobranças.

Uma análise dos jornais, veiculados nos meses anteriores de 2014, demonstra que reivindicações trabalhistas dos policiais são constantes em Pernambuco[42], por mais que não existam canais adequados para essas reivindicações. O artigo 142, parágrafo 3º, inciso IV, da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) diz o seguinte: “ao militar são proibidas a sindicalização[43] e a greve”, ou seja, a greve da Polícia Militar é uma impossibilidade jurídica.

[42] A título de ilustração é possível mencionar que no dia 07 de fevereiro, a ouvidoria e corregedoria da Secretaria de Defesa Social recebeu denúncias de soldados do Batalhão da Polícia Militar Duarte Coelho, sediado em Olinda, contra a postura do comandante da tropa. Os praças relataram situações de desrespeito e mudanças quase diárias nas escalas de serviço.

[43] Como já explicitado nas descrições das greves de 1997 e 2000, a alternativa encontrada à impossibilidade de sindicalização são as associações.

O direito à greve é assegurado pela Constituição de 1988, desde que sejam respeitadas as etapas para o exercício desse direito, porém isso não se aplica aos militares. A greve não pode ocorrer, porém ela ocorre. Quando esses processos ultrapassam o direito, a justiça os denomina de outra forma: militar não faz greve, mas sim pode estar em motim ou revolta. Essas situações são julgadas pela Justiça Militar e tanto o motim quanto a revolta são penalizáveis criminalmente de acordo com o artigo 149 do Código Penal Militar (BRASIL, 1969). Ambas as tipificações se caracterizam pela reunião de militares que se recusam a obedecer seus superiores hierárquicos – uma definição tautológica quando aplicada ao caso da greve, pois toda greve está baseada exatamente na desobediência frente ao patrão. A distinção entre as duas tipificações é que na revolta os militares estão armados, o que aumenta o tempo de reclusão caso haja condenação. Esse tempo varia entre quatro e oito anos no motim, enquanto que na revolta entre oito e vinte anos.

Em termos práticos, a impossibilidade de greve faz com que os policiais tenham dificuldades em encontrar formas de reivindicar melhorias trabalhistas. Os policiais se veem num beco com saídas muito estreitas e perigosas, pois qualquer forma de reivindicação é sempre supervisionada pelos órgãos de correição e estão sujeitas à tipificação criminal. Algo que minimiza essa situação é o fato de muitas vezes serem concedidas anistias aos policiais que participam em greves, como no caso da Lei Federal nº 12.191, de 13 de janeiro de 2010, que beneficiou os participantes de várias greves que ocorreram desde 1997 (RAPHAEL, 2013).

É diante desses constrangimentos que os policiais e bombeiros militares esperavam uma resposta às suas demandas até o dia 5 de maio de 2014. Porém, nenhuma resposta foi dada. No dia 7 de maio houve mais um desenrolar no processo, quando os policiais anunciaram uma passeata para o dia 13 e começaram a ameaçar parar suas atividades durante a Copa do Mundo, que teria uma de suas sedes em Pernambuco. Um novo prazo para a reposta é definido para o dia da passeata seguinte e o secretário estadual de imprensa, Ivan Maurício, afirmou que a Secretaria da Casa Civil estava analisando as reivindicações, mas negou haver acertado qualquer prazo oficialmente. O tempo passou sem nenhum posicionamento do governo e chegou o dia 13, quando os policiais e bombeiros militares decretaram a greve. Porém, antes de analisar a deflagração e a greve em si – algo a ser feito apenas no capítulo seguinte –, é importante destacar que esse não é um processo isolado.

Em âmbito estadual, a greve dos policiais militares são o foco prioritário escolhido para a minha análise, porém as outras polícias de Pernambuco também viviam seus próprios processos reivindicatórios na mesma época. A Polícia Federal realizou uma manifestação no

dia 7 de maio que culminou na Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco (Alepe). Os policiais federais fizeram um "algemaço" em dez capitais, incluindo Recife, para pedir 100% de aumento salarial. As reivindicações não pararam nesse dia, pois no dia 11 de maio foram feitas promessas de paralisação para todo o mês de junho e foi anunciado que entre os dias 13 e 15 de maio – justamente os da greve da PMPE – os representantes dos sindicatos ligados à Polícia Federal se reuniriam em Brasília para analisar os encaminhamentos de suas pautas[44].

Além de termos em mente que as outras policias em âmbito estadual também se movimentavam nesse período, é necessário percebermos que o caso pernambucano não foi a primeira greve de policiais militares estaduais brasileiros em 2014. Apenas entre março e abril daquele ano, ocorreram quatro greves de policiais militares no Brasil: no Maranhão, na Bahia, no Rio Grande do Norte e no Amazonas. Assim como em Pernambuco, em todas elas, a pauta central foram reivindicações salariais e todas se beneficiaram do "fator Copa do Mundo" para fazer pressão ao governo, pois sabiam da importância de que tudo ocorresse bem no megaevento e o quanto eram cruciais para evitar a ocorrência de qualquer desvio no planejado pela Federação Internacional de Futebol (FIFA) e pelo governo brasileiro. A grande repercussão internacional dos saques em Abreu e Lima demonstra que os policiais estavam corretos acerca do poder de barganha que tinham naquele período, pois, em muitas das matérias internacionais veiculadas sobre o ocorrido, se repete a menção ao fato de Pernambuco ser uma das sedes da Copa do Mundo[45].

Lembremos que a Copa do Mundo do Brasil em 2014 foi precedida por muitos processos conflitivos que buscavam colocar em questão os projetos intervencionistas para a realização do megaevento (OMENA, 2015). Nesse sentido, já estamos diante do imponderável das greves policiais – que será analisado ainda nesse capítulo –, pois, ao mesmo tempo que as reivindicações policiais se inserem nesses processos conflitivos, os policiais são também responsáveis pelo controle desses conflitos. Foi um momento de acirramento desse antagonismo, pois há um aumento significativo dos investimentos em segurança pública na realização de qualquer megaevento – inclusive com a utilização recorrente do Exército e da Força Nacional como apoio do patrulhamento ostensivo e, no caso específico da Copa do Mundo em 2014, com o apoio de agências estrangeiras de segurança como o *Federal Bureau of Investigation* (FBI), a *Central Intelligence Agency* (CIA) e o Mossad. Além disso, os meses

---

[44] Já o caso da Polícia Civil estadual de Pernambuco vai ser mencionado no quarto capítulo, pois suas manifestações com maior proximidade temporal com a greve da PMPE ocorreram apenas após a greve dos militares.

[45] Encontrei matérias nos seguintes veículos: The Wall Street Journal, La Prensa, Portugal Digital, La République, Prensa Latina, Fox News, Yahoo Sports e ProSoccerTalk. Em todas há a menção à Copa do Mundo.

anteriores ao megaevento são cruciais no treinamento das forças de segurança pública com a realização de "eventos-teste e situações cotidianas para testar, treinar, vigiar e controlar a população" (GAFFNEY, 2015, p. 171). Mais armas, mais tecnologia, mais treinamento, mais vigilância e mais repressão exigem que os policiais estejam trabalhando, por isso cruzar os braços nesse momento era particularmente eficiente para a conquista de suas demandas.

Voltemos para as greves de policiais militares que precedem o caso pernambucano de 2014. A primeira paralisação ocorreu no Maranhão e durou nove dias. A greve foi deflagrada em 26 de março e o seu término foi no dia 5 de abril. Ela ficou marcada pela prisão do coronel Francisco Melo acusado de insubordinação após uma manifestação dos grevistas. A principal forma de manifestação foi a paralisação das atividades e o aquartelamento. Não foi noticiado um aumento das ocorrências criminais, o que também se refere a saques (ARAYA, 2014; G1, 2014e; VERMELHO, 2014).

A segunda ocorreu na Bahia e é provavelmente a que teve a maior repercussão, pois, ao contrário das outras e em semelhança com o caso pernambucano, durante sua ocorrência houve um aumento considerável nos índices criminais. Ela durou apenas dois dias, entre 15 e 17 de abril, e foi deflagrada após tentativas frustradas de negociações entre os policiais e o governo. Logo no início, o então governador da Bahia, Jaques Wagner (PT), afirmou estar surpreso com a greve, pois afirmava estar cedendo nas negociações. Como essa não era a interpretação do movimento grevista, os policiais cruzaram os braços. No dia 16, a justiça baiana declarou a ilegalidade da greve e estabeleceu multas diárias de R$ 50.000 para as associações. Além de um aumento nos índices de homicídios, foram registrados saques e arrastões[46]. Com relação aos saques, eles não foram tão expressivos como no que viria a ocorrer em Pernambuco: foram registrados casos em oito estabelecimentos. Nesse contexto, algumas empresas e escolas decidiram fechar suas portas. Mesmo com a rápida mobilização das tropas nacionais – cerca de seis mil militares -, o clima de medo atormentou os baianos.

A comoção social foi grande, contando com uma participação ativa da Igreja Católica na figura do arcebispo dom Murilo Krieger como negociador. Na manhã de 17 de abril, foi estabelecido um acordo de "anistia aos grevistas; a revisão no Código de Ética; a revisão nos planos de carreira, cargos e salários; o aumento de 25% para o setor administrativo, 45% para o operacional e 60% para os motoristas, além de gratificação pelo exercício funcional em regime de tempo integral" (SANTOS, 2016, p. 91). Porém, já no dia 18 de abril, ficaria claro

[46] Segundo o Jornal do Commercio (MEDO…, 2014, p. 8): "Nas 24 horas seguintes, cerca de 40 supermercados, lojas e agências bancárias de Salvador foram roubados. Segunda a polícia, 28 pessoas foram presas e um adolescente apreendido em ações do gênero. O número de roubo de carros triplicou: de 18, a média diária na cidade, pulou para 60, segundo a Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos." Um dia depois, o mesmo jornal anunciaria que o número de homicídios durante a greve foi de 52.

que uma greve policial geralmente tem repercussões que extrapolam os acordos de finalização. Um dos líderes do movimento baiano, o soldado e vereador Marco Prisco (PSDB), foi preso. A prisão teria relação com uma greve anterior que ocorreu em 2012, mas, por ter ocorrido tão perto do fim da greve de 2014, o ato teve uma conotação de punição e os policiais se reuniram para retomar o movimento paredista. O próprio Prisco os orientou a não deflagrar mais uma paralisação, algo que foi aceito pelos militares. Alguns meses depois, nas eleições do mesmo ano, Prisco conseguiu se eleger deputado estadual pelo PSDB (G1, 2014a; SANTOS, 2016).

A terceira greve policial do período ocorreu no Rio Grande do Norte no dia 23 de abril e durou apenas 10 horas. Policiais e bombeiros militares rapidamente aceitaram o fim da mobilização após a promessa do governo de enviar um projeto de lei de melhoria nos seus cargos e salários para a Assembleia Legislativa até o dia 1º de maio. A proposta foi feita após duas horas de negociações entre os policiais e o governo. Um ponto importante do acordo foi a garantia de nenhuma punição aos que participaram do movimento (DANTAS, 2014). Por fim, a última greve antes da pernambucana e a única não nordestina desse conjunto foi a que ocorreu no Amazonas. Ela foi decretada por uma parcela da Polícia Militar no dia 29 de abril e durou apenas uma manhã. Após uma reunião com o governador José Melo – eleito pelo Partido Republicano da Ordem Social (PROS) – os policiais decidiram encerrar o movimento. Algo bastante representativo do momento dessas greves é que o movimento iniciou com um protesto feito nas proximidades da Arena da Amazônia, em Manaus (G1, 2014j; SEVERIANO, 2014; TOLEDANO, 2014). Como já dito anteriormente, a Copa do Mundo – e suas promessas – é um fator transversal a todos esses movimentos e será também no caso pernambucano.

Como pode-se perceber, a greve dos policiais militares pernambucanos, em 2014, não é um raio que surge em um céu sem nuvem. Porém, ao ressaltar outras greves policiais no Brasil, não estou aceitando uma análise explicativa que coloque o caso da PMPE como mais uma peça a cair em um "efeito dominó". Estou menos propondo uma causalidade que parta do nacional para o estadual do que enfatizando as práticas articulatórias que, mesmo que de forma sobredeterminada, existem nesses processos de reivindicações trabalhistas policiais. Já mencionei que houve processos específicos ao caso pernambucano – como foi explicitado na descrição das passeatas e das negociações frustradas – o que significa, explorando ainda mais a metáfora, que mesmo que não seja um raio em céu limpo, um céu com nuvens não é suficiente para a existência de raios. Por outro lado, não me parece suficiente uma explicação localista que ignore que há sim uma rede de articulações dos policiais militares a nível

nacional. Ou seja, mesmo que não se trate de um mero efeito mecânico de contágio, não me parece à toa a recorrência de que as greves policiais estaduais ocorram geralmente em períodos próximos.

Dito isso, ao analisar os casos de 2014, me distancio da interpretação proposta por Almeida (2010) para as greves estaduais da Polícia Militar em 1997. É extremamente importante a análise que a autora faz utilizando a teoria dos movimentos sociais – em especial utilizando as noções de repertórios de ação coletiva e de ciclo de protestos –, entretanto, sua pretensão de uma explicação causal totalizante, a faz tomar posições fortes demais como a defesa de que a mídia teria "gerado" a proliferação das greves através de sua cobertura. Acredito que seria mais apropriado utilizar a noção de ciclo nacional de greves em um sentido empírico descritivo e aproximando-a da noção de sobredeterminação, enfatizando as influências mútuas dos movimentos – maneira que me aproprio da discussão – do que aproximando-a de um "efeito dominó", com suposta causalidade interna que a autora não consegue demonstrar.

Nesse sentido, para continuar o diálogo com a autora, gostaria de fazer algumas observações acerca da referência ao grande teórico dos ciclos de protestos na teoria dos movimentos sociais: Sidney Tarrow (1995). Ciclo de protestos é uma noção operacionalizada pelo autor nos seguintes termos: "uma onda crescente e decrescente de ações coletivas e suas reações inter-relacionadas cuja frequência, intensidade e forma aumentam e decaem em irregulares proximidades cronológicas" (TARROW, 1995, p. 287). Essa noção está conectada com a de repertório de ação coletiva, pois nos ciclos são mobilizados os repertórios – entendidos como limitados social e historicamente – para realizar as reivindicações. Repertórios, segundo Tilly (1977), não são apenas o que as pessoas efetivamente fazem, mas, justamente devido ao caráter limitado, o que elas sabem fazer e o que é esperado que façam. Além disso, entender as mobilizações com a noção de ciclo é perceber que é dentro deles que ocorrem momentos de inovação – algo que Tarrow chama de forma problemática de "momentos de loucura"[47] – que expandem os repertórios de ação coletiva. Até aqui estou de acordo com Tarrow, as discordâncias surgem quando ele busca resumir o estabelecimento de padrões muito rígidos. Como, por exemplo, quando propõe que os ciclos de protestos "têm caminhos rastreáveis de difusão do centro à periferia" (TARROW, 1995, p. 285), um caminho que iniciaria em áreas altamente industrializadas e seguiria para as mais rurais. Como demonstra o caso há pouco analisado, me parece que o processo é bem mais randômico e

[47] Acredito ser uma forma problemática de nomear esses momentos por conta do que exporei nas considerações finais como crítica às interpretações que se valem de noções como "irracional" e "loucura" para descrever processos que vão além do esperado socialmente.

contingente do que esse padrão define. Do Maranhão a Pernambuco, passando pela Bahia e pelo Rio Grande do Norte, não visualizo uma relação de difusão do centro à periferia.

Apesar do problema da leitura do ciclo de protesto como um modelo pré-determinado, Tarrow coloca uma questão importante: como articular esses momentos em que "o impossível se torna possível" (pelo menos na cabeça dos participantes) e a história anterior e posterior ao momento? Proponho, portanto, um movimento de aproximação e distanciamento de Tarrow – que é não apenas como busco entender a greve da PMPE em relação às outras greves policiais da época, mas também em relação ao ciclo de greves pelo qual passava o Brasil, algo que será discutido no último tópico desse capítulo –, pois ao mesmo tempo que acredito ser necessário remeter as ações coletivas inovadoras ou recorrentes aos ciclos de protesto, defendo que esse não deve servir como fator explicativo de todas as ocorrências de ações coletivas.

Por outro lado, ao pensar o caso de 2014, me distancio igualmente da análise de Oliveira (2001) que afirma ter "comprovado" que a greve da PMPE em 1997 não resultou de qualquer articulação nacional. A entrevista realizada por Almeida (2010) com o Soldado Moisés, na qual ele relembra a sequência das greves em escala nacional e sua influência, é suficiente para jogar uma sombra de dúvida à pretensão de explicação causal de Oliveira focada apenas nas decisões de personagens chaves da polícia pernambucana. Porém, mais importante do que esse argumento histórico, a distância é proveniente da discordância frente a uma explicação causal simples que busca um único fator necessário e suficiente de qualquer processo social. Longe de mim pretender negligenciar a importância das decisões pessoais em processos políticos e de luta pela hegemonia, porém parece-me simplista reduzir uma greve de policiais militares a decisões de uma cúpula. Nesse sentido, para entender a greve da PMPE, como um fenômeno sobredeterminado, é importante continuar a articulação dos muitos processos que a rodeiam e a influenciam.

2.4 A prática policial: como entender as greves policiais?

Como já é possível perceber, há algo de imponderável numa greve de policiais militares. Colocando em termos simples, nesse processo há uma importante transformação: aqueles que comumente reprimem a transgressão passam a ocupar a posição de transgressores. Dessa maneira, qualquer greve da Polícia Militar nos remete a uma questão importante e inevitável: um policial militar em greve é um trabalhador em greve? Antes de enfrentá-la, porém, a deixarei em suspenso por algumas páginas, pois acredito que respondê-la exige anteriormente se questionar: qual o trabalho do policial militar? Nesse tópico, pesarei esse imponderável da greve – mesmo que provisoriamente e parcialmente. Para isso,

percorreremos um caminho delimitado por uma discussão mais conceitual e abstrata da instituição e da atividade policial.

Sabe-se que uma teoria da polícia preocupada em responder o que faz um policial é um terreno em disputa[48]. Em meio a esse terreno, destaco duas características centrais e inter-relacionadas de sua função que nos ajudam a pensar uma greve policial: a relação com a violência e a discricionariedade. A primeira remete à discussão weberiana sobre o Estado e sua pretensão de "monopólio do uso legítimo da violência física" (WEBER, 1970). Mesmo que essa pretensão seja sempre frustrada, a polícia é justamente a força pública cuja finalidade seria garantir esse monopólio. Nesse sentido, a polícia seria mais a expressão de uma reivindicação do que da realização de fato desse controle total e permanente. Porém, independente do monopólio e da legitimidade estarem sempre em disputa, é possível afirmar que, em sua prática, a polícia tem sempre uma relação com a violência. Em outras palavras, ela nem sempre recorre à violência, porém sua existência – e a do Estado – dependem dessa possibilidade (REINER, 1985). Isso deve ser entendido de duas formas: o recurso à violência pelos próprios policiais e o fato deles serem responsáveis por lidar com as violências dos outros que forem consideradas ilegítimas. Decorrente disso, uma constante do trabalho policial é o risco proveniente dessa função de controle social mediada pela relação com a violência. Cotidianamente a polícia paga o preço de sua importância para a oclusão de certos conflitos, i.e., para o controle de quais conflitos são legítimos e como eles devem ser expressados.

Devemos, entretanto, ter em mente que a relação com a violência é sempre mediada por valores (BORBA, 2019), daí a discricionariedade da prática policial. Apesar de organizacionalmente a atividade policial ser definida hierárquica e burocraticamente, o trabalho do policial não é apenas uma soma de tarefas prescritas, isto é, não se segue simplesmente um manual exaustivo que indique o que é ou não tarefa da polícia, mas sim o policial aprende que é preciso, em seu cotidiano, identificar quando e como agir. Portanto, seguindo Monjardet (2003), posso afirmar que a atividade policial não é completamente prescritiva, mas sim envolve um alto grau de discricionariedade[49] que está relacionado não só a vontades pessoais, mas também a sua constituição como categoria profissional.

A falta de uma delimitação precisa dos valores prescritos para a atividade policial deixa clara a abertura que se dá para a discricionariedade. Vejamos: a missão da polícia é

---

48 Para um balanço dessas disputas ver Muniz e Júnior (2014) e Monjardet (2003).

49 Nas palavras de Monjadert (2003, p. 23): "na prática, nenhuma polícia se resume à realização estrita da intenção daqueles que a instituem e têm autoridade sobre ela, à pura instrumentalidade. Há sempre um intervalo, mais ou menos extenso, mais ou menos controlado, mas jamais nulo"

descrita no artigo 144 da Constituição (BRASIL, 1988) da seguinte forma: "a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio". Na própria literatura nacional sobre o assunto ela é muitas vezes descrita como "serviço de segurança pública oferecido à sociedade" (FRAGA, 2005) ou de defesa da "paz social" (MUNIZ; JÚNIOR, 2014). Essas definições em aberto remetem à função de controle que a polícia exerce, porém ainda mais importante deixam entrever – justamente em seu vazio – o caráter político e conflitivo da atividade policial. Há o que se afirma ser esperado que o policial faça[50] e aquilo que ele efetivamente faz, pois entre os dois há sempre uma série de mediações. É interessante o quanto esse desnível se revela na própria definição da palavra discricionário, que é usada tanto para descrever uma escolha arbitrária quanto, juridicamente, uma escolha diante de prescrições legais.

O policial se coloca socialmente como uma autoridade e no seu esforço de fazer valer a ordem o que vivenciamos são relações de poder no sentido weberiano, de imposição de uma vontade em detrimento da outra (WEBER, 1999). Após a discussão sobre a discricionariedade, sabemos que o ordenar é criativo, porém gostaria agora de relembrar que essa maleabilidade tem seus limites. O policial, mesmo quando agindo discricionariamente, é um sujeito importante do processo, pautado em relações de propriedades, de imposição do que é o apropriado. Retomando o já apresentado sobre os pressupostos derivados de Laclau e Mouffe (2001), pode-se dizer que o contingente tem limitações próprias das ordens hegemônicas nas quais se manifesta. Ou seja, o contingente da discricionariedade tem aspectos do sedimentado que é o social. Retomando ainda mais as proposições de Laclau (2013), podemos perceber que essa "ordem" que o policial garante é um significante vazio importante para a constituição do hegemônico.

> Seria uma perda de tempo tentar oferecer uma definição positiva de "ordem" ou "justiça", isto é, atribuir-lhes um conteúdo conceitual, por mínimo que puder ser. O papel semântico desses termos não é expressar *qualquer* conteúdo positivo, mas, conforme vimos, funcionar como nomes de uma plenitude que está constitutivamente ausente. É porque não existe situação humana na qual não ocorra algum tipo de injustiça que a "justiça", enquanto termo, faz sentido. Na medida em que nomeia uma plenitude indiferenciada, não possui um conteúdo conceitual, qualquer que seja: não é um termo *abstrato*, mas, no sentido mais estrito, é *vazio* (LACLAU, 2013, p. 155).

A "ordem" não é uma abstração porque não é um denominador comum frente a distintas concepções daquilo que constitui a "ordem", mas, sim, é um significante vazio porque seu sentido se constitui em conexões atributivo-performativas, de maneira que é reivindicando-a

[50] Do lado daquilo que busca prescrever a atividade policial, há o direito que busca regular essa força "legítima" e que se articula com uma organização institucional pautada numa hierarquia de comandos.

que constituem-se as fronteiras necessárias para a conformação da hegemonia representada por essa "ordem". Dessa maneira, apesar da falta de grandes especificações, é possível defender que ela está relacionada com os regimes de propriedade que se tornam hegemônicos em cada sociedade (DEVENNEY, 2020)[51].

Afastando-me, portanto, das interpretações da função policial que ressaltam um uso autorizado da força controlado socialmente, parece-me mais coerente com o esforço dessa tese retomar a crítica benjaminiana da polícia. Para Benjamin (1986), a polícia tem em si dois poderes, o fundacional e o conservacional, pois ao mesmo tempo que em sua prática tem o poder de fundar "decretos emitidos com força de lei", ela também conserva o direito, pois se coloca a seu dispor. Com isso, vemos que já em Benjamin estava a crítica de uma suposta homologia entre a atividade policial e aquilo prescrito pelo direito e pela sociedade. Isso se desdobra na condição policial como a de um poder informe e de presença espectral – que seria perceptível, para o autor, na forma como a polícia pode agir por "razão de segurança" sem ter que prestar contas com uma determinada finalidade jurídica[52]. Em resumo, há sempre certa maleabilidade e criatividade na ação policial[53].

Entretanto, para o autor, não é só de dissonâncias que se constrói a relação entre polícia e direito, pois entre ambas as instituições há uma continuidade relacionada com a violência. A polícia que conserva o direito não é apenas uma força pública proveniente de um ordenamento jurídico que a institui e pretensamente regula, mas também é o princípio que garante o cumprimento do direito. A crítica da violência em Benjamin não se resume a uma crítica da polícia, é bem mais radical e percebe como em todo contrato há uma violência implícita que o sustenta. A crítica da arbitrariedade da polícia é uma crítica do Estado que se pretende defensor contra as violências, mas que na verdade é constituído através da violência – algo que remete novamente ao clássico tema weberiano.

Dessa maneira, podemos refletir acerca da Polícia Militar hoje, a que tem como atividade-fim principal[54] o policiamento ostensivo que é "exercido pelo policial fardado, em locais públicos, com caráter preventivo, pela observação e fiscalização, com a atitude de

---

51 No capítulo 4 desenvolverei a crítica da propriedade e do apropriado desenvolvida por Devenney, pois nos ajudam a dar contornos ao vazio da ordem.

52 Benjamin está ciente de que também a própria atividade jurídica apresenta esse desnivelamento entre o prescrito e as decisões dos seus agentes, porém, para o autor, apenas no direito haveria uma reflexividade disposta a criticar a decisão local. Discordo que isso não seja fruto de crítica na atividade policial, pois os desníveis são sempre passíveis de medidas disciplinares posteriores e de críticas de outros sujeitos da sociedade, assim como dos próprios agentes policiais.

53 Algo que pode ser letal, como é visto nos chamados "abusos" da atividade policial, em especial nas "espaços de exceção" a que estão submetida a população pobre e negra brasileira (ARANTES, 2014).

54 Muitas atividades são definidas socialmente como policiais, porém a ênfase no policiamento ostensivo se dá tanto por ser a atividade principal quanto por ser a que mais é prejudicada durante uma greve policial.

vigilância, tentando coibir a ação de infratores e evitar a ocorrência de atos delituosos" (FRAGA, 2005, p. 51). Estamos de volta com o policial que entrou em greve em Pernambuco em 2014 e posso finalmente voltar às questões que abrem esse tópico sobre uma greve de policiais militares. Formulei-as em outras palavras, mas para respondê-las posso retomá-la conjuntamente assim: como entender a profissão do policial militar e esse momento de quebra do princípio de subordinação que rege a hierarquia militar?

Como toda categoria profissional, os policiais têm interesses próprios e, portanto, a greve está relacionada ao fato deles serem sim trabalhadores. Seria tolo negar que ser policial é uma profissão, pois é um grupo específico que desempenha uma atividade remunerada. Enquanto tal, é compreensível que esse grupo partilhe uma dimensão simbólica relativa a essa atividade (PONCIONI, 2003), o que obviamente está relacionado com reivindicações profissionais específicas. Porém, concordo com Laclau (2005), que essa não é uma determinação suficiente para a constituição de demandas ou de um ator político. Não há uma passagem automática de uma determinada posição no mercado de trabalho para a formação de uma identidade política em luta. É preciso que haja um processo de articulação das demandas em cadeias de equivalência.

Acerca disso, acredito que discutir a greve policial como apenas mais uma greve trabalhista revela pouco a seu respeito. O desenvolvimento necessário do meu argumento sobre a greve policial se dá ao retomarmos uma característica central da profissão policial: a discricionariedade. Já defendi que a quebra com aquilo que é esperado que os policiais façam acontece no cotidiano mesmo da prática policial, portanto, a greve é um momento paradigmático de ruptura com o prescritivo que, porém, está longe de ser único. Perceber que sempre há quebras naquilo legal e hierarquicamente prescritos, permite diminuir a sensação de incredulidade com a qual a mídia retrata esses processos. Assim, em momentos de greve, os policiais estariam envolvidos em práticas articulatórias que estabelecem as equivalências dessa contingência discricionária que faz parte de suas rotinas.

Ademais, há uma outra característica da polícia que torna essas greves bastante distintas de outras greves profissionais: na greve policial, o uso legítimo da força vira ilegítimo. A relação com a violência não se dá como no cotidiano – mesmo em um cotidiano tão violento quanto o brasileiro – e a hierarquia de comando é desafiada por um ato daqueles que deveriam sempre obedecer. Ao contrário das outras categorias profissionais, os policiais têm direito a ter armas e, dessa forma, são trabalhadores muito peculiares. Isso não é nenhuma novidade, o Estado está ciente que os policiais não são trabalhadores quaisquer e que uma especificidade fundamental de qualquer ação reivindicatória de policiais é seu livre acesso a

armas (RAPHAEL, 2013). Lembremos que em uma greve de policiais militares não é raro que os que protestam estejam fardados e armados, o que ficou evidente no caso dos tiroteios durante a greve pernambucana em 2000, mas também em outros casos nacionais quando os policiais não abandonaram seu repertório militar nas reivindicações de 1997 (ALMEIDA, 2010). Em resumo, isso deixa explícito que o policial não é um trabalhador qualquer, pois, mesmo que submetido ao trabalho assalariado, um policial tem peculiaridades relacionadas à discricionariedade no uso da arma que leva na cintura; peculiaridades que são fundamentais para a compreensão de uma greve dessa categoria.

2.5 As greves de outras categorias em 2014: um novo ciclo

Uma revisão bibliográfica sobre "greve policial" torna evidente que essa literatura tende a enfocar mais o adjetivo do que o substantivo da expressão, ou seja, geralmente há um acumulo maior na discussão conceitual e empírica sobre o policial, mas o aprofundamento é menor nas discussões sobre greve[55]. No tópico anterior salientei as especificidades de uma greve policial através do foco na instituição policial e sua história, mas agora gostaria de recolocá-la em um contexto de greves trabalhistas, para assim articulá-las em um contexto de lutas hegemônicas. Nesse tópico, a polícia deixa de ser a transgressora e retoma dois de seus papéis usuais: de responsável pelo controle dos conflitos provenientes das atividades grevistas e de mediadora entre os grevistas e o governo.

Segundo os jornais utilizados na pesquisa, entre janeiro e maio de 2014, Pernambuco teve vários movimentos paredistas importantes. Dentre eles, é possível destacar o dos Correios que começou em 29 de janeiro e durou até março, quando a greve foi julgada ilegal pelo Tribunal Superior do Trabalho e pressionada a acabar. Os garis recifenses também paralisaram suas atividades no dia 27 de março, ao suspenderem a coleta de lixo e decidirem entrar em greve por questões salariais e infraestrutura mínima de trabalho, como protetor solar. Já no setor de segurança, houve uma paralisação, no dia 05 de abril, dos vigilantes que realizam transporte de valores em Pernambuco. Porém o setor de transporte foi o que teve mais paralisações. Em 30 de janeiro, houve uma greve parcial dos ônibus, organizada pela oposição ao sindicato. No dia 21 de fevereiro, os metroviários pararam por 24 horas. Um mês depois, em 15 de março, os funcionários do Departamento Estadual de Trânsito (Detran) iniciaram uma paralisação que durou alguns dias. E, mais perto da greve da PMPE, no dia 09

[55] O que talvez esteja relacionado com o fato de muitos dos trabalhos serem escritos por policiais, algo perceptível em agradecimentos de dissertações e teses, essa brecha pela qual as subjetividades penetram mais explicitamente no texto acadêmico.

de maio, motoristas e cobradores de ônibus fizeram uma grande paralisação que teve entre seus resultados 467 ônibus depredados.

Sabe-se que as greves no Brasil têm um calendário anual porque geralmente ocorrem nas épocas de disputas em torno dos reajustes salariais de muitas categorias (MARCELINO, 2017), o que pode explicar as reivindicações noticiadas nos jornais, porém, ao que tudo indica[56], a ocorrência de greves em 2014 foi maior do que as já impressionantes 2050 registradas em 2013 (DIEESE, 2015). Um crescimento que coloca esse ano acima do auge das greves do período de redemocratização que ocorreu em 1989 com 1773 greves (NORONHA, 2009). Além disso, o que os jornais apontam de interessante acerca de 2014 é que muitos dos processos mais combativos foram organizados pelos trabalhadores por fora – e apesar – dos sindicatos. As paralisações dos motoristas de ônibus em Recife são um exemplo importante disso, porém o caso mais paradigmático e midiático da época foi o dos garis do Rio de Janeiro. Os responsáveis pela limpeza conseguiram realizar uma forte pressão sob o governo em uma greve autônoma frente aos sindicatos e durante um período que englobou uma época do ano muito importante para o calendário de venda da Cidade Maravilha, o carnaval. Apesar da intransigência do governo nas negociações, ao fim e ao cabo, ele teve que ceder e conceder as demandas dos trabalhadores: dentre elas o impressionante aumento salarial de 37% e a garantia de nenhuma demissão dos grevistas (SILVA, 2018).

Não busco aqui obliterar a existência de greves organizadas por sindicatos combativos[57], mas destacar que "o que chama a atenção em muitos desses movimentos grevistas recentes é que eles se fazem à margem das, e muitas vezes contra as, direções sindicais." (MATTOS, 2016, p. 1147). O próprio Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) defendeu que haveria nesses anos um "desbordamento" das greves desde as categorias com mais histórico de luta (metalúrgicos, trabalhadores da construção civil, bancários e servidores da saúde e da educação) para aquelas com pouco histórico (trabalhadores da indústria da alimentação, da limpeza urbana e serviços de vigilância privada e pública da rede municipal) (DIEESE, 2015). Muitas vezes, as últimas se organizaram "por fora" dos sindicatos, no que concerne tanto à deflagração de paralisações sem o consentimento dos sindicatos quanto de decisão de continuidade das greves quando os

[56] Passados cinco anos, ainda não foram divulgados os dados do DIEESE sobre as greves de 2014: "(...) devido ao grande número de ocorrências, o cadastro das mobilizações deflagradas em 2014 e 2015 no Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE) ainda não está concluído" (DIEESE, 2017, p. 28).

[57] Segundo Marcelino (2017), essas greves autônomas de categorias profissionais mais precarizadas, não foram a maioria quantitativa nesse momento, porém não é possível confirmar isso acerca de 2014, pela falta de dados do DIEESE. O que é possível afirmar acerca desse tipo de greve, independente de quantificações, é que suas repercussões, forma de ocorrência e grau de conflitividade são dados importantes para termos em mente quando forem tratadas as "aberturas de Junho de 2013" no capítulo seguinte.

sindicatos já haviam encerrado o conflito pelas vias institucionais. Ressalto que essa forma de reivindicação coletiva muitas vezes desafia os rumos rotinizados das negociações entre as organizações patronais e lideranças sindicais (CORREGLIANO, 2017).

Isso nos é particularmente interessante porque, como já discutido acima, os policiais militares não se organizam por sindicatos, mas sim por associações, o que tem como principal distinção jurídica o fato de que os sindicatos representam toda a categoria e as associações apenas os associados. Assim como em greves autônomas aos sindicatos, as associações não têm legitimidade para assinar acordos e convenções coletivas de trabalho nem podem atuar legalmente como porta-voz da categoria (NASCIMENTO, 2008) – algo que muitas vezes é desrespeitado como podemos ver com o caso principal aqui analisado. Para fins de comparação, já podemos adiantar a respeito da greve da PMPE em 2014, que, de maneira similar a essas greves autônomas, ela também se caracterizou por uma quebra do que seria o resultado esperado nas negociações entre os policiais e o governo, o que está relacionado com a dificuldade de estabelecimento dos rumos pelas lideranças e representantes das categorias.

Recolocando essa paralisação militar no contexto das paralisações trabalhistas do período, há quase que um consenso na literatura sobre greves de que elas ocorrem em ciclos e esse é o caso do período aqui analisado. Isso pode ser verificado empiricamente, porém estamos novamente diante da dificuldade de explicações causais de variável única – quer seja taxa de emprego, salário, inflação, grau de centralização dos sindicatos, categorias mais propensas à greve ou governos de partidos de esquerda (NORONHA, 2009). Mais do que encontrar as causas, nos é produtivo periodizar, através de recorrências quantitativas e qualitativas, a história recente das greves brasileiras em três momentos principais: um grande ciclo na redemocratização, um período de normalização e um ciclo mais recente.

Segundo Noronha (2009), entre 1978 e 1997, o Brasil viveu um grande ciclo de greves, que esteve articulado com a transição democrática, a superação do modelo desenvolvimentista e um ambiente macroeconômico instável. Havia em curso um processo de inclusão de atores na esfera política, o que influenciava e era influenciado pela proliferação das greves. Depois desse momento, o Brasil viveu um período de baixa ocorrência de greves relacionado ao acirramento do neoliberalismo, ao aumento do desemprego e à reestruturação produtiva em muitos setores (MARCELINO, 2017; MATTOS, 2016). A duração exata desse momento ainda está em disputa[58], pois está relacionada com a definição do início do ciclo mais recente de greve e com distintos diagnósticos acerca dos efeitos da aproximação entre

[58] Ver, por exemplo, as discordâncias entre Noronha (2009) que defende que a normalidade, como chama o período de baixa ocorrência de greves, durou até 2007 e Marcelino (2017) que defende que durou até 2003, sendo 2004 o marco de início de um novo ciclo.

lulismo e sindicalismo na ocorrência de paralisações. Evitando entrar nesses debates, interessa-me menos estabelecer uma temporalização precisa desse novo ciclo do que defender que ele existe e que as greves trabalhistas que estou analisando, inclusive a da PMPE, estão imersas nesse processo.

A fase de pico desse ciclo recente ocorreu entre 2013 e 2016, com índices anuais que provavelmente[59] ultrapassam 2000 greves. Comparando com os dados da década de 2000, houve um aumento de ocorrências e do número de horas paradas, apesar de ter havido a diminuição do tempo médio de cada greve. Houve também uma oscilação entre o setor público e privado com relação à maioria dos trabalhadores que reivindicaram, sendo 2013 a maioria do setor privado e 2016 do público. Por fim, de acordo com a definição do DIEESE, as greves tiveram, tanto em 2013 quanto em 2016, mais pautas defensivas – relacionadas à defesa de direitos ou conquistas – do que ofensivas – demandas por melhorias ainda não conquistadas. Algo que diferencia 2013 e 2016 do período entre 2004 e 2012 que teve uma predominância de pautas progressivas (MARCELINO, 2017). Por último, acerca das categorias em greve vale relembrar que esse é o período definido pelo DIEESE como de "desbordamento", com o aumento de participação de novas categorias precarizadas. No caso específico dos servidores estaduais da segurança pública, que é um setor que nos interessa particularmente, um dado interessante é que houve um progressivo aumento de 18 greves em 2012 para 51 em 2013 e 57 em 2016, para depois diminuir novamente em 2017 para 41 greves e, por fim, 26 paralisações em 2018 (DIEESE, 2013; 2015; 2017; 2018; 2019).

Em termos abrangentes e pensando para além das greves é possível afirmar que o sindicalismo durante o lulismo esteve marcado tanto por vitórias relativas a questões econômicas imediatas quanto pela moderação da atuação política (GALVÃO, 2014). Houve uma valorização dos trabalhadores com efeitos positivos na sua capacidade de mobilização. Em vez de uma possível anulação da ocorrência de greves, a aproximação – que pode ser entendida pelo fato de ambos terem uma origem comum em processos que ocorreram no final da ditadura militar[60] (GALVÃO, 2014) e também pela busca de conciliação típica do lulismo no poder – se refletiu no fato de que, entre 2003 e 2015, "parte considerável das greves foi realizada pelos setores próximos aos governos (metalúrgicos e bancários, por exemplo) dos quais saíram grande parcela dos 1300 cargos ocupados por sindicalistas" (MARCELINO,

---

59 Reitero que o "provavelmente" se deve pela falta de dados do DIEESE sobre 2014 e 2015.

60 As décadas de 1970 e 1980 são o palco onde "novos personagens entram em cena" (SADER, 1988), um processo no qual surgem, dentre outros, a Central Única de Trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores (PT). Ou seja, um novo sindicalismo e uma nova política partidária vão sendo gestados ainda durante a ditadura e hegemonizam a esquerda nacional no que viria a ser conhecido como o "campo democrático popular".

2017, p. 215). A realização de greves não seria, portanto, um indicador suficiente de insatisfação com o governo, pois pode também representar uma insatisfação com salários e a "percepção de que os governos do PT facilitaram a luta e, portanto, não eram os inimigos." (MARCELINO, 2017, p. 215).

Porém, antes de qualquer conclusão apressada que afirme que o sindicalismo esteve governando o Brasil durante o lulismo, ou que tenha sido simplesmente cooptado, é preciso ressaltar que ele foi uma "força subordinada" (MARCELINO, 2017) de um projeto maior do qual fazia parte. Nesse sentido, o sindicalismo do período, apesar de sua moderada capacidade de influência sob o governo, pode ser entendido como mais uma força de apoio ao lulismo no poder, ou seja, do projeto político centrado na figura de Lula de diminuição ao máximo dos polos de antagonismo do social[61] (MENDONÇA; LINHARES, 2019). O que significa que, durante o período, o sindicalismo experienciou um processo de "conciliação" e "colaboração" que significou um aumento da busca de institucionalização de suas demandas e o estímulo a busca de interesses econômicos imediatos (GALVÃO, 2014). Juntamente com um aumento da formalização e consequente favorecimento do poder de barganha dos trabalhadores e com a experiência acumulada das direções sindicais, isso resultou geralmente em significativos ganhos salariais (MARCELINO, 2017).

Dessa forma, percebemos que o sindicalismo do ciclo recente de greves está longe em intenção do que Sorel (2012), em suas reflexões sobre a violência, chama de "greve geral", aquela que seria uma intuição da dissolução do capitalismo e que se manifestaria como uma revolta que recorre à violência. O sindicalismo é visto por Sorel como a possibilidade de um "partido do trabalho" e, em seus embates constantes com os patrões e o Estado, teria como função denunciar o que ele chamava de "governo dos assassinos". Passados mais de um século e cruzando o Atlântico vindo da França para o Brasil, o ciclo recente de greves durante o lulismo e seu declínio deixa claro que o sindicalismo pode também ter relações de colaboração com o Estado e que raramente busca a superação do capitalismo. Estamos, portanto, próximos do que Sorel chamou de "greve política", na qual há uma busca de ajustamento entre os meios e os fins para a conquista de pautas particulares, algo que seria compatível com os intuitos da elite patronal e estatal.

Tendo definidas as características do novo ciclo de greves, como conclusão desse capítulo gostaria de ressaltar que colocar uma greve policial em relação a outras greves

[61] Concordo com a leitura de Mendonça e Linhares (2019) que utiliza a teoria de Laclau acerca do populismo para compreender o lulismo. Apesar das nuances dos distintos períodos do lulismo, para o que nos interessa agora é possível afirmar reduzidamente que, em seu período governando o Brasil, ele demonstrou uma capacidade extraordinária de lidar com as demandas de forma isolada evitando a formação de cadeias de equivalência e assim negociar com os distintos setores sociais, desde os sindicalistas até o capital financeiro.

trabalhistas tem claras conotações políticas. Como ilustra o caso da greve da PMPE de 1997 e a quase aproximação da CUT, a esquerda e o sindicalismo há muito debatem acerca dessa relação, pois de sua resposta viriam possibilidades de articulação política. Deixarei em aberto essa perspectiva mais estratégica, porém gostaria de salientar que a distância que geralmente ocorre entre esses dois fenômenos pode ser compreendida no próprio processo de formação da polícia. Pois durante o longo processo de conformação da polícia moderna foi buscado intencionalmente o distanciamento entre as instituições policiais e a comunidade – a última sendo compreendida como o lugar do crime. Uma relação muito próxima poderia colocar em perigo a construção de um espaço impessoal de garantia de cumprimento das leis (BRETAS, 1997). Mesmo que ideias como as de um "policiamento comunitário" ou de uma "polícia cidadã" relativizem essa tendência, assim como os possíveis imbricamentos da polícia com atos criminosos, é inegável que há distanciamentos cotidianos entre a atividade policial e todos os outros que são seu alvo. No caso específico das greves, é evidente que existem dificuldades na articulação do sindicalismo das outras categorias com a instituição que as reprime quando estão em processos reivindicatórios. Ainda assim, reforço o argumento implícito desse último tópico de que uma proliferação de greves trabalhistas pode estar articulada, mesmo que indiretamente, com a realização de uma greve policial. Esse foi o caso em 1997 e, como demonstrei por último, também em 2014.

3 O COMEÇO DA GREVE DE 2014 E OS ANTECEDENTES DOS SAQUES EM ABREU E LIMA

Tendo em mente o contexto geral da deflagração da greve, esse capítulo tem dois objetivos principais: analisar o começo da greve da PMPE e os antecedentes dos saques em Abreu e Lima. Exporei o ocorrido nos dias 13 e 14 de maio em Pernambuco. Iniciarei com o processo de deflagração da greve contextualizando-o em termos econômicos e de política institucional. Depois lidarei com a estrutura policial brasileira para especificar o que significa somente os policiais militares entrarem em greve e esclarecer o lugar dos bombeiros nessa estrutura. Veremos o que ocorreu de mais importante na parte inicial da greve, a saber, os aquartelamentos, os boatos e as negociações frustradas. No momento em que começam os saques, na noite do dia 14 em Abreu e Lima, interromperei a linearidade da cronologia e articularei com os processos que os precedem, para assim fazer um debate com a sociologia da ação coletiva e dos movimentos sociais acerca de violências coletivas e redes de conflitos. Desenvolverei também alguns aspecto relevantes do contexto no qual ocorreriam os saques, portanto, lidarei com a história de Abreu e Lima e alguns dos seus índices socioeconômicos. Por fim, em busca de um olhar mais amplo, será explorada a articulação dos saques com a abertura societária iniciada em junho de 2013, visto que os repertórios violentos foram amplamente utilizados nesse momento.

3.1 13 de maio: a deflagração da greve após governos Campos, os grevistas e a arquitetura institucional da segurança pública brasileira

No dia 13, começou a greve da PMPE. Mesmo que o governo, representado pelo então secretário da casa civil, Luciano Vásquez, tenha dito à tarde que não existiria nenhum indício de greve, o dia começou com os jornais afirmando que ocorreria uma passeata e que policiais e bombeiros poderiam decretar uma greve geral (PENA, 2014b). A Associação de Praças, Policiais e Bombeiros Militares de Pernambuco (Aspra-PE) relembrava que a pauta de reivindicações já havia sido entregue no mês anterior e que até então o governo não havia dado retorno. “Estão fazendo campanha presidencial ostentando redução da violência por conta do Pacto pela Vida, mas não há a valorização do policial” (PENA, 2014b, p. 4), denunciava um dos diretores da Aspra-PE, o sargento Ricardo Lima. Ele se referia à campanha presidencial de Eduardo Campos (PSB), que havia sido governador de Pernambuco entre 2007 e 2014. Um mês antes da greve, Campos deixou o governo para disputar a eleição, porém, antes de ocorrer a votação, faleceu em um acidente aéreo no dia 13 de agosto.

Campos era herdeiro político do seu avô Miguel Arraes, mencionado anteriormente por ter sido governador durante a primeira greve da PMPE. Apesar de não mais ocupar oficialmente posição de comando no governo estadual, Campos foi um ator importante durante esse processo – algo que fica visível já nas declarações do dia de sua deflagração. Com relação ao seu mandato de governador, ele fez uma gestão que permite pensarmos na existência de um lulismo em nível estadual. Não porque o governo estadual tenha sido uma extensão da política nacional, pois, apesar dos muitos consensos – que se iniciam antes de se tornar governador e têm como momento paradigmático o momento em que Eduardo Campos foi ministro da ciência e tecnologia do primeiro governo de Lula da Silva –, houve também dissensos – que se acentuam nos mandatos de Dilma Rousseff e que culminam no rompimento do PSB com o PT e com a candidatura presidencial de Campos. Tampouco falo de um lulismo em nível estadual somente porque seu governo coincide temporalmente com o auge do lulismo no poder, mas principalmente por sua capacidade de articulação de interesses conflitivos, pela construção de uma hegemonia personalista e por seu programa de reformismo lento e gradual, no qual o Estado desempenhou um papel econômico importante como agente e indutor de investimentos (SINGER, 2012).

Assim como em nível nacional, a gestão de Campos obteve certos resultados econômicos positivos, acentuando um cenário anterior ao seu primeiro mandato no qual o desenvolvimento de Pernambuco começava a apresentar uma melhoria no desempenho se comparado aos desempenhos nordestino e nacional[62] (LIMA; SICSÚ; GATTO, 2007). O governo de Campos se beneficiou ao ser iniciador e continuador de uma série de projetos de investimento que fortaleceram o dinamismo econômico estadual. Isso ocorreu graças a uma articulação com investimentos nacionais que foram importantes na consolidação, por exemplo, do Porto de Suape, do Estaleiro Atlântico Sul, da Refinaria Abreu e Lima e do Polo Automotivo em Goiana[63]. Houve uma expansão na geração de empregos formais e um aumento significativo do investimento público. Como adiantado pelo uso da expressão lulismo em nível estadual, Campos contou com uma grande articulação com o capital privado, como no caso da parceria público-privada com o Grupo Odebrecht para a construção da Arena Pernambuco (AMÂNCIO, 2014).

---

[62] Esse índice relativamente superior ao regional e nacional se manteve em seu governo. No caso de 2014, época que Campos sai do governo e na qual ocorre a greve e os saques aqui analisados, o PIB pernambucano apresentou um crescimento de 2,0%, que era abaixo dos últimos anos, mas ainda assim era maior do que o crescimento de 0,1% do PIB nacional (BLOG, 2014).

[63] Dentre eles, dois aparecerão novamente mais a frente, pois têm relações mais diretas com os processos aqui analisados: o Complexo Industrial Portuário de Suape e o Polo Automotivo em Goiana. Ambos são importantes mercados de trabalho para os abreu-limenses e, ademais, em Suape ocorreu uma greve que foi reprimida na primeira ação após o Exército ser mobilizado para substituir a Polícia Militar em greve.

Esses avanços econômicos já foram atribuídos à competência pessoal de Eduardo Campos e, também, à implementação de um "novo modelo gerencial" (AMÂNCIO, 2014; MARINI; MARTINS, 2014). No começo da gestão de Campos, foi implementado um modelo integrado de gestão, envolvendo toda a sua administração, que estava baseado no método PDCA – sigla que se refere à expressão em inglês: *plan* (planejar)*, do* (fazer)*, control* (checar)*, act* (agir). No primeiro momento é realizado o planejamento e a formulação, no segundo a implementação, no terceiro o monitoramento e no último a avaliação e as ações corretivas. Essa forma de gerir o Estado, esteve baseada em uma pesquisa da Secretaria de Planejamento e Gestão de Pernambuco que pretendia unir "as ferramentas da gestão por resultados, as boas práticas gerenciais utilizadas na iniciativa privada, as experiências vividas com a construção de planejamentos estratégicos nos órgãos públicos [e] as experiências exitosas de outros estados e empresas, colhidas nas visitas técnicas realizadas" (CRUZ; MARINI; LEMOS, 2014, p. 5). A gestão estatal era, dessa maneira, pensada em consonância com as formas de gestão de uma empresa privada, pois tinha como um dos nortes principais a ideia de que a gestão funcionava como uma cadeia de valor[64], na qual a sociedade é tanto a origem quanto o destino da produção. Isso teria se refletido na própria equipe de Campos, pois, segundo matéria veiculada no jornal Estadão, a gestão "apostou numa equipe jovem nos principais postos, secretários com pouca ou nenhuma vinculação política" (RIBEIRO, 2013).

Porém, essa é uma interpretação do acontecido que negligencia outra parte muito importante. A gestão a partir de um novo modelo gerencialista convivia com práticas bastante tradicionais na política institucional local. Para uma determinada perspectiva de Weber[65] (1999), a dominação patrimonialista se caracteriza pelo uso da coisa pública como se fosse particular, ou seja, uma apropriação pessoal do Estado. Toda forma de administração governamental dependeria de alguma forma de dominação e a patrimonialista seria um tipo específico da dominação tradicional, na qual "o decisivo é o fato de que os direitos senhoriais e as correspondentes oportunidades, de todas as espécies, são em princípio tratados *da mesma maneira* que as oportunidades privadas" (WEBER, 1999, p. 155). Essa definição se aproxima descritivamente a um governo que, por exemplo, empregou largamente parentes de Campos e de sua esposa na administração estadual (DE GOIS, 2013), assim como pelo eventual uso dos

[64] Na definição de Cruz, Marini e Lemos (2014, p. 6), "cadeia de valor é um conceito do campo da administração cujo significado representaria o conjunto de atividades desempenhadas por uma organização, desde as relações com os fornecedores até a fase de distribuição final do produto (venda), envolvendo todos os ciclos de produção. Portanto, com etapas definidas de início, meio e fim de um ciclo produtivo."

[65] Evito aqui o exercício exegético da obra weberiana, assim como os seus diferentes desdobramentos no pensamento social brasileiro. Para os fins analíticos que aqui proponho, utilizarei a definição de patrimonialismo formulada no capítulo 3 do primeiro volume de Economia e Sociedade, sabendo que outras formulações para o conceito estão presentes na obra do autor, como demonstra Sell (2017).

meios de comunicação oficiais para promoção pessoal de Campos (NASCIMENTO; MELO, 2014). Além da definição organizacional do conceito de patrimonialismo – relacionada com o uso privado daquilo que é público –, Weber também busca dar conta da maneira específica de legitimação que ocorre sob essa forma de dominação. Segundo o autor, a legitimação patrimonialista se daria pelo apelo à tradição. No caso de Campos, é possível perceber o quanto a imagem e o legado de Arraes foram importantes não só para a sua eleição, mas também para seu governo (DE GOIS; IGLESIAS, 2014).

É necessário, entretanto, atualizar e complexificar o debate sobre patrimonialismo se quisermos nos aproximar ainda mais do que se passou nos governos Campos. Para tanto, trago a noção de neopatrimonialismo defendida por Domingues (2008), que se vale da vasta produção nacional a respeito do patrimonialismo para sublinhar três características importantes do fenômeno na contemporaneidade. Em primeiro lugar, o fato de que se o Estado é o centro do patrimonialismo, ele também é sustentado pela atuação de outros agentes societários. O que significa que não foi somente por uma vontade pessoal de Campos e de sua administração que o governo estadual teria tido traços patrimoniais. Em segundo lugar, a legitimação não advém somente da tradição, mas também de seu caráter moderno e modernizador. Para Domingues, um apelo ao desenvolvimento econômico e social é característica fundante do neopatrimonialismo. Como já apontado acima, esse é o caso de Pernambuco entre 2007 e 2014. Por fim, há uma lógica dual que faz com que as práticas neopatrimonialistas sejam escondidas por discursos pautados na reivindicação do Estado racional-legal. O que remete à lógica dual que atuava sob o governo Campos: ao mesmo tempo que era posto em prática – e propagado como um grande avanço – um modelo de gestão PDCA, sob as diretrizes do capital privado, o governo se valia de práticas do patrimonialismo em sua formulação weberiana, como as identificadas no uso daquilo que é público como se particular fosse.

É sob os rescaldos desses dois mandatos de Campos que a passeata do dia 13 se concentrou na Praça do Derby às 13h. Seguindo com um trio elétrico pela Avenida Conde da Boa Vista, a passeata chegou à sede do governo estadual às 16:30h. A expectativa da organização do ato era de que mais de cinco mil militares participassem do protesto, porém, sob forte chuva, foram apenas cerca de dois mil policiais e bombeiros protestando – o que representa quase 8% dos cerca de 25109 policiais militares estaduais que trabalhavam na época (PERNAMBUCO, 2012). Havia policiais de diversas regiões do estado e o objetivo declarado, inicialmente, era o de cobrar uma nova reunião para continuar as negociações acerca das demandas apresentadas anteriormente. Mas, no fim da passeata, os policiais

decretaram greve por tempo indeterminado depois de uma reunião com os secretários da casa militar, coronel Mário Cavalcanti, e da casa civil, Luciano Vasquez. A decisão da deflagração foi tomada em frente ao Palácio Campo das Princesas. Nesse momento, os policiais se reuniram com deputados estaduais na Assembleia Legislativa e pediram apoio aos parlamentares.

Joel da Harpa[66] começou rapidamente a aparecer como um dos líderes da greve. Segundo ele, o fato do governo não ter delimitado um prazo para uma resposta às reivindicações dos militares foi o motivo da greve ter sido deflagrada naquele momento. O principal impasse ocorreu com relação ao prazo para concessão dos ganhos salariais demandados pelos policiais. Em uma entrevista à TV Jornal (2014e), Joel da Harpa afirmou que a paralisação só acabaria quando "houvesse um resultado significativo nessa questão salarial". Perguntado, em outra entrevista, sobre a lei que determina um prazo de 72 horas para que uma categoria deflagre greve, Joel da Harpa respondeu que "a categoria tem o direito de começar a paralisação a partir de hoje porque os policiais já decretaram estado de greve há mais de 15 dias. Essa foi a segunda reunião que tivemos com o governo e todos já estavam cientes dessa paralisação, caso a gestão não se pronunciasse até a última segunda-feira" (COSTA, 2014a). O governo prontamente afirmou que estava cumprindo acordos estabelecidos em 2012, inclusive com a projeção de um aumento a ser efetivado, em junho daquele ano, de 14,55% na folha de pagamento da categoria, e que acionaria a justiça para decretar a greve inconstitucional. Os pernambucanos começaram rapidamente a expressar apreensão, mas os jornais afirmam que, até a noite do dia 13, não houve um aumento relevante do registro de atividades criminais.

Sobre o quantitativo da adesão dos grevistas, é compreensível que não tenhamos dados muito concretos com relação a uma greve autônoma de policiais, portanto, informações conflitantes foram divulgadas pelas organizações policiais e pela mídia. A TV Jornal (2014e) afirmou que, segundo o movimento grevista, 80% do efetivo da Região Metropolitana do Recife aderiu à paralisação. Já segundo a Folha (PENA, 2014a), a Aspra-PE teria dito que 90% da corporação teria aderido. Ainda de acordo com a Folha, o Batalhão da Polícia Rodoviária estimou em 2 mil o número de grevistas. Não se sabia exatamente, naquele momento, o que iria realmente parar, mas era esperado que apenas continuassem em funcionamento os serviços essenciais como o cuidado ao armamento e ao Hospital da Polícia

[66] O "perfil parlamentar" de Joel da Harpa publicado no site da Alepe o descreve, em 2019, da seguinte maneira: "filho de Jaboatão dos Guararapes, cristão, o policial militar Joel Maurino do Carmo, o deputado Joel da Harpa, está em seu segundo mandato na Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe)" (PERFIL…, 2020).

Militar, assim como as ocorrências em flagrante. Os soldados teriam sido orientados pelo movimento grevista a se recolher nos quartéis e não fazer rondas em viaturas nem policiamento a pé ou de moto, o que afetaria também os serviços do Batalhão de Choque e dos agrupamentos da Ronda Ostensiva com o Apoio de Motocicletas (Rocam)[67]. Entretanto, sabe-se que uma das divisões da PMPE não teve suas funções completamente paradas e participou ativamente da repressão aos saques que viriam no dia seguinte: a Companhia Independente de Operações e Sobrevivência em Área de Caatinga (Ciosac)[68].

Antes de nos debruçarmos sobre o que se passou no desenrolar da greve, é preciso esclarecer quem decretou a greve. Já sabemos que foi uma greve da polícia e dos bombeiros militares pernambucanos (e não dos policiais civis), porém se faz necessário descrever a estrutura compartimentalizada da segurança pública brasileira para entendermos o que significa, dentre os policiais, somente os militares entrarem em greve e deles serem aqui priorizados à custa de certa negligência aos bombeiros militares. É bom termos em mente que existe uma arquitetura institucional da segurança pública brasileira que delimita como as instituições devem agir e coordenar suas ações, ou seja, "a arquitetura institucional da segurança pública, desenhada pela Constituição Federal, envolve a distribuição de responsabilidades e autoridade entre a União e os entes federados, assim como a identificação dos atores institucionais, sobretudo as polícias" (SOARES, 2019, p. 273).

Como foi dito no capítulo anterior, a distinção entre Polícia Militar e Civil tem uma história nacional antiga que remonta à origem da polícia brasileira. O que se vê na atualidade e é definido pelo artigo 144 da Constituição (BRASIL, 1988), é que a Polícia Militar é responsável pelo patrulhamento ostensivo das ruas e pela preservação da ordem pública, o que torna central o flagrante como forma principal dessa instituição combater o crime. Assim, durante uma greve da Polícia Militar, é justamente a repressão de atos ilícitos capturados no momento de sua realização – o flagrante – que se torna mais prejudicada. Em termos profissionais, existem duas carreiras independentes que geram uma clivagem interna entre oficiais (ou alto comando) e os praças. Percebemos a materialidade dessa clivagem no momento mesmo das greves dos policiais militares em Pernambuco. Nas três greves, os praças foram os iniciadores e impulsionadores, porém, em 2014, apesar da maioria ser composta de praças, houve uma pequena adesão dos oficiais, algo que já havia ocorrido em 1997.

---

[67] O Batalhão de Choque é a unidade da Polícia Militar responsável pelo controle de multidões e distúrbios. Já a Rocam é a unidade de policiamento ostensivo que utiliza motos para deslocamento.

[68] Companhia especializada em patrulhamento na região da Caatinga e que posteriormente mudou de nome para Batalhão Especializado de Policiamento do Interior (BEPI).

Uma das questões centrais para entendermos a Polícia Militar é justamente seu caráter militar, pois ela funciona como força auxiliar e reserva do Exército, o que na prática funciona "como pequenos exércitos desviados de função" (SOARES, 2019, p. 32). Isso tem duas decorrências bastante significativas: as corporações militares lidam com inimigos – no caso das polícias são os internos, os "elementos suspeitos" – e a hierarquia militar é extremamente burocrática e define que as ordens devem ser prontamente executadas, sob risco de penalizações, como já explicitado no capítulo anterior. Acerca disso, como sistematiza Soares (2019), as polícias militares têm "dois senhores", pois há duas cadeias de comando que regem suas ações. Uma delas liga as instituições ao mando do governador estadual e é responsável pela "orientação e planejamento" da ação policial. Já a outra tem como autoridades principais o ministro da defesa e o presidente da república e é responsável pelo "controle e coordenação".

A Polícia Civil, que continuou suas atividades durante a greve e teve que assumir algumas funções da Polícia Militar, tem como atividade mais importante a investigação dos crimes, portanto, faz o papel de polícia jurídica. Apesar dessa definição constitucional, durante a greve ficou claro que a Polícia Civil, em especial o delegado de Abreu e Lima, Alberes Félix, exerceu a função de patrulha ostensiva e foi um ator importante no desenrolar dos saques. Em Pernambuco, o efetivo de policiais civis estaduais era, durante o ano da greve, de 4800 policiais (VIEIRA, 2014), o que é menos de um quinto da quantidade de policiais militares. A Polícia Civil tem uma organização estadual e outra federal. A Polícia Federal é a única que pode desempenhar o "ciclo completo" da atividade policial, ou seja, "a investigação criminal e o trabalho ostensivo, uniformizado, preventivo" (SOARES, 2019, p. 274). Uma divisão específica da Polícia Federal é a rodoviária que tem como função o patrulhamento ostensivo das rodovias federais. Apesar de sua circunscrição bem específica, a Polícia Rodoviária Federal (PRF) foi a primeira que lidou com os saques em Abreu e Lima e, por isso, aparecerá em destaque na análise. Já a Guarda Municipal é, ainda segundo a Constituição, aquela destinada à proteção de bens, serviços e instalações do município, portanto deveria auxiliar principalmente na segurança patrimonial. Porém, na prática, "há centenas de guardas municipais que atuam como entidades análogas às instituições policiais, particularmente às militares" (SOARES, 2019, p. 277). Com relação à Abreu e Lima, de acordo com um dos entrevistados, "não foi instituído ainda uma Guarda Municipal que possa dar conta da segurança municipal" (entrevista André, 15/03/2018).

Por último, devemos lidar com os bombeiros militares, também em greve em 2014. Eles são responsáveis constitucionalmente pela defesa civil e desempenham funções variadas

como, principalmente, prevenção e combate a incêndios, salvamentos e primeiros socorros. Porém, por estarem envolvidos na arquitetura institucional da segurança pública e por suas vinculações com as organizações militares, algumas vezes os bombeiros extrapolam essas funções "em ações voltadas para as questões sociais, assistenciais e de prevenção primária da violência" (COSTA, 2008, p. 46). É uma particularidade brasileira a predominância dos bombeiros militares em relação aos voluntários ou profissionais da sociedade civil. Isso tem consequências óbvias, pois, se no caso das polícias isso já se coloca como um problema, uma aproximação das funções dos bombeiros com as de um Exército é ainda mais estranha porque só com certo malabarismo retórico é possível defender que o inimigo a ser combatido é o fogo ou as calamidades públicas.

Sendo militares, os bombeiros desenvolveram, na história recente do país, uma relação que variou entre dependência e autonomia com relação às polícias militares. Durante o período ditatorial, aumentou a subordinação dos bombeiros à Polícia Militar, o que está relacionado com uma maior precarização da sua função, pois a prioridade, naquele momento, eram as atividades de "manutenção da ordem interna". Mesmo que em alguns estados os bombeiros ainda estejam subordinados à polícia, na maioria, a emancipação dessa relação ocorreu a partir de 1988 com a promulgação da constituição que delimitava funções distintas para as corporações. No caso pernambucano, os bombeiros militares só se tornaram independentes da PMPE em 1994 (LOBO, 2002), porém, mesmo que tenham se autonomizados, os bombeiros permanecem organizados sob o Decreto-lei de 1969, que mantém uma organização, estrutura e rigidez típicas de organizações policiais militares (COSTA, 2008). Uma das implicações que mais nos interessa do caráter militar dos bombeiros é o fato deles, assim como no caso dos policiais, terem o direito de greve negado, sob possibilidade de punição como revolta ou motim. Os bombeiros de Pernambuco participaram de todas as greves da PMPE: 1997, 2000 e 2014. Porém foram negligenciados pela mídia e pelos trabalhos acadêmicos, pois geralmente são simplesmente citados ou completamente esquecidos. Não será dessa vez que terão a devida atenção, porque, como se sabe, o foco central dessa tese são os saques que ocorreram em Abreu e Lima. Dado que os bombeiros não estão relacionados diretamente com esses saques, mais uma vez ficarão na sombra dos policiais militares.

3.2 14 de maio: negociações e aquartelamento em um dia de medo e boatos

Na madrugada entre 13 e 14 de maio, pelo menos três fiteiros[69] são arrombados no centro de Recife, na rua Riachuelo e rua do Hospício. Elizabete Cosmo, de 47 anos, dona de um dos fiteiros reclamou: "se no primeiro dia já aconteceu isso imagina se demorar mais. Para a população essa greve é horrível" (FREIRE, 2014). Entretanto, como nenhuma loja de médio e grande porte foi afetada, os jornais e as organizações de comerciantes, não consideraram esses casos o começo de uma onda criminal ocasionada pela greve. Mais adiante, a Câmara de Dirigentes Lojistas do Recife (CDL-Recife) negou ocorrências de assaltos ao comércio desde a deflagração da greve até a tarde de 14 de maio. Apesar disso, já havia uma apreensão no estado em relação ao que aconteceria e quais medidas seriam tomadas para minimizar a ausência dos policiais. A prefeitura recifense informou que a Guarda Municipal estaria em alerta, especialmente durante a noite, através do Grupo Tático Operacional (GTO)[70]. As companhias de transporte, tanto de ônibus quanto de metrô, afirmaram que no dia 14 funcionariam normalmente. Acreditavam que assim seria porque já contavam com serviços de segurança particular que atuavam nos terminais independentemente da ação dos policiais militares. Os grandes shoppings centers da Região Metropolitana do Recife informaram à Folha de Pernambuco (FREIRE, 2014) que o expediente seria o usual e que não haviam providenciado nenhum esquema de segurança diferenciado. Essa sensação de que tudo estaria sob controle era estimulada pelo governo estadual que, apesar das evidências, relutava em acreditar em uma paralisação total e afirmava que nenhuma ação seria tomada até que se confirmasse a adesão do efetivo. Um dado interessante a esse respeito é que o Diário Oficial (PMS, 2014), veiculado na manhã do dia 14, fala de negociações com policiais, mas não menciona a deflagração da greve que ocorrera na noite anterior.

Apesar dessa pretensa normalidade, alguns indícios já revelavam que algo estava acontecendo. Em entrevista à Folha de Pernambuco (FREIRE, 2014), o presidente da CDL-Recife, Eduardo Catão, relatou preocupação com a possibilidade de saques e arrastões, mas afirmou que o comércio já tem lidado com a precariedade na área da segurança cotidianamente: "há muitos bairros, e mesmo no centro da cidade, em que os donos das lojas se unem e pagam seguranças particulares, inclusive durante a noite. Mas é claro que não saem da nossa memória as imagens de barbárie durante a greve da PM em Salvador, recentemente". Em outra matéria da Folha de Pernambuco (SANTOS, 2014) os saques também são mencionados antes de qualquer ocorrência, ou seja, é interessante notarmos que o medo dos

[69] Fiteiro, em Pernambuco, são as bancas ou carrinhos que vendem doces, cigarros e artigos utilitários pequenos em geral.

[70] O Grupo Tático Operacional é uma unidade da Guarda Municipal "responsável pelas operações de controle de distúrbio civil e as operações de caráter ostensivo no âmbito das atividades de segurança urbana" (PREFEITURA, S.d).

saques surge antes dos saques. Medo esse relacionado novamente, por Catão, com o acontecido na greve dos policiais militares da Bahia que aconteceu um mês antes, em abril de 2014. Uma fala bastante ilustrativa desse sentimento, foi registrada em Altinho pela TV Asa Branca (2014). Amaro Bezerra da Silva, um senhor aposentado, em entrevista afirmou que "com a polícia na rua já faz medo e sem a polícia como é que vai fazer? Entram em greve, você tem que ficar preso dentro de casa, não pode estar na rua".

Pela manhã ocorreu uma assembleia dos policiais às 10h, em frente ao Palácio do Campo das Princesas, para decidirem os encaminhamentos da greve e para aumentarem a pressão sobre o governo. Segundo informação dos grevistas ao Diario de Pernambuco (POLICIAIS…, 2014), a adesão era grande em todo o estado e caravanas do interior estariam seguindo em direção ao Recife, para aumentar a manifestação. Porém, tanto os grevistas quanto o governo continuavam sem balanços mais precisos de quantos policiais haviam parado e quais os serviços teriam sido afetados[71]. Havia uma discussão tática relativa à escolha entre ficarem aquartelados ou acamparem em frente à sede do governo. Em vez de uma decisão unificadora, o que se viu foi a adoção de ambas as ações, pois ao mesmo tempo em que as viaturas policiais e uma parte do contingente ficaram recolhidos durante o dia nos batalhões, centenas de policiais acamparam em frente ao Palácio do Campo das Princesas fazendo apitaços e gritando "a PM parou, a PM parou". Estabelecia-se naquele momento um diálogo com o histórico de luta da instituição, pois o aquartelamento é uma ação coletiva que vem sendo largamente utilizada por policiais em greve[72]. Ele tem como vantagens ser uma proteção contra as sanções que podem sofrer os militares caso não compareçam ao trabalho e, ainda assim, manter os impactos da greve, pois garante a paralisação do serviço nas ruas.

---

[71] De acordo com os relatos dos jornais sabe-se de alguns desses serviços paralisados. Em Recife há menções ao 16º Batalhão, no Cais de Santa Rita, pontos móveis da Polícia Militar instalados no centro da cidade, o Centro Integrado de Operações de Defesa Social (Ciods) não estava repassando as ocorrências para os batalhões e a Delegacia de Plantão de Santo Amaro não estava atendendo as chamadas. Porém, a adesão não foi apenas na capital do estado. José Roberto Vieira, presidente da Associação de Praças Policiais e Bombeiros Militares de Pernambuco (Aspra-PE), informou por telefone aos policiais do interior do estado que, em uma reunião feita pela manhã em Recife, ficou decidido que os batalhões do interior também parassem (G1, 2014p). É mencionada também a paralisação do 1º e do 17º Batalhões, de Olinda e Paulista, e 110 policiais militares faltaram a uma operação de captura de suspeitos de tráfico de drogas, roubo e homicídios em Camaragibe. Também foram paralisados os Batalhões de Polícia Militar de Arcoverde (3ºBPM), de Ouricuri (7º BPM), de Salgueiro (8º BPM) e de Serra Talhada (14º BPM), além da 7ª Companhia Independente de Polícia Militar de Santa Maria da Boa Vista (CIPM). Policias também ficaram de braços cruzados nas sedes da PM em Pesqueira (8ª CIPM), Belo Jardim (15º BPM), Santa Cruz do Capibaribe (24ª BPM), Caruaru (4º BPM) e Garanhuns (9º BPM).

[72] Rocha (2018, p. 9) identificou essa regularidade em distintas greves de policiais militares brasileiros. Não só na greve que ocorreu no Espírito Santo, objeto de sua análise, mas também nas "paralisações em Tocantins (Maio de 2011), Rio de Janeiro (Fevereiro de 2012), Mato Grosso do Sul (maio de 2013), Bahia (Abril de 2014), Pernambuco (Maio de 2014) e mesmo no próprio Espírito Santo (Dezembro de 2002)".

Durante o dia 14 houve uma negociação dos grevistas com o governo que não resultou no fim da greve. De acordo com Luciano Vasquez, que continuava falando em nome do governo, a categoria teria se comprometido na negociação em terminar a greve, pois haviam avançado em alguns pontos dentro das limitações legais que estavam submetidos (G1, 2014k). Ele se referia à Lei de Responsabilidade Fiscal e Eleitoral que impede aos governantes concederem aumentos salariais seis meses antes do término de mandato e de eleições. Após os representantes, que negociaram com o governo até o início da noite, levarem as propostas para apreciação dos policiais, a assembleia policial realizada na frente da sede do governo decidiu manter a greve. Joel da Harpa afirmou que a paralisação havia sido mantida porque não tinham chegado em um acordo com relação ao aumento salarial requisitado. Em entrevista ao G1 (2014k) ele afirmou: "mesmo sendo ano eleitoral e com a Lei de Responsabilidade Fiscal, PMs de outros locais, como Rio de Janeiro e Manaus, tiveram aumento maior que o nosso. Não é possível que Pernambuco, um estado que teve um crescimento grande nos últimos anos, não consiga nos dar esse reajuste".

Estava claro que a estratégia de pressão pública mantinha Campos como alvo prioritário: os avanços econômicos dos seus governos seria um argumento do movimento grevista ao longo das negociações. Ainda segundo Joel, durante a reunião ficou acordada a criação de uma comissão especial da Assembleia Legislativa para tratar da reestruturação do centro médico hospitalar da PM, a partir do dia seguinte. Como pode ser visto, os grevistas buscaram constantemente o apoio da Alepe na negociação com o governo estadual, inclusive colocando deputados estaduais nas rodadas de negociação: "também tivemos a garantia da Alepe de que, até 30 de julho, será resolvida a questão das promoções. Já a incorporação da gratificação do risco de vida no salário, no valor de R$ 500, será votada até 30 de julho no plenário da Assembleia" (G1, 2014k).

Apesar de Joel da Harpa estar em evidência, nesse primeiro dia de acampamento e negociações com o governo, o movimento paredista revelou publicamente as disputas internas para definir suas lideranças. Os nomes que aparecem nesse momento são o de Joel da Harpa, que havia já se destacado durante a deflagração, e o da tenente-coronel Maria da Conceição Pessoa, uma das poucas oficiais que aderiram à greve. No dia 14, Joel perdeu um pouco do seu protagonismo nas assembleias para Conceição, porque, depois das negociações com o governo, apresentou aos policiais a possibilidade de aceitar uma proposta que não agradou a maioria dos grevistas – que, nesse momento, somavam cerca de mil pessoas em frente ao Palácio (FORÇA…, 2014).

Figura 2 – Assembleia dos policiais militares em frente ao Palácio do Campo das Princesas.

Fonte: TV (2014e)

Mais tarde ocorreu outra rodada de negociações. Se a negociação do dia não havia sido eficiente em terminar a greve, a da noite tampouco foi. O governo aceitou três propostas: reestruturação do centro médico hospitalar, reformulação do Plano de Cargos e Carreiras e incorporação do risco de vida ao salário-base. Porém, como novamente não houve avanço com relação aos aumentos salariais, os policiais continuaram a greve. A esse respeito, o governo argumentava que já havia dado ganhos significativos aos policiais desde o primeiro ano de gestão de Campos:

> De 2007 a 2014, o ganho real do soldado foi de 134,87%, segundo dados oficiais. Em 2007, o salário-base do cabo era de R$1000,92. Contando o reajuste de 14%, de junho de 2014, o valor final fica em R$3368 de salário-base. O ganho real foi de 182,57%, descontada inflação. O 1º sargento, em 2007, recebia salário base de R$1791,38. Passa a R$5102,64, ganho real de 130,84% (COSTA, 2014b).

Como as negociações não deram o resultado esperado pelo governo, ele tomou duas medidas: pedir a ilegalidade da greve e convocar o Exército e as Forças Armadas para suprirem as demandas de segurança pública. A ação judicial que pediu a ilegalidade foi realizada pela Procuradoria-Geral do Estado e analisada pelo desembargador Frederico Neves, do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). O decreto saiu na noite do dia 14 e a multa prevista era de R$100 mil por dia de paralisação a ser aplicada às associações dos policiais[73].

[73] Havia três associações policiais na época da greve: a Associação dos Cabos e Soldados de Pernambuco (ACS-PE), a Associação de Praças Policiais e Bombeiros Militares de Pernambuco (Aspra-PE) e a Associação dos Militares do Estado de Pernambuco (AME-PE). A greve da PM ocorre no meio de uma crise

Dois motivos foram elencados para decretar a ilegalidade: o fato de militares não terem direito a greve e a Lei de Responsabilidade Fiscal e Eleitoral. A ilegalidade foi anunciada em uma coletiva de imprensa pelo governador, João Lyra Neto, no Palácio das Princesas. Nesse momento, ele reforçou os ganhos salariais concedidos pelo governo nos últimos anos. Além disso, João Lyra anunciou que havia conversado com o governo federal para que cedessem oficiais da Força Nacional e do Exército para reforçar a segurança no estado. O ministro da justiça, José Eduardo Cardozo, e a presidenta Dilma Rousseff haviam atendido à demanda de Pernambuco[74]. A pressão para que os policiais voltassem ao trabalho imediatamente crescia bastante.

Enquanto isso, foi anunciado que, na noite de 14 de maio, alguns órgãos públicos, lojas e bancos cancelariam ou encerrariam antes o expediente na Região Metropolitana de Recife. A Universidade Federal Rural de Pernambuco suspendeu as atividades nos campi Recife, Garanhuns e Serra Talhada; a Universidade Federal de Pernambuco não teve aulas nos campi do Recife, Vitória de Santo Antão e Caruaru; e a Universidade Católica de Pernambuco só teve a primeira aula do turno da noite, com término previsto para as 20h20. Também foi mencionado nos jornais a suspensão das atividades na IBGM, na Fundação Guararapes e no Colégio GGE. Ademais, o Banco do Brasil da Agamenon Magalhães fechou uma hora mais cedo. Também já se começava a cogitar adiar as partidas de futebol do Náutico (contra o Vasco) e do Sport (contra o Bahia), que só ocorreriam no final de semana seguinte.

Com relação ao comércio no centro de Recife, na Boa Vista, os depoimentos eram de relativa tranquilidade: nenhum arrastão ou saque registrados, porém menos clientes e as lojas semifechadas. Na rua da Imperatriz, uma das principais vias de varejo do centro do Recife e conhecida pela intensa movimentação diária, o que se via era o vazio, pois poucos se arriscaram a sair de casa para as compras. O motivo elencado pela Folha de Pernambuco (MARANHÃO, 2014) eram boatos sobre arrastões que estariam tomando conta da cidade. Esses boatos não foram os únicos, pois, desde a deflagração da greve, começaram a circular muitos.

> Nas primeiras 24 horas de paralisação, foram registrados tiroteios na Avenida Agamenon Magalhães, estupro na Universidade Federal Rural de Pernambuco,

dentro da ACS-PE, que por conta de improbidade administrativa dos eleitos, ficou sem gestão. A Aspra-PE foi a que teve a maior visibilidade midiática, pois alguns de seus representantes deram muitas entrevistas e nos comícios usavam a camisa da associação. Já a AME-PE é a menos citada nos vídeos e nos jornais.

[74] A disputa entre o PT e o PSB pela hegemonia da política institucional pernambucana tem se dado nos últimos anos através de confrontos abertos e alianças momentâneas. A maleabilidade das posições adotadas, de acordo com o contexto, pelos partidos e seus políticos tem como exemplo ilustrativo o caso do prefeito de Abreu e Lima em 2014, Pastor Marcos, que passou do PT para o PSB entre o primeiro e o segundo mandato – algo que ocorreu acompanhando o movimento de substituição das siglas no protagonismo da política institucional estadual.

> assalto na Faculdade Estácio do Recife, arrastões na Universidade Católica de Pernambuco, na Avenida Conde da Boa Vista, Pina, Boa Viagem e até linchamento no bairro da Encruzilhada. De acordo com os órgãos oficiais, nada disso foi verdade. (GREVE…, 2014a).

No acontecimento aqui analisado, é bastante interessante que os boatos apareçam antes da ocorrência dos saques. Como apontado acima, eles estão articulados com a sensação de medo que foi sendo gestada já no primeiro dia de greve. Acerca disso, Vera (2014, p. 69) em pesquisa sobre o papel dos rumores em saques pós-desastres naturais no Chile, apresenta uma hipótese interessante: "ao que parece, foram os medos dos saques, mais que os próprios saques em si que, esporadicamente, em um ou outro caso, sucederam no cenário específico pós-desastre, os que mobilizaram recursos e decisões de mando próximas a uma lógica militar". No caso da greve da PMPE de 2014, essa hipótese novamente se mostra pertinente, pois antes de qualquer registro de saque e através de "lembranças de desordens vividas em contextos diferentes" (VERA, 2014, p. 69) como o da greve policial na Bahia, foi já mobilizado o Exército para lidar com as possíveis ocorrências[75].

Como vimos, os boatos estão articulados com relatos de sensações de medo. Sabe-se muito bem que o medo não é uma particularidade das greves policiais ou de ondas de saques, pois é uma forma de estar nas cidades que se tornou corriqueira. Isso ocorre ao ponto de algumas cidades perderam a conotação de segurança, que tiveram na época em que eram muradas, para serem associadas prioritariamente ao perigo. Para Caldeira (2000), o medo nas cidades neoliberais está relacionado com a valorização dos espaços privados e a estigmatização do público. Quanto mais o público se torna um resíduo fora dos espaços privatizados, mais ele carrega consigo a possibilidade do perigo. Dessa maneira, a rejeição à cidade é uma retórica adequada à segregação social. O medo na cidade funciona, portanto, como um potencializador dos limites, pois está relacionado com a segregação e exclusão de determinadas práticas e sujeitos. Desse modo, o medo é importante para o estabelecimento da "ordem" que os policiais devem manter, daquilo que é apropriado e inapropriado e de negação do impróprio (CALDEIRA, 2000; DEVENNEY, 2020). Esse processo tem obviamente traços de classe, raça e gênero, sendo marcado por constantes violências através de preconceitos e discriminações[76]. Dessa maneira, longe de serem arbitrários, os medos estão relacionados com um determinado regime de propriedade que está em curso no capitalismo contemporâneo.

---

[75] Nesse momento, os boatos ainda são relativos apenas a informações não verídicas, porém, com o início dos saques em Abreu e Lima, os boatos também se relacionam com a "vida dupla dos rumores", ou seja, ao papel duplo dos boatos de facilitar a coordenação dos saqueadores e de proteção contra os saques – argumento proposto por Auyero (2007) e que será tratado no capítulo seguinte.

[76] Para ver como se dá essa configuração em contexto pernambucano, sugiro a pesquisa de Mendes (2018).

Além disso, nesse processo de negação do público e de segregação, é comum que se utilize como argumento a associação da cidade ao crime, porém Caldeira (2000) demonstra que, do ponto de vista histórico, a correlação é fraca e não se sustenta. As cidades não são as responsáveis por crimes – tampouco a pobreza. Ademais, o medo não necessita da concretização da vitimização para sua existência. Portanto, se já existe cotidianamente um discurso que associa medo e crime, é compreensível que ele ganhe força em greves policiais, no momento em que a instituição responsável pelo controle da violência ilegítima decide cruzar os braços. Dentre outras coisas, esses acontecimentos são vivenciados como a possibilidade de quebra dos limites rígidos entre o apropriado e o inapropriado, algo intrinsecamente relacionado com o medo, pois, retomo, essa sensação é um dos fatores mais importantes para a manutenção dos cercamentos cotidianos.

No dia 14 de maio, o medo só se acumulava e muitos mudaram suas rotinas para se prevenirem de serem vítimas de algum crime. Para agravar a situação, à noite já começam a ser identificados algumas ocorrências mais graves: assaltos e arrastões foram relatados em Recife, na Agamenon Magalhães, na Cruz Cabugá, em Boa Viagem. Além disso, um apagão elétrico entre 18h e 22h, que deixou cinco bairros recifenses[77] no escuro, contribuiu para ações ilegais e para a inquietação de quem voltava para casa. A Folha de Pernambuco (MARANHÃO, 2014) presenciou, nesses locais sem iluminação, assaltos realizados por indivíduos armados e motorizados que vitimavam passageiros em paradas de ônibus e pedestres. Também foi registrado um assalto a um caixa eletrônico. Nesse momento, Abreu e Lima já começava a viver os saques que marcariam sua história recente. Saques que foram, sem dúvida, os fatos mais marcantes do final da tarde e começo da noite daquele dia.

3.3 Alguns antecedentes dos saques: o protesto anterior, história e conflitos em Abreu e Lima

Voltemos aos momentos anteriores ao saque em Abreu e Lima para entender o início desse acontecimento de forma mais localizada. A greve da PMPE foi deflagrada no dia 13 de maio, mesmo dia de início das comemorações dos 32 anos da emancipação municipal do domínio de Paulista – hoje cidade vizinha. Porém, a história de Abreu e Lima começa antes de se tornar município e remonta à década de 1530 quando o início da povoação das terras de Jaguaribe deu origem ao que hoje é a cidade. Duarte Coelho era o donatário da capitania de Pernambuco e a sesmaria foi doada no intuito de estimular o cultivo da cana-de-açúcar para Vasco Fernandes de Lucena. “As terras que hoje compõem o município passaram por vários

[77] Os bairros foram: Santo Amaro, Torreão, Encruzilhada, Espinheiro e Campo Grande.

donatários, desde os herdeiros de Vasco Fernandes, até a ordem religiosa de São Bento que tomou posse das terras em 1660 e ali construiu a capela de São Bento, hoje conhecida como Ruína de São Bento" (SOUZA, 2017). Entre o século XVI e XIX foi se estabelecendo um povoamento na região que seria os primórdios do município. Segundo dois entrevistados[78], onde hoje é Abreu e Lima era uma espécie de entreposto dos engenhos de Igarassu com a cidade de Olinda e os portos de Recife.

> Como era um lugar de passagem, de viajantes na época do período colonial e pós-colonial, como era um lugar de viajantes que passavam, então tinham muitas estalagens. E que posteriormente essas estalagens, eram consideradas, e aí não sei se há essa ligação, ou se essas estalagens se transformaram em cabarés. Mas a história que tem é que existia uma estalagem que se chamava Maricota e que daí vem o nome do lugar (entrevista André, 15/03/2018).

> Pensões onde o pessoal parava para abastecer, alimentar o gado, descansar até seguir viagem para Olinda. E aí em torno dessas pousadas começou a surgir um pequeno comércio, em torno desse pequeno comércio começou a surgir uma pequena vila, aí Abreu e Lima passa para o domínio de Igarassu (entrevista João, 27/11/2017).

A pequena vila chamada Maricota se estabeleceu, por volta do século XVIII, como um ponto de repouso para os tropeiros viajantes. O que significa que algumas características contemporâneas da cidade foram se formando ao longo desses séculos, pois, quando ainda se chamava Maricota, havia já a importância para a cidade do comércio e sua função de passagem. Não é à toa, portanto, que até hoje a cidade tem como área principal um centro comercial na BR-101 que liga o país de norte a sul.

O principal fato histórico em seus quase 500 anos – e constantemente relembrado pelos interlocutores da pesquisa – foi a sua importância na deflagração na Revolução Praieira, pois lá, no Engenho Jaguaribe, foi travada a primeira batalha da insurreição. O movimento, que ocorreu entre 1848 e 1850, tinha um caráter liberal e federalista, sendo considerada a última das revoltas provinciais. Inclusive, o nome atual da cidade é uma homenagem ao general José Inácio de Abreu e Lima, filho de um dos principais líderes da Revolução Praieira, o padre Roma. Esse político, escritor e jornalista pernambucano se consagrou ao lutar ao lado de Simón Bolívar pela independência venezuelana[79]. Apesar dessa longa história, a data de

---

[78] Foi interessante notar a vontade neles de sistematizarem e escreverem essa história ainda por ser contada: "Não está escrita. A gente tem muitos atores, aí posso até lhe dar os contatos para você fazer entrevistas porque assim eu tenho a intenção de produzir um material, um livro, ou seja, que tenha um relato do município, histórico-geográfico-social. A gente tem muito hoje, ainda, da história oral, a gente tem muitos atores que podem ser entrevistados que podem contribuir com esse documento escrito" (entrevista André, 15/03/2018).

[79] Os rastros dessa história podem ser encontrados na praça principal da cidade, onde estão os bustos de Simón Bolívar e Abreu e Lima. Para além disso, já foi comemorado na cidade o Dia Mundial de Solidariedade com a Revolução Bolivariana, em 2012, que tinha como intuito celebrar os feitos do então presidente venezuelano Hugo Chávez (JAMILDO, 2012). Assim como foram feitas muitas declarações de pesar quando Chávez morreu. Uma agente de saúde afirmou para o Jornal do Commércio: "o povo da cidade adora ele. Ficamos muito sentidos quando faleceu". O presidente visitou a cidade duas vezes e financiou um programa

criação do município é bem recente: 14 de maio de 1982. Exatamente 32 anos antes do dia em que Abreu e Lima atrairia a atenção de todo o país por conta dos saques (AGÊNCIA, S.d.).

A programação da festa era extensa e contemplava, no dia 13 de maio de 2014, apresentações escolares e de artistas locais[80]. A partir das 15 horas aconteceram apresentações de ciranda, coco, boi, caboclinho e trio pé de serra. Além disso, ocorreram ações de conscientização da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente e da Secretaria Municipal de Saúde. No dia 14 era feriado municipal, o comércio estava fechado e as preparações para o dia principal da festa ocorriam já em meio à greve da Polícia Militar. Até meio-dia, ocorreu normalmente a programação do aniversário, com hasteamento da bandeira, corte do bolo e discurso das autoridades locais. Para aquele dia estava previsto que Abreu e Lima apareceria na TV Globo, TV Jornal e TV Clube – o que aconteceria, mas por motivos não planejados. À noite estava prevista uma missa na Igreja da Matriz de São José e shows na Praça Antônio Vitalino de Ronny Faro (O cara do Arocha), Radiola Sertaneja, Forró da Pegação e Banda Magníficos. Porém, à tarde foi veiculada uma nota oficial:

> A Secretaria de Turismo e Cultura de Abreu e Lima informa que os shows programados para hoje à noite dentro da festa de aniversário do município foram adiados para uma outra data, a ser divulgada, em virtude da greve dos policiais militares e atendendo a solicitação do comando geral da Polícia Militar e expressa no termo de ajuste de conduta (TAC), por não poder oferecer o mínimo de segurança necessária para realização do evento.
> Contamos com a vossa compreensão.

Logo depois, ainda de tarde, um protesto interditou por quatro horas a BR-101 com duas possíveis razões: homicídio decorrente do atropelamento de um idoso na rodovia, na altura do bairro da Matinha e do Alto São Miguel, e anúncio do cancelamento do show de aniversário da cidade. Os jornais não conseguiram apurar com precisão nem o motivo nem a quantidade de pessoas que participaram do protesto[81]. De acordo com a versão veiculada, os responsáveis pelo protesto seriam, no caso do atropelamento, os moradores ou, no caso do cancelamento, os comerciantes. Tampouco meus interlocutores souberam me informar qual o

---

chamado Misión Milagro que levou mais de 90 moradores de Abreu e Lima para receberem tratamento na Venezuela para catarata e epterismo (ABREU…, 2013a).

80 Segundo um dos entrevistados (Pedro), nunca tinha tido uma festa de aniversário comemorada da forma como estava planejada em 2014. Não se falaria muito da emancipação por conta da disputa pela política institucional da cidade. Jerônimo Gadelha e Flávio Gadelha, que foram prefeitos por 16 anos nunca quiseram dar o crédito para os que conseguiram a emancipação, por isso "nunca fizeram um bolo". Ainda segundo ele, seria a primeira vez que teria um bolo daquele tamanho, pois o Pastor Marcos, prefeito no ano e até hoje, queria fazer. Porém, em pesquisa documental, achei registros de celebrações da emancipação (ABREU…, 2013b) com programações que incluíam não só bolos, mas também shows e manifestações de cultura popular. Essa afirmação do entrevistado é um importante índice da relação conflituosa que estabeleceram os principais grupos políticos locais na disputa pelos cargos institucionais.

81 "Até o fechamento desta edição, à meia-noite, a PRF ainda não sabia precisar a razão do protesto, que teria começado às 15h" (FORÇA…, 2014). "Até o horário, a PRF não tinha informações sobre quantas pessoas realizam o ato nem o que reivindicavam" (G1, 2014n).

motivo do protesto. Pedro afirmou achar estranha a hipótese de que seria por conta do aniversário porque não seria uma data importante para a cidade. Já em relação ao atropelamento, ele disse que já existiram protestos por esse motivo, portanto, essa razão era mais provável. Já João defendeu o contrário de Pedro, mas através de uma lógica parecida baseando seu argumento na recorrência ou ausência de protestos. Ele não acreditava que fosse um protesto por conta do atropelamento de um idoso porque sempre acontecem atropelamentos e nunca há protestos. Independente das versões, o que se sabe ao certo é que, no começo, foram queimados pneus na via e que o congestionamento foi aumentando, tornando o trânsito muito lento na principal via da cidade, afetando a locomoção por todo o litoral norte pernambucano e aglomerando cada vez mais pessoas.

Em pouco tempo os fatos evoluiriam para a depredação e o incêndio de alguns ônibus que passavam no local. Os manifestantes queimaram pneus e posicionaram dois ônibus na pista para dificultar ainda mais o tráfego (GREVE…, 2014c; CAOS…, 2014b). Um ônibus da empresa Itamaracá foi incendiado. Com extintores de incêndio, os funcionários da empresa conseguiram controlar as chamas graças a ajuda de uma parte da população. Porém, os "populares" – como foram chamados algumas vezes chamados pelos jornais – teriam ficado insatisfeitos e destruíram todo o veículo logo depois. Alguns pequenos grupos começaram a jogar pedras nos ônibus que estavam parados. Em um vídeo (SAQUES…, 2014b) vemos que foram provavelmente quatro ônibus atingidos por esse quebra-quebra inicial. Uma viatura da Polícia Rodoviária Federal foi acionada para conter as ocorrências. Passageiros dos ônibus tiveram que descer dos coletivos e seguir a pé, porém o que ocorria atraiu muitos curiosos que pararam para observar a manifestação. Outros veículos foram parados na pista e motoristas que tentaram tomar rotas alternativas relataram terem sido ameaçados por pessoas com o rosto coberto. Tiago afirmou que houve assaltos de carros que estavam no caminho. Ele estava chegando na cidade e cercaram o carro dele, porém ele acelerou e conseguiu fugir. Além disso, celulares e bolsas teriam sido roubados durante esse cerco aos carros. Nesse contexto temos o registro dos primeiros saques durante a greve da PMPE em 2014: os saques a caminhões na BR-101.

Analisarei os casos de saques a caminhões em Abreu e Lima no capítulo seguinte, agora proponho uma pausa nos fatos históricos para lidarmos com algumas questões analíticas acerca de saques que permitirão uma melhor compreensão desse momento. O fato de ter um protesto no começo do que viria a ser os saques é importante por três motivos: porque remete à recorrência das ações coletivas violentas terem início em ações coletivas não violentas, às

"fronteiras porosas" entre as distintas violências coletivas e à possibilidade de compreendermos os saques como ações coletivas envoltas em redes de conflitos.

Comecemos com uma definição de violência coletiva a partir de Charles Tilly (2003). Para ele, essa forma de ação coletiva teria algumas características:

> uma interação episódica que: • imediatamente inflige dano físico em pessoas e/ou objetos (danos incluem apreensão forçada de pessoas ou objetos sob proibição ou resistência); • envolvem pelo menos dois autores do dano; e • resulta, pelo menos em parte, da coordenação entre as pessoas que estão performando os atos de dano (Tilly, 2003, p. 3).

Uma ressalva importante do autor é que a violência coletiva não pode ser encarada como uma violência individual aumentada quantitativamente, ou seja, no caso que mais nos interessa, o saque não deve ser analisado como um roubo ou um furto generalizado. Existem especificidades – relativas a laços sociais, estrutura e processos – que só surgem quando a ação é coletiva[82]. Portanto, com essa categoria ele exclui ações individuais, acidentes e danos não materiais. Tampouco a categoria de violência coletiva pode ser considerada equivalente ao que é tipificado juridicamente como crime. Isso faria com que a análise negligenciasse uma série de ações, pois sabe-se que os legisladores também podem ser os agentes de violências coletivas e o quanto eles conseguem legitimar juridicamente as próprias ações – mesmo quando se aproximam muito àquilo que tendo outro agente seria tipificado como um crime.

A categoria de violência coletiva é usada, dessa maneira, para dar conta de eventos muito díspares como massacres, saques, sabotagens, linchamentos… O seu objetivo é entender o que esses eventos díspares têm em comum e sua conclusão é que existem mecanismos que perpassam as variadas formas de violência coletiva. Na tipologia tillyana, os mecanismos não são leis gerais e sim causas numa escala pequena: eventos similares que produzem os mesmos efeitos imediatos através de um amplo alcance de circunstâncias. Em vez de causas de escalas muito amplas (como pobreza, extremismo e competição por recursos), Tilly se propõe a pensar em aspectos menores (como ausência de vigilância e ativação de barreiras), sendo, portanto, a escala de análise um fator central na sua discussão acerca das violências coletivas. Ademais, em suas palavras, "violência coletiva lembra o clima: complicado, mutável, e imprevisível em alguns aspectos, porém resultando da combinação de causas similares em diferentes tempos e lugares" (Tilly, 2003, p. 4). Dessa maneira, a categoria de violência coletiva não se vale de leis gerais definidas a priori, mas da constatação de um certo número de mecanismos causais e processos recorrentes em todo o processo, com diferentes condições iniciais, combinações e sequências produzindo variação

[82] Essas especificidades serão tratadas detalhadamente no capítulo seguinte quando lidarmos com o momento específico dos saques.

sistemática durante o tempo e de *setting*, além da intensidade e incidência desses encontros violentos. O caráter estrutural, os processos e os laços sociais igualmente devem ser levados em consideração para a análise desse tipo de fenômeno. Dessa maneira, os mecanismos são pensados por Tilly de maneira contextual e contingente. Entram aqui como mais uma sobredeterminação não determinista que nos ajuda a entender a forma como ocorreram os saques, pois não pressupõem uma uniformidade empírica da violência coletiva nem de suas constelações causais.

Essa maneira de analisar as violências coletivas enfatiza a conexão com processos políticos não violentos. Relações interpessoais de coordenação ocorrem tanto em demandas violentas quanto não violentas e algo muito recorrente é que um episódio violento tenha início em uma ação coletiva ou individual não violenta. Isso foi verificado em Abreu e Lima, pois, como já vimos, no começo ocorria "apenas" um protesto. A evolução para ações coletivas violentas ocorreu somente com a passagem para as ações contra os ônibus e para os saques[83]. Além disso, em Abreu e Lima é possível verificar algo que Tilly constata em seus estudos: a existência de "fronteiras porosas" entre diferentes tipos de violência coletiva. Com isso, o autor quer destacar a recorrência do fenômeno de migração de uma violência coletiva para outra durante os episódios de conflito. Ou seja, além de ocorrer a passagem de uma ação não violenta (o protesto) para ações violentas, as últimas também mudaram: ocorreram transições entre as destruições dos ônibus e os saques. Porém, assim como nessa análise, a causa dessas evoluções e mudanças é pouco solucionada por Tilly.

Outra questão central para a reflexão tillyana sobre violência coletiva é sua relação com a política cotidiana. Esses episódios não acontecem em um vácuo[84], por mais que assim possa parecer à primeira vista e sem as devidas análises. Há uma relação entre agrupamentos contenciosos e as políticas rotineiras que acontecem no mesmo lugar, porém o grande desafio é responder qual é a relação. Para explorar essa questão me parece produtivo trazer o debate de outro autor já clássico das teorias dos movimentos sociais, Alberto Melucci (1996). Sob esta perspectiva, a ação coletiva é entendida como o produto de orientações de ações em comum dentro de um campo conflitivo de oportunidades e restrições. Essa abordagem parte do pressuposto de que as ações coletivas são precedidas e presididas por conflitos, ao mesmo

---

[83] Como veremos no capítulo 4, em Toritama o quebra-quebra de prédios governamentais também começou em um protesto não violento. Porém, como demonstração de que essa transformação não é obrigatória, ou seja, que nem toda ação coletiva violenta inicia em uma ação coletiva não-violenta, basta apontar o caso, que também será tratado a seguir, dos saques em Cavaleiro que iniciam sem esse momento anterior.

[84] Como foi argumentado na introdução, perceber as relações entre antecedentes e o momento do acontecimento não implica diminuir o papel de ações contingentes em um contexto de indecibilidade. Ademais, negando a possibilidade da previsibilidade nas relações sociais, as relações entre o momento e seus antecedentes são muitas vezes compreensíveis apenas após a ocorrência dos acontecimentos.

tempo em que são fatores de transformação desses conflitos. Por conflito se entende a relação – manifesta ou obliterada – entre dois ou mais atores sociais que lutam pelo controle de recursos – materiais ou simbólicos – aos quais eles atribuem algum valor (MELUCCI, 1996).

Assim, entender os saques como uma ação coletiva de emergência conflitual[85], permite nos debruçarmos sobre os conflitos anteriores em Abreu e Lima, pensando em alguns dos recursos que estiveram em disputa nos últimos anos na cidade. Com isso, defendo que esse momento visível está relacionado com uma série de reivindicações e queixas vivenciadas cotidianamente. Reforço que essa relação não seria a causa suficiente dos saques, mas faria parte do contexto conflitivo no qual eles emergem, portanto, facilitando suas existências e podendo ser elencados em uma análise das sobredeterminações do acontecimento.

Acerca dos conflitos anteriores em Abreu e Lima, é interessante retomar um trecho de uma das entrevistas. Após me frustrar novamente com uma resposta imprecisa sobre a demanda do protesto que ocorreu na tarde do dia 14 em Abreu e Lima, perguntei para Maria: "e protesto? Tu vê muito protesto lá?". Ela me respondeu que não. Insisti: "quase nada?". "Quase nada", respondeu Maria.

Porém, no começo da entrevista, Maria afirmou que:

> E pensar assim, em alguma coisa que eu não goste, eu tenho uma crítica a fazer, mas aí tem a ver com o monopólio da empresa Itamaracá que é uma empresa que é de lá de transporte. Dentro de Abreu e Lima é a única linha que faz transporte, é a Itamaracá e a gente paga uma passagem B e dentro do bairro de Desterro existe essa linha de Desterro que é pago, se você sair do centro de Abreu e Lima e for pegar um ônibus você vai pagar uma passagem B e esse ônibus não vai lhe dar acesso. Porque o bairro é muito de loteamento, então ele não vai entrar, ele é tipo limitado e finais de semana e dia de domingo, o ônibus não funciona. Então muita gente desse bairro trabalha em dias de feriado e finais de semana e tem que andar assim um trajeto enorme para poder pegar um ônibus lá na BR. Eu não passo por isso porque eu moro num lugar que é perto das paradas de ônibus e tal, mas levando em consideração o resto da população eu acho isso um absurdo, talvez o que eu não goste em Abreu e Lima seja esse tipo de questão, né? De ter conhecido que existem lugares ainda com essas problemáticas, essa que eu falei agora com a questão do transporte, do acesso, em relação à acessibilidade (entrevista Maria, 14/06/2018).

Além dessa queixa, outras apareceram sobre o problema da mobilidade: "a bronca é o isolamento que o município tem em relação ao resto da Região Metropolitana, principalmente com Recife" (entrevista João, 27/11/2017); "olha, o que é ruim de Abreu e Lima, pelo menos para mim, é a questão do transporte. Péssimo o transporte" (entrevista Priscila, 03/05/2018). Ademais da mobilidade, outras questões surgiram: "O defeito máximo que eu acho da cidade é a falta de infraestrutura para o lazer da população. Falta equipamentos de lazer, a cidade, ela não tem um museu, ela não tem uma galeria, ela não tem um parque, as praças que a gente

[85] Desenvolverei melhor a explicação do saque como ação coletiva no capítulo seguinte ao lidar com o momento específico de suas ocorrências.

tem são pontuais" (entrevista João, 27/11/2017); "eu diria que tem umas questões de infraestruturas, como saneamento básico, essa questão de esgoto sanitário, ainda tem essas precariedades" (entrevista André, 15/03/2018); "a gente sabe que não está muito bom. Principalmente nessas áreas em que há a questão da criminalidade que há a questão do tráfico de drogas" (entrevista André, 15/03/2018). Na seção carta dos leitores do Jornal do Commercio (CAVALCANTI, 2014) encontrei uma reclamação feita pelos moradores de Caetés Um por conta das constantes quedas de energia elétrica, ocasionando inclusive a paralisação de aulas nas escolas. Também há uma matéria, no Abreu e Lima em Destaque (SILVA, 2014), que corrobora com as reclamações acerca do transporte público da região. Os entrevistados pelo repórter reclamavam do preço da passagem, da qualidade dos veículos e da superlotação.

Como demonstrou Tilly (1977), em sua teoria sobre a passagem dos interesses para a mobilização, nem toda demanda ou queixa social se transforma em conflitos relacionados com ações coletivas. Sobre isso, Laclau (2013) considera que uma demanda é a unidade mínima para a ocorrência de uma experiência política, mas somente a partir da articulação entre demandas surge um sujeito político. Em seus termos, a unidade de um grupo é a articulação de demandas em uma lógica de equivalências que agregue as diferenças, o que significa que, apesar de identificar as demandas como unidade mínima é possível que essa articulação não ocorra e, portanto, não existam protestos ou movimentos sociais. Há uma miríade de fatores envolvidos para a constituição de sujeitos coletivos, sabemos que não é suficiente que haja algum problema para que hajam protestos, porém me causou certo estranhamento a afirmação tão taxativa de Maria acerca da inexistência de protestos em um contexto de muitas queixas e demandas. Ainda mais pelo fato de que a história de Abreu e Lima tem um protesto bastante famoso: no dia 31 de março de 1983, mesmo dia em que era celebrado o golpe militar de 1964, cerca de 100 pessoas se reuniram na Praça da Bandeira, no centro de Abreu e Lima, e exigiram o voto direto para presidente. O ato foi organizado por um grupo de vereadores ligados ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e ocorreu ao mesmo tempo de um desfile cívico dos militares no município recém-emancipado. Alguns dos moradores com quem conversei se orgulhavam do pioneirismo da cidade na luta pelas "Diretas já", inclusive apontando o reconhecimento do fato em uma matéria do programa Fantástico da Rede Globo[86] (G1, 2014o).

[86] Sobre isso, André me disse: "não sei se você sabe, mas Abreu e Lima foi o primeiro município que deu início ao movimento das Diretas Já, se você procurar já tem matéria do Fantástico sobre isso, no Jornal Nacional, não sei se você vai conseguir recuperar isso no Youtube. Porque assim no dia 31 de março que é a data que teve essa manifestação aqui no município, vai ter um documentário que o pessoal do Fantástico vai fazer com ele" (entrevista André, 15/03/2018).

Ao longo da pesquisa, o encontrado na história recente do município rebate o defendido por Maria acerca da inexistência de protestos no local. No site Abreu e Lima em Destaque, de 2010 até 2014, foram encontrados protestos, manifestações e greves relacionados com causas variadas. Cito-os para ilustrar os conflitos anteriores encontrados e para analisá-los em seguida. No dia 22 de julho de 2011, os servidores de Abreu e Lima conquistaram um reajuste de 20% no salário através de uma luta sindical. A conquista representou o fim de dois anos de congelamento do salário. No dia 27 de julho de 2011, integrantes do Movimento de Luta e Resistência Popular (MLRP) ocuparam um conjunto residencial construído pela prefeitura no bairro Desterro. Em 2 de agosto de 2011, as famílias que haviam ocupado o conjunto residencial protestaram contra uma liminar de reintegração de posse que seria efetivada pela Polícia Militar. Assim como no protesto anterior aos saques, houve queima de pneus e bloqueio de parte da BR-101.

Em 12 de julho de 2012, ocorre um protesto, em Caetés Um, por conta de 28 dias de falta de água. O vídeo “PROTESTO...” (2012) retrata esse protesto e mostra muita fumaça de pneu queimado. Umas 30 pessoas estão ao redor dos pneus e gritam “eu quero água". Um garoto uniformizado de escola manda o homem que grava tirar a câmera de sua cara, enquanto que as pessoas se aproximam dos pneus e colocam mais coisas para queimar. No dia 25 de abril de 2013, servidores de Abreu e Lima decidiram realizar uma paralisação articulada com um movimento nacional que ocorreu no mesmo dia. Essa foi a primeira paralisação sob a gestão do Pastor Marcos e novamente foi organizada sindicalmente. Já no dia 5 de julho, Abreu e Lima entra no ciclo nacional de protestos de Junho de 2013. O protesto foi protagonizado por jovens do movimento estudantil e tinha como pauta principal a diminuição do preço do transporte e o fim do monopólio da empresa de ônibus Itamaracá. O trajeto do protesto foi do centro da cidade em direção à sede da Empresa Itamaracá Transportes. Pouco mais de um mês depois, em 7 de agosto, agentes socioeducativos da Fundação de Atendimento Socioeducativo (Funase) de Abreu e Lima realizaram uma passeata por questões estruturais e salariais.

No dia 23 de agosto de 2013, o Sindicato dos Empregados no Comércio das Cidades de Paulista, Abreu e Lima, Igarassu, Itapissuma e Itamaracá (Sindecom) conseguiu um reajuste salarial. Em 30 de agosto, os servidores novamente aderiram a uma paralisação nacional. Já no dia 16 de setembro, outro protesto bloqueou o trânsito na BR-101, na entrada de Abreu e Lima. Dessa vez, os feirantes estavam insatisfeitos por perderem seu lugar de trabalho no centro da cidade e serem removidos para longe dos consumidores. Assim como no outro bloqueio, os manifestantes atearam fogo em pneus impedindo a passagem dos veículos.

Novamente a Polícia Militar foi a designada para terminar com a manifestação. Em 26 de setembro de 2013, os trabalhadores da Fiat paralisaram as atividades e atrasaram o cronograma das obras do polo automotivo em Goiana[87]. Mais de dois mil trabalhadores ameaçavam transformar a paralisação de um dia em uma greve por tempo indeterminado a partir de outubro daquele ano. As reivindicações trabalhistas foram protagonizadas pelo Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Construção de Estradas, Pavimentação e Obras de Terraplanagem no Estado de Pernambuco (Sintepav-PE). No dia 20 de novembro, mais um bloqueio da BR-101, novamente por conta da retirada dos feirantes do centro da cidade. Como aconteceu nas outras vezes, pneus foram queimados. O bloqueio foi em ambos os sentidos da rodovia e interrompeu o trânsito por cinco horas. O Pastor Marcos foi pessoalmente culpabilizado pelo baixo movimento na nova feira livre para a qual os feirantes foram removidos. Um vídeo (INFORME-PE, 2013) apresenta imagens desse protesto. Aparecem as pessoas de um lado e os policiais se aproximando, enquanto elas gritam "sem violência, sem violência"[88]. Os policiais do Batalhão de Choque atiram balas de borracha e prendem alguns manifestantes. Um entrevistado diz que aquilo é um absurdo porque eles têm direito de protestar e porque "a cidade está entregue às baratas".

Quadro 2 – Protestos identificados a partir do Abreu e Lima em destaque (Continua)

Data	**Processo**	**Características**
22/07/2011	Movimento pelo reajuste salarial dos servidores municipais	Atuação do sindicato
27/07/2011	Ocupação de um conjunto residencial	Organizado pelo Movimento de Luta e Resistência Popular
02/08/2011	Protesto contra a reintegração de posse do residencial ocupado	Queima de pneus e bloqueio da BR-101
12/07/2012	Protesto contra a falta de água	Queima de pneus e bloqueio de uma rua
25/04/2013	Paralisação dos servidores municipais	Atuação do sindicato e articulação nacional
05/07/2013	Protesto pela diminuição do preço do transporte público e pelo fim do monopólio da empresa de ônibus Itamaracá	Relacionado com Junho de 2013

[87] A Fiat é um importante mercado de trabalho dos abreu-limenses, por isso incluo esse protesto aqui, dado que há uma participação de moradores da cidade nessa paralisação mesmo tendo ocorrido em Goiana, uma cidade a 46 quilômetros de Abreu e Lima.

[88] Esse era um grito constante de Junho de 2013 e, como pode ser percebido, as reverberações desse processo são muitas e capilarizadas.

Quadro 2 – Protestos identificados a partir do Abreu e Lima em destaque (Conclusão)

07/08/2013	Passeata de servidores por questões salariais e estruturais	Realizado por agentes socioeducativos da Funase
23/08/2013	Movimento por reajuste salarial	Organizado pelo Sindicato dos Empregados no Comércio das Cidades de Paulista, Abreu e Lima, Igarassu, Itapissuma e Itamaracá (Sindecom)
30/08/2013	Paralisação dos servidores municipais	Atuação do sindicato e articulação nacional
16/09/2013	Protesto contra a transferência dos feirantes para a nova feira municipal	Queima de pneus e bloqueio de uma rua
26/09/2013	Paralisação dos trabalhadores da Fiat	Atuação sindical e ameaça de greve por tempo indeterminado
20/11/2013	Protesto contra a transferência dos feirantes para a nova feira municipal	Queima de pneus e bloqueio de uma rua

Retomemos brevemente o protesto anterior aos saques em 2014 para podermos analisar os conflitos que o precedem. Na tarde do dia 14 de maio foi realizado um protesto com um bloqueio na BR-101, que queimou pneus para interromper o tráfego. Esse protesto evoluiu para a depredação de dois ônibus da empresa Itamaracá e assaltos aos transeuntes, para depois ocorrer um saque a um caminhão. Defendi, anteriormente, que os saques podem ser entendidos como ações coletivas de emergência conflitual e que isso nos ajuda a entendermos a relação entre violências coletivas e o cotidiano da cidade. Com alguns dos conflitos expostos, posso defender agora que os conflitos relacionados com a empresa Itamaracá são bastante ilustrativos da relação entre agrupamentos contenciosos que recorrem à violência coletiva e as relações cotidianas estabelecidas no mesmo espaço. O descontentamento com a empresa está explicitado na fala de um dos entrevistados (Maria), mas apareceu também no protesto que ocorreu dentro de Junho de 2013. Um dos mecanismos apontados por Tilly (2003), em sua análise das violências coletivas, está relacionado com experiências negativas entre os que executam a ação e os alvos da violência. Isso pode ser verificado nos casos da greve da PMPE de 2014, pois o protesto anterior aos saques teve como primeira violência coletiva a destruição de um ônibus da Itamaracá. Não me parece fortuito o ocorrido, pois demonstra como em episódios de violência coletiva os sujeitos resgatam e reforçam relações conflitivas. Como aponta Merklen (2016), analisando os casos de queima de bibliotecas na França, essas ações ocorrem em territórios em conflito. Neste caso, havia uma dinâmica conflitiva entre as bibliotecas e os moradores dos bairros

periféricos nos quais estão instaladas, que perpassa uma série de violências simbólicas e práticas de governamentalidade do Estado. No caso de Abreu e Lima, foi possível perceber que o quebra-quebra dos ônibus se dá em uma dinâmica similar, mesmo que as questões relativas ao conflito sejam bastante distintas. Assim, Tilly tem razão em apontar como recorrente a relação entre experiências negativas e alvos da violência coletiva.

Além disso, o bloqueio da rua com queima de pneus faz parte do repertório de ação coletiva constante entre os abreu-limenses. Isso aconteceu tanto no protesto contra o despejo de uma ocupação quanto no dos feirantes insatisfeitos. Sendo uma cidade que tem seu centro envolta de uma das principais rodovias do país, é compreensível que essa ação seja escolhida para exercer pressão em prol de suas demandas. Como já dito no capítulo anterior, repertórios são conjuntos possíveis de ação coletiva em determinados contextos sociais e históricos (TILLY, 1977). Segundo o autor haveria um conjunto finito de práticas disponíveis para a seleção e, em Abreu e Lima, já está claro que o protesto anterior aos saques não fugiu ao repertório usual quando realizou um bloqueio da rua e queimou pneus na tarde do dia 14 de maio de 2014. Um fator único desse evento, porém, é que, diferente dos outros casos, não havia a Polícia Militar para reprimir os manifestantes e reestabelecer o tráfego usual da via. O que está relacionado com outro mecanismo identificado por Tilly (2003): a ausência da vigilância. Ele chama de oportunistas os atos que ocorrem quando há uma ausência da vigilância e repressão cotidianas e os indivíduos imediatamente provocam dano para conquistar aquilo que seria geralmente proibido. Na sua tipologia das violências coletivas, os saques estão na categoria de oportunismo, conjuntamente com estupros coletivos, pirataria, assassinatos por vingança e algumas formas de pilhagem militar. A palavra oportunismo em português carrega uma forte conotação moral, porém o que Tilly pretende enfatizar é a ideia de uma oportunidade surgida com a ausência da vigilância.

3.4 Os desbordamentos de Junho de 2013[89]

Reservo a parte final desse capítulo para analisar o que considero um dos principais processos políticos do país articulados com a greve dos policiais militares e, ainda mais, com os saques: Junho de 2013. Mesmo posicionando essa parte num capítulo dedicado aos antecedentes dos saques, ela também poderia estar no capítulo que analisou os antecedentes da greve, o que reforça quão imbricados considero a greve e os saques, assim como revela as muitas reverberações de Junho. Começarei apresentando como interpreto Junho, a partir das

[89] Esse tópico deve bastante a uma pesquisa ainda em processo que venho desenvolvendo com Simone Gomes. Para uma análise mais minuciosa da inflexão do recurso a violências coletivas nesse período ver Benzaquen e Gomes (2019).

formulações de Bringel e Pleyers (2015), depois mostrarei como as violências coletivas estão relacionadas com esse processo. Ao fim, retomarei os indícios, já apresentados e que virão nos capítulos seguintes, da articulação de Junho com o acontecimento aqui analisado.

Comecemos, portanto, pelo processo: Junho de 2013. Durante o primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014), o Brasil vivenciou o maior ciclo de protestos da sua história recente. Junho teve movimentos iniciadores de esquerda com uma pauta específica: impedir o anunciado aumento das passagens de ônibus. Porém, o que viria a acontecer era imprevisível, pois, assim como em outros países nesse mesmo período, aquele ciclo extrapolou os limites usuais e as ruas foram tomadas por uma profusão de sujeitos, práticas e demandas.

Como não estou interessado estritamente nos protestos que ocorreram nesse período, em 2013, mas nos seus desdobramentos, recorro a apenas alguns pontos da análise de Bringel e Pleyers (2015): o enfoque processual e os conceitos de abertura societária e desbordamento societário. Parto, dessa forma, da avaliação de que Junho deve ser entendido como um processo, implicando em uma duração mais alargada do que aqueles que o reduzem ao ciclo inicial de protestos – que ocorreram apenas no mês de junho de 2013 – e que sua existência política não deve ser resumida ao institucional, pois as ruas são o momento principal de sua manifestação. Com o distanciar dos protestos iniciais, o país vivenciou um processo polarizado em disputas entre a esquerda e a direita, que, entretanto, em determinados momentos, confluíram em tipos de ação coletiva e também em eventos de protesto.

Um dos aspectos centrais desse processo, fundamental para essa análise, foi seu caráter de “abertura societária”. Segundo McAdam (1995) - a inspiração dos autores para o uso do termo - esse é um fenômeno no qual movimentos iniciadores de ciclos de protestos, aqueles responsáveis por encorajar as mobilizações sociais, são sucedidos por movimentos derivados. No caso brasileiro, isso fica explícito no fato dos movimentos contra aumento das passagens terem dado lugar a uma abundância de manifestações de distintos coletivos e indivíduos. Nessa abertura, Bringel e Pleyers (2015, p. 4) identificaram que “emergiram novos espaços e atores que levaram a um aumento da conflitualidade no espaço público e a um questionamento dos códigos, sujeitos e ações tradicionais que primaram no país durante as últimas duas décadas”.

Porém, para além de uma abertura, no sentido usualmente dado pelas teorias dos movimentos sociais, ou seja, de continuidade dos movimentos iniciadores pelos derivados, no Brasil, os movimentos iniciadores foram superados. Houve um “desbordamento societário”, ou seja, os derivados não mantiveram necessariamente uma conexão com as pautas e práticas dos iniciadores e houve uma proliferação de tensões e ambivalências. Lembremos que o

termo “desbordamento” já foi utilizado pelo DIEESE (2015) para fazer menção ao que ocorreu ao ciclo de greves nesses anos. Isso não é uma mera coincidência, pois concordo com Mattos (2016) que Junho impulsionou e foi impulsionado por greves. Em primeiro lugar, porque as demandas de Junho não estavam muito distantes daquelas que outros atores já impulsionavam anteriormente como no caso de movimentos sociais – a exemplo do Movimento Passe Livre –, mas também de movimentos sindicais em suas defesas por mais verbas e melhor qualidade para a saúde e educação públicas. Em segundo lugar, como vimos na análise do novo ciclo de greves, muitas características são compartilhadas pelas lutas sindicais e pelos massivos protestos de rua: a ativação de processos combativos por fora das organizações formais, o aumento na conflitividade e a aparição de sujeitos e categorias profissionais antes não mobilizados. Por fim, é possível defender que Junho impulsionou greves e táticas mais combativas dos sindicatos. Como exemplifica Mattos (2016, p. 1147) “em vários estados do país, sindicatos de profissionais da educação das redes públicas de ensino básico, percebendo o clima de apoio popular à causa pela qual sempre lutaram, fizeram greves no segundo semestre de 2013”.

Tendo apresentado Junho de 2013 a questão que surge é: como as violências coletivas se localizam nesse Junho como processo? Em estudo anterior (BENZAQUEN; GOMES, 2019), percebi que houve um significativo aumento de ocorrências, de episódios documentados e uma maior visibilidade midiática adquirida no período iniciado em 2013. A inflexão na aparição de repertórios violentos é um dos desdobramentos mais visíveis desse processo, ainda que escassamente analisada. É necessário olhar para eles para adicionar um dado no mosaico que se formou na história recente das ações coletivas no Brasil e contribuir com a literatura que identifica mudanças nos atores, pautas e performances - com elementos interativos, comunicativos e simbólicos - durante esse momento (GOHN, 2017). Tatagiba defende (2014, p. 54) que “talvez a principal inovação nos protestos de Junho, em relação aos ciclos anteriores, tenha sido a presença das estratégias violentas de confrontação”. Discordo de que a inflexão se dê como inovação, pois o que ocorre não é uma inauguração desses repertórios no cenário brasileiro, mas sim uma diferença quantitativa e qualitativa em relação ao uso deles em momentos anteriores. Conquanto exista uma aparência de novidade[90], é importante salientar que esses repertórios não são inovações na história brasileira, com episódios amplamente prévios documentados na literatura (BENEVIDES; FISCHER, 1983; MARTINS, 1996; DINIZ, 1986; NEVES, 2000; ORTELLADO; RYOKI, 2004). Porém, há

[90] Estou ciente da necessidade de evitar uma “miopia temporal” (BRINGEL, 2013) que ignora tudo aquilo que veio antes do processo analisado.

uma articulação singular que impactou profundamente a vida cotidiana brasileira nos últimos anos – vide a quantidade de bancos depredados nesse momento.

Para pensar nesses repertórios em relação a Junho, um caminho produtivo é explorar a relação entre os movimentos sociais e essas violências coletivas, em especial os saques, o linchamento e o quebra-quebra. O que se percebe é que o quebra-quebra foi reivindicado e defendido por alguns movimentos sociais – mesmo que não utilizem esse termo –, porém apenas uma parcela específica deles, mais relacionados com o anarquismo e o maoísmo. Isso ficou claro no caso dos protestos dos professores do Rio de Janeiro ainda em 2013, com a defesa do uso da tática *Black Bloc* (RIBAS, 2016). Já os linchamentos, apesar de não serem defendidos por nenhum movimento social organizado, foram pleiteados em alguns momentos por grupos de "justiceiros" - que, é importante enfatizar, estão mais próximos de grupos paramilitares do que de movimentos sociais – como no caso de um jovem de 12 anos que sofreu uma tentativa de linchamento durante uma manifestação pró-impeachment de Dilma Rousseff no Rio de Janeiro em 2015 (MENOR, 2015). Ao passo que os saques, que historicamente já foram reivindicados diversas vezes como uma ação legítima em contextos de fome, atualmente não foram evocados pelos movimentos sociais, como pode ser percebido não só em Pernambuco em 2014, mas também no Espírito Santo em 2017.

Sobre a ocorrência desses repertórios no ciclo de protestos, verifiquei que os quebra-quebras deram-se de forma generalizada principalmente nos protestos quando ganharam uma significativa repercussão midiática. Porém também foram encontrados registros de terem ocorrido em outras ocasiões – como no caso de Toritama na greve da PMPE que veremos no quarto capítulo. Além disso, para além do quebra-quebra, também ocorreram alguns saques em protestos, como no caso do Rio de Janeiro em julho de 2013 (ATOS, 2013). Linchamentos também aparecem, ainda que de forma espaçada, nos ataques que sofreram militantes de esquerda quando grupos de extrema-direita começaram a sair às ruas, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro (TV, 2013). Ironicamente os responsáveis pelos linchamentos eram muitas vezes entusiastas de um lema muito ouvido na época: *sem violência*. Um lema que era frequente nas manifestações de Junho de 2013 em todo o país, ecoados por uma ampla maioria das manifestações, notadamente quando eram anunciados combates entre manifestantes e as forças policiais.

Sobre o caso específico de Abreu e Lima é possível perceber intersecções importantes com Junho. Vimos como a cidade entrou nesse processo com um protesto contra a empresa de ônibus Itamaracá protagonizado pela juventude local e também com os gritos de "sem violência" proferidos pelos ambulantes que estavam sendo expulsos do centro da cidade.

Como veremos adiante, outros indícios dessa articulação existem no momento dos saques como o uso midiático recorrente da palavra “vandalismo” para denominar os saques. Essa foi uma palavra que se disseminou em Junho com o propósito explícito de deslegitimar as ações das “minorias radicais” (FONTANETTO; CAVALCANTI, 2016).

Como é possível perceber, não defendo igualar os protestos e os repertórios violentos, tampouco estabeleço nexos causais rígido entre ambos. Busco sim defender que há intersecções entre esses fenômenos – o que, em último grau, está relacionado com o fato de que compartilham determinado contexto histórico. Sob essa perspectiva, é possível perceber que as ações coletivas violentas têm em comum com uma parcela significativa dos protestos a recusa do institucional, ou seja, a ação direta como forma de reivindicação de uma demanda, assim como um descentramento das organizações em seu papel tradicional de mobilizadoras de ações coletivas. Nesse sentido, fazem parte da abertura societária que ocorreu em Junho, sendo um acirramento do conflito nas ruas brasileiras, seja ele expressado de forma violenta ou não, com demandas explícitas ou não, em prol de pautas democráticas ou não. Dessa maneira, as violências coletivas são uma expressão paradigmática do caráter ambíguo e conflitivo da abertura societária pós-Junho. Não me parece fortuito, portanto, que esses processos tenham vivido seu clímax nos anos que vão de 2013 a 2018. Esse é o período em que o Brasil inicia o desmonte das tentativas, impulsionadas pelo Partido dos Trabalhadores, de conciliação de demandas bastante dissonantes. Como demonstra Carvalho (2018), é o período do fracasso de uma política econômica, adotada por Dilma Rousseff em consonância com demandas empresariais, que pretendia dar um maior destaque para os investimentos privados. Esse processo é concomitante com o retorno às ruas do conflito, experienciado por sujeitos massivamente endividados e que estão cada vez mais apartados da política institucional, mas que ocupam o espaço público com demandas feitas também à institucionalidade – algo que veremos novamente nos capítulos seguintes.

Para finalizar, gostaria de retomar os pontos principais desse capítulo para podermos lidar com o momento específico dos saques no capítulo seguinte. Vimos que a greve da PMPE foi deflagrada após os governos estaduais de Eduardo Campos, momento que Pernambuco vivenciou índices econômicos acima da média nacional. Sendo uma greve da Polícia Militar, a atividade que mais ficou defasada foi o policiamento ostensivo nas ruas que é responsável pelo flagrante das ocorrências criminais. Apesar disso, nas primeiras 24 horas não houve um aumento significativo de crimes. O dia 14, seguinte ao da deflagração, foi de negociações frustradas e aquartelamento para os policiais e de medo e boatos para a população pernambucana. À noite, a greve foi decretada ilegal e o Exército e as Forças Armadas foram

mobilizados para substituir os grevistas. Ainda assim, a paralisação não foi finalizada. Sobre Abreu e Lima, vimos que os saques começaram em um feriado de comemoração da criação do município. As lojas estavam fechadas e a população local se organizava para a festa de rua que foi cancelada somente pela tarde. Logo após o cancelamento, ocorreu um protesto na estrada que corta a cidade que evoluiu para queima de pneus, interrupção da via, depredação de ônibus e saques de caminhões. Esse momento inicial remete a três importantes questões das teorias dos movimentos sociais: a recorrência das ações coletivas violentas terem início em ações coletivas não violentas, as "fronteiras porosas" entre as distintas vio.ências coletivas e a possibilidade de compreendermos os saques como ações coletivas envoltas em redes de conflitos. Por fim, observamos como o Brasil vivia um momento específico de sua história recente relacionado com o desbordamento de Junho de 2013. Em um momento de proliferação de violências coletivas, propus uma articulação entre o caso de Abreu e Lima e esse momento da história nacional.

4 OS SAQUES EM ABREU E LIMA

Nesse capítulo abordarei os saques que ocorreram durante 16 horas na cidade de Abreu e Lima, buscando dar conta do "como", "onde" e "quem" desse acontecimento. Realizarei uma sistematização da teoria utilizada para pensar os saques, onde exporei a definição utilizada: ação coletiva violenta. Valendo-me principalmente das contribuições de Melucci e Tilly, sistematizo o ocorrido em Abreu e Lima em três momentos: o começo na BR-101, o pico nas lojas do centro e o fim nos supermercados da periferia. Iniciarei pelos primeiros saques que tiveram como alvo caminhões, onde adiantarei algumas características dessas ações e pensarei suas ocorrências anteriores à da greve da Polícia Militar. Quando estiver analisando o segundo e o terceiro momento, será necessário um aprofundamento da discussão sobre Abreu e Lima que pretende traçar aspectos importantes da cidade como a centralidade da religião evangélica e do comércio. Ocasionalmente recorrerei aos casos de saques na história brasileira e em outros acontecimentos globais para articular elementos que me parecem relevantes para a análise.

4.1 Como analisar os saques?

O verbo saquear tem origem militar, remetendo aos *saccomannos* na Itália e aos *sackmann* na Alemanha, ambos encarregados das bagagens do Exército. No começo, portanto, a palavra estava ligada ao direito dos vencedores em carregar seus espólios após uma vitória militar. Porém, com o passar do tempo os saques começaram a remeter à ação dos vencidos: os pobres e miseráveis que expropriam mercadorias destinadas ao comércio (CERVIO; EYNARD, 2014). Por mais que seja preciso estar atento ao fato de que os vencedores continuam saqueando e os vencidos já saqueavam antes, essa é a principal mudança na história dos saques e ocorre na passagem para a modernidade. Essa transformação está relacionada com uma mudança na própria concepção de guerra que retira dos indivíduos que guerreiam a possibilidade de decidirem o que é feito com os espólios e os prisioneiros. A guerra se tornou pública e é condenável a apropriação tanto pública quanto privada dos inimigos derrotados – reitero, ainda que continuem acontecendo. Isso ocorreu principalmente por questões de eficiência e por uma moral humanitária que pretendia "civilizar" a guerra, ou seja, controlar os conflitos armados (CONTAMINE, 2000).

Com tantos casos com lógicas e em contextos tão distintos, o certo é que os saques não podem mais ser compreendidos como uma etapa das ações coletivas que seria ultrapassada

com o pleno desenvolvimento da modernidade[91] – como pensou em determinado momento Hobsbawm (1970). É necessário, portanto, o esforço teórico de análise dos saques. Essa seção pretende expor o estudo dos saques como ação coletiva violenta, agrupando contribuições da teoria dos movimentos sociais e da sociologia histórica.

Um possível ponto de partida analítico é uma definição operacional de saque. Não há muitas, pois geralmente é dado como autoevidente o que é um saque. Outra dificuldade é que as definições encontradas apresentaram lacunas. Vejamos duas delas de autores que trouxeram contribuições importantes para a pesquisa. A definição de Auyero (2007, p. 21) aponta o saque como "a atividade de duas ou mais pessoas que ou (a) forçosamente se apossam de objeto apesar de impedimentos ou resistências ou (b) tentam se apossar, mas encontram impedimentos ou resistências". Ela nos permite ficar atentos para as seguintes características constituintes dos saques: é uma ação que não pode ser realizada por apenas uma pessoa e é conflitiva, pois não é aceita por outros sujeitos interessados nas mercadorias. Como um bom tilliyano, a formulação de Auyero se aproxima da de violência coletiva formulada por Tilly (2003), porém deixa não resolvida a distinção dos saques com roubos realizados por mais de uma pessoa – algo que destoa da ressalva de Tilly de que um saque não é um roubo aumentado. Essa definição permitiria nomear como saque o ato de duas pessoas que roubam a mão armada uma loja. Porém, dificilmente é a isso que nos referimos quando pensamos em saque – tanto no cotidiano quanto na literatura especializada.

Outra definição encontrada é a de Cervio e Eynard (2014, p. 6-7):

> "saquear" expressa a ação de despojar/roubar/pilhar/depredar, "colocando no saco" o despojo conquistado e deixando praticamente devastado o lugar que é objeto e cenário desta ação. Dada a sua natureza, se trata de um feito coletivo que se manifesta fugaz e repentinamente. Entretanto, para além da natureza perecível de sua manifestação, os saques sempre têm algum grau de organização, ou seja, não são espontâneos, mas obra de grupos que os propõem como um objetivo.

Essa definição tem a vantagem de superar a igualdade entre roubo e saque, porém atribui tantas características aos saques que descarta muitas de suas manifestações – problema recorrente em definições operacionais que pretendem dar conta de generalizações empíricas.

---

[91] Os saques são um fenômeno que perpassa a história humana em tempos e lugares muito variados. Em termos regionais, na América Latina e no Caribe, os casos são tão numerosos que é difícil realizar uma lista exaustiva. Nos tempos recentes, tivemos saques depois de terremotos, em 2010, tanto no Chile quanto no Haiti. Em 2013, a Argentina viveu saques em todo o país depois de uma greve policial. Em 2014, foi a vez do Brasil vivenciá-los em alguns estados. O México teve ondas de saque, em janeiro de 2017, depois do aumento do preço de bens de consumo, e, depois de um ano, ocorreram novos casos no país. Mais recentemente, em fevereiro de 2018, tivemos saques na Colômbia e no fim de 2019 no Chile, em um contexto de protestos contra a precarização da vida, e na Bolívia, em meio a um golpe de Estado que depôs o presidente Evo Morales. Para uma revisão bibliográfica das análises acerca de alguns desses casos recentes, ver Scribano e Lisdero (2017).

Nem sempre os saques se manifestam de maneira fugaz e repentina[92], tampouco é evidente que sejam "obra de grupos que os *propõem* como um objetivo". Ainda que assim sejam em muitos dos casos contemporâneos e que essas características sejam uma tomada de posição política quanto a como analisar os saques – em contraposição aos que buscam condená-los como irracionais, instintivos e animalescos –, considero esse recorte um problema, pois já de partida temos características que necessitam de investigação para serem identificadas.

Concordo, portanto, com a afirmação de Scribano e Lisdero (2017, p. 338) de que "é difícil traçar um olhar unívoco sobre o fenômeno dos saques". Concordo também com a posição de Di Meglio e Serulnikov (2017) quando afirmam que a ampla variabilidade do contexto dos saques faz com que sejam refratários a modelos explicativos unívocos. Proponho agora a mobilização de algumas teorias que me auxiliaram na análise deles em Abreu e Lima sem a pretensão de constituição de uma teoria geral dos saques. Com isso também me posiciono politicamente, assim como atribuo algumas características aprioristicamente, porém não desejo generalizar as características e tampouco defender a exclusividade das posições adotadas para o entendimento dos saques. Busquei, assim, nas categorias analíticas os parâmetros e perspectivas que elas me fornecem para olhar os saques em um contexto específico. Como já adiantado rapidamente no capítulo anterior, me propus a entender os saques a partir, principalmente, de uma contribuição dupla: a discussão de ação coletiva de Melucci e a de violência coletiva de Tilly. O que significa que os entendo como uma *ação coletiva violenta* que se constitui como uma relação conflitiva relacionada com a expropriação coletiva de bens em disputa. Uma definição com poucas características porque acredito que qualquer definição que se valha de características mais precisas dos sujeitos e dos motivos dessa ação será sempre interpelada pelos muitos excessos e heterogeneidades que aparecem na hora dos saques.

Comecemos com a noção de ação coletiva. Retomando e desenvolvendo o que já expus de Melucci, é possível dizer que as ações coletivas não são uma unidade empiricamente dada, mas algo a ser explicado. Esse instrumental conceitual serve como possibilidade de aproximação ao objeto a ser analisado, pois tem como pressuposto a ideia de que as construções conceituais não esgotam nem coincidem com o fenômeno da ação coletiva. Assim, os saques são vistos de maneira construcionista como processos de conflito e não

[92] Em "saques rituais: preâmbulo de uma investigação em curso", Ginzburg (1991) demonstra a previsibilidade e recorrência dos saques na Idade Média após a morte da elite clerical. Quando bispos, cardeais e papas morriam e ocorria a substituição por novas lideranças religiosas, os saques aconteciam como rituais. "Violências contra alvos definidos, em grande parte toleradas pelas autoridades, às vezes – como em Felônica – praticadas pela comunidade inteira, configuravam situações obviamente não identificáveis com o caos ou com a anomia" (GINZBURG, 1991, p. 167).

como o ponto de partida, o que permite a sua articulação com muitos outros processos em curso. Isso significa que as ações coletivas aglutinam uma série de ações ligadas a diferentes níveis sociais. Logo, é necessário entender uma série de aspectos sincrônicos e diacrônicos para poder analisar uma ação coletiva.

Segundo Melucci, uma ação coletiva pode ser definida analiticamente por quatro características:

> (i) envolver simultaneamente uma variedade de indivíduos ou grupos, (ii) exibir características morfologicamente similares no passar do tempo e do espaço, (iii) implicar um campo social de relações e (iv) a capacidade das pessoas envolvidas em atribuírem sentido ao que estão fazendo (MELUCCI, 1996, p. 20).

Ademais, quando compreendidas dessa maneira, as ações coletivas são resultados de metas, recursos e limites que articulam os sujeitos em um campo de oportunidades e restrições. São o produto de orientações de ações em comum nesse campo. Envolvem, portanto, processos de interação, negociação e conflito[93], sendo o último o marco geral para emergência da ação (SCRIBANO, 2004). Nesse sentido, uma análise focada nos conflitos sociais permite captar simultaneamente a dinâmica de reprodução do capitalismo e das dimensões que o constituem (QUATRINI, 2014).

Para realizar essa hermenêutica do conflito é preciso estar atento duplamente à atualização da estruturação social, mas também àquilo que as ações coletivas têm de "mensagens da redefinição dos limites de compatibilidade sistêmica de uma sociedade" (SCRIBANO, 2004). Elas manifestam, visibilizam e comunicam. Dessa maneira, esse tipo de leitura busca tornar possível ver aquilo que não se vê imediatamente, i.e., as ausências. Os saques – como todas as ações coletivas para Melucci – demonstram, dentre outras coisas, os limites da sociedade em resolver por vias tradicionais os conflitos existentes – relembremos que, nos termos de Laclau, a tradução dessa proposição seria que o político é a emergência do heterogêneo que reconfigura o sedimentado do social. É pensando nisso que Melucci (1996) chama as ações coletivas de profetas dos dilemas pelos quais a sociedade passa. Mais do que as causas aparentes, a existência da ação coletiva já é uma mensagem do quanto as estruturas sociais não são suficientes para as resoluções definitivas dos conflitos. Uma ação coletiva aponta, portanto, para as fissuras no sistema que podem ser preenchidas ou podem se transformar em brechas ainda maiores. Em resumo, entender os saques como ações coletivas[94]

---

[93] Esse último aspecto relacionado com os conflitos já foi explicitado por eu ter defendido que conflitos anteriores, presentes nas relações cotidianas, foram fundamentais para a ocorrência dos saques que, concomitantemente, reconfiguraram esses conflitos.

[94] Uma ressalva importante a ser feita é a de que os debates sobre ações coletivas geralmente estão interligados com os de movimentos sociais. Porém, movimentos sociais para Melucci são uma forma específica de ações coletivas que possui organização, lideranças e estratégias. A partir dessa definição, ficará claro, quando os saques à noite forem apresentados adiante, que não estou compreendendo os saques como movimentos

se fez importante principalmente por permitir sua compreensão como processos que resultam de múltiplos fatores sincrônicos e diacrônicos e por permitir uma hermenêutica dos conflitos. Algo que perpassa toda a tese apresentada, mas que será também verificável nos tópicos a seguir destinados especificamente aos saques em Abreu e Lima.

Já foi explicado o sentido de entender os saques como ações coletivas e agora desenvolverei a ideia de saques como violências coletivas. Retomando a definição tillyana, vimos no capítulo anterior que violências coletivas são as interações sociais episódicas que envolvem pelos menos duas pessoas – portanto, algum grau de coordenação – e infligem dano físico a pessoas e/ou objetos. Epistemologicamente, Tilly (2003) propõe que as violências coletivas sejam compreendidas através de uma visão relacional. Com isso ele está propondo incorporar os avanços daqueles que priorizam as ideias – dado que tem um importante efeito prático a forma como as pessoas pensam a respeito de categorias sociais, do uso de meios violentos e da legitimidade da ação – e dos que priorizam os comportamentos – ele concorda que fortes regularidades comportamentais afetam a disponibilidade das diferentes categorias de pessoas de infligirem violência[95]. Porém, o autor defende que seria necessário ir além desses dois enfoques e tomar como objeto central a maneira como variam os padrões de interação social, ou seja, os mecanismos mais relevantes para pensar esses episódios seriam os relacionais, aqueles que operam na interrelação entre as pessoas. “Focaremos nossa atenção em processos interpessoais que promovem, inibem ou canalizam a violência coletiva e a conectam com políticas não-violentas” (Tilly, 2003, p. 20). Mais do que negar completamente os fatores comportamentais e motivacionais, portanto, ele está levantando explicações a partir de outros pontos, os relacionais.

Sabe-se que Tilly é um autor das grandes estruturas, processos amplos e comparações enormes, o que faz com que seu interesse – distinto do meu – ao discutir as violências coletivas seja mais estabelecer as conexões entre os diferentes tipos do que explorar em profundidade casos específicos. Para isso, ele desenvolveu uma tipologia que o permitisse englobar diferentes ações e comparar os tipos distintos. A comparação entre os tipos de

---

sociais, dado o baixo grau ou não identificação dessas características. Apesar disso, percebo que em alguns momentos históricos, os saques se colocam como uma ação coletiva que pode ter intersecções com os movimentos sociais – como nos casos das secas dos anos 1970 no Nordeste brasileiro e dos movimentos populares anti-ditadura que as apoiavam (NEVES, 2000).

95 A partir de Laclau é possível questionar o quão real é essa distinção feita por Tilly entre ideia e comportamento: “será que nós, entretanto, separamos tão rigidamente a ideologia do movimento? A própria distinção evoca com demasiada clareza uma antiga diferenciação entre as ideias nas cabeças das pessoas e a ação de que elas participam. Essa distinção, entretanto, é insustentável” (LACLAU, 2013, p. 47). Concordo com Laclau que essa distinção não é sustentável, porém parece-me relevante onde Tilly chega com esse argumento: a defesa de uma perspectiva relacional. Focar nos processos interpessoais foi extremamente produtivo na hora da análise do momento específico dos saques.

violência está baseada no grau de coordenação e de saliência, assim como nos mecanismos que são postos em prática em cada tipo – essas são as especificidades da violência quando coletiva e não individual que foram mencionadas no capítulo anterior. A mais importante dessas especificidades é a coordenação entre os atores da violência coletiva. A coordenação pode variar bastante em grau: "pode ir de não mais que uma sinalização improvisada e/ou uma cultura comum (baixa) até o envolvimento de organizações centralizadas cujos líderes seguem roteiros compartilhados à medida que guiam deliberadamente os seguidores em interações geradoras de violência com outros (alto)" (Tilly, 2003, p. 123). Em termos de coordenação, o tipo "oportunismo"[96] teria um grau baixo ou médio. Já a saliência se refere a em que medida o dano provocado é a essência da relação entre os antagonistas ou se, de forma contrária, é simplesmente um episódio violento em uma relação que, em outros momentos, é não violenta. Em termos de saliência, o oportunismo teria um alto grau, o que significa que, para o autor, a violência é um traço importante dessa relação.

Com relação aos mecanismos, eles são as características que combinados compõem a noção de oportunismo. Os mecanismos identificados nesses casos aparecem isoladamente em outros tipos de violência coletiva, mas conjuntamente aparecem unicamente nesse tipo. São quatro mecanismos: resposta ao enfraquecimento, distração ou falha da vigilância; sinalizações que comunicam ser possível realizar por meio imediato aquilo que geralmente são práticas de risco; ativação de fronteiras entre "nós" e "eles"; e retaliação seletiva de experiências anteriores. A falta de vigilância é o mecanismo mais evidente, perceptível desde o início, no caso de Abreu e Lima, afinal de contas, os saques ocorreram durante uma greve da Polícia Militar. Durante a greve os policiais se aquartelaram e não desempenharam as suas funções de policiamento ostensivo, ou seja, de repressão nas ruas dos crimes cometidos. Além de não realizarem rondas, as chamadas aos policiais militares para dar conta de ocorrências em Abreu e Lima não foram atendidas. O segundo mecanismo é a comunicação que permite a utilização de meios imediatos para fins geralmente de alto risco. No caso argentino de 2001, analisado por Auyero (2007), ele identificou algo bastante significativo a esse respeito: existiram *flyers* chamando para os saques. No caso de Abreu e Lima, exporei que os boatos foram importantes formas de comunicação e coordenação, muitas vezes circulando através dos telefones e da internet. O terceiro mecanismo proposto por Tilly é a ativação de fronteiras entre um "nós" e um "eles". Essa ativação consiste no estabelecimento da fronteira e de interações diferentes entre aqueles que estão dentro ou fora da fronteira. Veremos alguns

[96] Lembremos que, em sua tipologia, os saques são do tipo oportunista, ou seja, aquela violência coletiva que surge na ausência da vigilância e repressão cotidianas e, na qual, os indivíduos imediatamente provocam dano para conquistar aquilo que usualmente é proibido.

indícios da existência desse mecanismo no caso dos saques aos caminhões, porém também de sua não existência, no caso da identificação, por parte dos moradores, dos saqueadores como seus pares. O último mecanismo diz respeito à retaliação de experiências negativas anteriores. Nele, Tilly busca identificar o quanto os alvos das ações oportunistas são locais em que os atores passaram por alguma relação prejudicial que seria retaliada quando a oportunidade surge. Expus a importância desse mecanismo no caso do quebra-quebra dos ônibus, porém defenderei que no caso das lojas só foi encontrada uma manifestação pontual dele. De qualquer maneira, todos esses mecanismos serão importantes balizadores da discussão feita no tópico seguinte.

Por fim, gostaria de reivindicar ainda uma terceira importante influência para a análise aqui desenvolvida: o trabalho de George Rudé sobre multidões[97]. Rudé, influenciado por seu trabalho com George Lefebvre, foi pioneiro no estudo das multidões entre os historiadores marxistas britânicos[98] com o seu livro "A multidão na história" (1991) um estudo sobre distúrbios na França e na Inglaterra entre 1730 e 1840. Esse estudo se apresenta de especial valia para as análises de revoltas populares, pois Rudé se propôs a pensar as multidões como parte integrante do processo social – algo que, como já vimos, reforça o proposto por Melucci acerca da hermenêutica do conflito. O autor negou a concepção popular do caráter irracional das multidões e decidiu pensar quais seriam os propósitos sociais dela. Apesar de, em alguns momentos, a multidão ainda aparecer como espasmódica em suas análises[99], ele desenvolveu, nesse trabalho, questões que ainda hoje são centrais no entendimento dos distúrbios como as relativas à composição dos participantes, ao como eles ocorrem (inclusive com a tentativa de uma cronologia mais aproximada possível do comportamento da multidão), aos motivos, aos alvos das revoltas e à reação das classes dominantes. Como veremos a seguir, de maneira geralmente implícita, a importância de Rudé para a análise é justamente pelas questões que ele levanta, não necessariamente pelas soluções que ele apresenta. Assim, esses três referenciais serviram como maneiras de olhar para uma narrativa difícil de ser formulada e com vários pontos antagônicos. A partir da conjunção dessas formas de enfocar, continuarei o

---

97 Em suas palavras: "considero multidão aquilo que os sociólogos chamam de grupo 'frente-a-frente', ou de contato direto" (RUDÉ, 1991, p. 1). O que pode-se perceber é que com Rudé, o termo multidão vira quase sinônimo de protesto social. Ressalto, porém, que Rudé me serve mais pelos parâmetros que propõe para uma análise da multidão do que por esse conceito em si. Escolhi não utilizar o conceito de multidão analiticamente para a discussão sobre os saques para me centrar nas contribuições das noções de ação coletiva e de violência coletiva.

98 George Rudé nasceu na Noruega e viveu grande parte da sua vida acadêmica fora do Reino Unido, porém sua produção estava intimamente articulada com o grupo britânico de historiadores comunistas.

99 Uma multidão espasmódica é aquela vista como simplesmente fruto de uma reação instintiva, como um espasmo. A crítica da visão espasmódica será desenvolvida nas considerações finais.

esforço de articular outras teorias e autores para contribuir com o desenvolvimento dos argumentos que defendo sempre baseado na narrativa construída.

4.2 O começo dos saques: os caminhões

No desenrolar do protesto que parou a BR-101 na tarde de 14 de maio, temos os primeiros registros de saques na greve da PMPE em 2014. Os saques começaram tendo como alvo caminhões que passavam pela cidade. Há relatos de várias tentativas de saques, mas apenas dois são os caminhões identificados nesse momento inicial: um que fazia transporte de bebidas e outro pertencente aos Correios. Vejamos o que aconteceu a partir de alguns vídeos feitos nesse instante.

O vídeo "SAQUES..." (2014b) está sem áudio, mas tem um bom ângulo do primeiro saque do dia: o do caminhão de bebidas. A filmagem é feita de uma posição mais alta do que a do caminhão e a luz revela ser ainda fim de tarde. As pessoas somam algumas dezenas e estão aglomeradas na parte traseira do automóvel. Elas vão tirando pequenas caixas de papelão de dentro do veículo. Ao lado do caminhão parado, passam outros carros, o que significa que o trânsito não estava interrompido nesse momento. Reforçando essa constatação, vemos que não há nenhum carro na frente do veículo saqueado, ou seja, ele não está impedido de andar por algum tipo de bloqueio. Há crianças, jovens, mulheres e homens. Eles se ajudam para retirar a mercadoria: por exemplo, quando um jovem entra para saquear uma caixa, outro espera-o do lado de fora para pegá-la. Por mais que depois de conseguirem se apossar de algo, as pessoas geralmente corram para longe, não há um sentimento de urgência na cena, pois muitos estão perto do veículo e conversam enquanto o saque ocorre. Sem nenhum motivo identificável no vídeo, em um determinado momento, as pessoas começam a dispersar de perto do caminhão. O cinegrafista retira o foco do veículo e foca em um pequeno grupo de jovens (aparecem quatro inicialmente e depois se juntam mais alguns) jogando pedras no vidro dianteiro de um ônibus da Itamaracá. O ônibus está vazio. Depois de pouco menos de um minuto, eles fazem o mesmo com outro ônibus que está parado atrás com muitos passageiros. As pessoas começam a descer apressadamente. Ao todo são quatro ônibus estacionados que provavelmente foram atingidos pelo quebra-quebra. O fim da filmagem mostra um homem com o rosto coberto por uma camisa dirigindo um dos ônibus e atravessando-o na rua para interromper o tráfego. No fim aparece a única legenda de todo o vídeo de 6 minutos e 58 segundos: "PMs em greve, Eles no comando!!".

Olhando agora para outro vídeo (PROTESTO, 2014) do saque do mesmo caminhão de bebidas no final da tarde, vemos basicamente as pessoas passando em direção ao veículo e

comentando algumas coisas. Uma criança grita: “é cerveja, porra!”. Uma mulher fala: “eu queria pegar uma caixinha”. Ao que uma outra mulher responde: “vai!”. Um homem, possivelmente quem está gravando, resume a cena: “a turma tá com a porra roubando cerveja ali, óa”. Passam crianças, mulheres e homens, alguns usam camisas para esconder o rosto.

Esses vídeos demonstram bem o já mencionado começo dos saques e, como esse início ocorre concomitante ao bloqueio da rodovia e à depredação dos ônibus, eles reforçam o argumento tillyano da existência de “fronteiras porosas” entre violências coletivas[100]. Percebemos que há uma migração entre violências coletivas sem uma linearidade que abandone completamente uma para o início da outra, ou seja, o quebra-quebra vem antes dos saques, mas também durante. Além disso, já vemos indícios da heterogeneidade dos sujeitos envolvidos nos saques – crianças, jovens, mulheres e homens –, assim como a coordenação que há entre eles, pois se ajudam a retirar as mercadorias de dentro dos caminhões. Há também indícios de processos de estabelecimento de fronteiras, de criação de um outro que saqueia: o “eles” da legenda final do vídeo. Por fim, vemos também a participação dos moradores da região.

O segundo saque ocorreu em um caminhão dos Correios. Isso aconteceu já no começo da noite e o veículo estava provavelmente parado no engarrafamento provocado pela interrupção da rodovia. Desse saque há três vídeos que também permitem uma narrativa do acontecido. O vídeo “SAQUE...” (2014c) tem imagens bastante escuras, feitas por um motoqueiro que está a alguns metros do caminhão saqueado. O vídeo é curto e o narrador só fala isso: “saqueamento do caminhão do Sedex dos Correios aqui em Abreu e Lima. Irremediável a situação. Foda, né?”. Muita gente está aglomerada em volta do caminhão. No final, aparecem as pessoas correndo na direção oposta à do automóvel. Esse momento é provavelmente o da chegada da Polícia Rodoviária Federal.

Em um corte um tanto brusco na nossa narrativa, podemos seguir com o vídeo “SAQUE...” (2014a) que já começa com os policiais rodoviários no local com as motos estacionadas e as luzes das sirenes ligadas. O narrador fala: “arrombamento de caminhões aqui em Abreu e Lima, BR-101 Norte. São exatamente 18:55, do dia 14 de maio de 2014, Polícia Rodoviária Federal no local”. Os policiais estão na parte traseira do caminhão e estão prendendo, dentro dele, algumas pessoas que estavam saqueando no momento em que a polícia chegou. Um homem grita: “vai deixar é? Tira a galera dali. Ei, a mulher tá passando

[100] A esse respeito é ilustrativo um depoimento recolhido pelo Jornal do Commercio (GUERRA…, 2014) de um estudante chamado João Silva, de 25 anos: “Por volta das 15h atiraram pedras em uns quatro ônibus. Depois, grupos começaram a saquear os caminhões que estavam parados na rodovia. Atacaram até um carro do Sedex (Correios), foi muita correria e um horror”.

mal, vai morrer aí dentro aí, a mulher. Ei, a mulher vai morrer". Uma mulher grita ao seu lado, apoiando as reclamações do homem. Ouve-se as pessoas de dentro do caminhão batendo para poderem sair. Um outro homem fala: "vai morrer sufocada, viu? Filma aí, filma aí". O que parece ser o primeiro homem fala: "ei, se morrer alguém aí, vai tá filmando aqui, viu? A mulher tá passando mal". Um outro homem entra na gritaria "e tá fazendo o que lá dentro?" O que está defendendo os que estão presos dentro do caminhão rebate: "e tem que morrer? Vai morrer aí dentro é?". Os gritos de que alguém vai morrer e de que a polícia será a culpada se acumulam: "você sabe que ninguém aguenta ficar aí dentro". Sob pressão, a polícia abre o caminhão. As pessoas vão saindo, aparecem mulheres e jovens. Eles saem sem nada em mãos e não são apreendidos. Alguém fala: "não tem mais nada não, já levaram foi tudo". O narrador volta a falar: "as pessoas saquearam aqui o caminhão do Sedex e de cerveja também. O pessoal da Polícia Rodoviária local agindo de maneira incerta". Em um determinado momento, aparece uma repórter se preparando para gravar, visto que a mídia já noticiava no próprio local o que acontecia em Abreu e Lima. Mesmo depois da liberação dos que estavam presos no caminhão, as pessoas ainda ficaram aglomeradas na margem da rodovia. No fim do vídeo de 6 minutos e 14 segundos, o trânsito começa a fluir lentamente[101].

Figura 3 – Saque ao caminhão dos Correios.

Fonte: "SAQUE…" (2014a).

Já no vídeo "DIARIO" (2015), feito com depoimentos de moradores de Abreu e Lima exatamente um ano após os saques, escutamos o relato de uma fiscal de transporte

[101] Segundo o Jornal do Commercio (GUERRA…., 2014), "a BR-101 teve trechos fechados até as 19h".

complementar. Ela diz: “eu perguntei: ‘ei pirraia, o que é isso ai?’ ‘É que a gente arrombou ali o caminhão da Sedex no meio da pista e eu vou pra casa pra pegar mais’. Eu fiz: ‘faça isso não’. Ele fez: ‘vou pegar, meu véi, tá ali pra pegar e vou pegar mesmo’.

Sobre esse momento inicial, uma das entrevistas com Maria trouxe um dado não encontrado nos vídeos nem nos jornais: “inclusive minha tia com minha sobrinha vinha do centro do Recife, eles moram em Itapissuma, e de tarde houve tiroteio, de se jogarem no chão e o ônibus ficar parado” (entrevista Maria, 14/06/2018). Esses tiros não devem ter atingido ninguém, pois não há registros de feridos em Abreu e Lima.

Segundo a Polícia Rodoviária Federal (COSTA, 2014b), cerca de 30 pessoas assaltaram os veículos até o começo da noite de 14 de maio em Abreu e Lima. O que é possível já pontuar a partir dos dados construídos desse momento inicial é que há continuidades e descontinuidades entre os primeiros saques e os que se passariam ao longo da noite. As diferenças principais é a transferência dos alvos prioritários dos caminhões para as lojas e a amplitude do processo[102]. Porém, se manteria a heterogeneidade dos sujeitos, uma coordenação baixa entre eles e poucos registros de violência contra as pessoas presentes no local – os alvos escolhidos eram os estabelecimentos. Além disso, é bastante relevante o apoio de uma parte da população aos saqueadores no caso do caminhão dos Correios, o que encontraremos também no caso de alguns detidos posteriormente pela Polícia Rodoviária Federal. Também é relevante certa ambiguidade no estabelecimento de fronteiras discursivas com os que saqueavam: são pessoas próximas, mas há uma busca de uma diferenciação.

Gostaria de trazer a descrição de um último vídeo para tecer um argumento importante a respeito desses saques. No vídeo “PROTESTO….” (2013), vemos o saque de um caminhão em Abreu e Lima que ocorreu antes da greve da PMPE[103]. Mas por que trazer um saque a caminhão que ocorreu antes da greve da PMPE em 2014? Para demonstrar que os saques a veículos de carga são constantes em rodovias brasileiras. O narrador fala: “estão saqueando a carga do caminhão da Horizontes carregado de Coca-Cola. Estão levando a carga”. A filmagem é feita de longe, mas aparecem muitas pessoas correndo em direção ao caminhão. Ouvem-se gritos e risadas. Tem muita gente vendo o saque acontecer. O narrador fala: “o cara do caminhão não faz nada, fica só quietinho lá dentro. A carga está no seguro mesmo”. As risadas continuam e um dos gracejos feitos é: “ainda tá geladinha”. O narrador fala: “é igual a formiga, meu Deus do céu”. Há um clima geral de excitação. Uma mulher fala: “ela ainda conseguiu uma”, depois ri alto. Um homem grita: “Abreu e Lima é fogo!” O narrador pede

[102] Como veremos a seguir, os saques a caminhões não param no momento em que os saqueadores transferiram o alvo para as lojas, porém perdem a centralidade.

[103] Não é revelada a data exata, mas a postagem no YouTube é de julho de 2013.

para ele dar uma entrevista porque pretendia colocar o vídeo no Facebook em breve, pedido que ele recusa porque não quer aparecer na gravação. Novamente a faixa etária e os gêneros são bem variados. Ao fim, o narrador diz: “vou terminando por aqui porque está ficando muito perigoso. É só para vocês verem como está a bocada, saquearam o caminhão do cara todinho”.

Desse vídeo podemos apreender duas características que se repetirão em alguns momentos relacionados aos saques na greve da PMPE: o artifício retórico de retirada da condição humana aos saqueadores – chamados dessa vez de formigas – e o receio com as filmagens, que são percebidas como instrumentos de vigilância. Ainda mais importante, esse vídeo é um indício dos constantes saques a veículos de carga nas rodovias brasileiras. Como vimos com o vídeo “PROTESTO...”(2013), no caso específico de Abreu e Lima, essa ação faz parte de um repertório que não surge com a greve e que apresenta características que se repetem quando a ação ocorre. Svampa (2013) propõe antes de mim essa perspectiva eminentemente sociológica para entender a recorrência dos saques. Algo que ela relaciona com o argumento de que os saques são um tipo de ação coletiva dos setores populares que estão associados a fortes estruturas de desigualdade – argumento bastante plausível também no caso aqui analisado.

Não possuo nenhuma estatística precisa a respeito da recorrência dos saques, porém os registros midiáticos são muitos e facilmente encontrados em qualquer busca nos jornais. O trabalho de Feliciano (2009) identificou que, entre 2001 e 2007, ocorreram 26 saques e cinco tentativas de saques no país. Dos 26, 19 ocorreram no Nordeste: Alagoas foi o estado com maior número, 11, e em Pernambuco ocorreram cinco. Acredito que esses números estão subdimensionados, porém, ainda assim, ele aponta para a existência de alguns casos no Nordeste brasileiro. Dessa maneira, é possível defender que os saques a caminhões são uma ação coletiva violenta que em alguns momentos reaparecem na cidade de Abreu e Lima. Com isso, acredito que a novidade que garantiu a ampla divulgação e a surpresa frente ao acontecimento não foi um suposto caráter inaugural, mas sim sua magnitude nos saques às lojas e aos supermercados que vieram depois.

Como sabemos, os saques não se encerrariam com os dois caminhões. Entre o momento dos caminhões e o das lojas, começaram a correr novos boatos. Um entrevistado relata bem os rumores de que à noite as lojas seriam saqueadas:

> Inicialmente foi um saque a esse caminhão de carga, né? Que começou essa confusão no período da tarde, a Polícia Federal Rodoviária tentou conter, acredito que prendeu uma pessoa ou duas. Mas começou-se os boatos de que ia se organizar um saque durante a noite porque as ruas iriam estar mais vazias de policiamento, de

> monitoramento. E aí começou-se esse boato, eu estava em casa escrevendo e começou (entrevista André, 15/03/2018).

Adiantei no capítulo anterior que boatos são uma forma de comunicação recorrente em momentos de distúrbio: tanto em greves policiais quanto em saques. Muitos seriam os exemplos possíveis, mas apenas para ilustrar retomarei dois: já relatei que durante a greve da PMPE de 2000, tivemos uma proliferação dos boatos, o que também aconteceu, pouco mais de uma década antes, nos saques em contexto de hiperinflação de Rosário, Argentina, em 1989 (AGUIRRE, 1999). Auyero (2007) sugere que os boatos, nesses momentos de distúrbio, conseguem influenciar bastante as ações dos policiais, dos moradores das áreas (supostamente) afetadas e dos saqueadores. Além de aumentar o medo na população, um dos efeitos mais comuns é o de aumentar também o grau de conflitividade – como fica claro no caso das placas de ameaça que diziam "*You Loot, I Shoot*" (você saqueia, eu atiro) que começaram a aparecer nas regiões alvo de boatos durante os saques que ocorreram depois do furacão Katrina no sul dos Estados Unidos. Auyero argumenta que com os boatos provavelmente alguns saques são prevenidos porque o rumor incentiva uma ação de proteção contra uma ameaça, mesmo que nem sempre verdadeira[104]. Por outro lado, no âmbito dos saqueadores, "a vida dupla dos boatos" - conceito do autor usado para enfatizar o duplo papel desse fenômeno para os saqueadores e para os que se protegem – faz com que rumores sejam uma forma importante de comunicação entre os próprios saqueadores, que através deles coordenam suas ações, mesmo que baseados em informações às vezes mentirosas. Através dos boatos se construiria a coordenação para a decisão de saquear determinados lugares e não outros. Isso ocorreria porque, ainda segundo Auyero (2007), uma motivação central na construção de boatos é a busca de informações. Assim entendidos, em situações que fogem aos nossos enquadramentos habituais, os boatos fazem parte de uma procura que gera significados, facilitando a coordenação.

4.3 Os saques das lojas do centro

À noite, após os saques dos dois caminhões, as iniciativas se deslocaram para as lojas que margeiam a BR-101, principalmente as que ficam no sentido norte da rodovia. Em meio às chuvas, muitas pessoas se reuniram em Abreu e Lima em uma das principais rodovias do país. São mencionadas centenas de pessoas participando desse momento: "homens, mulheres

[104] Como ressalta Vera (2014), os boatos podem colocar em circulação informações tanto verdadeiras como falsas. No capítulo anterior os boatos relatados foram constatados como mentirosos enquanto que aqui o relato de André está relacionado com algo que realmente veio a acontecer. Portanto, a principal característica desse fenômeno não está relacionada com a veracidade da informação, mas com a falta de fundamento verificável da informação e com seu espraiamento de boca a boca.

e até crianças arrombaram os portões dos estabelecimentos, que estavam fechados por conta do feriado na cidade, carregando todos os tipos de materiais, principalmente os equipamentos eletrônicos" (PASSOS, 2014, p. 6). O que se vê nas imagens e se ouve nos relatos é que não ocorreu uma delimitação de sexo ou de faixa etária dentre os saqueadores: eram crianças, jovens, adultos, idosos, homens e mulheres. A abrangência também envolve a renda: apesar de terem sido apontados como uma minoria, o delegado da cidade afirmou mais tarde que "pessoas com renda familiar considerável" também participaram (G1, 2014g). Em outras palavras, houve uma concentração de pessoas de menor renda, mas o espectro era amplo a ponto de incorporar os de maior renda.

A identificação da heterogeneidade dos sujeitos participantes dos saques não serve para a formulação de rápidas conclusões com relação aos tipos sociais aos quais pertencem. Não faria sentido retirar dessa listagem, sem investigações muito mais profundas, argumentos como "as crianças abreu-limenses têm propensão à participação nos saques por conta de determinado motivo" ou "as crianças abreu-limenses apoiaram os saques, dado que algumas participaram nos atos". Como bem pontua Rudé (1991), há uma dificuldade em estabelecer a relação entre os que participaram ativamente desse acontecimento e os outros habitantes da região. Essa dificuldade surge porque não é simples responder a questão: "até que ponto é a multidão representativa dos grupos sociais de onde vêm suas partes componentes?" (RUDÉ, 1991, p. 227). Em vez de tentar responder essa pergunta ou de esboçar inferências de difícil comprovação, prefiro me perguntar sobre aquilo que foi amplamente constatado: a heterogeneidade dos sujeitos.

Para tanto, gostaria de reivindicar a noção de lumpemproletariado largamente utilizada pelo marxismo[105]. Para justamente evitar encaixar esses sujeitos em relações econômicas específicas e para pensá-los incorporando a heterogeneidade, como aquilo que escapa às definições classistas puramente econômicas. Como propõe Stallybrass (1990), Marx (2011) no 18 de Brumário, quando analisa o papel central desempenhado pelo lumpemproletariado no golpe de Estado de Luís Bonaparte, começa a olhar para as contingências das classes sociais, i.e., nesse livro aparece uma noção de classe como um ajuntamento instável e concretizado graças à retórica política de grupos heterogêneos. Algo que destoa de alguns usos da categoria lumpemproletariado pelo autor que, em outros momentos, já tinha

[105] Essa noção é a razão de muitas polêmicas e debates dentro do marxismo. Aqui me interessa menos uma exegese ou uma genealogia do termo e mais um uso específico que surge no final do século XX. Esse uso está relacionado com "a tentativa renovada dentro do marxismo de entender a heterogeneidade dos grupos e processos políticos. Isso veio tanto como uma resposta dentro da academia das críticas do pós-estruturalismo quanto, ainda mais importante, como uma resposta da esquerda a repensar o 'político' em relação com a emergência dos 'novos movimentos sociais'" (STALLYBRASS, 1990, p. 69).

aproximado-a de características raciais necessariamente conservadoras. O lumpem complexifica um enfoque binário da luta de classes apoiado em uma leitura simplista de Marx – a famosa luta da burguesia contra o proletariado – e é um termo que resiste a algumas pretensões totalizantes e teleológicas da dialética. É um heterogêneo que convive e faz parte do social porque o social nunca se fecha para as aberturas, para aquilo que escapa ao controle[106], ou seja, a heterogeneidade da composição interna do lumpem remete a uma heterogeneidade que rebate as tentativas de totalização do social.

As crianças, os jovens, as mulheres, os homens, os idosos, os pobres e os ricos de Abreu e Lima, em sua participação nos saques, apontam para aberturas que negam determinações etárias, de gênero e de classe na composição dos sujeitos que saqueiam. Neles, se pensados como lumpemproletariado e ainda de acordo com Stallybrass (1990, p. 87), estaria a própria condição do político porque remetem a uma política que "não é sempre o reflexo do social", mesmo que continuemos cientes que as relações sociais sempre limitam o campo de participação da ação política. Assim, defender a noção de lumpem para falar dos que participaram nos saques em Abreu e Lima é entender que não estou falando de um grupo social específico e sim de um processo político que envolveu a articulação de uma heterogeneidade de sujeitos. Dessa forma, renuncio à pretensão de uma representabilidade total daqueles que saquearam e saliento os antagonismos e as articulações contingentes que se deram naquele momento.

Desenvolvendo ainda mais o argumento, sabe-se que o lumpemproletariado já foi (e ainda é) aproximado constantemente à figura do "bandido", o que nos remete a outra questão importante do acontecimento. Para contrapor essa associação retomo as palavras de uma entrevistada (Priscila) que, logo depois de falarmos sobre a heterogeneidade dos sujeitos envolvidos, disse: "por isso que eu tô te dizendo que muita gente que nunca pegou nem um biliro[107] de um vizinho, nem uma fruta, nesse dia se envolveu nisso. Muita gente" (entrevista Priscila, 03/05/2018). Muitos foram os relatos que escutei que defendiam a participação de "vizinhos", de "conhecidos"[108] ou "pessoas comuns". Perguntei a um representante comercial: "nos jornais apareceu muito a informação de que as pessoas eram conhecidas e fregueses das próprias lojas. Dá para confirmar isso?". Filipe me respondeu: "mas isso é a pura realidade.

---

[106] É importante frisar que essa abertura não é pensada como tendo um vetor político específico. Não faz sentido definir aprioristicamente que um acontecimento ou a heterogeneidade sejam necessariamente processos revolucionários ou reacionários. Nas palavras de Stallybrass (1990, p. 90): "não há um vetor necessário do político, porque o político é em si o campo conflitivo da desarticulação e rearticulação".

[107] Biliro é um sinônimo local para grampo de cabelo.

[108] Como apontarei no capítulo seguinte, a participação de "vizinhos" e "conhecidos" tem clara influência no momento posterior à greve da PMPE, pois foi um fator relevante para a devolução das mercadorias saqueadas.

Porque teve muitos clientes nossos, a gente tem, eu tenho um irmão aqui que tem duas lojas de móveis, a gente viu cliente da gente passando com mercadoria" (entrevista Filipe, 21/08/2018). Em outra entrevista, estabeleci o seguinte diálogo:

> - Você tem alguma ideia, não quero nomes, é uma população local que participa disso? É uma população passageira?
> - Não, total. Foi 100%, 100% não, né? Num dá para a gente mensurar dessa forma, mas foi boa parte da população local. Eu tenho vizinhos que vieram para o centro somente para ver se conseguiam levar alguma coisa, você vai ver que boa parte dos saques foi feito por pessoas que estavam vestidas como quem fica em casa, sabe? (entrevista João, 27/11/2017)

Isso significa que os sujeitos participantes dos saques também não se encaixaram na figura do criminoso que constitui o imaginário local. Foi, portanto, um momento em que os moradores da cidade não viram confirmado aquilo que Misse (1999) chama de sujeição criminal[109]. Com esse conceito, o autor pretende dar conta do processo social que assujeita ao disseminar expectativas negativas sobre determinados tipos sociais de incriminados regulares, ou seja, ele pretende lidar com a produção de agentes acusáveis. Esse é um processo histórico que fixa socialmente previsões de comportamentos criminais a sujeitos que compartilham certa raça, gênero, classe e idade. Dessa maneira, "tipos sociais e incriminação individual se intercambiam ou se complementam em várias áreas" (MISSE, 1999, p. 48). É, portanto, a constituição de identidades que sejam potencialmente criminais: os bandidos. No Brasil contemporâneo, o jovem negro periférico é por excelência o "sujeito criminoso", mas não era apenas ele que estava presente nos saques de Abreu e Lima, tinha "muita gente que nunca pegou nem um biliro", pessoas que não se encaixam nesse mundo à parte que seria o "mundo do crime". Os saqueadores não condizem com uma determinada trajetória de vida que demandaria em algum momento sua incriminação nem têm uma experiência social específica proveniente do contato com outros bandidos. Como ilustrou o Fantástico, "muitos que participaram do vandalismo era gente honesta, trabalhadora e não tinha passagem pela polícia, como um aposentado de 68 anos. Senhor José Salvino vive com a mulher e cinco filhos em uma casa simples, onde não falta nada. Mesmo assim, aproveitou os saques para pegar um ventilador e um exaustor de ar para cozinha" (G1, 2014g). Disso decorre também a tamanha surpresa em presenciar os "vizinhos" sem antecedentes criminais realizando os saques.

Porém, para além da surpresa na manifestação do impróprio que são esses corpos inesperados realizando o inesperado, o fato de terem sido conhecidos ajuda a explicar outra coisa: a coordenação entre os sujeitos durante a ação coletiva. Aqui Tilly nos ajuda

[109] Esse conceito trata de um fenômeno similar ao mencionado anteriormente sobre o "elemento suspeito" dos policiais, porém aqui percebemos que a construção da expectativa de um determinado tipo de subjetividade mais propensa ao crime não é exclusividade da polícia, sendo um processo que permeia toda a sociedade.

novamente, pois defende que os atores que participam têm sempre conexões anteriores aos episódios contenciosos. Geralmente já circularam discursos sobre suas situações sociais acerca das "oportunidades, ameaças, meios disponíveis para a ação, consequências possíveis das ações, avaliações dessas consequências, capacidades de agir, memórias de conflitos anteriores e inventários de outros dispostos a agirem" (TILLY, 2003, p. 33). Algo que remete à questão já colocada acerca da conexão entre esses episódios e o cotidiano, pois alguns dos sujeitos já se conheciam, já tinham estabelecido relações prévias ao acontecimento.

Por outro lado, encontrei também relatos que matizam a participação exclusivamente de conhecidos nos saques, que apontam para o fato da cidade ser uma grande via de passagem e que defendem que alguns saqueadores eram pessoas que transitavam na BR-101.

> E nisso muita gente que não mora aqui, muita gente que não mora aqui. Uma coisa que a gente conversou, que o nosso comércio, o comércio que foi saqueado fica às margens da BR-101 é muito, se você passar aqui de seis horas da noite, seis e meia da noite, é muito carro. E houveram carros que pararam, que não eram daqui que pararam e que aproveitaram a situação e também pegou, jogou em cima de carro, sabe? Então assim, houveram, houve isso, pessoas que nem eram daqui que se juntaram, que veio, né? (entrevista Marta, 01/10/2018).

Também nesse sentido, existem aqueles que ressaltam o fato de que apesar de serem muitos os conhecidos que saquearam, não foi a população inteira. "Eu sempre falei que Abreu e Lima não é uma cidade de ladrões, o que aconteceu foi que as pessoas, algumas, porque de 100 mil habitantes se tiver ali participando dos saques umas 800 pessoas. Então o índice não é muito grande, se você for pela percentagem não é muito grande" (entrevista Filipe, 21/08/2018). O que é perceptível em ambos os casos é o esforço de estabelecimento de fronteiras entre os saqueadores – o outro – e a população abreu-limense – o nós. Estamos diante daquilo que foi identificado por Tilly (2003) como um mecanismo recorrente das violências coletivas, em particular das do tipo oportunismo. É uma lógica de alteridade que está relacionada com a criação de um outro perigoso, ameaçador e suspeito que viria saquear e que estaria, muitas vezes, próximo à sujeição criminal e que, portanto, tem marcadores raciais e econômicos. Como veremos, esse é um processo que se expande principalmente no momento posterior aos saques e que está relacionado com a disputa por determinada identidade política do cidadão abreu-limense. Pelo que apontei nos parágrafos anteriores a respeito dos participantes dos saques, é possível constatar uma ambiguidade que ora aproxima-os dos abreu-limenses, ora distancia-os.

Ainda sobre o perfil dos saqueadores, há uma série de depoimentos que ressaltam a participação de evangélicos nesse momento. Durante o trabalho de campo, escutei duas anedotas que se repetiram com pequenas variações. A primeira é a de uma mulher que sai de

uma loja com a Bíblia em uma mão e um ventilador na outra. Uma pequena variação encontrada é a de que acharam Bíblias nas lojas deixadas por evangélicos enquanto roubavam, eles teriam trocado o livro sagrado pelo eletrodoméstico. A segunda anedota é a seguinte: "eu ouvi o relato de alguém que disse que foi Deus que abriu a porta, estava sem nada para comer e Deus mandou" (entrevista Maria, 14/06/2018). Uma variação desse relato é a história de uma mulher que achou um micro-ondas na rua e falou "o Senhor está me ajudando" – também contada por uma entrevistada (entrevista Susana, 22/02/2018). Independente do caráter anedótico das histórias, pode-se constatar que provavelmente houve realmente a participação de evangélicos nos saques, como reforça a fala de Iracema Marques registrada pelo Jornal do Commercio (DEZESSEIS…, 2014): "vi idoso que no banco fica na fila de prioridade dizendo que está fraco e que, nos saques, carregou geladeira. Até gente da minha igreja, evangélica, entrando em loja para roubar".

Já expus que não me parece produtivo pensar esses atos como representativos dos evangélicos abreu-limenses e, além disso, gostaria de declarar a impossibilidade de tratar a fundo esse fenômeno que abriria essa pesquisa para outros caminhos, envolvendo a sociologia da religião, que não os que ela se propôs. Porém, gostaria de tecer algumas observações a respeito. O que cabe primeiro argumentar frente a esse fenômeno é que, independente da moral religiosa, onde há muito evangélico é obviamente provável que, em um acontecimento que mobilizou tanta gente, haja dentre os participantes uma parcela dessa religião. Um fator característico de Abreu e Lima é a concentração de evangélicos. Com 38.218, o número de evangélicos quase se iguala ao de católicos e é comum os seus habitantes reivindicarem o título, comprovado pelo IBGE (S.d), de "cidade mais evangelizada do Brasil", ou seja, com o maior percentual proporcional de habitantes evangélicos – 41% da população se autodeclarava evangélica no censo de 2010. "É a cidade dos crente", ouvi certo dia de trabalho de campo. Além do alto número de adeptos, a abrangência da religião na cidade se verifica pelo seu grau de institucionalização nas instâncias municipais. No dia 31 de outubro é comemorado o "dia da consciência evangélica" ou feriado da reforma protestante, no qual as repartições públicas não funcionam (ABREU…, 2012). Além disso, vale lembrar que o prefeito na época dos saques era o Pastor Marcos, pertencente à Assembleia de Deus. Sobre essa igreja, que é a principal da cidade, um entrevistado me informou:

> Hoje em dia a gente tem uma igreja de grande porte do campo Recife que é lá em Caetés Três, bem aqui, perto da Câmara dos Vereadores. Mas a vedete das igrejas daqui de Abreu e Lima é a igreja sede do campo Abreu e Lima, fundado pelo falecido Pastor Isaque que foi o responsável pela cisma das Assembleias de Deus

> aqui em Pernambuco[110]. Aqui em Pernambuco você vai ter duas grandes Assembleias, a campo Recife e a campo Abreu e Lima, uma verde e uma azul. Quando você ver uma Assembleia verdinha, saiba que a sede dela está aqui, nessa cidade que foi saqueada (entrevista João, 27/11/2017).[111]

O que constatei foi que a participação evangélica nos saques causou estranhamento na população local. Como resumiu Marta anos depois do saque: "Abreu e Lima já era a cidade mais evangelizada do Brasil há quatro anos atrás e por que aconteceu aquilo?" (entrevista Marta, 01/10/2018). Algumas das explicações dadas pelos próprios moradores entrevistados ressaltava o que consideram um desvio de conduta que não seria particularidade do momento dos saques, mas que faria parte do cotidiano dos evangélicos:

> Eu acho que Abreu vai ser capaz de ajudar a forjar o conceito de evangélico não praticante porque boa parte não se identifica como católica, mas se identifica como evangélica. Frequenta cultos da igreja Assembleia, tem parentes que pertence à igreja Assembleia, tem o conceito de Deus cristão protestante da Assembleia, principalmente do campo Abreu e Lima. Mas ainda assim não são as pessoas que você vê vivenciar esse evangelho que eles tanto pregam. São pessoas, a religião acaba ficando principalmente muito ligada à moral da população, muito mais na moral do que necessariamente nas práticas. Eles agem como acham que devem, mas na hora de pensar na vida alheia, mas na hora de pensar no outro, aí eles começam a gerar esses mesmos preceitos morais que a igreja Assembleia prega. É uma coisa extremamente presente, você vai ver isso até mesmo no modo de falar e de se vestir da população (entrevista João, 27/11/2017).

> É impressionante como é grande a quantidade de evangélicos aqui. Porém eu acho até uma coisa meio contraditória, né? Porque se é uma cidade, na sua maioria evangélica, protestante, eu acho que deveria ser diferente. O índice de pessoas que mora na rua deveria ser diferente porque a gente tem aqui, assim não aparece, mas tem, né? (entrevista Marta, 01/10/2018)

Em vez de argumentar que os evangélicos não agem de acordo com suas normas de condutas e usos, o que seria extremamente leviano de minha parte com os dados que disponho, ressalto que foi possível assim verificar que há uma dinâmica conflitiva entre evangélicos e não evangélicos na cidade. No caso específico aqui analisado, ela reverbera em processos

---

[110] Souza (2016, p. 13) sistematizou uma breve história da igreja na cidade que contraria o crédito da fundação ao Pastor Isaac Martins, mas que mantém sua relevância, enquanto liderança religiosa: "A COMADALPE (Convenção Estadual de Ministros da Assembleia de Deus com Sede em Abreu e Lima) afirma oficialmente que o começo da AD em Abreu e Lima ocorre em 1928. Desde sua fundação o pastor que passou mais tempo liderando a Assembleia de Deus Abreu e Lima foi o pastor Isaac Martins, que teve papel importante na independência da cidade. Atualmente eles afirmam possuir 200.000 membros em diferentes cidades, sendo mais de 23.000 deles de Abreu e Lima".

[111] Sobre a composição dos evangélicos na cidade, verifica-se algo já constatado por Mafra (2001) com relação à típica dinâmica de multiplicação por segmentariedade dos neopetencostais. André ilustrou bem essa segmentação: "O campo de Abreu e Lima é um dos maiores que tem, o poderio é muito maior deles do que de outras igrejas, mas a gente certamente tem igreja batista, tem adventista de sétimo dia, tem outras igrejas que posso chamar de alternativas que são igrejas mais modernas. Não temos igreja inclusiva essas igrejas que já tem uma liberdade maior de aceitação de pessoas LGBTs, não temos. Eu diria que é isso, batista, adventista, presbiteriana e a predominante é a Assembleia de Deus" (entrevista André, 15/03/2018). Outra entrevistada (Priscila) completou: "tem a Batista, tem a Assembléia de Deus, né, tem a Quadrangular, tem várias igrejas lá, tem essa Em nome de Cristo, Cristo vem, a Igreja Universal. Tem várias igrejas, várias igrejas evangélica" (entrevista Priscila, 03/05/2018).

acusatórios que buscam ressaltar a incompatibilidade entre a moral assembleista e a prática de seus adeptos.

Por fim, gostaria de terminar as reflexões sobre a participação de evangélicos nos saques ressaltando o dito pelos próprios saqueadores nas anedotas relatadas pelos moradores. Se analisarmos com seriedade o argumento de que "Deus abriu uma oportunidade" para aqueles que necessitavam, veremos que isso não é muito distante do que ensina a Bíblia em alguns momentos que menciona saques em tempos bíblicos[112]. Na leitura do livro é possível verificar que os saques são algumas vezes condenados, porém em outros momentos justificados. O critério é claro: o saque só é liberado se for para o bem do povo de Israel[113]. Caso esses evangélicos saqueadores se considerem os predestinados na contemporaneidade, a Bíblia não estaria necessariamente condenando-os pelos seus atos. Porém, como teologia está longe de ser minha especialidade, não pretendo com isso apenas fazer uma defesa do possível aprendizado bíblico da legitimidade dos saques, mas sim enfatizar os indícios nesse processo do que Thompson (1998) chama de noções legitimadoras e de economia moral. É importante analisar isso detalhadamente porque esses indícios não são os únicos: já vimos o apoio de parte da população aos detidos nos saques do caminhão dos Correios e veremos adiante que isso também ocorreu no caso de detidos nas lojas. É possível, portanto, reivindicar a importância de retomar a teoria thompsoniana sobre os motins da fome na Inglaterra em transição para a modernidade[114].

O autor identifica as noções legitimadoras nas situações em que "os homens e as mulheres da multidão estavam imbuídos da crença de que estavam defendendo direitos ou costumes tradicionais; e de que, em geral, tinham o apoio do consenso mais amplo da comunidade" (THOMPSON, 1998, p. 152). Foi verificado que também no Brasil, em muitos casos de saques, havia, entre os participantes, uma percepção de que os direitos básicos de sobrevivência estavam sendo desrespeitados (PEREIRA, 2013; DINIZ, 1986; NEVES, 2000). É importante frisar que, se as noções legitimadoras não são unânimes no caso de Abreu e

---

[112] Tampouco é muito distante do encontrado por Souza (2016) quando fez pesquisa em Abreu e Lima sobre a religiosidade infantil em escolas públicas. A heteronomia divina sobre a agência dos abreu-limenses é algo reivindicado nesse causo que circula sobre os saques – "Deus abriu uma oportunidade" –, mas também na participação evangélica da gestão pública local – "Deus deu competência a secretária para adquirir as máquinas". Algo identificado em comparação com o estudo de Souza.

[113] Trago apenas um exemplo dentre outros que podem ser elencados da Bíblia. Em 2 Crônicas 20:25, lê-se a descrição de um saque comandado pelo rei Josafá sem uma condenação moral: "e vieram Josafá e o seu povo para saquear os despojos e acharam neles fazenda e cadáveres em abundância, como também objetos preciosos; e tomaram para si tanto, que não podiam levar mais; três dias saquearam o despojo, porque era muito" (BÍBLIA, S.d).

[114] Os distúrbios estudados por Thompson ocorreram no século XVIII, período em que os setores subalternos da sociedade inglesa passaram por graves momentos de carestia e fome. Nesses momentos eram comuns os saques e quebra-quebras.

Lima, ainda assim elas existem. É fundamental para a compreensão desses saques que estejamos cientes de que, apesar da hegemonia dos discursos acerca deles os deslegitimarem – como veremos nas considerações finais –, há também aqueles que o entenderam como justos. Isso influenciou na participação desses e dos que, mesmo que não interpretassem assim os saques, se viram em meio a essa "economia moral", outro conceito de Thompson (1998) que aponta para a existência de escolhas estratégicas por parte dos que se revoltavam. Os que se rebelaram na Inglaterra em transição para a modernidade escolhiam dentre seus costumes aqueles que legitimavam uma visão econômica divergente da economia de mercado e essa escolha seria o pano de fundo que uniria esses sujeitos na ação coletiva. A oportunidade dada por Deus é um indício interessante das noções legitimadoras e das concepções alternativas de troca de mercadorias que operaram também em Abreu e Lima tantos anos depois dos "motins da fome".

Sigamos agora para outra questão, na qual analisarei os alvos dos saques. Além de terem sido saqueados aparelhos eletrônicos, como já dito, são encontrados nos dados referências também a colchões, bebidas, roupas, sapatos e objetos dos mais variados que pudessem ser carregados nos braços, carros de mão, motos e carros. Entre os carros que passavam na estrada, crianças, adultos e idosos corriam com televisões, geladeiras, fogões, máquinas de lavar, ares-condicionados, *grills* e liquidificadores. Escutei de uma das entrevistadas (Lídia) um relato sobre uma mulher que passou em frente a sua casa com um saco de lixo, de sessenta litros, cheio de margarina. As reportagens revelam que determinados estabelecimentos tiveram todas as mercadorias levadas, inclusive os estoques, sobrando apenas os mostruários – e às vezes nem isso porque eram também quebrados durante os saques. Enquanto os saques ocorriam, as lojas sofreram danos variados. No vídeo "DIARIO" (2015), um vendedor relembra: "a loja estava toda revirada, vidro quebrado, estava oca. Muito sangue no chão porque eles quebravam o vidro, pisavam e se cortavam". O vídeo "SAQUES" (2014c) sintetiza bem a amplitude de quais mercadorias foram saqueadas. Vemos imagens bem escuras do momento dos saques nas lojas à noite. O homem que grava e narra a cena fala: "a turma está roubando tudo, meu pirraia".

Como defendo reiteradamente, há muitas determinações em jogo e desviar o olhar dos produtos para as lojas saqueadas nos ajuda a entendê-las um pouco mais antes de aderirmos à tese dos saques serem um "consumismo violento" dado que "levaram tudo que tinham pela frente"[115]. Se é verdade que houve uma grande amplitude de mercadorias saqueadas, percebe-

[115] Algo que foi inferido por alguns e que será criticado no último tópico desse capítulo e nas considerações finais.

se uma seletividade nas lojas saqueadas. As lojas Insinuante, Credimóveis, Narciso, Di Santinni, Elektra, Opção Moda, Laser Eletro, Eletro Shopping, Figueira Calçados e Esposende[116] foram algumas das atingidas. Perguntei aos entrevistados quais lojas teriam sido saqueadas. Uma das respostas foi: “as mais conhecidas. Narciso, que tinha roupa, toalha, essas coisas, também pegaram. Eletrodoméstico, na época, Insinuante, que vende sapato” (entrevista Priscila, 03/05/2018). Outra resposta trouxe mais elementos para a análise da questão:

> Foram algumas lojas, principalmente as lojas de roupa, lojas de utensílios domésticos e também lojas que eu acredito, que achou, não sei, vulnerável. Que estava vulnerável […]. Foi uma coisa muito insana, mas as Casas Bahia, Bahia não que eu não sei se a Bahia era a de cá, não sei se é Bahia ou se tem outro nome, essas lojas que são grandes, essa loja Bahia, essas coisas, elas não foram saqueadas[117]. Por quê? Porque eles tomaram a providência de colocar mais seguranças particulares, colocou seguranças particulares armados dentro da loja e disse "se abrir, pode atirar". E as pessoas ficaram sabendo disso e você para e pensa: "é insano ou não é insano?". Porque na loja que sabia que tinha segurança particular e que estava armado, estava ali pra tudo, não foram. E nas lojas que não, por mais que alguém tentasse chamar aquelas pessoas à razão, não adiantava. Então o que aconteceu? (entrevista Marta, 01/10/2018).

O vídeo “TV” (2014b) reforça a percepção de uma seletividade, pois mostra muitas lojas de pequeno porte que estão intactas, enquanto que as saqueadas que aparecem são as de médio porte das grandes redes lojistas do estado[118].

Um dado muito importante quanto a essa escolha dos alvos é que foi perceptível que a violência coletiva não se direcionava às pessoas – o que reforça o argumento da seletividade que estou propondo.

> A questão de violência foi realmente saque, meu avô foi comprar pão andando, foi na padaria, olhando e disse "meu deus, o que é isso?". E as pessoas correndo, vôinho comprou pão, levou lá na casa pra mainha. "Papai pelo amor de deus, vá pra casa". Passando no meio das pessoas e assim, a questão não era violência. Não foi uma questão porque se fosse uma questão de violência, ele teria sido agredido. Ele não se meteu, ele não pegou nada, ele simplesmente saiu da casa dele pra comprar um pãozinho pra a filha [...]. Aí foi, de bicicleta, andando, voltou. "Papai, pelo amor de

---

116 O Jornal do Commercio (DEZESSEIS…, 2014) torna mais explícito o que aconteceu em algumas das lojas: “na Esposende, funcionários recolhiam os estilhaços de vidro, na manhã de ontem [15]. Estima-se que, pelo menos, 1500 pares de calçados tenham sido levados. Na Laser Eletro não sobrou um eletrodoméstico sequer, num rombo ainda desconhecido, mas certamente superior a R$250 mil, além do prejuízo de fechar as portas para obras de reparo por alguns dias. Na Figueira Calçados, o proprietário, Klécio Figueira, ainda tentava contabilizar os danos. ‘Não tenho como precisar. Sei apenas que será grande. E cerca de 70% não será coberto pelo seguro […]’, desabafou o empresário”..

117 Casas Bahia realmente não foi porque, segundo o Abreu e Lima em destaque, ela só abre no dia 11 de junho de 2014.

118 Além das lojas de médio porte, nesse momento, também ocorreu um saque a um caminhão. No vídeo “SAQUE...” (2014b), vemos o saque ao caminhão da Eletroshopping. As imagens são produzidas pegando a parte traseira do caminhão e, apesar do vídeo ser bem curto, dá para ver a porta aberta e algumas pessoas pegando uma máquina de lavar e uma geladeira. Já chovia, portanto, esse saque ocorre no momento em que as lojas já estão sendo saqueadas – o que aponta para uma sobreposição do momento dos saques nos caminhões e nas lojas.

> deus". Minha mãe reclamava muito "óa, teu avô está pra lá e pra cá, e olha tem tanta gente na rua aqui" (entrevista Marta, 01/10/2018).

Além do avô de Marta, no vídeo "TV" (2014b) é evidenciado que, durante os saques, há muita gente parada, observando o que estava acontecendo sem grandes temores de se transformarem em vítimas. Defendo, portanto, que houve uma seletividade e que ela esteve relacionada ao porte dos estabelecimentos saqueados e a sua vulnerabilidade. Com isso, distancio-me das análises que buscam exagerar, muitas vezes aprioristicamente, a inconstância da multidão. Como aponta Rudé (1991, p. 271): "Uma das palavras inglesas para multidão, *mob*, vem do latim *mobile vulgus*[119], não sendo de surpreender que as classes ricas, sempre que foram impotentes para controlar as energias da multidão, a tivessem considerado um monstro inconstante, no qual faltava qualquer lógica". Porém, o mesmo autor argumenta que geralmente os objetivos das multidões eram bastante racionais, o que também ocorria na seleção dos meios mais adequados para a obtenção dos resultados pretendidos. As multidões do século XVIII eram muito mais propensas à destruição e expropriação das propriedades do que aos assassinatos. De forma similar, em Abreu e Lima, os saqueadores não aproveitaram a oportunidade para roubar o idoso que foi na padaria nem para saquear todas as lojas de pequeno porte que também não contavam com segurança particular – ainda que se saiba que algumas poucas foram saqueadas. Isso aponta tanto para algum grau de coordenação entre os saqueadores quanto para critérios morais que deslegitimavam a ação contra os setores mais subalternizados da sociedade.

Além disso, retomando o esforço de remeter a análise aos mecanismos propostos por Tilly (2003), com relação aos alvos da violência coletiva de tipo oportunista, o autor afirma que é muito comum que a seletividade esteja relacionada com a retaliação de experiências negativas anteriores. Tilly busca identificar o quanto os alvos dessas ações coletivas são locais nos quais os sujeitos passaram por alguma relação danosa que seria retaliada quando a oportunidade surge. Em pesquisa em jornais anteriores aos saques, foi possível encontrar várias denúncias de moradores contra uma loja que empresta dinheiro e faz cobranças coercitivas e violentas daqueles que não pagam: a Elektra (ABREU, 2013b). Em 2013, a delegacia de Abreu e Lima registrou quatro queixas contra a loja por invadirem o domicílio dos endividados e roubarem móveis e eletrodomésticos das vítimas. Esse é apenas um caso e não me parece possível afirmar, a partir somente dele, que esse mecanismo identificado por

[119] O que pode ser traduzido como multidão instável.

Tilly tenha sido vivenciado em Abreu e Lima, porém tendo o mecanismo em mente atentei para o fato de que essa loja foi realmente bastante destruída durante os saques[120].

Gostaria, agora, de analisar a maneira como ocorreram os saques. Sobre a entrada nas lojas, constatei que aconteceu de duas maneiras: quebrando as portas fechadas ou aproveitando a porta aberta das poucas lojas em funcionamento no dia. Com relação à primeira forma, Priscila me disse "invadiram mesmo, quiseram saber não, quebraram as portas e invadiram mesmo" (entrevista Priscila, 03/05/2018). Houve também tentativas de arrombamento frustradas, como demonstra o vídeo "DIARIO" (2014a). Com relação à segunda forma Marta afirma:

> Existiam lojas abertas ainda, teve lojas que não fecharam, teve lojas que não foram arrombadas. Existiu lojas que foram mesmo, arrombadas mesmo e os gerentes, ignorando gerência, funcionário, que não puderam fazer nada. Mas tinha loja, como a Catan mesmo, ela estava aberta, a gerente da loja mora aqui em Abreu e Lima e, assim, ela não conseguiu acreditar que aquilo ia acontecer. E simplesmente ela viu as pessoas, é um relato até dela, nossa amiga, que as pessoas entraram e ela dizendo "gente, parem com isso, não façam isso não, parem com isso, vocês não são marginais não, parem com isso" e eles continuavam (entrevista Marta, 01/10/2018).

Uma vez que a barreira inicial era transposta, as informações encontradas mostram uma variação entre uma coordenação entre os saqueadores às vezes mais explícita e outras menos explícita. No vídeo "ABREU..." (2014d), vemos dois homens se ajudando a levar um freezer, porém, em outros momentos do mesmo vídeo, aparecem pessoas sozinhas levando mercadorias. Sobre isso, Maria relata:

> Alto São Miguel que é um alto que tem lá perto, diz que as pessoas desciam uma multidão, descendo pra quebrar tipo, mesmo tudo. As portas dos estabelecimentos fechadas e eles quebraram, invadiram. Pelo que me relataram, eu não estava lá, quem viu é tipo assim, um chamava o outro. Tipo assim como se pudesse fazer aquilo e vamos fazer porque pode. E aí as pessoas meio que iam no embalo (entrevista Maria, 14/06/2018).

Acredito que havia uma variação no grau de coordenação, porém, em geral, os saques foram praticados por grupos com um baixo grau de coordenação – como identificou Tilly acerca do tipo oportunista. Por mais que algumas pessoas sejam mais proativas nas imagens dos saques, não foram identificadas lideranças nos vídeos analisados e tampouco o foram pela polícia. Em algumas ocasiões os grupos eram bastante numerosos – principalmente nos supermercados que veremos a seguir –, porém em outras apenas alguns indivíduos entravam em lojas de médio porte e saqueavam.

Há alguns depoimentos nos quais os indivíduos falam de decisões individuais (G1, 2014g). Estariam passando, viram e decidiram participar ou estavam em casa, souberam e

[120] No Jornal do Commercio (ABREU…, 2014b, p. 15) temos a seguinte descrição: "a Elektra teve um prejuízo calculado em R$ 210 mil. 'Levaram tudo, exceto os produtos que quebraram durante a invasão, mas aos poucos estamos repondo a mercadoria e vamos reinaugurar a loja', informa o gerente, José Neto".

foram participar. Essa forma de descrever a participação remete às teses iniciais da psicologia social que explicavam o comportamento da multidão como decorrentes da sugestibilidade que afetava os indivíduos (LE BON, 2016). Porém, esses dados não me fazem recorrer a essas teorias porque, como explica Laclau (2005), nesse momento das explicações dos distúrbios, a noção de sugestibilidade funcionava como um *Deus ex machina*[121] de tudo aquilo que não se conseguia explicar e, ainda pior, tinha um tom preconceituoso porque remetia a um suposto processo de diminuição da inteligência daqueles que participavam da multidão.

Há um problema teórico no uso feito então dessa noção, pois a sugestionabilidade era reivindicada como explicação para tudo, porém não se buscava explicação para ela própria. A solução de Laclau para nos apropriarmos contemporaneamente da ideia de sugestibilidade – em momentos que ela parece realmente estar em funcionamento – seria pensar que esse fenômeno demonstra que esses sujeitos compartilham certos aspectos, desde antes dos distúrbios, que possibilitam essa coordenação entre eles. É, portanto, através da ideia de identificação freudiana que Laclau resolve a questão da sugestionabilidade. Entendendo sugestibilidade dessa maneira, ter passado, visto e decidido participar vira menos uma ação de alguém que não tem autonomia ou capacidade de reflexão quanto ao ato que está realizando e mais uma ação de alguém que decide participar de uma ação coletiva com aqueles com os quais compartilha algo, com os quais se identifica de alguma forma – afinal de contas, como vimos acima, são seus vizinhos e conhecidos que estão saqueando. Como disse Paulo Gomes, "ver a comunidade atacando os comércios, me estimulou" (PASSOS, 2014b, p. 6).

Reforçando o argumento da variação na coordenação, lembremos que, além das ações mais "individuais", não só as imagens de cooperação nos saques, porém também os dados sobre as informações que circulavam acerca dos saques[122] apontam para processos de coordenação. Auyero (2007) afirma que os saques são ações de grupos não de indivíduos isolados. Por mais que eu tenha identificado ações com menos coordenação, é possível ecoar essa afirmação do sociólogo argentino ao encontrado em Abreu e Lima se os grupos forem pensados da seguinte forma: constituídos de forma efêmera, formados no ato mesmo do saque, baseados em vínculos anteriores que já foram demonstrados, mas que não necessariamente planejaram ou pouco planejaram a ação antecipadamente. Assim, é possível

[121] Expressão do latim que significa "Deus surgido da máquina" e que é utilizada para remeter a soluções inesperadas e improváveis aos problemas postos.

[122] Essas informações circulavam principalmente por telefone e entre vizinhos, como revelou André em entrevista. Perguntei: "Essa informação de que iria acontecer ou que estaria acontecendo os saques tu recebia por onde?". Sua resposta foi: "por telefone e a vizinhança que já tava antenada. Então assim, como eu moro no centro porque eu subo só a ladeira. Então meus vizinhos começaram a falar 'ha, tá tendo saque lá no centro, tem muita gente lá, não tem policiamento e começaram a saquear as lojas'" (entrevista André, 15/03/2018).

concluir que houve, nesse momento, a tensão recorrente das ações coletivas entre espontaneidade e organização. Como diria Rudé (1991, p. 262): “devemos atribuir considerável importância à espontaneidade na origem, desenvolvimento e clímax do distúrbio popular”, porém, com isso, não devemos esquecer da organização nem sempre visível que venho pontuando em diversos momentos dessa análise.

Figura 4 – Saque nas lojas do centro de Abreu e Lima.

Fonte: Assis (2014).

Sobre as estratégias utilizadas para levarem as mercadorias, já disse anteriormente que elas eram retiradas das lojas e levadas nos braços, carros de mão, motos e carros. O vídeo “CENTRO...” (2014) mostra um homem carregando um fogão acima da cabeça. Logo depois aparece um carro que está saindo com uma geladeira na mala aberta. Os carros passam pela rodovia lentamente, mas o trânsito não está interrompido. “Era incrível, com carro de mão com tudo, eles invadiam as lojas e tiravam. Eles vinham com três, quatro, cinco caixas de ferro. Levava pra casa, como morava ali na redondeza levava pra casa, pra casa de parente, casa de amigo, depois voltava e pegava de novo” (entrevista Priscila, 03/05/2018). André reforça essa descrição:

> Eu vi os carros passarem com mercadorias, lotado com mercadoria, com geladeira, com fogão, os carros subiam o bairro. Porque assim, eu moro no Alto da Bela Vista, o Alto da Bela Vista é considerado centro do município, mas o caminho do Alto da

> Bela Vista vai desembocar no Fosfato, então assim, passavam muitos carros[123] que vinham de lá que iam pra lá também (entrevista André, 15/03/2018).

No vídeo “SAQUES...” (2014c), a escuridão dificulta vermos bem o que acontece, porém é perceptível que os carros seguem passando na rodovia, que pessoas saem com mercadorias e que algumas estão jogadas na rua. Isso aponta para os muitos destinos das mercadorias na hora dos saques, enquanto algumas eram levadas para casas e esconderijos, outras eram largadas na rua, não chegando ao destino pretendido pelos saqueadores. No final do vídeo “CENTRO...” (2014) aparece a PRF juntando, na calçada, mercadorias saqueadas. Já o vídeo “LOJAS...” (2014) mostra que algumas mercadorias retiradas das lojas foram abandonadas na frente das lojas, mas não fornece elementos que expliquem o motivo disso.

Ainda durante esse momento dos saques na noite do dia 14 em Abreu e Lima, é importante demarcar que outros fenômenos importantes aconteciam. Há relatos de quebra-quebras e de tiroteios. Sobre isso, Marta comentou:

> Por onde eu andei, que eu desci ali na praça, tinha muito lixo, coisas quebradas pelo chão. Banco, coisas retorcidas, eu lembro bem que a porta de algumas lojas estavam semi-abertas retorcidas, banco. Então não foi só uma questão de roubo, foi uma questão de animalismo mesmo, sabe? De "eu não peguei nada, mas aí eu viro o banco da praça, eu quebro a estátua” (entrevista Marta, 01/10/2018).

Em outro momento da entrevista, ela diz que escutou de sua mãe: "óa teve tiro lá no mercado". E completa “porque como a gente mora pertinho dá para ouvir e dá pra ver as correrias na rua”. É, portanto, perceptível novamente que as “fronteiras porosas” que Tilly (2003) identificou continuaram existindo no momento dos saques às lojas. Sobre isso, pode-se dizer que a principal violência coletiva que fez intersecção com o saque foram os quebra-quebras. Vale demarcar que essa não é uma conjunção singular na história dos saques, pois ocorreu em vários dos casos estudados durantes essa pesquisa como, por exemplo, no caso dos distúrbios ingleses de 2011[124].

Diante desse cenário de saques e quebra-quebra, era esperado que a mobilidade na região fosse afetada. Pessoas que trabalhavam no momento relataram dificuldade para deixar o local. “Os ônibus que estão saindo estão pegando um atalho por Araçoiaba e Aldeia para poderem chegar ao Recife. Mas muita gente está preferindo ficar aqui. Estamos esperando alguma notícia que nos tranquilize”, contou um técnico (PASSOS, 2014[a], p. 6) de processo e qualidade de uma indústria que fica em uma cidade próxima, Itapissuma. Sobre isso, estabeleci o seguinte diálogo com Maria:

---

[123] A utilização extensiva de carros é um bom contra-argumento ao discurso que articula os saques à carência.

[124] Em escala nacional também há inúmeros exemplos possíveis, como o que ocorreu entre 4 e 6 de abril de 1983 em São Paulo. Esse acontecimento começou com um ato público do Movimento Contra o Desemprego e a Carestia em um período de crise recessiva e de “abertura política” ainda durante o período ditatorial militar (FERREIRA, 2009). Durante esses dias ocorreram muitos quebra-quebras e saques.

> - Eu tive problemas de chegar em casa porque não tinha carro que chegasse aqui, não tinha ônibus circulando. E como eu moro um pouco afastada do centro, todo movimento foi muito centralizado no centro de Abreu e Lima, onde tinha um grande comércio… e eu só consegui chegar em casa porque terminei conseguindo pegar uma carona com um amigo. Então quando a gente já chegava na cidade, no início de Abreu e Lima, né? Tudo muito escuro, tudo muito silencioso. Aí eu fui pra casa e não se via muito movimento porque estava tudo muito centralizado.
> - Isso foi que horas mais ou menos, tu lembra?
> - Ó, tudo começou de tarde, de tardezinha, já claro.
> - Mas a hora que tu chegou?
> - A hora que eu cheguei já era quase oito horas da noite. E aí todo mundo trancado, todo mundo com medo e quem não chegou a ver, tinha medo porque escutava o que vinha: 'ó, num sei que, num sei que, vai passar aqui' (entrevista Maria, 14/06/2018).

Alguns jornais alegam que o clima na região era tenso e isso é confirmado nas entrevistas que realizei. Tiago e Lídia relatam terem sentido "muito pavor" durante os saques e compararam com "um filme de terror", pois ficaram "presos dentro de casa com medo". Perguntado se sua vida teria mudado no momento dos saques, João respondeu:

> Mudou porque o saque, a ideia de saque em Abreu, eles passaram muita insegurança para boa parte da população. A gente sentia o cerceamento do direito de ir e vir, não era seguro tanto pelo fato da polícia não tá circulando, mais quanto pela ideia de que a qualquer momento pode acontecer um novo saque e você ser a vítima, você tá ali no meio e acontecer sabe lá Deus o quê. Estudando história você vê que cidades saqueadas sempre o maior inimigo é o seu vizinho, a pessoa mais disposta a tirar tudo que você tem é aquela que está ao seu lado. Então ficava aquele negócio de como sair de casa e saber se ela vai tá lá quando eu voltar. Nesses dois dias foi uma espécie de cativeiro, acabamos nos tornando prisioneiros dentro da própria cidade (entrevista João, 27/11/2017).

No vídeo "DIARIO" (2015), um kombeiro fala: "era horrível porque era clima de guerra. Aquelas coisas horríveis, eu fiquei horrorizado com o que estava acontecendo". "Eu fui pra casa porque eles queriam até obrigar a gente a pegar as coisas com a Kombi, mas para eu não me envolver, passei três dias com o carro na garagem". Ainda sobre o medo, Maria afirma:

> E isso deu um certo medo no restante da população que quando via aquelas multidões começaram a se trancar e tal, tanto é que minha sobrinha com a avó estavam na parada do ônibus e quando viram aquela multidão saíram correndo pra minha casa e ficaram lá, dormiram lá. E a preocupação realmente de pessoas não se movimentarem, de sair, de pegar ônibus. Foi uma coisa de medo mesmo, do restante da população. Aí ligaram pra mim super nervosos, inclusive ligaram pra mim nesse momento mesmo que minhas sobrinhas com a avó foram lá pra casa e ficaram presa lá e tudo muito preocupada comigo. Eu fiquei um pouco tranquila porque eu não achava que era do jeito que estavam falando e mesmo quando eu cheguei, cheguei meio assustada, mas eu não vi, na parte que eu cheguei, esse movimento todo e eu achei que tinha sido uma coisa aumentada, exagerada, mas não foi. Foi realmente tudo aquilo que falaram (entrevista Maria, 14/06/2018).

Já vimos no capítulo anterior como Caldeira (2000) defende que a sensação de medo é constituinte da sociabilidade urbana contemporânea. Nesse sentido, poderíamos interpretar esse medo no momento dos saques como um agravamento de algo que já vigora no cotidiano abreu-limense. Porém, os relatos de medo são muitos e, geralmente, estão atrelados a uma

defesa de que os saques foram um momento de rompimento com o cotidiano. Assim, é preciso nuançar um pouco a questão do quanto o medo durante os saques se assemelhou ou se distinguiu do vivido corriqueiramente. O que pude verificar através das entrevistas é que há uma ambivalência com relação à sensação de insegurança na cidade. Alguns dos entrevistados ressaltaram o rompimento afirmando que "aqui é pacífico, aqui é pacato" (entrevista João, 27/11/2017), ""eu não me sinto insegura, eu saio" (entrevista Marta, 01/10/2018) ou "a cidade é pacata, não tem muita violência não" (entrevista Pedro, 22/02/2018). Maria também reforça esse discurso: "eu não acho tão violento, não acho que é uma coisa assim absurda e acho que é como qualquer outro lugar, a gente tem que se cuidar um pouquinho porque sempre vai ter assalto" (entrevista Maria, 14/06/2018). Por outro lado, há os que relataram que o medo faz parte da vivência cotidiana da cidade. Como disse Priscila: "eu já ouvi relato de mulheres que saem de manhã cedo para pegar o ônibus e não vai só. Vai sempre acompanhada de marido ou do pai por conta de assalto, essas coisas que têm em todo bairro. Graças a Deus eu nunca sofri nada não" (entrevista Priscila, 03/05/2018). André reforça:

> Dados estatísticos com relação à violência em Abreu e Lima, a gente não tem. Mas a gente sabe que não está muito bom. Principalmente nessas áreas em que há a questão da criminalidade que há a questão do tráfico de drogas. As localidades que são muito conhecidas no estado, como o bairro do Fosfato, Caetés Um (entrevista André, 15/03/2018).

Essa sensação de insegurança também foi encontrada nos jornais. Apenas para ilustrar, retomo algumas das notícias acerca disso. Em 1 de junho de 2012, os moradores de Caetés Dois e Três denunciavam assaltos constantes na região. No dia 27 do mesmo mês, a reclamação era na região de Boa Esperança no Fosfato. Já em 4 de dezembro de 2012, há um relato de que moradores e comerciantes do centro da cidade denunciavam medo e insegurança no local. Segundo a dona de uma loja não identificada: "aqui não tem hora para assalto. Sempre acontece". No dia 3 de janeiro de 2013, era a vez dos moradores de Caetés Velho reclamarem de assaltos constantes. Através desses relatos, pude constatar essa ambivalência quanto à sensação de insegurança na cidade, mas, apesar disso, a grande maioria dos discursos concordam em apontar os saques como um momento em que essa sensação se manifestou de maneira exacerbada.

Ademais, o clima durante os saques não era tenso apenas para os moradores, mas também para os jornalistas que tentaram fazer o registro do acontecimento. Tanto a equipe da Folha de Pernambuco (MONTEIRO, 2014) quanto a da TV Clube/RecorD (SAQUEADORES…, 2014) relatam que foram ameaçadas no local. Enquanto a primeira teria sido o alvo de algumas pedras atiradas contra o carro de reportagem, a segunda foi expulsa do

local sob ameaça de “suspeitos armados”. Em ambos os casos, isso ocorreu quando as pessoas perceberam que a imprensa estava fazendo registros dos saques e dos saqueadores. Uma terceira equipe também hostilizada foi a do SBT (TV, 2014b) que fazia uma transmissão ao vivo na hora dos saques das lojas à noite. Uma hora o repórter é quase atingido por uma pedra. O repórter fala: “sem jogar pedra, pessoal. A gente pede a compreensão que o pessoal não atire pedra na imprensa”. Alguém grita em resposta: “não é pra filmar aqui não que eu vou roubar”. E continuam a jogar objetos na imprensa. No vídeo “TV” (2014a), vemos uma maneira que os saqueadores encontraram para evitar as filmagens. A narradora fala enquanto mostra cenas do momento: “o carro da imprensa foi hostilizado pelos saqueadores. Um extintor de incêndio foi esvaziado para dificultar a gravação de imagens”. Essas ações – algumas extremamente sofisticadas como a do extintor de incêndio – demonstram a existência de um conflito manifesto entre saqueadores e imprensa. Alguns dos saqueadores estavam cientes de que as gravações poderiam ser utilizadas contra eles para incriminá-los e, em alguns momentos, agiram para impedir isso[125].

Isso remete à questão da repressão dos saques, que foi pouco efetiva durante o acontecimento. Poucos policiais rodoviários federais tentaram conter a situação, mas o pequeno efetivo não pôde dar conta da ação dos saqueadores. A primeira viatura da Polícia Rodoviária Federal que chegou ao município foi apedrejada e teve que recuar, exigindo o deslocamento de mais equipes. Ao todo, a PRF enviou 35 homens para o local. Ela montou uma blitz para tentar impedir os saques às lojas, porém sem efetividade. "Nós estávamos fazendo treinamento com o pessoal de batedores para a Copa do Mundo. E aí, quando começou a acontecer o arrastão, fomos acionados, viemos todos para o local, mas a demanda é muito grande", relatou Clevson Neves, inspetor da Polícia Rodoviária Federal (VÂNDALOS…, 2014). É possível ver uma parte do decorrer da ação policial no vídeo “TV” (2014b). Durante a transmissão ao vivo feita pelo repórter da TV Jornal, a PRF solta uma bomba de efeito moral para dispersar a população e prende um homem. Vemos também que a Coordenadoria de Operações e Recursos Especiais (Core) da Polícia Civil foi a segunda divisão policial a aparecer para tentar conter os saques. O vídeo “TV” (2014b) mostra a chegada do Core com uma vestimenta impactante: de balaclava e metralhadora em mãos. Ainda segundo o vídeo “TV” (2014b), os policiais teriam detido 11 pessoas em um supermercado[126]. Nele vemos que os presos foram forçados a deitarem enquanto esperam a

[125] No capítulo seguinte, veremos que eles não estavam errados nessa previsão, pois a mídia realmente contribuiu com a polícia no processo de criminalização dos saqueadores. Veremos também nas considerações finais que a mídia também teve um papel ativo na deslegitimação dos saques.

[126] O número de detidos, nesse momento, varia, de acordo com a fonte, entre 9, 11 e 25.

viatura que os levaria para a delegacia de Paulista. Nesse momento, algumas pessoas jogaram pedras nas viaturas e a polícia revidou com bombas de efeito moral e balas de borracha. "População aqui parece revoltada com as 11 pessoas que foram detidas naquele supermercado". Isso tudo ocorre no antigo pátio da feira e é mais um indício da defesa feita acima de que haveria, pelo menos entre alguns abreu-limenses, a defesa comunitária dos saqueadores. Se acima a existência de noções legitimadores dos saques aparecia como uma permissão divina, aqui aparece como a não aceitação da prisão de alguns dos seus agentes.

Acerca da atuação da Polícia Militar, Ivan Maurício, secretário estadual de imprensa, afirmou para a Folha (PASSOS, 2014a) que eles tinham sido acionados para lidar com os saques em Abreu e Lima, mas não chegaram ao local. Está dado desde o começo da análise que o mecanismo tillyano mais óbvio no acontecimento analisado é a ausência de vigilância. A Polícia Militar não estava patrulhando o local, afinal estava em greve, o que tem que ser considerado em qualquer análise do ocorrido. Não estando em cena – ou estando parcialmente e de forma distinta da cotidiana, como é o caso se há presença somente da PRF e do Core – parece-me claro que a greve é uma das determinações a serem elencadas para a ocorrência dos saques. Como percebeu Auyero (2007), os saques acontecem com a polícia, porque os saqueadores se beneficiam da ausência, inação e/ou cumplicidade da polícia[127]. Porém discordo de alguns comentadores que defendem que essa seria uma causa suficiente: não me parece ser possível afirmar que foi só por conta da saída da polícia que os saques ocorreram. A linha de raciocínio para me contrapor a essa defesa é simples: a greve da polícia ocorreu em todo o estado, porém os saques foram localizados e só tiveram tamanha amplitude em Abreu e Lima. Além disso, como já vimos, outras greves já ocorreram no estado e não ocorreram saques – nem mesmo em Abreu e Lima. Por fim, os saques acabaram antes do fim da greve e da chegada do Exército, o que reforça o pressuposto de que a análise precisa dar conta de um acúmulo de sobredeterminações para lidar com esse processo.

Já que a polícia estava em greve e os saques se proliferavam os lojistas tentaram reagir aos saques, ainda à noite, de duas formas: atuaram e chamaram seus funcionários para atuarem como vigilantes improvisados das lojas ou contrataram reforço de seguranças particulares. Em meio aos saques alguns comerciantes foram ao local, para permanecer em

[127] Sobre o policiamento cotidiano na cidade, encontrei informações que permitem uma comparação com esse momento da greve. A partir das entrevistas realizadas percebi muitas queixas quanto a grandes lacunas no policiamento ostensivo local. Maria afirmou: "Então, não é muito comum, não acho muito comum a gente estar vendo rondas" (entrevista Maria, 14/06/2018). André disse: "Sendo bastante sincero com você, a questão do patrulhamento a gente não vê de forma regular em todos os bairros, sabe?" (entrevista André, 15/03/2018). Isso nos serve para mais uma vez relativizar um determinismo simples que aponte a ausência policial como causa dos saques, pois já no cotidiano essa presença não é muito intensiva.

frente aos seus estabelecimentos, na tentativa de impedi-los. “É o caos total, nunca vi algo parecido na cidade. A ausência do policiamento deixou toda a situação pior. Estou com o meu comércio instalado aqui há 30 anos, e nunca aconteceu nada assim”, relatou um comerciante, que preferiu o anonimato. Ele acrescentou que dormiria em frente a loja, com alguns amigos, para inibir outros saques. Disse ainda: “se eles arrombarem minha loja, vou perder tudo, tenho que correr esse risco. Vamos torcer para o policiamento aparecer e trazer a proteção para a comunidade” (PASSOS, 2014a, p. 6). André também relata essa estratégia: “aí quem tinha ponto de comércio, corriam para lá para tentar defender a sua loja. Principalmente os pequenos comerciantes que tinham lojas pequenas” (entrevista André, 15/03/2018). O caso do dono da Esposende é paradigmático para entendermos essa tentativa de proteção das lojas por parte dos comerciantes. No vídeo “TV” (2014b), o repórter entrevista rapidamente o dono da Esposende que está com três homens ao seu lado, provavelmente seguranças recém-contratados, que se dispuseram a defender a loja pelo resto da noite. Já no vídeo “ABREU...” (2014e), depois de um tempo mostrando as lojas destruídas, aparece o dono da Esposende na manhã seguinte aos saques dizendo: “cheguei ontem à noite aqui e encontrei mais de cinquenta pessoas dentro da minha loja, saqueando tudo. Tive que correr e chamar a Polícia Rodoviária Federal para tirar o pessoal daqui de dentro. Porque era muita gente mesmo”. Além dele, muitos donos de lojas chegaram tarde demais: “assim que a gente ficou sabendo, a gente veio na loja. Chegou aqui já tinha muita gente na rua saqueando as lojas. A gente chegou aqui ainda estavam saqueando a loja da gente, mas não tinha como fazer nada porque era bastante pessoas na rua e pouco policiamento” (DIARIO, 2015).

Ainda com relação à contratação de seguranças particulares, o vídeo “TV” (2014ª) mostra vigilantes contratados para evitar novos saques e fala que funcionários ficaram na frente das lojas para evitar novos saques. Numa loja de roupas, o chefe de segurança afirma que funcionários foram agredidos durante o saque – é importante frisar que essa é a única menção a agressão física em Abreu e Lima em todos os dados da pesquisa. No vídeo “TV” (2014b) já aparecem duas motos e dois funcionários de uma empresa de segurança particular, a GrupoSeg, fazendo a proteção da Eletroshopping. Ao ser perguntada sobre a utilização desse recurso para proteção das lojas, Marta afirmou: “as maiores chamaram seguranças armados, já que a polícia estava em greve, né?” (entrevista Marta, 01/10/2018). Ao G1 (2014h), “Márcia Muniz, dona de uma loja de roupas, contou que gastou R$ 7 mil com segurança privada”. Porém um dado muito interessante surge na entrevista com uma das principais lideranças dos lojistas da cidade (Filipe). Estabelecemos o seguinte diálogo:

> - E durante os saques, as lojas tiveram, ainda na greve da PM, teve alguma medida de proteção ou não tinha o que fazer?
> - Quiseram chamar a polícia, algumas pessoas contrataram o serviço dos policiais. Os policiais, o interessante é isso, os policiais estavam em greve para a sociedade, né? Mas para ganhar dinheiro eles trabalhavam no monitoramento das lojas dando segurança (entrevista Filipe, 21/08/2018).

Auyero (2007) chama de "zona cinza" as relações clandestinas que se desenrolam durante distúrbios e saques. Apesar de eu não ter identificado a mais paradigmática das que Auyero elenca – a colaboração entre saqueadores e policiais –, essa noção pode ser utilizada para nomear esses policiais que assumem clandestinamente o posto de seguranças privados durante uma greve policial. Algo que obviamente não está distante do que ocorre no dia a dia, pois sabe-se que a distinção entre polícia e mercado privado de segurança não é uma relação de fácil distinção como o preto e o branco, mas sim uma zona cinza em que os agentes e interesses se mesclam. Como aponta Cubas (2005, p. 18), os policiais atuam neste setor de segurança privada "seja como empresários, funcionários (fazendo os chamados 'bicos') ou instrutores de curso". Algo que nem sempre respeita as determinações legais da profissão policial.

Sobre segurança privada no cotidiano de Abreu e Lima, escutei algumas informações dos entrevistados que levam à conclusão de que o serviço é de uso generalizado na cidade. João me disse que era um recurso usualmente utilizado: "bastante, algumas lojas, não tanto aqui pelo centro, não, aqui pelo centro também, mas bairros como Caetés Um e Caetés Dois, eles fazem muito uso da segurança particular. Aqui você vai ver que algumas lojas de grande porte, elas têm na sua porta um segurança". Em outro momento da entrevista ele completou: "e se você for pro lado da prefeitura, um pouquinho mais pro norte, você vai ver também que esse negócio da segurança particular é muito forte, pelo menos aqui em Abreu e principalmente depois de 2014 com o saque, os investimentos em segurança particular cresceram bastante" (entrevista João, 27/11/2017). A população também recorre ao serviço como complemento às rondas policiais: "contratam segurança privado, inclusive lá na rua mesmo tem, aqueles caras de moto. Que passam, né? E a gente paga por mês 20 reais" (entrevista Priscila, 03/05/2018). Maria reforçou esse uso: "tem essa coisa de segurança, tem na minha rua algumas pessoas que pagam e tem aqueles cara que ficam na moto que passam fazendo barulhinho duas três vezes" (entrevista Maria, 14/06/2018). Pela falta de uma Guarda Municipal formalizada, André me informou que o serviço é utilizado inclusive pelo governo: "quando tem eventos oficiais da prefeitura, tem uma empresa que trabalha com segurança que é acionada pra isso. Acredito eu que seja essa mesma empresa que preste serviço para o comércio de modo geral. A gente não tem ainda uma Guarda Municipal" (entrevista André,

15/03/2018). Além das entrevistas, o dia a dia na cidade confirmou esse uso generalizado da segurança privada[128].

Sabe-se que a proliferação da segurança privada não é uma particularidade de Abreu e Lima. Esse é um fenômeno global[129] que tem mudado significativamente a maneira como as sociedades têm lidado com a segurança e os riscos provenientes dos crimes. Concordo com Abrahamsen e Williams (2010) que esse processo deveria ser visto menos como uma erosão do poder estatal e mais como mais uma das mudanças que atingem o Estado hoje. A segurança privada é um caso paradigmático das fronteiras tênues entre público e privado. Já retomei a tese de que o monopólio da violência legítima sempre se deu como um tipo-ideal, portanto, não caberia pensá-lo como descrição exata do real[130], porém o aumento no uso de serviços particulares de segurança, nos últimos anos, aponta para o agravamento da reconfiguração estatal em tempos de hegemonia neoliberal. Há uma confluência perversa no mercado de segurança privada entre responsabilização do indivíduo por sua própria segurança e aumento da desigualdade. Mercantilizar a segurança tem o claro efeito de promover a desigualdade porque torna um direito, que deveria ser universal, restrito àqueles que podem pagar. Além disso, o sentimento cotidiano de insegurança e a desconfiança perante a capacidade de resolução da criminalidade pelos órgãos públicos responsáveis – ambos encontrados nos depoimentos relatados acima – são determinações importantes para o recurso cada vez maior à segurança privada. Os indivíduos – no caso, os consumidores – são impelidos a lidarem de maneira privatista com a questão do medo e da criminalidade. Assim, como reza a cartilha neoliberal: busca-se uma solução individual de problemas

[128] A única informação que contestou o uso de seguranças privados veio do representante lojista entrevistado. Perguntei: "dei uma andada agora e percebi que tem também seguranças privadas, né?" Ele me respondeu: "Não, muito pouco. Se tiver… porque assim a frente da CDL e meu antecessor sempre nos preocupamos com essa questão da segurança privada porque ela é um risco. Porque o funcionário pode quando sair acionar a CDL como solidariamente, o cara lá não pagou e ele vai acionar o comerciante. Aí a gente sempre evitou, quando tem, se tiver tem poucos. Mas a responsabilidade é toda deles" (entrevista Filipe, 21/08/2018). Percebe-se que negar a existência do serviço nas lojas, era importante para o entrevistado evitar se comprometer com uma prática que pode trazer implicações negativas para o serviço que presta aos lojistas.

[129] No caso da América Latina, os dados trazidos pelos autores são bastante ilustrativos: "[…] na maioria dos países latino-americanos, os agentes de segurança privada superam em número a polícia pública, especialmente nas megacidades do continente. No geral, existem aproximadamente 1,6 milhão de funcionários registrados em segurança privada no continente, com provavelmente outros 2 milhões trabalhando informal ou ilegalmente. […] No Brasil, a Polícia Federal estimou o setor em US $ 4,5 bilhões em 1998, incluindo aproximadamente 1.200 empresas empregando 400.000 agentes registrados. Um estudo realizado no final de 2001 concluiu que somente no estado de São Paulo havia 1.300 empresas legais, empregando 330.000 guardas com 255.000 armas de fogo; além disso, era estimada cerca de 5.000 unidades ilegais não registradas, empregando aproximadamente 600.000 guardas" (ABRAHAMSEN; WILLIAMS, 2010 p. 21).

[130] Recorrendo a outro autor para reforçar essa tese, Sérgio Adorno (2005, p. 11), quando está discutindo segurança privada, demarca que "as autoridades locais sempre se valeram do apoio às milícias privadas como forma de garantir a dominação tradicional dos grandes proprietários sobre a massa de despossuídos, de trabalhadores rurais e dos agregados à terra".

eminentemente sociais (CUBAS, 2005). O caso do uso de seguranças privados durante os saques de Abreu e Lima não se distancia disso. Esse uso também nos demonstra que além da ação coletiva dos saqueadores há também coordenação e planejamento por parte dos afetados pelos saques (SVAMPA, 2013). Acentua-se muito um lado do conflito, mas esquece-se que do outro lado há também o recurso à violência para manter a propriedade – algo que não se diferencia muito do cotidiano, apenas se torna mais visível e, em alguns casos, aumenta em proporção[131].

4.4 A ida para os supermercados e o fim dos saques

Em um terceiro momento desses saques, ocorreu uma migração das lojas de médio porte na beira da estrada para dois supermercados na periferia, em Caetés Três. Não há nos jornais nenhum relato dos motivos ou da forma dessa migração de pouco mais de um quilômetro, tampouco os encontrei no trabalho de campo e nos vídeos, mas sabemos que ao longo da madrugada e no começo da manhã os supermercados Arco Íris e TodoDia foram saqueados. Sabe-se, entretanto, que muitas lojas do centro já estavam sem mercadorias disponíveis para os saqueadores e que algumas tinham se organizado para contratar seguranças privados. Como não encontrei informações a respeito, fica em aberto a questão de se essa migração foi feita majoritariamente pelas mesmas pessoas ou se há uma mudança para outras pessoas.

O vídeo "DIARIO" (2014a) mostra o começo do saque ao supermercado Arco Iris. Ainda estava escuro e a porta não havia sido arrancada completamente – o que aconteceria em seguida. Um pequeno grupo de pessoas está saindo do estabelecimento com mercadorias. Enquanto a equipe do jornal filmava com certa distância, a mídia é novamente hostilizada, pois uma garrafa é atirada em direção a ela: "os vândalos chegaram a jogar garrafas na nossa equipe, que também foi ameaçada", narra a jornalista. Sabemos pela imprensa que, do supermercado, foram levados todos os tipos de mercadoria encontrados nesses estabelecimentos – as citadas são: alimentos, caixas de fósforo, farinha láctea, pasta de dente, xampu, alimentos e bebidas – e que ocorreu uma tentativa frustrada de arrombamento de um caixa eletrônico. Há inclusive a menção a um possível roubo do cofre principal do supermercado – o que não é confirmado posteriormente em nenhum jornal. O vídeo "DIARIO" (2015) enfatiza essas iniciativas de expropriação do dinheiro por parte dos saqueadores. O repórter fala para a câmera: "a gente vê que eles não vieram só atrás de

[131] Um caso paradigmático aconteceu em Córdoba no final de 2013. Como vemos no filme "La hora del lobo" (FERREYRA, 2014), a elite se armou, fez barricadas e lincharam aqueles percebidos como uma ameaça. O outro ameaçador tinha uma conotação racial explícita, era sempre o negro.

alimentos. A prova está aqui, ó. Um caixa eletrônico dentro do supermercado sofreu vandalismo, tentou ser arrombado, possivelmente eles não conseguiram abrir aqui. Tem uma barra de ferro aqui, eles tentaram abrir o caixa eletrônico"[132]. Já o vídeo "DIARIO" (2014c) mostra como equipamentos e móveis do supermercado ficaram destruídos. Há pouquíssimas mercadorias no interior e muitas das que sobraram estão no chão. O estoque também foi saqueado, assim como parte do maquinário da padaria e do frigorífico.

Esses dois supermercados são os últimos alvos dos saques em Abreu e Lima na manhã de 15 de maio de 2014. Com o que percebi nos vídeos as características principais da forma de realização dos saques se mantêm – como a heterogeneidade dos sujeitos, a baixa coordenação entre eles, seletividade nos alvos para os estabelecimentos e o evitar os mecanismos de vigilância da mídia –, porém a mudança principal se dá na localização e no tipo de mercadoria vendida nesses locais. É preciso, portanto, analisar um pouco mais a cidade para entendermos essa migração. Abreu e Lima possui uma grande extensão territorial, sendo mais de 75% na zona rural, porém a população se concentra predominantemente na zona urbana (ABREU..., S.d.) – as únicas afetadas nos saques. Segundo dados do IBGE (S.d.), a população estimada para 2014 era de 98.201[133]. Um dado relevante para a pesquisa é que, na zona urbana, a concentração da atividade econômica se dá no setor de serviços, sendo um polo comercial de todo o litoral norte pernambucano. Segundo o Jornal do Commercio (CDL…, 2014), no centro funcionam mais de 200 estabelecimentos gerando empregos para 500 profissionais, porém dados da prefeitura apontavam para 2558 empregos formais no comércio em 2017 – ver figura 5. Segundo um representante lojista entrevistado (Filipe) são cerca de 1000 pontos comerciais na cidade. Os dois principais corredores de varejo são as avenidas Duque de Caxias e Brasil. Porém mesmo sendo um polo comercial da região, a renda salarial dos abreu-limenses não é grande: o salário médio mensal dos trabalhadores formais era de 2.0 salários-mínimos em 2015. Porém, a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 14.2%. Por fim, um dado que revela a pobreza da região é que 43,3% da população tem um rendimento mensal de até ½ salário-mínimo (IBGE, S.d.). Dados

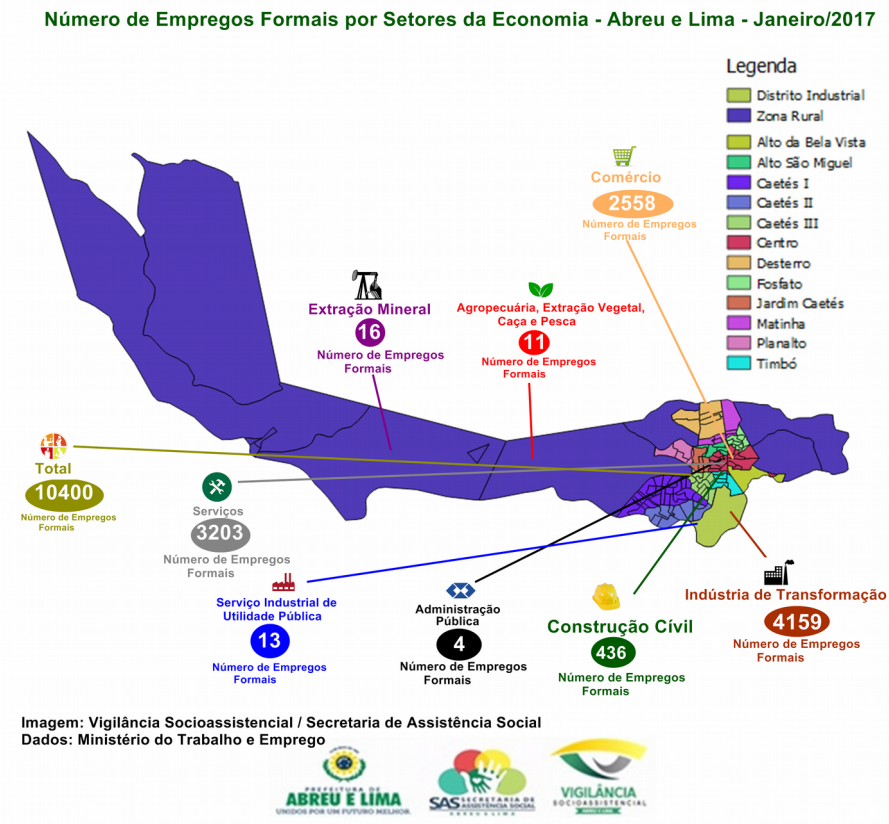
[132] Como veremos nas considerações finais, "não ir atrás só de alimentos" é um argumento importante dos discursos que buscam deslegitimar os saques.

[133] André que trabalha em uma secretaria municipal faz uma importante ressalva, como gestor, aos dados do IBGE: "a gente tem muita dificuldade em Abreu e Lima de conseguir dados, entende? Os dados que a gente tem de Abreu e Lima são muitos dados genéricos e ultrapassados porque a gente está beirando aí um censo que é 2020. Os dados do IBGE, eles já não condizem muito com o que a gente tem da realidade, de fato. Tanto é que a população como a gente falou já deve ter ultrapassado os cem mil habitantes, no IBGE a gente tem menos de cem mil habitantes. Então, assim, trabalhar com esse dado é muito difícil, a gente que faz pesquisa que trabalha com isso é muito difícil" (entrevista André, 15/03/2018).

sistematizados em um plano da gestão municipal que tive acesso no trabalho de campo revelam a precariedade da vida dos abreu-limenses:

> Conforme apontam os dados do censo de 2010, a população em situação de extrema pobreza do município era de 8.369. Isso significa que a renda familiar per capita dessas pessoas era abaixo de R$ 85,00(em valores atuais). Segundo os dados do Cadastro Único, existem no município 24.108 famílias cadastradas, das quais 11.269 famílias têm uma renda per capita de até R$ 85,00. É possível perceber ainda que grande parte dos inscritos no Cadastro único, mais precisamente 91%, está na faixa de renda de até um salário mínimo. Desse percentual, boa parte são jovens na faixa etária de 0 a 24 anos (SOUZA et al, 2017).

Figura 5 – Mapa da distribuição de empregos formais em Abreu e Lima.



Fonte: Souza et al, 2017

Através desses dados e do já comentado acerca da história da cidade percebe-se que há uma importância enorme do comércio para a economia municipal. Como disse Filipe:

> Abreu e Lima é um polo que atende não só a cidade, mas atende Olinda, atende Paulista, outras cidades que circundam a nossa cidade. Então Abreu e Lima é um polo comercial, que você vê que são duas avenidas só de comércio, mas é muito potente. […] Abreu e Lima é uma potência econômica, o comércio é uma potência econômica (entrevista Filipe, 21/08/2018).

Essa é uma história antiga, mas que se intensificou nos últimos anos: "uma foto que a gente tem é do centro de Abreu e Lima, da igreja católica, da praça central, então você vai ver um pouquinho dessa dinâmica na foto, de como era na década de 80 e de como está hoje. Você vai

ver como teve um salto grande do comércio." (entrevista André, 15/03/2018). Segundo Filipe, "o comércio veio despontar depois que a BR foi duplicada" em 1992. Além do aumento das "lojas de marca" (entrevista Filipe, 21/08/2018), outra mudança importante no comércio local foi que a feira livre que preenchia a Praça Antônio Vitalino foi transferida para uma das extremidades da cidade também na BR-101. Esse processo foi anunciado pela prefeitura durante anos e relacionado discursivamente com uma melhoria das condições de trabalho para os feirantes. Porém, antes mesmo de sua concretização, os feirantes já reclamavam e sabiam que a retirada para um local distante favoreceria os supermercados, pois poucas pessoas estariam dispostas a andarem tanto para comprar frutas e verduras (JC, 2011). A transferência foi realizada, depois de alguns protestos realizados pelos feirantes, que já foram mencionados no capítulo anterior, e assim como previsto pelos trabalhadores o que se vê hoje em dia é que a feira perdeu muito da sua clientela. Percebe-se, portanto, que a localização do comércio é um fator fundamental para o consumo em uma cidade com tantos problemas de locomoção. A localização foi também um fator importante na hora dos saques, pois, como vimos, foram mais afetadas as áreas centrais e de fácil acesso da cidade.

Quanto aos produtos saqueados e as áreas da cidade em que são vendidos, tive uma impressão pelas caminhadas que fiz na cidade e perguntei para confirmar: "eu lembro que as lojas que foram mais pegas tinha um bocado de coisa de sapato, de eletrodoméstico. Essas coisas têm também nos outros bairros ou a maioria é no centro?" Priscila me respondeu:

> Lá em Caetés Um tem, mas é bem precário, bem pequenininho. Não é grande não. Feito no centro e num tem loja de nome porque lá no centro tem Insinuante, tem Lojas Bahia, tem Ricardo Eletro, então tem umas lojas que passam na televisão. E já em Caetés Um, é mais aquelas caseiras, de gente que comprou uma casa, casa de esquina, que o terreno é bem maior e na esquina, um terreno mais ou menos assim desse tamanho, ele colocou uma lojinha de móveis. Não vende televisão, vende mais assim, ferro, liquidificador, terraço sabe, mas esse negócio de geladeira, micro-ondas, televisão não vende não. Vende mais o pequeno: ferro, liquidificador, sofá, sabe? Mas esse negócio de eletrodoméstico grande não vende não. Só no centro (entrevista Priscila, 03/05/2018).

Em termos de consumo, me interessou entender o quanto essa área central de Abreu e Lima, a mais atacada, era também a mais procurada. Perguntei: "as compras, as pessoas fazem muito nesse centro da cidade? As pessoas de Abreu e Lima compram muito na própria cidade, né?" Marta me respondeu:

> As pessoas que moram em Desterro, que fica na avenida também, Matinha, tudo são bairros, elas tendem a vir pra cá, a vir pro centro de Abreu. E pessoas inclusive de cidades vizinhas tendem a vir pra cá porque algumas lojas, algumas coisas do comércio daqui, olhando todas essas cidades que tem próximo a Abreu e Lima e Itamaracá, o comércio mais extenso, o comércio mais desenvolvido é o de Abreu e Lima. E aí as pessoas dessas cidades vêm, inclusive assim, roupa, coisas que a gente ia comprar no centro de Recife, como roupa, a gente observa final de ano essas

> épocas mais que tem mais movimento dessas roupas novas e tudo (entrevista Marta, 01/10/2018).

Maria reforçou o tamanho e a importância dessa área central para a cidade: “a parte do comércio é enorme, às vezes eu digo que não tem necessidade de vir para o centro do Recife porque o comércio de Abreu e Lima é muito grande. Se você for pensar tem Casas Bahia, lojas de sapato são várias” (entrevista Maria, 14/06/2018). Como disse João, “bom é para quem é do litoral norte, de Araçoiaba à Igarassu porque tem aqui como um centro de referência e não tem a necessidade de ir pro centro de Recife” (entrevista João, 27/11/2017) – algo que reforça o argumento daqueles que aventam a possibilidade de que durante os saques pessoas que estavam de passagem na cidade também participaram da ação coletiva.

Isso nos remete à importante questão dos fluxos na cidade que nos permite entender melhor a razão de determinadas áreas terem sido mais saqueadas do que outras. Parece-me um fator relevante para a análise das localidades atingidas pelos saques percebê-las como áreas de fronteiras (TELLES, 2010), o que significa perceber as desigualdades constituintes de Abreu e Lima e o quanto elas entram em contato nesse centro comercial. As fronteiras das cidades são espaços de divisão, mas também de comunicação e trânsito, que, controlados como todas fronteiras, estão configurados em relações de poder. Vemos aqui a materialização do quanto as relações de propriedade estão relacionadas com quais são os corpos apropriados para cada região. Dessa maneira, o centro é de amplo acesso e bastante utilizado para fins de consumo, é ali que se desenrola o momento central dos saques e onde os saqueadores têm acesso a bens de consumo duráveis e semiduráveis. Por outro lado, na periferia, uma região com um nível de consumo consideravelmente menor e com uma movimentação mais restrita aos seus moradores, o saqueado é obviamente aquilo que é vendido, ou seja, principalmente bens de consumo não duráveis. Outra coisa relevante é que a abrangência de lojas no terceiro momento dos saques foi menor, pois há registro de apenas dois supermercados, o que é compatível com a menor quantidade de lojas existentes na região. Percebe-se que assim como nos saques em Córdoba em 2013, os saques de Abreu e Lima, “colocaram em cena as consequências de um fenômeno que estruturou como nenhum outro as crescentes desigualdades econômicas no mundo urbano: segregação espacial” (DI MEGLIO E SERUNIKOV, 2017, p. 22).

Voltando para os saques durante a manhã do dia 15, o vídeo “ABREU...” (2014e) foi realizado pelo Jornal do Commercio e começa com imagens diurnas dos saques dos supermercados. Tem muita gente na frente do supermercado parada e muita gente saindo com mercadorias. As pessoas não estão correndo, parecem bastante calmas e algumas sorriem. Os

que estão parados fora do supermercado estão cientes da gravação e alertam um senhor que está saindo com uma cesta básica que ele está sendo filmado e que deve tomar cuidado. Uma mulher ri nesse momento. Vemos mais uma vez confirmado o fato de que alguns dos saqueadores estavam cientes do caráter ilícito da atividade e que cooperavam contra a repressão – nesse momento representada pela câmera do jornalista que filma. Aparecem também muitas crianças saqueando, com salgadinhos, refrigerantes e produtos de limpeza na mão. Já o vídeo "CAOS..." (2014a) é feito por um morador de Abreu e Lima que vai andando até o supermercado Arco Iris. É de manhã e há pessoas entrando e saindo do estabelecimento. Uma hora entra um homem e o narrador diz "os caras entram sem preocupação nenhuma, ó praí, ó". Depois de tantas horas de saques e, como os supermercados, não recorreram a seguranças privadas, a impressão é que eles ganham um caráter de normalidade.

O fim dos saques ocorre quando o delegado de Abreu e Lima, Alberes Félix, e três policiais civis vão à Caetés Três conter os saques nos supermercados. O vídeo "DELEGADO…" (2014) mostra uma viatura chegando com a sirene ligada e estacionando na frente do supermercado TodoDia. O vídeo é gravado de uma sacada na frente dos supermercados. Vemos Félix vestindo um terno e com uma arma na mão. Ele levanta a arma e o homem que grava o vídeo fala: "atira, pô". O delegado atira duas vezes para o alto. Muitas pessoas começam a correr de dentro do supermercado Arco Iris. Enquanto as pessoas correm desviando do delegado, ele dá uma tapa em um dos saqueadores. O narrador fala: "caramba, o cara é muito bolado. O homem sozinho". Já no fim do vídeo, o narrador afirma que chegou um policial com uma metralhadora na mão. Porém, sabemos pelo repórter do vídeo "DIARIO" (2014c) que "quando a polícia deixou o local, as pessoas voltaram a invadir o mesmo supermercado. Homens, mulheres e até crianças saqueavam os alimentos. Todos pegavam o que podiam. Com caixas e até carros de mão, eles deixavam o local. A Polícia Civil foi chamada mais uma vez e houve muito corre-corre". Aparece as pessoas correndo de dentro da loja e gritando umas para outras para irem embora. "Acuados por mais de uma centena de moradores, os policiais – um deles munido de metralhadora – foram forçados a disparar para o alto. Algumas pessoas ameaçaram atirar pedras, mas foram forçadas a recuar." (DEZESSEIS…, 2014, p. 5). Não foi apenas a mídia e a Polícia Rodoviária Federal que foram recebidas com pedras, mas também a Polícia Civil. Como estavam em desvantagem numérica, os policiais civis prenderam apenas dois suspeitos nesses saques finais. É comum que em momento de distúrbio os participantes superem numericamente os policiais (CLOVER, 2019), o que obviamente dificulta o controle e a repressão por parte da polícia, assim como permite uma maior resistência por parte dos saqueadores.

Ao todo, os saques duraram por volta de 16 horas consecutivas e atingiram caminhões na BR-101, lojas do centro e supermercados de Caetés Três. Enquanto que o Jornal do Commercio (O ACERTO…, 2014) falou que ao todo foram 25 lojas saqueadas, o Diário de Pernambuco (SAQUEADORES…, 2014) afirmou terem sido 30 e a Folha de Pernambuco (PASSOS, 2014b) aumentou esse número para 100, a partir de um balanço parcial divulgado pelo Sindecom na tarde do dia 15 de maio. A liderança comercial entrevistada afirma que "foram 21 lojas que foram saqueadas naquela oportunidade" (entrevista Filipe, 21/08/2018). O número de presos também varia bastante. Já vimos que os detidos na noite do dia 14 teriam sido entre 9 e 25, de acordo com a fonte consultada, assim como de duas pessoas na manhã do dia 15. Porém a soma não bate com o balanço final divulgado pelo G1, que fala de 14 presos, 11 em flagrante e 3 por receptação de mercadorias. Já o Diário de Pernambuco fala de 13 pessoas presas. Independente do número de presos, sabe-se que o grupo foi encaminhado para o Centro de Observação e Triagem Professor Everardo Luna (Cotel), localizado também em Abreu e Lima. Além do delegado e policiais civis da cidade, atuaram nas prisões a Polícia Rodoviária Federal e a Coordenadoria de Operações e Recursos Especiais, ambas divisões da Polícia Civil.

Estamos na manhã do dia 15 que começava com o centro de Abreu e Lima devastado e Caetés Três com dois supermercados saqueados. A prefeitura decretou ponto facultativo para os servidores durante este dia e as aulas nas redes pública e privada foram suspensas. Em nota divulgada pela prefeitura o motivo para a paralisação dos serviços é a "insegurança que se instalou na região" e o objetivo da decisão seria "preservar a população de qualquer ato de violência". Além disso, prefeito, Marcos José (PT), esteve reunido com o governador de Pernambuco, João Lyra (PSB), e com o secretário da casa civil, Luciano Vásquez, para pedir reforços de tropas federais na garantia da segurança do município. Um fato da política institucional relevante foi que, durante a onda de saques, Marcos José rompeu com o ex-prefeito, Flávio Gadelha (PMDB), que ajudou a elegê-lo[134]. Alguns dias depois, ele rompeu com o vice-prefeito e trocou seis dos 13 secretários, trocando até as fechaduras de várias salas da prefeitura. Porém, deixo a análise da retomada do cotidiano abreu-limense para o próximo capítulo, antes gostaria de retomar alguns pontos centrais do momento dos saques.

Relembremos que os saques tiveram início em um protesto que rapidamente evoluiu para o bloqueio da rodovia e a depredação de ônibus, algo que comprova a ocorrência de "fronteiras porosas" entre violências coletivas. Desde os primeiros saques aos dois caminhões,

[134] Algo que não foi inédito, pois Flávio tinha feito algo semelhante quando rompeu com o tio Jerônimo Gadelha, que o tinha apresentado como sucessor.

já é perceptível uma característica de todas as 16 horas de saque: a heterogeneidade dos sujeitos envolvidos nos saques – crianças, jovens, mulheres e homens. Porém, apesar da diversidade, há a presença de um ator inesperado: o vizinho e o conhecido. Ocorreram processos ambíguos de estabelecimento de fronteiras, pois se, na maioria das vezes, os abreu-limenses se identificam com os saqueadores, em outras buscam estabelecer diferenciações. Acerca disso, é bastante relevante o apoio de uma parte da população aos saqueadores, o que remete a noções legitimadoras existentes no local e mobilizadas durante o acontecimento. Ademais, a heterogeneidade também é constatada com relação às mercadorias saqueadas, o que destoa das lojas saqueadas, pois foi percebido que os estabelecimentos do centro tiveram uma seletividade: em sua grande maioria eram lojas de médio ou grande porte. Os estabelecimentos saqueados são a principal diferença identificada entre os três momentos dos saques. Acerca disso, foi constatada uma maior amplitude de participantes no segundo e terceiro momentos. Com relação à maneira como agiram os sujeitos foi identificada uma baixa coordenação entre eles, sem a identificação de lideranças, e poucos registros de violência contra as pessoas presentes no local – os alvos escolhidos eram basicamente os estabelecimentos. Foi percebida também a importância dos boatos como comunicação entre os saqueadores e os abreu-limenses. Por fim, foi identificado uma série de antagonismos entre os saqueadores, de um lado, e, do outro, os donos de lojas, a mídia, os seguranças privados e as corporações policiais. Além disso, foram expostos alguns dos conflitos cotidianos que permeiam esse evento, principalmente os relativos à religião evangélica e à desigualdade econômica.

5 O ÚLTIMO DIA DA GREVE E O DEPOIS

Nesse quarto capítulo, abordarei tanto o último dia da greve como seus momentos posteriores. Veremos como, no dia 15, a greve afetou o trabalho e as ocorrências criminais no estado. Analisarei o papel exercido pela polícia e também pelo Exército e Força Nacional – que foram mobilizados para substituir os grevistas. Serão trabalhadas também as negociações finais da greve e serão mencionados os resultados obtidos com a paralisação. Através dos candidatos políticos que a greve impulsionou, apontarei como esse é um movimento relacionado com a chamada "bancada da bala". Depois, realizarei uma comparação com as greves policiais pernambucanas anteriores para ressaltar os saques como particularidade da paralisação de 2014. Acerca do momento posterior aos saques em Abreu e Lima, houve uma série de ações extremamente significativas: venda e devolução de mercadorias, a reconstituição do comércio local, as campanhas de "revalorização" da cidade, a estigmatização dos moradores e os sentimentos que mediam a relação com o acontecimento. Em termos de intersecções entre a polícia e os saques, será trabalhada a criminalização desse acontecimento, identificando o processo de individualização da criminalização em tempos neoliberais. Recorrerei, por fim, a uma discussão acerca do apropriado e da propriedade para analisar essa sedimentação do social que ocorreu após a greve da PMPE em 2014.

5.1 15 de maio: o pico de ocorrências criminais em um dia tumultuado e a chegada das Forças Armadas

No bairro da Encruzilhada, zona norte de Recife, houve um arrastão por volta das 10 h do último dia de greve. Na mesma hora, no bairro de Jardim São Paulo, houve um arrastão na Vila La Roque, que fica na Avenida Leandro Barreto. Enquanto isso, em Beberibe, ocorreu um arrombamento de uma loja da Eletroshopping e o clima ficou tenso na Praça da Convenção. Ainda de manhã, um cinegrafista amador registrou um assalto em flagrante na Avenida Conselheiro Aguiar. As imagens do vídeo "REGISTROS…" (2014) mostram toda a investida: um grupo de pessoas obrigando o motorista a parar, cercando o carro e abordando o condutor. Em seguida, o motorista corre para a calçada e o grupo sai em velocidade. Em outro ponto de Recife, um grupo formado por cerca de 30 pessoas passou em direção ao estádio do Arruda, pela Avenida Beberibe. Logo depois, o Bompreço, que fica em frente, foi saqueado. O Extrabom de Boa Viagem também foi saqueado. Em um supermercado na zona sul do Recife, policiais civis tiveram que usar bombas de efeito moral e balas de borracha para dispersar as pessoas que tentavam saquear as mercadorias. Ocorreu também um conflito entre

a Polícia Civil e os ladrões, nas proximidades do Coque. Os criminosos pularam no rio para evitar a prisão. Perto da estação Joana Bezerra, um motorista de ônibus foi assaltado enquanto entrava na integração do metrô. Ele foi roubado por rapazes armados. Na Praça do Derby, por volta das 13 h, um grupo de cerca de 20 pessoas promoveu assaltos contra quem passava no local.

Quem estava nas paradas de ônibus também foi vítima. Um homem que passava em uma moto sacou uma arma e atirou duas vezes para cima. À tarde, outro arrastão, desta vez no Hiper Bompreço de Areias, na Avenida Recife, assustou consumidores que estavam dentro do prédio. Os consumidores tiveram que sair pelos fundos da loja, onde fica a entrada dos funcionários. Na rua das Ninfas, dois rapazes tentaram arrombar um quiosque. Na Avenida Agamenon Magalhães, em Santo Amaro, um grupo bloqueou a via queimando pedaços de madeira, para assaltar os motoristas. Também à tarde, dois homicídios ocorreram em Recife: um na comunidade do Bode, no Pina, e outro no Totó, na Zona Oeste. No Bode, Gilvan da Silva, de 31 anos, morreu após ser baleado no peito por homens que passaram em um carro atirando. Moradores da comunidade carregaram o corpo dele até as margens da Avenida Domingos Ferreira, em Boa Viagem. Já no Totó, um menor de idade não identificado foi assassinado na frente de um posto de gasolina. De acordo com testemunhas, o jovem foi alvejado por uma dupla que estava em uma moto.

Em Olinda, uma loja da Eletroshopping foi arrombada e saqueada. Televisores, geladeiras, celulares e outros equipamentos eletrônicos sumiram em poucos minutos, numa investida que contou com a participação de mais de 20 pessoas. Os funcionários da loja se trancaram no estoque até a chegada da polícia. Durante os saques na avenida Presidente Kennedy, passageiros dos ônibus que passavam pelo local tiveram que se proteger para não serem atingidos por pedras e estilhaços de vidro. Em Jaboatão dos Guararapes, várias lojas foram saqueadas. Em um de seus bairros, Prazeres, 400 pessoas tentavam saquear as lojas do centro. A situação só foi controlada graças à chegada das tropas do Exército, enviadas pelo governo federal. Mesmo assim, centenas de pessoas corriam de um lado para o outro das ruas, tentando driblar os soldados para furtar algo. Os funcionários de uma das lojas ficaram presos dentro de uma sala, enquanto as pessoas tentavam saquear tudo. Durante todo o dia, o clima foi bastante tenso no centro comercial de Cavaleiro, outro bairro de Jaboatão dos Guararapes. Pela manhã, um grupo formado por cerca de 200 pessoas se reuniu na Rua Barão de Lucena, em frente ao mercado público do bairro, para saquear lojas de eletrodomésticos. A Polícia Civil chegou ao local por volta da 9h e com um efetivo de apenas sete homens. Cinco lojas tiveram produtos roubados: Americanas, Elektra, Insinuante, Eletroshoping e Ponto de

Promoção. Após esses saques um homem morreu com dois tiros na nuca e outro ficou ferido nas costas dentro do mercado público do bairro, por volta das 16h. Baleado com dois tiros, o técnico em segurança Rodrigo Wanderlei da Silva, de 22 anos, morreu na hora no corredor 7 do mercado. Já Rickson Wesley Santos da Silva, de 18, foi ferido nas costas. Ele foi socorrido por um mototaxista para o Hospital Otávio de Freitas, na zona oeste do Recife, onde passou por uma drenagem torácica no início da noite. Em Paulista, outra cidade da Região Metropolitana de Recife, algumas pessoas arrombaram e saquearam lojas no centro comercial da cidade. Por volta das 9h, uma loja de eletrodomésticos teve diversos produtos levados. Uma ótica também foi saqueada. Um veículo blindado da Prosegur sofreu uma tentativa de roubo, mas sem sucesso. No fim da manhã, uma loja da região foi invadida. Das 37 televisões que estavam no estabelecimento, 30 foram levadas ou destruídas. Havia pedaços de vidro e sandálias pelo chão. Em Goiana, na Mata Norte de Pernambuco, o ex-vereador, Jamilson Albertino da Silva, foi assassinado com seis tiros nas costas quando chegava para trabalhar em sua oficina mecânica, na PE-65. Além desse homicídio, a população vivenciou com arrastões, saques e ônibus depredados. Em Caruaru, no Agreste do estado, houve relatos de roubos a transeuntes. Em Toritama, também no Agreste, os prédios da Prefeitura e da Câmara foram invadidos e móveis foram quebrados.

Essa listagem ininterrupta das ocorrências criminais busca ilustrar o quão incomensurável foi o 15 de maio, dia em que a ausência da Polícia Militar nas ruas foi sentida com a maior intensidade. Durante toda a quinta-feira, crimes foram registrados em várias cidades do estado, sendo esse o pico de ocorrências criminais durante a greve. Sobre isso, Amaral (2016) realizou uma sistematização comparativa do mês da paralisação policial e dos índices registrados entre 2010 e 2014 em Pernambuco. O que o autor descobriu é que para crimes violentos letais intencionais (homicídio doloso, latrocínio e lesão corporal seguida de morte), o mês de maio de 2014 é o com o maior número de ocorrências em 2014 e o quarto maior do intervalo comparativo. Já com relação aos crimes violentos contra o patrimônio (roubos), o mês da greve da PMPE é o com o maior valor de toda a série. Outros dados relevantes a esse respeito é que 72,03% das 6662 ocorrências do mês se concentram na Região Metropolitana do Recife e que 40,43% foram registradas na capital pernambucana. Complementando esse cenário, o saldo criminal apresentado pela Secretaria de Defesa Social (HOMICÍDIOS…, 2014) aponta que no período específico de paralisação houve aumento de 136,35% no número médio de roubos no estado, o que corresponde a 897 roubos, uma média de 299 por dia enquanto que entre os dias 1 e 12 de maio a média era de 126,5 por dia. Em relação aos homicídios, a Secretaria de Defesa Social (SDS) informou que a média de

assassinatos durante a greve foi de 13,3 homicídios por dia, em Pernambuco – 40 ocorrências no total –, quantidade superior à registrada nos primeiros doze dias do mês (9,8). Já o número de furtos no estado caiu 22,86% – foram registrados 348 no total –, algo estranho à primeira vista – dada a centralidade dos saques no processo –, mas que se torna compreensível quando descobrimos que os saques são contabilizados por lojas e não por produtos furtados. Com relação aos presos, o divulgado foi de 234 pessoas detidas, 102 delas em flagrante. Dentre os crimes elencados estão: furtos, roubos, porte ilegal de arma de fogo, dano qualificado e perturbação do sossego (G1, 2014d).

Sabe-se que Pernambuco e sua capital, Recife, têm uma vivência cotidiana e intensa da violência[135]. Porém, houve um período recente de declínio das taxas de criminalidade, em particular as de homicídios, que durou entre 2007 e 2013. Dado que somente Pernambuco, dentre os estados nordestinos, teve a diminuição apontada, Ratton e Daudelin (2018) argumentam que ela se deu prioritariamente por conta da implantação do já mencionado programa de gestão governamental da violência chamado Pacto pela Vida e por conta da capacidade do sistema de justiça criminal de dissuasão de crimes. O período de melhores índices do Pacto pela Vida coincide com o período dos governos Campos e a ampla aprovação dessa gestão esteve ancorada discursivamente nos sucessos obtidos no programa. Porém, o ano da greve da PMPE, 2014, demarca o retorno aos períodos de aumento dos índices de homicídio em Pernambuco.

Voltando especificamente ao que ocorreu na greve, o aumento do índice de homicídios é um dado que deve ser analisado com um pouco mais de atenção. Três dos quatro casos de homicídio relatados com mais detalhes nos jornais estão relacionados com os saques. Como vimos, em Cavaleiro um homem, Rodrigo Wanderley da Silva, foi assassinado. Duas versões para o que ocorreu foram veiculadas (O QUE…, 2014). Na primeira, os disparos teriam sido realizados por um soldado do Exército que perseguia 40 pessoas que supostamente estariam saqueando uma loja de eletrodomésticos. Na segunda, um comerciante teria cometido o assassinato por estar "revoltado" com seu estabelecimento ter sido roubado. O que sabemos pelo vídeo "TV" (2014f) é que ele foi perseguido por homens armados que acertaram um tiro em sua cabeça. Os casos de Gilvan da Silva, no Bode, e de um menor não identificado, no Totó, vêm acompanhados da nota de que as informações coletadas no local apontam que ambas as vítimas estariam envolvidas em

[135] As explicações dadas pelas ciências sociais para o alto número de ocorrências em contextos semelhantes ao de Recife no Brasil e na América Latina apontam para muitos fatores: "pobreza, desigualdade social, fraqueza do Estado (incluindo a ineficiência da polícia e do Sistema de Justiça Criminal), a impunidade derivada dessa deficiência governamental, a existência de padrões culturais desatualizados em contextos urbanos desorganizados e a introdução de dinâmicas conflitantes e letais dentro do comércio moderno de drogas, etc." (RATTON; DAUDELIN, 2018).

saques. Vemos aqui ações contra a vida relacionadas à defesa da propriedade privada. Pode-se perceber que esses casos se parecem com os justiçamentos dos recorrentes linchamentos em território nacional. Durante essa ação os participantes recorrem à violência como forma de punição a alguém que consideram um infrator, ou seja, realizam um "julgamento [violento] sem a participação de um terceiro" (MARTINS, 1996, p. 12). A reação dos proprietários ou dos defensores da ordem se justificariam como uma defesa legítima da propriedade privada, tornando evidente a relação intrínseca e cotidiana entre propriedade e violência. Há um corpo sendo violentado, porém como esse é desviante, um corpo que rouba, a violência é, em alguns casos e para uma parcela da sociedade, justificada, dado que protegeria a propriedade privada. Logo vê-se tanto no assassinato dos saqueadores quanto nos linchamentos procedimentos de justiça popular racista[136] e de proteção da propriedade privada.

Continuemos com os homicídios: pensando para além das estatísticas é cruel a relativização de qualquer homicídio, porém, em um estado com índices tão alarmantes, é necessário pontuar que o aumento registrado nos dias dos saques é significativo, mas não apresenta uma inflexão particular a greves de polícias. Digo isso porque no final de semana seguinte a média foi ainda maior. Ainda de acordo com balanços divulgados pela Secretaria de Defesa Social, enquanto que durante a greve foram 40 homicídios, "entre sexta (16) e domingo (18), quando os policiais já tinham voltados às ruas e com as tropas federais fazendo o reforço da segurança no estado, foram registrados 46 assassinatos" (HOMICÍDIOS…, 2014, p. 1). A média diária dos homicídios no final de semana depois da greve aumenta novamente para 15,3. Pode-se argumentar que esse aumento seria um efeito retardado da greve, uma hipótese que teria que ser comprovada e que foi recusada por Alessandro de Carvalho, secretário de defesa social[137], porém, me parece que o mais relevante para essa pesquisa é perceber que o homicídio não foi a ação principal no acontecimento aqui analisado[138] – e sim os saques. Portanto, ao contrário do veiculado em alguns

---

136 Concordo com a defesa de Martins (1996) de que as motivações para os linchamentos devem ser pensadas em suas variações históricas, porém parece-me problemática a conclusão que chega o autor ao afirmar que "hoje, um negro não é linchado por ser negro. Mas, os dados desta pesquisa mostram que a prontidão para linchar um negro é, na maioria dos casos, maior do que para linchar um branco que tenha cometido o mesmo delito" (MARTINS, 1996, p. 12). Uma maior propensão à violação dos corpos negros em linchamentos – algo que pode ser facilmente constatado em vídeos extremamente perturbadores veiculados na internet (APENAS, 2013; LADRÃO, 2017; LINCHADO, 2013) – é um índice bastante expressivo do caráter racista dos linchamentos. O não significa ignorar o alerta, feito por Natal (2012), aos problemas da literatura que se baseia em uma dicotomia simplista entre brancos e negros, pois muitas vezes os participantes dos linchamentos também são negros, algo bastante compreensível se lembrarmos o caráter estrutural do racismo no Brasil.

137 Em entrevista, "o secretário Alessandro de Carvalho procurou desvincular as mortes à paralisação da PM. 'Uma coisa é a greve, mas nas sextas, sábados e domingos, por rotina, sempre tem um aumento no número de mortes. Saiu da curva, mas não podemos dizer que foi em razão da greve. Isso não é porque a polícia não foi para a rua ou foi e não trabalhou', argumentou" (HOMICÍDIOS…, 2014, p. 1).

138 Isso difere do que aconteceu na greve da Polícia Militar no Espírito Santo, que durou 21 dias em fevereiro de 2017. A primeira semana foi a mais grave em termos de ocorrências criminais, pois os índices diminuíram ao

jornais, a "desordem" não se manifestou como homens que se matam quando da ausência do Estado. Essa é uma característica que reforça o argumento de que as violências manifestadas na greve da PMPE de 2014 esteve direcionada mais aos objetos do que às pessoas. Algo que se reflete no fato de que mesmo dentre os assassinatos, alguns tiveram relações importantes – pelo menos no veiculado nos jornais – com os saques. Sabe-se que muitas outras ocorrências foram registradas, mas esse argumento também é reforçado pela preponderância dos saques em relação aos roubos de pessoas, como pode ser visto na contabilidade da SDS e nos relatos coletados em Abreu e Lima – lembremos do interessante caso do idoso que foi comprar pão em meio ao saque e nada aconteceu com ele.

Gostaria de desenvolver ainda mais a defesa de uma violência centrada nos saques, ou seja, na expropriação de objetos que se encontravam em lojas. Algo a ser registrado é que, apesar de Abreu e Lima realmente ter sido o local de maior protagonismo dos saques, a cobertura midiática não foi balanceada. Apagou-se de uma parte da memória local que ocorreram saques também em outras cidades[139], o que inclusive se evidencia nos dados dessa pesquisa, pois muitos vídeos divulgados no YouTube como tendo ocorrido em Abreu e Lima aconteceram, na realidade, em outras cidades pernambucanas[140]. Somente a rede de lojas Eletroshopping teve 10 unidades saqueadas em todo o Grande Recife. Ademais, a capital do estado teve casos registrados em vários bairros e, segundo os jornais, os alvos preferidos dos saques foram os estabelecimentos que vendem aparelhos eletrônicos[141].

Paulista, município vizinho a Abreu e Lima, também teve muitas ocorrências registradas. De lá, há quatro vídeos feitos do mesmo momento em perspectivas distintas que

---

longo da greve. As principais ocorrências criminais, durante o aquartelamento dos policiais, foram os homicídios e roubos de carro. Os dados apresentados pela mídia não são unânimes, porém se fala de 199 assassinatos, algo bastante acima das taxas estaduais (G1, 2017b).

139 Os índices apresentados são: "a Polícia Civil informou ontem[, 19 de maio de 2014,] que 124 ocorrências de saques foram registradas no Grande Recife. De acordo com o chefe da instituição, Osvaldo de Morais, foram 37 procedimentos instaurados nas distritais da capital pernambucana, 74 nos demais municípios da Região Metropolitana e outros 11 procedimentos instaurados pelo Departamento de Repressão aos Crimes Patrimoniais (Depatri) relativos a roubos e a furtos em estabelecimentos comerciais" (HOMICÍDIOS…, 2014, p. 1). "Osvaldo informou que, das 102 prisões em flagrante feitas pela Polícia Civil durante a paralisação da PM, 40 foram relativas a saques" (HOMICÍDIOS…, 2014, p. 1).

140 Os motivos desse "centrar fogo" em Abreu e Lima são difíceis de formular, mas parecem-me relevantes os fatos de que lá foi onde tudo começou e onde teve uma concentração grande de saques em uma área relativamente pequena. Além disso, alguns dos interlocutores elencam a hipótese de que isso se deve à "surpresa" causada pela cidade mais evangelizada do Brasil ter vivido uma onda de saques tão grandiosa. Escrevi em meu diário de campo relatando uma interação na cidade: "*eles pontuaram muito a questão da participação evangélica. Inclusive quando eu falei de um tratamento desigual da mídia com relação à Abreu e Lima, com um foco muito grande na cidade durante esse eventos, eles disseram que isso tinha relação com o fato de ser a cidade mais evangélica do Brasil e o estranhamento que isso causou nas pessoas*".

141 É de Afogados, bairro de Recife, a imagem de um homem levando uma televisão e sorrindo. Ele ficou conhecido como "boy do arrastão", virou um meme bastante popular e, em quatro dias, a página do Facebook dedicada a ele já tinha 34 mil curtidas. Após essa fama repentina e inesperada, o jovem de apenas 18 anos se declarou arrependido e, inclusive, mudou de bairro para evitar o assédio (DUARTE, 2014).

nos dá um bom panorama da ação dos saqueadores. No vídeo “CIDADE…” (2014), vemos imagens de antes do saque de uma Eletroshopping em Paulista. Há muitas pessoas na rua e algumas gritam “uh, vamo invadir, uh vamo invadir”. Por volta de vinte pessoas ficam chutando a porta até ela ceder, depois entram muitas mulheres e homens. Alguns saem com TVs e outros eletrodomésticos pequenos que não são possíveis de distinguir. Outros saem sem nenhuma mercadoria visível. Em um determinado momento, uma mulher grita: “olha a polícia, olha a polícia”. No fim, chega a mídia e a polícia, que prende uma pessoa. No vídeo “ARRASTAO...” (2014), vemos que, durante esse saque, dois homens passam correndo com TVs e caixa de som e uma mulher com um ventilador. Alguns passam com produtos andando, sem muita pressa. Vemos também uma criança correndo com uma TV. Durante o tempo todo o cinegrafista está parado em uma calçada com o celular na mão e nada acontece com ele. Já no vídeo “GREVE...” (2014d), temos outro ângulo do mesmo saque. Uma senhora filma na entrada da loja que está sendo saqueada. Ela entra na loja, mostra o saque e nada acontece com ela. Muitas pessoas estão com camisa no rosto para impedir a identificação. No vídeo “VÂNDALOS...” (2014), descobrimos que algumas pessoas voltavam para pegar mais mercadorias depois de já terem levado alguma coisa. Há uma voz em *off* que afirma que, em menos de cinco minutos depois do começo dos saques, os policiais da Ciosac chegam. No fim, o vídeo mostra que os policiais foram embora e a loja continuou aberta porque não havia mais como trancá-la.

Como pode ser visto, há muitas similitudes com os saques que aconteceram em Abreu e Lima, porém, o caso que mais se aproxima dessa cidade em termos de amplitude das lojas atingidas é o do bairro de Cavaleiro em Jaboatão dos Guararapes, ao sul de Recife. Segundo Beatriz Leite, a delegada local: “era uma guerra civil. Os funcionários de uma das lojas presos dentro de uma sala, enquanto as pessoas saqueavam tudo. Eles ficaram com medo de sair porque não sabiam o que poderiam encontrar e se as pessoas estavam armadas” (MONTEIRO, 2014, p. 6). Ela afirmou ainda que acreditava ser uma ação do crime organizado e que tinha sido atingida por uma laranja e uma pedra – armas que me parecem pouco usuais para uma ação do “crime organizado”. Até as 17 h do dia 15, “o saldo era de 32 presos envolvidos em saques em Jaboatão dos Guararapes. Segundo o delegado Joel Venâncio, desse total, oito eram menores de 18 anos” (UM…, 2014, p. 6). A Polícia Civil teve uma atuação mais organizada do que em Abreu e Lima, provavelmente por contar com um maior efetivo, mas a situação só se acalmou com a chegada do reforço do Exército. Ainda que Cavaleiro tenha tido muitos saques, o que se percebe nesses casos é que a diferença principal desses saques com os registrados em Abreu e Lima é a concentração de saques em uma

pequena área geográfica. A abrangência foi muito maior em Abreu e Lima, o que se refletiu não só na quantidade de pessoas saqueando, mas também na de lojas atingidas em apenas uma estrada e na incapacidade de controle do processo pelos donos das lojas e pelas forças repressivas estatais[142].

Por fim, mais um caso importante registrado nessa paralisação que também esteve mais relacionado com o dano a objetos do que a pessoas foi o dos quebra-quebras de Toritama no dia 15 de maio. Assim como em Abreu e Lima, no município de Toritama, no agreste de Pernambuco, o recurso à violência coletiva começou depois de um protesto – verificamos novamente, portanto, a transição de uma ação não violenta para outra violenta identificada por Tilly (2003). No começo da tarde, algumas pessoas interditaram a BR-104, próximo ao limite com o município de Caruaru. Segundo a Polícia Rodoviária Federal (G1, 2014c), os manifestantes reivindicavam melhorias na iluminação, na segurança e no abastecimento de energia[143]. A Folha (FLÁVIO, 2014, p. 6) noticiou que "após dois dias com quedas de energia e crimes, a população enfurecida destruiu parcialmente a prefeitura, queimou documentos importantes e não deixou quase nada sem ser atingido. A revolta seguiu pelas ruas e a câmara municipal foi o segundo alvo da multidão". O grupo entrou nas duas sedes locais da política institucional, retiraram para a rua os objetos encontrados e quebraram ou tocaram fogo. Foram queimados não só documentos, mas também o mobiliário e os computadores, assim como foram quebradas as portas e janelas do local. O direcionamento da ação coletiva foi bastante claro, pois, além da prefeitura e da câmara municipal, a casa do prefeito, Odon Ferreira (PSB), também foi alvo de pedradas. Um internauta informou ao G1 (2014c), que mais de mil pessoas participaram do quebra-quebra e que, mesmo após seu término, muitos curiosos continuaram indo aos locais para ver o que tinha acontecido. Dois adolescentes foram detidos

---

142 Uma outra semelhança encontrada que é digna de nota foi a recorrência dos embates entre saqueadores e jornalistas. "Em Cavaleiro, bairro de Jaboatão dos Guararapes, jovens que participavam de saques nas proximidades do mercado, pela manhã, atiraram pedras no fotógrafo Igo Bione. Depois de levar dois chutes, ele conseguiu correr e pedir ajuda a policiais civis, que o escoltaram até o carro do JC" (VIOLÊNCIA…, 2014, p. 11). Algo que se repetiu em outros locais do estado: "no bairro de Campo Grande, Zona Norte do Recife, o carro que transportava a repórter Marília Banholzer, do Portal NE10, teve uma das janelas destruídas por uma pedrada" (VIOLÊNCIA…, 2014, p. 11). Ela estava filmando cerca de 50 pessoas saqueando um caminhão de água mineral. Em outro momento, "o fotógrafo Alexandre Gondim e o motorista Oswaldo também foram alvo de pedradas, quando a equipe fotografava, de dentro do carro, o corpo de um homem assassinado, na comunidade do Bode no Pina, e que estava sendo levado para a Avenida Domingos Ferreira, em Boa Viagem" (VIOLÊNCIA…, 2014, p. 11).

143 Recomendo o documentário "Estou me guardando para quando o carnaval chegar" (GOMES, 2019) que demonstra com maestria o cotidiano dessa cidade que é uma das maiores produtoras de jeans do país. Nele fica compreensível o motivo de quedas de energia serem particularmente revoltantes para a população. Como a produção local é realizada em pequenas manufaturas caseiras e os ganhos são condicionados a metas de produção, qualquer interrupção energética significa queda dos rendimentos. Em uma cidade na qual a produção é intensa e com o mínimo de pausas possíveis, quando falta energia o descontentamento surge rapidamente.

e encaminhados à Delegacia Regional de Santa Cruz do Capibaribe. O delegado da região, Júlio Porto, informou que obteve imagens dos quebra-quebras e que conduziria investigações para identificar os participantes (G1, 2014c).

É possível traçar um interessante paralelo desse caso com outros em que o quebra-quebra tem como interlocutor central o Estado. Em um artigo que escrevi com Gomes (BENZAQUEN; GOMES, 2019), retomamos as importantes análises de Moisés e Martinez-Alier (1977) relativas aos protestos urbanos no final da década de 1970 no Brasil, conhecidos como quebra-quebras. É o momento em que essas ações são nomeadas como "protesto selvagem", nomeação dada concomitante às ações repressivas do Estado. Há uma interlocução explícita com o Estado tanto na década de 1970 quanto no caso de Toritama. "A resposta estatal na década de 1970 é similar à da contemporaneidade, o recurso imediato a repressão, mas ainda assim determinados repertórios, considerados violentos, acabam por afirmar sua potencialidade como força capaz de intervir na sociedade" (BENZAQUEN; GOMES, 2019). As declarações do prefeito no caso recente apontam que há certa eficácia em termos de responsabilização política dos governantes nessa forma de reivindicação, pois, ao falar no rádio, alguns dias depois, o prefeito se sentiu compelido a justificar as benesses de sua gestão. Assim como nos casos analisados por Moisés e Martinez-Alier (1977), toda a violência dessas revoltas – bastante limitadas e seletivas, certamente – dirigia-se contra o Estado, ou melhor, contra a gestão dos serviços públicos que compõem o processo de sua reprodução. Por fim, é importante ressaltar que uma comparação dos quebra-quebras em Toritama com os saques em Abreu e Lima permite identificar uma distinção fundamental na relação com os objetos entre o quebra-quebra e o saque. No primeiro caso a ação está centrada na iconoclastia (ARTINIAN, 2017), enquanto que no segundo na expropriação. De um lado, a destruição; do outro, a aquisição.

Concomitante ao pico de ocorrências descrito acima, era de se esperar que a rotina no estado fosse alterada. Assim como no dia anterior, dia 15 teve muitos expedientes suspensos parcial ou completamente: órgãos públicos, escolas, universidades, bancos e comércio em geral de várias cidades do estado são mencionados. Processo que se estendeu, pois, por exemplo, foi decidido que os jogos do Sport e do Náutico que aconteceriam no final de semana seguinte seriam adiados a pedido da Federação Pernambucana de Futebol[144]. O que conversas sobre esses dias revelam é que o clima de insegurança foi sentido por grande parte

[144] Amaral (2016) fez uma boa sistematização de todos os estabelecimentos citados pelo Jornal do Commercio que tiveram as atividades suspensas durante a greve.

da população que ouvia boatos circularem mais rápido do que os carros, pois muitos destes ficaram parados em casa deixando muitas ruas desertas.

Por fim, vários boatos de arrastão circularam pelas cidades, principalmente por meio de redes sociais. Alguns deles contribuíram com a suspensão das atividades: "no centro do Recife, um boato de arrastão fez parte do comércio fechar as portas" (G1, 2014b); "em Casa Amarela, um boato de saques provocou o fechamento de dezenas de lojas na Rua Padre Lemos, uma das principais do bairro" (PORTAS…, 2014, p. 8); "um suposto arrastão foi o motivo para gerar o caos no município e provocar a paralisação de vários serviços em Caruaru" (FLÁVIO, 2014, p. 6); em Carpina também teria ocorrido o mesmo. Muitas vezes esses boatos não se concretizaram nas ações que supostamente ocorreriam, mas, como vimos anteriormente, isso não anula seus impactos nessas áreas.

Através de uma pesquisa feita por Alisson Vera Cruz para a i2 Inteligência, o Jornal do Commercio (NAS REDES…, 2014, p. 10) apresentou alguns dados interessantes sobre postagens entre 6h e 13h desse dia. O que ele descobre é que os termos mais utilizados na internet (Facebook, Twitter e Youtube) nesse período são: Arrastão, Deus, Recife, Ruas, Greve, Boatos, PMPE, Polícia, Olinda, PM, Abreu e Lima, Governo, Pernambuco, Cuidado, Centro, Caos[145]. "Os arrastões no Recife foram os campeões nas citações, com 80%. E o meio mais utilizado foi o Facebook, com 71% - ao passo que o Twitter teve 28% e o YouTube apenas 1%" (NAS REDES…, 2014, p. 10). Dentre o encontrado, percebe-se que muitos internautas buscavam repassar informações sobre locais de ocorrências efetivas, enquanto que outros reproduziam mentiras – nem sempre conscientemente. Como no caso de "uma mesma foto de um assalto a um Fiat Punto preto, sem elementos que permitissem a identificação do local, que foi divulgada como tendo ocorrido em Jardim Atlântico, Boa Viagem, Torre e Avenida Agamenon Magalhães" (NAS REDES…, 2014, p. 10).

Vemos, portanto, se repetir, em um grau um pouco acentuado, aquilo que já se manifestava no dia anterior: uma articulação de violência, medo, boatos e suspensão das atividades. Além desses processos, também temos a repetição da busca de proteção através de segurança privada. Em Paulista, funcionários da empresa de segurança privada Prosegur chegaram a efetuar disparos para o alto com uma espingarda calibre 12 para afastar as pessoas que os circundavam, retirar o dinheiro de um caixa rápido e levá-lo para um carro-forte (TV, 2014c). A cidade fica muito próxima a Abreu e Lima e havia o temor de que se repetisse a

[145] Parece-me bastante interessante que "saque" não esteja nessa lista, mas interpreto que foi substituído por arrastão, um termo mais cotidiano em Pernambuco e que remete a um fenômeno que tem similitudes com os saques, pois também se configura como uma ação coletiva e de expropriações de mercadorias. Porém, apesar de algumas vezes serem usados indistintamente, há a distinção fundamental de que no arrastão as mercadorias são retiradas também de pessoas, não tendo um direcionamento focado apenas nas lojas.

onda de saques que ocorrera na noite anterior. No vídeo "TV" (2014), vê-se que esse recurso também era mobilizado no interior do estado. Sebastião Aureliano de Barros de Caruaru revela: "a gente se reuniu com os colegas do comércio pra gente chamar dois rapazes e eles ficarem fazendo a segurança aqui durante a noite". As duas maiores empresas de segurança privada atuantes no estado, Liserve e Prosegur, afirmaram que a demanda cresceu bastante nesse período. A primeira relatou um aumento de 40% na contratação dos seus serviços a segunda afirmou por nota da sua assessoria de imprensa que a demanda triplicou. Nas duas, a demanda veio de industriais e comerciantes (SOL, 2014).

Para lidar com esse cenário atípico, o governo estadual lançou uma "nota oficial de esclarecimento" logo pela manhã, na qual informou os acordos trabalhistas com os policiais e bombeiros e afirmou que, nos anos anteriores, "praticamente nenhuma categoria do setor público ou privado conquistou ganhos salariais tão significativos" (GOVERNO, 2014, p. 3). Conforme o informado, os ganhos salariais superaram o aumento da inflação entre 2007 e 2014. Além disso, ressaltou os investimentos estruturais com a polícia e afirmou que os investimentos em segurança pública realizados pela gestão Campos são inéditos na história pernambucana. Declarou ainda que no dia anterior esteve disposto a negociar, porém que os militares preferiram que uma comissão de deputados mediasse a negociação. A nota dizia:

> Após receber os representantes da categoria, a comissão de deputados foi recebida por secretários do Governo, que autorizaram a referida comissão a responder positivamente a três dos quatro itens de negociação. Destacamos que um dos itens não pode ser atendido por ferir a legislação eleitoral, pois a mesma veda a concessão de vantagem financeira nesse período. A comissão de deputados levou o aceite dos três itens aos representantes da categoria, que concordaram em levar esta proposta para os militares. Entretanto, infelizmente, a assembleia da categoria decidiu pela manutenção da greve. Diante do exposto, o Governo do Estado, com o objetivo de garantir a segurança da população, decidiu tomar as seguintes medidas: 1. Solicitar a decretação da ilegalidade e abusividade da greve perante a Justiça Eleitoral; 2. Solicitar a decretação da ilegalidade da greve perante o Supremo Tribunal Federal; 3. Solicitar o apoio da Força Nacional de Segurança Pública e a autorização para o emprego das Forças Armadas para a **garantia da lei** e da **ordem** (GOVERNO, 2014, p. 3, grifo do autor).

A nota reiterava a estratégia traçada pelo governo: decreto de ilegalidade da greve e mobilização das Forças Armadas[146]. Ao todo foram convocados 2250 oficiais do Exército e da Força Nacional. Segundo o ministro da justiça, José Eduardo Cardozo (G1, 2014f), eles teriam experiência com esse tipo de situação, pois teriam atuado na greve da PM da Bahia e no Haiti – um histórico duplo que torna explícita a militarização da segurança pública

[146] Em escala municipal, Jaboatão dos Guararapes tomou as medidas mais drásticas: "o prefeito Elias Gomes (PSDB) decretou estado de emergência. Temendo pela continuidade da greve, convocou uma coletiva para anunciar as medidas: toque de recolher em bares e municípios, suspensão das aulas municipais e convocação da Guarda Municipal para ir às ruas" (GREVE, 2014b, p. 6). Decisões que, como vimos, não evitaram a alta ocorrência de saques em um dos bairros de Jaboatão: Cavaleiro.

nacional. Uma parte chegou pela madrugada e às 10 horas começaram o patrulhamento das ruas. À tarde um avião da Força Aérea Brasileira (FAB) trouxe mais contingentes para suprir a demanda do governo. “Operação Pernambuco” foi o nome dado a essa iniciativa. O foco da operação era substituir a polícia em greve na realização de “patrulhamento ostensivo, operações de controle e distúrbios, interdições de áreas, desocupação de instalações públicas, desobstrução de vias, entre outros” (COUTINHO, 2014, p. 9). A equipe foi dividida em carros para ficarem dispersos pela Região Metropolitana do Recife e muitos lugares por onde os efetivos passaram são citados, dentre eles estão avenidas centrais de Recife, como a Conselheiro Aguiar e a Agamenon Magalhães. O general Jesus Corrêa, comandante da operação, detalhou que a capital foi dividida em quadrantes. Os militares ocuparam pontos recomendados pela Secretaria de Defesa Social onde havia mais ocorrências, como o entorno do Aeroporto do Recife, terminais de ônibus e locais de grande circulação. Além disso, os mais de dois mil homens não atuariam apenas no Grande Recife, mas também em Caruaru, Garanhuns e Petrolina. O que se sabe é que em alguns casos a presença dos soldados foi o suficiente para evitar as ocorrências criminais, mas que, em outros, eles não foram muito eficientes. Uma boa ilustração desse duplo resultado da ação do Exército foi vivenciada em Olinda.

> Lá, desde o início da tarde, cerca de 150 populares realizaram investidas em algumas lojas. Apesar de algumas portas apresentarem sinais de arrombamento, os militares conseguiram intervir e a situação foi controlada. Algumas pessoas ainda se dispersaram para dar sustos em outros pontos. Com isso, outros tentaram se aproveitar para invadir as lojas da Presidente Kennedy. O clima foi esquentando com o passar das horas e das provocações. Alguns ônibus foram atingidos por pedras, que eram atiradas por parte dos moradores. Com isso, um reforço militar foi solicitado, totalizando cerca de 50 soldados, divididos em três caminhões e mais duas camionetas. Mas a confusão se espalhou ao longo da avenida. Quando os soldados seguiam para um lado, alguns populares corriam para o outro (MONTEIRO, 2014, p. 6).

Lembremos, entretanto, que não foram apenas a Força Nacional e o Exército que foram responsáveis na segurança do estado. Não se pode esquecer que a Polícia Civil e alguns setores da Polícia Militar não entraram em greve. Durante as 50 horas de greve, a Polícia Civil disponibilizou 180 policiais e 59 viaturas para cobrir as ausências. Da Polícia Civil, se destacou o trabalho realizado pela Core que realizou mais de 80 das 234 prisões que ocorreram durante a greve. Foram 23 equipes com cerca de 110 policiais da coordenação tentando remediar a ausência dos policiais militares. Além dela a Ciosac – um dos poucos grupos da Polícia Militar que não entrou em greve – deu suporte à segurança pública no Grande Recife no dia 15. Ela ficou responsável por patrulhamentos e apreensões de

mercadorias saqueadas, assim como orientou as equipes da Força Nacional de Segurança Pública nas ruas da Região Metropolitana de Recife.

Por fim, um dado bastante significativo da presença da Força Nacional no estado foi a escolha da primeira ação a ser realizada. Apesar de tudo que já tinha acontecido em Abreu e Lima, não foi para lá que os soldados se dirigiram e sim para Suape, onde ocorria um protesto com cerca de 100 pessoas. Os manifestantes eram trabalhadores da empresa Jaraguá e fecharam a PE-09, por volta das 5 horas, por demandas trabalhistas não especificadas pelos jornais. No vídeo "GREVE..." (2014e), vemos um militar informar aos manifestantes, que estão bloqueando o tráfego, que os militares irão "desobstruir a rodovia". Depois vemos a Força Nacional avançando em direção aos manifestantes com escudos e cassetetes. Porém não foram esses os únicos recursos para lidar com trabalhadores protestando, pois a tropa retirou os manifestantes também com o uso de bombas de fumaça e balas de efeito moral. Ninguém se feriu, porém um manifestante foi detido. Regina Miki, secretária nacional de segurança, justificou a presença do grupo no protesto pela possibilidade dele comprometer o abastecimento de combustível do estado (COUTINHO, 2014), algo bastante improvável se levarmos em consideração o alto número de protestos na região e o fato deles não resultarem na falta de combustível em Pernambuco.

5.2 O fim da paralisação e o momento posterior

Pela manhã do dia 15, a disposição dos policiais e bombeiros militares era de resistência. Ocorreu uma passeata com trio elétrico e cerca de 1000 pessoas saindo da Praça do Derby e indo em direção ao Palácio do Campo das Princesas. "A multidão seguiu pela Conde da Boa Vista, principal corredor de circulação de veículos do Recife, reforçada por um verdadeiro mar de motocicletas, que juntas promoveram um grande buzinaço" (ALBUQUERQUE, 2014, p. 8). Eles se dirigiam a uma assembleia para continuar as negociações e reivindicações da categoria. As negociações e o aquartelamento continuariam durante todo o dia. À noite, perto das 20 h e depois de 50 horas do seu início, é anunciado o fim da greve da PM. A assembleia foi tumultuada e os líderes do movimento chegaram a ser vaiados por aqueles que queriam continuar com a paralisação. Não houve unanimidade nem votação, mas a paralisação foi encerrada. Joel Maurino e Conceição Tavares concordaram a respeito da necessidade de acabar a greve, apesar de serem chamados de "covardes" pelos grevistas. Os três itens já aceitos no dia anterior pelo governo foram as demandas conquistadas pelos grevistas: a reestruturação do Hospital da PM; a implantação da gratificação por risco de vida ao salário-base e a aprovação, até julho, na Assembleia

Legislativa do Estado de Pernambuco, de uma lei de promoções para os praças. Porém, a pauta principal relacionada com o aumento salarial ficou para ser discutida apenas em 2015[147]. Os policiais prometeram voltar à luta em janeiro quando o reajuste salarial já seria permitido por lei.

Como já vimos, os processos de uma greve de policiais militares geralmente não acabam quando seu fim é decretado. Com o fim da greve, a orientação da liderança do movimento grevista era a de que os policiais e bombeiros voltassem ao trabalho imediatamente. No entanto, uma parcela só voltaria no dia 16 após a distribuição das escalas, quando, segundo indicam os jornais, finalmente normalizou a atuação da polícia. Como a insubordinação de um policial militar pode ser considerado motim ou rebelião, os grevistas sabiam que poderiam ser punidos individualmente. A Corregedoria Geral da Secretaria de Defesa Social instaurou sindicância para investigar a conduta de policiais militares durante a greve. Porém, não foi encontrado nenhum dado que aponte para punições dos grevistas – inclusive sabe-se que Joel da Harpa foi absolvido da acusação de ser o líder da greve. Já a Associação Pernambucana de Cabos e Soldados Policiais e Bombeiros Militares (ACS-PE) e a Associação dos Praças de Pernambuco (Aspra-PE) foram condenadas pelo juiz titular da 3ª Vara Federal, Frederico José Pinto de Azevedo, a pagar R$1.103.014,40. O valor correspondia ao pagamento dos custos da Operação Pernambuco e deveria ser repartido igualmente entre as associações. A ACS-PE argumentou que como estava sem diretoria não poderia ser condenada por participação na greve. Já a Aspra-PE disse que recorreria da decisão e que o saldo da conta bancária naquele momento seria de R$400[148].

As mobilizações e insatisfações dos policiais não se encerraram junto com o fim da greve. Outras polícias locais também iniciaram processos reivindicatórios em datas próximas ao ocorrido. Já no dia 18 de maio, servidores da Guarda Municipal do Recife realizaram uma passeata para chamar a atenção para as demandas da categoria: o armamento dos guardas, a revisão do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos, novos equipamentos de proteção individual e uniformes, além da saída do secretário de segurança urbana do Recife, Murilo Cavalcanti, que, segundo eles, não defendia a categoria ao se posicionar contrário ao porte de arma dos guardas. A passeata foi bem-sucedida em conseguir o comprometimento da prefeitura com novos fardamentos e equipamentos, porém o governo disse que ainda debateria a possibilidade de armar ou não a categoria. Alguns dias depois, no 21, ocorreu uma mobilização nacional organizada pela Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais

[147] Apesar disso, eles tiveram o aumento de 14,55% em seus salários a partir de junho como previsto desde 2011.

[148] Não encontrei dados que apontassem qual o desfecho dessa resolução judicial.

Civis (Cobrapol), que tinha como objetivo um nivelamento dos salários da categoria em todo o Brasil. Nove estados decidiram parar: Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Rio de Janeiro, Rondônia, Santa Catarina e São Paulo. Porém, em âmbito estadual, nenhuma das polícias decidiu aderir oficialmente à paralisação. Apesar disso, um grupo dissidente encabeçado pela União dos Escrivães de Polícia de Pernambuco (Uneppe) organizou uma passeata saindo da Praça Oswaldo Cruz às 15 horas. O ato organizado pelos escrivães teve apenas 200 policiais, o que foi uma frustração para os organizadores que no dia anterior esperavam 3 mil pessoas. Dentre os que se manifestaram havia um grupo que queria reajuste salarial e outro que queria que o concurso no qual foram aprovados fosse efetivado e fossem convocados. No final da mobilização foram recebidos pelo chefe de gabinete da Secretaria da Casa Civil, Pedro Pontual, que disse que examinaria as reivindicações. Essas mobilizações reforçam o demonstrado, no primeiro capítulo, de que a greve da PMPE em 2014 estava articulada com outros processos reivindicatórios da categoria policial no momento.

Como é recorrente nas greves policiais, as lideranças começaram a se organizar para entrar na política institucional[149]. No dia 17 de maio, afirmaram que só participariam das eleições se fosse um desejo da corporação. Porém, já no dia 18, Joel da Harpa apareceu em um vídeo do Partido Trabalhista Nacional (PTN) defendendo o governo estadual. O PTN negava que ele seria candidato e, entre os políticos do estado, ocorreu um debate se a greve teria sido motivada por interesses políticos ou não. Os interesses poderiam estar relacionados a uma possível candidatura de algum dos policiais e também no desgaste das candidaturas do PSB ao governo do estado e à presidência. O que se sabe é que, em 2014, as lideranças da greve Joel da Harpa e Conceição Antero se candidataram a deputados estaduais pelo PROS e PP, respectivamente. Conceição perdeu a eleição com 3555 votos, já Joel ganhou com 19794 votos. Uma articulação bastante significativa dessa inserção dos policiais na política institucional é que o mais bem-sucedido nesse empreendimento, Joel da Harpa, "tem inserção na Assembleia de Deus, além de influência sobre a corporação. Nas mobilizações da [greve], música gospel era a trilha sonora ouvida em frente ao Palácio do Campo das Princesas" (CORPO…, 2014, p. 6). Ao se candidatar ele era mais um dos que contribuíram para o fenômeno crescente de articulação entre a bancada evangélica e da segurança pública.

Ao analisar a atuação dessas duas bancadas entre 2010 e 2017, Quadros e Madeira (2018, p. 486) identificaram "um grupo de deputados bastante ativo e ideologizado,

[149] Lembremos que "na greve dos anos 90, o deputado Alberto Feitosa (PR) presidia a Associação de Oficiais, Subtenentes e Sargentos de Pernambuco e liderava a pauta das insatisfações contra o governador Miguel Arraes (PSB). Na paralisação seguinte, no governo de Jarbas Vasconcelos (PMDB), o cabo Moisés Florêncio de Oliveira Filho, o Soldado Moisés, chegou a ser detido, junto com outros 29 militares, pelo comando da PM. Em 2002 seria eleito pelo PSB" (OLIVEIRA, 2014, p. 4).

relativamente desvinculado das famílias políticas tradicionais e capaz de mobilizar abertamente categorias identitárias ligadas à direita e/ou ao conservadorismo". À medida que o contexto político nacional se tornou favorável a uma direita que começava a perder a vergonha de se colocar publicamente[150], isso se traduziria em uma atuação mais eficaz e aberta dos evangélicos e da chamada "bancada da bala". Após a mudança, esses deputados teriam como agenda explícita menos uma defesa do liberalismo econômico e mais do conservadorismo moral (que atravessa a identificação partidária), com apelos à luta contra a criminalidade e contra o avanço de demandas não toleradas por esses setores – especialmente aquelas relacionadas aos direitos das minorias. Como Joel da Harpa, "o perfil e a origem dos parlamentares que protagonizam esse processo foge às trajetórias políticas mais tradicionais no Brasil" (QUADROS; MADEIRA, 2018, p. 517). Eles se apresentam como uma "mudança política" mesmo que, na realidade, estejam ligados aos interesses tradicionais da elite nacional – como os defendidos pela ditadura militar.

Em âmbito federal a bancada da bala tem tido uma produção legislativa voltada para propostas punitivas, porém não é um grupo tão homogêneo como pode parecer ser uma análise mais detalhada de sua atuação. Santos (2018), em análise da bancada da bala entre 2015 e 2016 – momento em que Joel da Harpa atuava em âmbito local –, percebe que as propostas dos deputados são mais pontuais do que voltadas a uma reestruturação do sistema de segurança pública. Os projetos apresentados são muitas vezes baseados em sua experiência profissional e não tinham, naquele momento, um grande índice de aprovação (um terço dos deputados não tinha nenhum projeto aprovado). "A grande maioria das propostas buscavam fazer alterações pontuais na legislação penal, no sistema prisional/socioeducativo ou na carreira dos profissionais das forças de segurança" (SANTOS, 2018, p. 145). A bancada tem uma filiação majoritária a partidos de direita e muitas de suas campanhas são pautadas em um endurecimento na criminalização e na valorização dos profissionais da segurança pública. Como aponta Faganello (2015), muitos dos deputados que compõem essa bancada se valem de discursos que enaltecem o policial como figura mítica e defendem a "tolerância zero" ao banditismo, pois estaríamos vivendo uma "guerra" – é interessante percebermos o quanto alguns dos discursos veiculados sobre a greve da PMPE em 2014 estão circunscritos nessa

[150] Remeto aqui ao fenômeno da "direita envergonhada", que surgiu no período de redemocratização (Souza, 1988). Nesse momento, os partidos de direita tentaram se desvincular do regime ditatorial. Com a redemocratização faltava à arena política um partido relevante que defendesse abertamente a ideologia de direita (MAINWARNING; MENEGUELLO; POWER, 2000). Isso foi definitivamente rompido após a reeleição de Dilma Rousseff, em 2014, quando muitos grupos insatisfeitos se articularam para contestar e negar a integridade do processo eleitoral.

lógica, não sendo portanto absurdo que uma de suas lideranças fosse compor a bancada da bala na eleição seguinte[151].

Expostas as reverberações institucionais da greve, voltemos a outras continuações relevantes que ocorreram na atuação do Exército em Pernambuco. Ainda na noite do dia 15, o governador João Lyra anunciou que, apesar do fim da paralisação, a Operação Pernambuco seria mantida até que se tivesse certeza de que a PM de fato voltou às ruas. A decisão era de que o Exército continuasse operando na região até o dia 29 de maio, com 1300 soldados no Grande Recife e 950 no interior do estado. "A logística para trazer as tropas é complicada e onerosa. Já que houve essa despesa, é prudente que a tropa permaneça no estado, mas essa medida de exceção pode ser retirada a qualquer momento", pontuou o secretário Alessandro Carvalho (G1, 2014i). Os militares tomaram as ruas de várias cidades do estado para supostamente garantir a segurança da população por conta da greve da Polícia Militar, porém, mesmo com o retorno da polícia as suas funções, eles continuaram nas ruas. No dia 20, o Exército montou quatro pontos fixos de patrulhamento na região metropolitana da capital: na Imbiribeira, no Terminal Integrado de Passageiros e no Marco Zero, em Recife, e no complexo de Salgadinho em Olinda. No dia 29, acabou a Operação Pernambuco, porém, por conta da Copa do Mundo, uma nova equipe, desta vez com mais de três mil homens, chegaria quatro dias depois para trabalhar durante o megaevento esportivo.

Concordo com os que apontam que as Copas do Mundo são eventos importantes para a consolidação de técnicas de gestão policial da população, pois as forças de segurança pública atuam para a proteção do evento e tendem a tratar a população como uma força insurgente (GAFFNEY, 2015). Muito se fala do caráter excepcional e dos generosos recursos investidos em vigilância nesses momentos (IVO, 2017; CARVALHO, 2014), porém, como o próprio caso da greve da PMPE nos relembra, é importante relativizar quão excepcional ou cotidiana é essa iniciativa estatal. Apesar de ser um momento de inflexão, gostaria de inserir a atuação militar na Copa do Mundo em Pernambuco em um processo mais amplo de militarização do social. Sabe-se que a presença das Forças Armadas na rua não significa necessariamente a diminuição dos índices criminais (BARREIRA; BOTELHO, 2013) – como já vimos quando ocorreu a continuidade da Operação Pernambuco e, mesmo assim, houve um aumento dos homicídios no final de semana seguinte à greve – portanto parece-me plausível defender que "as intervenções militares são a expressão mais clara da militarização social em curso" (BARREIRA; BOTELHO, 2013, p. 128), na qual a população – em especial, seus

[151] Através desses discursos, pode-se perceber também que a eleição de 2014 e sua subsequente composição da bancada da bala já apontavam para uma "maré conservadora" (FAGANELLO, 2015) que teve como ápice recente a eleição de Jair Bolsonaro à presidência em 2018.

setores mais marginalizados – "passa a ser controlada de maneira violenta pelo uso da logística militar mais avançada e, no limite, pode ser considerada eliminável" (BARREIRA; BOTELHO, 2013, p. 128). Retomo, assim, a defesa de Agamben (2015) de que o estado de exceção é uma técnica de governo. Interessa menos aqui, portanto, analisar o significado jurídico de uma esfera de ação em si extrajurídica e mais perceber que "a declaração do estado de exceção é progressivamente substituída por uma generalização sem precedentes do paradigma da segurança como técnica normal de governo" (AGAMBEN, 2015 p. 28). Sob a legitimação da necessidade e de que a necessidade pode transgredir a lei, o estado de exceção se coloca como uma forma de gestão onde a aplicação da lei é suspensa, "mas onde a lei, enquanto tal, permanece em vigor" (AGAMBEN, 2015, p. 49). Processo que tem uma longa tradição, como demonstra o próprio Agamben[152], mas que remete a como o Estado brasileiro reconfigura sua relação com a exceção após o seu último período ditatorial (ARANTES, 2010) – como já discutido no primeiro capítulo. Em resumo, a atuação crescente dos militares na política institucional é concomitante a um controle militar constante das ruas e de suas potenciais desordens.

Para finalizar a análise desse momento posterior à greve é preciso mencionar que o comércio local levou algum tempo para voltar completamente à rotina. Por causa dos saques e dos quebra-quebras, algumas lojas tiveram que fechar para ajeitarem o estoque e o espaço de vendas. "Consertar portas, repor produtos, lavar o chão, organizar vitrines, reativar os sistemas de informática e contabilizar o prejuízo, ainda incertos de quando retomarão integralmente as atividades" (MOMENTO…, 2014, p. 5) foi o que fizeram os vendedores e comerciantes. No dia 16 o expediente foi teoricamente normal, porém nem todas as lojas conseguiram abrir e havia também aquelas que recorreram a um reforço na segurança privada, por temerem novas ondas de saques. No vídeo "GREVE..." (2014e), um idoso reclama que no dia seguinte não conseguiu comprar aquilo que pretendia porque as lojas estariam depredadas. Os prejuízos para o comércio, portanto, vieram não só por conta dos saques e das depredações, mas também por terem fechado em dias em que se esperava um faturamento normal. O que agravava a situação dos lojistas é que, mesmo que muitas lojas tivessem seguro, alguns não cobriam os prejuízos porque não previam destruição por invasão ou saques.

---

[152] Outra forma de perceber a recorrência da exceção e da emergência na gestão da população é retomarmos mais uma vez as discussões foucaultianas sobre polícia. Lembremos que a polícia, para Foucault (2008), é um feixe de relações ajustada ao princípio de governar para gestão da população e da produção se constituindo em "golpe de Estado permanente", pois ela não é o soberano agindo através da justiça, mas sim agindo diretamente sobre seus súditos em nome e em função de princípios de racionalidade própria.

A conta do prejuízo nunca foi feita, mas a Câmara de Dirigentes Lojistas de Abreu e Lima chegou a estimar, no meio da greve, em R$1 bilhão – uma previsão que soa mais como a tentativa de pressão política sobre o governo do que de um balanço preciso dos efeitos da greve[153]. A CDL-Recife afirmou que não tinha uma estimativa de quanto foi o prejuízo do comércio nos dias de greve da PM. Há, entretanto, alguns balanços parciais feitos pelos lojistas saqueados. A rede de lojas Eletroshopping declarou um prejuízo de aproximadamente R$1 milhão com a perda de faturamento causada pelo fechamento das 11 lojas que foram saqueadas. Já o supermercado Arco-Íris, em Abreu e Lima, previu um prejuízo de R$700 mil. Sobre Abreu e Lima, "como os lojistas não dizem o quanto faturam, não temos como calcular o total, mas foi um prejuízo muito grande. É uma cidade que recebe muita gente de municípios vizinhos e deixou de receber por dois dias", afirmou o presidente Eduardo Catão (G1, 2014i). A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Pernambuco (Fecomércio) previu um prejuízo de R$ 30 milhões somente em Abreu e Lima e Paulista, porém não chegou a averiguar esse valor. Uma matéria feita três anos depois afirma que "causou, segundo a CDL, um prejuízo de mais de R$ 2 milhões aos donos dos estabelecimentos" (G1, 2014b). Porém, durante o trabalho de campo, fui em busca dessa informação na CDL-Pernambuco, que afirmou não ter chegado a um balanço geral do prejuízo. Além disso, uma entrevista com um membro da CDL-Abreu e Lima revela o quanto os dados são contrastantes a esse respeito:

> No dia do fato a gente estimou 2 bilhões, mas isso aí foi na hora do desespero, não mediu as consequências e chamou a atenção de todo mundo esses 2 bilhões, quase 1 bilhão, quase 2 bilhões de reais. Mas o prejuízo estimado, foi em torno de quase 100 milhões de reais porque só em uma loja da Eletroshopping levaram todos os eletrodomésticos dela (entrevista Filipe, 21/08/2018).

Algumas medidas foram tomadas pelos lojistas. O comércio ameaçou diminuir as contratações temporárias para tentar aumentar as margens de lucro. Representantes dos comerciantes se reuniram com representantes do governo para exigir reparo dos prejuízos e entregar filmagens que auxiliassem nas prisões. A proposta principal da CDL e da Fecomércio era a abertura de linhas de crédito especiais nos bancos públicos, direcionadas ao socorro dos lojistas que não tinham condições de repor o estoque perdido. A proposta também sugeria a restituição dos tributos pagos dos produtos roubados. Para terem acesso aos benefícios seria necessário que as lojas apresentassem provas concretas das queixas. Porém, não estamos

[153] "Inicialmente, a CDL trabalhava com a quantia de R$ 1 bilhão de prejuízo, mas de acordo com o presidente Evandro Alves de Lima, o número se referia a uma previsão feita caso a greve durasse cinco dias e todo o eixo norte do estado fosse afetado por depredações. 'Essa expectativa seria dos cinco dias em todo o eixo norte, que incluem Abreu e Lima, Igarassu, Olinda, Paulista, Itamaracá e Itapissuma. Nós da CDL e do Sindinorte fizemos um cálculo acreditando que a greve ia durar cinco dias, somando o dinheiro dos produtos saqueados e o que as lojas deixariam de ganhar sem as vendas', disse Evandro Alves" (G1, 2014i).

falando do Lehmann Brothers na crise de 2007 e 2008, nos Estados Unidos, e o comércio local não conseguiu nenhuma forma de reparação estatal – algo que me foi confirmado por um representante dos lojistas em entrevista.

Apesar desse relato parecer indicar uma grande perda comercial quase que irrecuperável, há indícios que apontam que os saques não ocasionaram uma quebra drástica na reprodução do capital. É simbólico que, mesmo sendo uma das redes lojistas mais afetadas pelos saques, no dia 23 de maio, a Eletroshopping inaugurou sua maior loja no estado, na Rua da Imperatriz, com 2500 metros quadrados. A expectativa era receber cerca de 10 mil clientes por dia. Ademais, em Abreu e Lima, apenas o Arco-Íris teve uma perda irremediável e nunca mais reabriu[154]. Hoje vemos algumas lojas que não existiam na época e algumas deixaram de existir, mas é bom lembrarmos que há uma rotatividade usual das lojas no capitalismo e o comércio segue desempenhando uma importante função econômica na região.

Para finalizar esse tópico, gostaria de apresentar uma comparação da greve da Polícia Militar de Pernambuco com algumas das outras greves aqui mencionadas para ressaltar um importante traço distintivo. Vejamos o quadro a seguir:

Quadro 3 – Comparação entre as três greves de policiais militares em Pernambuco (Continua)

Características	**Greve PMPE – 1997**	**Greve PMPE – 2000**	**Greve PMPE – 2014**
Duração	- 12 dias	- 12 dias	- 2 dias (50 horas)
Atuações na greve	- Participação dos bombeiros - Polícia Civil não fez greve - Participação de oficiais	- Participação dos bombeiros - Polícia Civil não fez greve - Oficiais não aderiram	- Participação dos bombeiros - Polícia Civil não fez greve - Participação de oficiais (pequena adesão)

[154] O Arco-Íris foi o exemplo paradigmático elencado pelos críticos dos efeitos dos saques. A empresa, que funcionava no local há 11 anos, não conseguiu arcar com o prejuízo de R$ 700 mil e fechou as portas, demitindo seus 50 funcionários. Porém, um dos entrevistados, trouxe a informação de que o supermercado já passava por dificuldades: "esse Arco Iris já existia o boato que ele tava para fechar e isso aí foi espécie de golpe de misericórdia, pisou na cabeça da serpente porque o mercado não conseguiu arrumar dinheiro para se reerguer. E aí o lugar foi vendido, precisou trocar de dono, foi toda uma confusão e até parte da população, dos funcionários que trabalhavam nesse Arco Iris foram remanejados para outras unidades ou pediram demissão e continuaram trabalhando em outros mercados da mesma região" (entrevista João, 27/11/2017). Outro entrevistado revela também o quanto os saques foram apenas um acontecimento em um processo mais longo de falência desse estabelecimento: "esse mercado ele não reabriu, ele tem hoje uma loja, tem uma loja ainda no centro e tinha essa filial lá em Caetés e eles decidiram não reabrir em Caetés. Esse ponto posteriormente reabriu com outro mercadinho e já não funciona mais também, fechou e já foi uma questão mais de mercado porque chegou outro varejo lá que comprou esse ponto que era alugado pro mercado e quando foi renovar o contrato aí não renovaram mais justamente para o mercado sair dalí" (entrevista André, 15/03/2018).

Quadro 3 – Comparação entre as três greves de policiais militares em Pernambuco (Continua)

Demandas	- Centralidade da questão salarial - Conseguiram parcialmente as demandas: conseguiram o aumento salarial	- Centralidade da questão salarial - A maioria das demandas não foram atendidas: salário não foi aumentado imediatamente	- Centralidade da questão salarial - Conseguiram apenas três das demandas: não conseguiram o aumento salarial
Medidas do governo	- Ilegalidade decretada - Forças Armadas (convocadas apenas para proteger os órgãos governamentais e para fazer a segurança dos presídios/ depois são mobilizadas para as principais ruas) - Contratação de servidores temporários para substituir os policiais - Ao fim, nenhum grevista punido	- Ilegalidade decretada - Forças Armadas (convocadas para patrulhar as principais ruas da RMR) - Contratação de reservistas para substituir os grevistas	- Ilegalidade decretada - Forças armadas (convocadas para patrulhar as principais ruas da RMR) - Ao fim, nenhum grevista é punido
Relações com outros movimentos reivindicatórios	- Momento de manifestações dos servidores públicos estaduais - Ciclo nacional de greves policiais	- Não houve ciclo nacional de greves policiais	- Ciclo nacional de greves policiais - Ciclo nacional de greves de outras categorias profissionais
Ocorrências criminais	- Alto índice de ocorrências criminais: não houve o registro de saques	- Alto índice de ocorrências criminais: não houve o registro de saques	- Alto índice de ocorrências criminais: muitos registros de saques
Articulações políticas	- Diálogos com movimentos sociais de esquerda - Início das tentativas de formação de um político profissional: Soldado Moisés	- Atuação de movimentos sociais de esquerda como mediadores das negociações - Fortalecimento das tentativas de Soldado Moisés de se tornar um político profissional	- Início da formação de um político profissional: Joel da Harpa - Tentativa frustrada de se tornar política profissional: Maria da Conceição Pessoa

Quadro 3 – Comparação entre as três greves de policiais militares em Pernambuco (Conclusão)

Atuação dos grevistas	- Vigílias, passeatas e aquartelamentos dos soldados	- Maior conflitividade por parte dos policiais [tiroteios envolvendo policiais grevistas] - Familiares aderiram aos protestos	- Aquartelamentos, passeatas e assembleias dos soldados
Atuação do comércio	- Comércio com horário modificado	- Menções à procura por seguranças privados - Comércio com horário modificado	- Contratação de seguranças privados - Comércio com horário modificado
Boatos		- Menções a boatos	- Menções a boatos

O que se pode perceber é que há muitas continuidades nas três greves realizadas, porém gostaria de salientar que essa comparação me serve para ressaltar que a maior singularidade da greve de 2014 foram os saques. Seguindo nessa linha de raciocínio: já sabemos que a greve da PMPE em 2014 estava articulada com outros processos reivindicatórios da categoria policial no momento, em uma comparação com outras greves de policiais militares no mesmo ano, o caso da Bahia é o único que também teve registro de saques, porém não com a mesma centralidade do que em Pernambuco. Eles não foram tão expressivos como no que ocorreu no acontecimento aqui analisado, pois foram registrados apenas oito saques a estabelecimentos. Por fim, já explicitei também que a greve da PMPE em 2014 ocorre em um momento de proliferação de reivindicações trabalhistas. É o período de declínio do lulismo no poder, durante os "desbordamentos de Junho de 2013" e próximo à Copa do Mundo. É registrado um pico de greves e muitas delas são organizadas de maneira autônoma para além dos mandos da organização sindical. Nesses processos acontecem alguns saques durante protestos, mas, novamente, é uma singularidade da greve PMPE a amplitude e abrangência dos saques. Essa particularidade tão marcante continuará sendo analisada a seguir, dessa vez sob a ótica do seu momento posterior.

5.3 Depois do fim dos saques em Abreu e Lima: o reestabelecimento do apropriado

Assim como em outras cidades de Pernambuco, o comércio em Abreu e Lima levou alguns dias para regularizar suas atividades. No dia seguinte aos saques, alguns comerciantes faziam faxina e mantinham seguranças privados e tapumes, na entrada das lojas, com medo de mais ocorrências. Havia também lojas que colocaram avisos nas grades informando a falta de

condições para funcionar normalmente. No final de semana após os saques, os estabelecimentos que haviam sido invadidos tiveram que contabilizar o prejuízo, reorganizar os mostruários e repor os estoques. Alguns ainda não tinham previsão de reabertura das portas, enquanto que outros funcionavam com menos mercadorias. O Sindicato dos Empregados do Comércio do Litoral Norte temia que com os prejuízos houvesse demissões de funcionários para diminuir os custos das lojas. Porém, o presidente do Sindicato do Comércio da Mata Norte, Milton Tavares, negava essa possibilidade, pois "a maioria das lojas afetadas é de grandes redes que têm condições de recuperá-las" (RECEIO…, 2014, p. 3). No fim, algumas pessoas realmente perderam seus empregos, principalmente as do já mencionado supermercado Arco-Íris:

> Ocorreram demissões por conta da questão de não ter capacidade de manter eles sem o estoque necessário, sem o capital de giro, todo esse processo. Muitas pessoas perderam, o Arco Iris de Caetés mesmo foram mais de 30 pessoas que perderam o posto de serviço dele lá. Perderam mesmo, foram demitidas, algumas foram para outras lojas, mas a maioria foi mesmo demitida (entrevista Filipe, 21/08/2018).

Figura 6 – Dia seguinte aos saques em uma loja de calçados.

Fonte: "JUSTIÇA..." (2014).

Com o argumento de que a segurança seria uma obrigação constitucional do Estado, os comerciantes locais faziam parte da articulação que pretendia processá-lo com o objetivo de reaver os prejuízos. No dia 21, os comerciantes se reuniram para organizar as reivindicações que fariam ao governo do estado. Como em todo Pernambuco, uma das principais demandas era a devolução e o parcelamento dos impostos referentes aos produtos saqueados. Em âmbito municipal, os comerciantes fizeram também reivindicações à prefeitura: a construção de um estacionamento para os clientes e a promoção de um dia coletivo de compras para estimular as

vendas. Na segunda-feira, 26 de maio, ocorreu um debate na Assembleia Legislativa proposto pela deputada Terezinha Nunes (PSDB) para ver quais medidas poderiam ser tomadas em prol do comércio de Abreu e Lima. No dia seguinte, o governador recebeu uma comitiva para discutir formas de ajudar o município após os saques. As demandas incluíam desoneração fiscal, melhoras no trânsito local para fortalecer o comércio e aquisição de um imóvel para a delegacia que funcionava precariamente em um prédio alugado. O governador disse que faria o que estivesse a seu alcance. O que significa que nada estava ao seu alcance, pois nada foi feito[155]. Apesar disso, como pontuou João: "você pode ver que aos poucos, novas lojas e novos mercados vão se abrindo, onde antes existiam aqueles que foram fechados por conta dos saques que é o caso do Arco Íris" (entrevista João, 27/11/2017). Ou seja, como já defendi anteriormente quando analisei o caso pernambucano, o comércio também conseguiu se recuperar em Abreu e Lima.

Com relação às pessoas nesse momento posterior aos saques, houve alguns que comemoraram os ganhos obtidos. Em uma imagem publicada no Facebook, dois homens, um com o rosto coberto por uma camisa e outro sem camisa, mostravam uma TV e outro produto, que teriam sido furtadas de uma das lojas do comércio da cidade. "Aquele rolezin de leve em Abreu e Lima", diz a legenda da foto. A imagem foi curtida por mais de cem pessoas e quase 70 deixaram comentários. Porém, esses casos foram a minoria, a maioria dos moradores, por outro lado, relatou aos jornais surpresa e tristeza com o acontecido. "Eu trabalho há quatro anos na limpeza urbana do município de Abreu e Lima. Nunca pensei que fosse estar vivo para ver uma coisa como essa. Desde cedo que a gente limpa o lixo deixado por toda essa bagunça", contou o gari Antônio Augusto Fideles ao Jornal do Commercio (DEZESSEIS…, 2014, p. 5), no dia seguinte aos saques. "Muito triste ver as pessoas carregando as caixas nas costas, correndo de um lado para o outro", relembrou o aposentado João Heleno Pessoa (DEZESSEIS…, 2014, p. 5). Em muitos relatos que circularam nesses dias há a menção à insegurança e ao medo[156]. Algo que se repetiu nos dias seguintes, como me revelou o entrevistado Tiago: "alguns dias depois encontramos duas meninas desesperadas na rua, com muito medo achando que haveriam saques. Mas era um alarme falso" (entrevista Tiago,

[155] Um representante comercial entrevistado durante a pesquisa reclamou: "nós solicitamos junto ao governo do estado porque é uma catástrofe, a gente pediu a isenção do ICMS dessas mercadorias que estavam em estoque. O governo baixou uma portaria lá e não contemplou o pedido nosso, foi tanto que após encontrar o atual governador num encontro que teve de CDL, eu questionei ele a respeito disso e ele ficou de. Mas o governo do estado de Pernambuco não quer perder nada pra seu ninguém, eu nunca vi um governador para gostar de imposto. Ele nunca deu o ressarcimento pra nada" (entrevista Filipe, 21/08/2018).

[156] É necessário fazer a ressalva de que esses relatos são influenciados pelo interlocutor dos moradores: a mídia. Há tanto uma questão de imagem pública dos entrevistados quanto o viés seletivo da mídia que se esforçava por retomar condutas apropriadas – algo que veremos no final desse capítulo.

22/02/2018). Além do medo aparecem também menções a outros sentimentos como vergonha, arrependimento, constrangimento e alívio. Um homem de 46 anos entrevistado pelo Jornal do Commercio (ABREU…, 2014c, p. 2), afirma: "vim devolver um freezer que peguei numa loja quarta-feira passada. Estou sem dormir desde esse dia, arrependido e com muita vergonha". Já o G1 (2014g) apresenta uma dona de casa que perdeu o sono e o apetite e estava tendo crises de choro frequentes desde que participou dos saques. No vídeo "JORNAL" (2014), temos outro exemplo, dessa vez um pedreiro que devolvia a máquina de lavar que tinha saqueado e diz que se arrependeu, que foi a primeira vez que fez aquilo e que não faria mais[157].

Gostaria de propor que esses sentimentos podem ser considerados uma das determinações de um dos processos mais interessantes do que ocorreu após os saques: a devolução dos produtos saqueados. Já no dia 16 de maio, as pessoas começaram a devolver mercadorias variadas: geladeiras, fogões, equipamentos eletroeletrônicos, bebidas alcoólicas… Essas devoluções fizeram parte do processo de sedimentação do social que a cidade passaria nesse momento. As pessoas procuravam reestabelecer o cotidiano e "as pessoas comuns" que participaram dos saques buscavam retomar o cotidiano sem serem punidas. Muitos que devolveram diziam ter comprado os produtos, o que pode ser uma estratégia para não serem acusados de furto ou roubo qualificado – ainda assim, seriam enquadrados pelo crime de receptação. Uma boa ilustração desse caso é "o lanterneiro Williams Lima da Silva, 22 anos, [que] lamentava ter arrematado, por R$350, um ar-condicionado tipo split e um ventilador de um usuário de drogas" (O ACERTO, 2014, p. 4). Outra estratégia utilizada foi largar as mercadorias em locais públicos para evitarem serem identificados como saqueadores. Há muitos relatos de produtos deixados nas ruas – com alguns abandonados até mesmo no cemitério local. A Polícia Civil da região providenciou caminhões para recolher as mercadorias que não foram entregues em sua sede.

Entre as pessoas que foram até a delegacia fazer a devolução, sabe-se que muitas foram incentivadas ou levadas por seus familiares para realizarem esse ato[158]. Quando Paulo Ricardo Santana Gomes, 20 anos, foi questionado sobre o motivo da devolução ele afirmou ter feito por sua família. "Tenho a minha filha, pensei em que tipo de exemplo eu estava

---

[157] Como identificado anteriormente, os saqueadores muitas vezes não tinham antecedentes criminais. Algo próximo aos exemplos históricos de Rudé que negam o protagonismo de criminosos nos motins das multidões: "temos a impressão de que motim e crime, embora aproximados ocasionalmente, eram antes companheiros circunstanciais, e não constantes" (RUDÉ, 1991, p. 217).

[158] Não foi apenas em Abreu e Lima que houve devolução de mercadorias, porém nas outras cidades, a dimensão das devoluções foi significativamente menor. Há menções nos jornais a devoluções em Recife, Paulista e Jaboatão dos Guararapes. Nesses casos, assim como em Abreu e Lima, também foi crucial o incentivo familiar, como pode ser identificado pelo fato de muitas vezes a devolução ter sido feita pelo pai ou mãe dos saqueadores.

dando a ela. Por esse motivo, decidi trazer de volta. Meus pais não me ensinaram isso" (PASSOS, 2014b, p. 1). Há também o caso da dona de casa Maria do Socorro do Nascimento que devolveu, no dia 16, a geladeira saqueada pelo filho. Mães e pais denunciavam os filhos menores de idade alegando que tinham que educá-los: "disse que era errado, que não era dele" (G1, 2014l); "bati nele, disse que isso não é coisa de se fazer", afirmou outra mãe (CRIANÇA…, 2014, p. 5)[159]. No vídeo "DIARIO" (2014b), vemos que durante as devoluções houve momentos em que um grupo de pessoas gritava na saída da delegacia. Há inclusive gritos jocosos: "cadê a batedeira? Vá buscar a batedeira". Depois vemos a pessoa, que devolvia uma geladeira, rindo. Já no vídeo "TV" (2014d), vemos os que devolviam serem recebidos por vaias de moradores que lotavam a frente da delegacia.

Por último a esse respeito, para além dos sentimentos de vergonha e culpa e do incentivo das famílias, parece-me também ser importante pensarmos no papel da religião e da mídia nesse processo de devolução. Soube no trabalho de campo que a Assembleia de Deus realizou vários cultos nos dias seguintes com o propósito "conscientizar" as pessoas com relação aos atos praticados e da importância de devolverem os produtos saqueados. Ademais muitas são as matérias veiculadas nos dias seguintes que mostram o delegado de Abreu e Lima fazendo um apelo para o arrependimento dos saqueadores. Nessas matérias há repetidas promessas de que os que fossem devolver na delegacia não seriam autuados em flagrante. "Quando se apresenta espontaneamente, ele não deve ser autuado. É uma cobertura que a lei dá e é um compromisso da autoridade policial", falou o delegado Alberes Félix (G1, 2014l).

O delegado Alberes Félix queria identificar o que pertencia a cada loja saqueada. Pediu inclusive reforço de dez policiais para a delegacia, onde normalmente só trabalham quatro. Algumas lojas conseguiram comprovar que os produtos eram delas e alguns saqueadores revelaram de onde retiraram, possibilitando uma devolução mínima dos produtos. Segundo a Fecomércio-PE seria realizado um feirão para vender os produtos saqueados que foram devolvidos. Os comerciantes tentavam reaver os prejuízos com a venda das mercadorias, porém, a maioria dos produtos tinha avarias e não poderia ser recolocada à venda. O plano era recuperar parte do prejuízo, promovendo saldões dentro das lojas com desconto de 50% e 70% para esses produtos danificados. Essa ação foi autorizada pelo

[159] Um trecho do meu caderno de campo desenvolve bem esse fenômeno: *um interlocutor me falou de uma construção midiática que ele atribui a Globo, mas não tem certeza de onde vem. Foi uma coisa que surgiu depois que foi a ideia das "mães de Abreu e Lima". Até uma das pessoas próximas ao prefeito pensou em fazer um monumento para as mães de Abreu e Lima que seria a construção de um personagem salvador que teria virado um símbolo ao ajudar a restituição da ordem na cidade. Essa proposta não foi levada muito a sério. Quando as mães levam os filhos para devolverem o que foi saqueado. Uma mãe falou no palco no ato do domingo seguinte aos saques, uma das que devolveu*.

Procon-PE, desde que todos os danos estivessem devidamente relatados ao consumidor e que o produto funcionasse. Porém, como foi verificado mais recentemente (G1, 2017b), nunca ocorreu o leilão e, em 2017, ainda havia 221 mercadorias em um galpão da polícia sem uso e sem destino definido. A CDL-Abreu e Lima ainda pedia que fosse realizada a doação desses produtos, porém para que isso ocorresse seria necessário finalizar os procedimentos do caso, o que não tinha ocorrido – e, segundo um representante com quem conversei, continua sem ocorrer.

Foram tantos os produtos recebidos que os cômodos da delegacia local ficaram lotados[160], porém, apesar da importância das devoluções de mercadorias saqueadas em Abreu e Lima, o quantitativo foi bem menor do que o saqueado – Evandro Lima, da CDL, estimou em apenas 10% do total. Além das devoluções e do uso pessoal, ocorreram também muitas vendas dos produtos saqueados. Acerca disso, Priscila relata:

> Aí eu vi as pessoas que passaram com carro de mão vendendo, meu marido não deixou nem a gente chegar junto. Melhor nem falar, né? Porque na cabeça dele aquilo é um ladrão. Não vou comprar de jeito nenhum porque se não a polícia vai tá aqui em casa e olhe que a polícia já tinha ido na casa das pessoas, já tinha resgatado muita coisa, mas teve gente que conseguiu esconder. Depois de cinco, seis dias, fizeram isso. Começaram a passar (entrevista Priscila, 03/05/2018).

A Folha de Pernambuco (PASSOS, 2014b, p. 1) conseguiu um bom relato dessas vendas: "o lanterneiro Willames Lima, 22, conseguiu comprar um ar-condicionado e um ventilador por R$350. 'Passaram perto da minha casa, ofereceram e eu comprei, mas me arrependi logo', contou". Dessa maneira fica claro que os produtos saqueados tiveram três destinos: a maioria foi para uso pessoal ou para venda e a minoria foi devolvida às lojas.

A polícia prometeu uma megaoperação para pegar os saqueadores com 43 delegacias investigando conjuntamente e na qual utilizaria imagens de câmeras e da mídia para fazer as investigações. Dentre elas estavam as filmagens fornecidas pela Fecomércio e também as recolhidas pela CDL com as empresas saqueadas. Percebe-se que as imagens cumpriram o esperado pelos saqueadores que tentavam evitar as gravações: auxiliaram o controle e a repressão dos saques. Além do uso de imagens da mídia e redes sociais, a polícia incentivou a denúncia através do Disque Denúncia e realizou perícias nos locais dos saques. O caso foi tratado também pela Diretoria de Inteligência da polícia, que passou um tempo recolhendo vídeos, fotos, denúncias e acompanhou a movimentação nas redes sociais, inclusive tentativas de repasse dos produtos através da internet. De acordo com o procurador-geral de Justiça, Agnaldo Fenelon, cada suspeito seria investigado e as condutas seriam individualizadas (G1, 2014m). Ele se empenhou

[160] Como a delegacia ficou lotada de produtos, cogitou-se fazer a devolução das mercadorias nas escolas públicas da cidade. Porém, me informou Lídia que a assessoria jurídica recomendou que isso não fosse feito, pois poderia trazer complicações judiciais.

pessoalmente na criminalização dos saqueadores, chegando a se reunir com João Lyra e a declarar seu desejo de que mesmo os que devolvessem os produtos fossem punidos.

Sobre o destino dos saqueadores o Diário de Pernambuco (BARACHO, 2015) revela que, após mais de um ano dos saques, 80 pessoas responderam judicialmente pelos furtos. Apenas em Abreu e Lima, a depender da fonte consultada, há menções que variam entre oito e quinze pessoas detidas na época. Os detidos foram aqueles autuados em flagrante ao serem encontrados com mercadorias saqueadas. É interessante que, assim como os próprios saqueadores eram "conhecidos, familiares e vizinhos", também muitas das denúncias vinham de pessoas próximas aos detidos. O que se percebe é que não houve apenas o apoio da população aos atos – como já pontuei anteriormente quando discuti as noções legitimadoras dos saques –, houve também uma ruptura nos laços de solidariedade entre os locais[161]. Após serem pegos pela polícia, os poucos detidos foram encaminhados para o Cotel. Já as pessoas que decidiram entregar as mercadorias na delegacia não foram presas em flagrante, como foi prometido pelo delegado. Uma liderança dos comerciantes locais confirmou que "até hoje não foram punidos" (entrevista Filipe, 21/08/2018).

Exploremos um pouco mais a criminalização dos saques, pois, como nos lembra Laclau (2013), a discussão sobre os distúrbios sempre esteve conectada com debates sobre sua criminalização[162]. A tipificação criminal a que foram submetidos os indiciados, em Abreu e Lima, variou entre furto (de um a quatro anos de reclusão), furto qualificado (dois a oito anos), roubo (quatro a 10 anos), receptação (um a quatro anos) e receptação qualificada (três a oito anos). Como aponta Silva (1999), quando lidamos com crimes, há duas ordens de legitimação que se sobrepõem: uma ordem institucional-legal – a forma como os saques são enquadrados pelo Estado – e outra cotidiana – os discursos de atores não-estatais. Com relação à segunda ordem já vimos que houve tanto esforços de legitimação quanto de deslegitimação dos saques, porém a primeira ordem foi unânime na tentativa de condenação. Isso significa que independentemente de como os agentes dos saques o significaram, o Estado

---

161 A respeito dessa quebra de confiança, perguntei a um lojista: "com relação a essa questão dos fregueses e dos conhecidos, depois como ficou essa relação dos fregueses com as lojas?" Ele me respondeu: "o que aconteceu foi que muitos não enfrentavam as pessoas de cabeça erguida".

162 No começo das discussões sobre multidão a criminalização esteve inclusive relacionada com perspectivas anatômicas e biológicas, influenciadas pela antropologia criminal de Lombroso: "No início da década de 1880, a escola criminológica positivista inspirada por Lombroso iniciou a publicação de sua própria revista, *Archivio di Psichiatria, Antropologia Criminale e Scienze Penali*, seguida mais tarde por *La Scuola Positiva nella Giurispurdenza Civile e Penale*. O principal tópico de discussão era a questão da responsabilidade penal dos criminosos das multidões. Scipio Sighele, um membro mais jovem e proeminente da escola, estabeleceu, em seu influente livro *La folla delinquente* [A multidão delinquente], de 1891, a distinção entre 'criminosos natos', organizados em torno de seitas de bandidos, cujas motivações criminosas possuem raízes antropológicas/biológicas, e 'criminosos ocasionais', levados a cometer ações criminosas por uma variedade de fatores ambientais" (LACLAU, 2013, p. 78).

se propôs a persegui-los. Algo interessante a ser apontado sobre esse processo é que, ao olharmos para a história dos saques no Nordeste brasileiro[163] (NEVES, 2000) é possível perceber que houve uma mudança importante na forma de criminalizá-los. Na ordem de legitimação institucional-legal, a categoria que enquadra os saqueadores mudou consideravelmente.

Nos saques que ocorriam na metade do século XX, a interpretação jurídica mais comum é a de que eram crimes multitudinários. Essa forma de tipificação apontava para o caráter coletivo da ação e para um tipo de roubo que tinha características atenuantes, pois estava relacionado com um problema social. A ordem cotidiana relacionava os saques à fome e, assim, eram menos um problema de polícia e mais de assistência aos necessitados. Porém, atualmente é incomum que sejam interpretados como crime multitudinário e a categoria jurídica mobilizada é a do roubo. O Estado se esforça para individualizar a criminalização e para retirar o estatuto político dos saques: agora são um problema principalmente policial. Concomitantemente há um enfraquecimento, na ordem cotidiana, do discurso legitimador que se baseava no argumento da necessidade dos saques por conta da fome. Sabe-se que o controle dos saques geralmente está acompanhado de um esforço coordenado da elite para deslegitimar politicamente os distúrbios (MORAN; WADDINGTON, 2016). Esses dois processos se retroalimentam: o caráter apolítico é construído com argumentos criminais e a criminalização está baseada na defesa de serem acontecimentos apolíticos. Nesse caso, fica claro o caráter performativo dos discursos criminalizadores, ou seja, para além de seu conteúdo, sua própria existência já se coloca como um ato de controle. Essas mudanças apontam para uma tendência de despolitização e individualização nos processos de criminalização dos saques no Brasil.

---

[163] Vejamos uma breve história dessa ação coletiva violenta no Nordeste. O Brasil tem uma longa história de saques que remontam ao final do século XIX. Na região Nordeste, à qual sabemos que Abreu e Lima pertence, até o final da década de 1980 eles estavam relacionados principalmente aos problemas da seca. Tradicionalmente as soluções encontradas para a seca se davam de duas formas principais: ação direta e ação organizada por instituições de representação de trabalhadores rurais. Relacionados à primeira forma, os saques estavam presentes nas principais secas que assolaram a região nos últimos dois séculos. Diniz (1986) faz uma periodização histórica que localiza duas fases principais dos saques que são diferenciadas por dois tipos de processo que têm em comum o caráter de ação direta. Essa periodização não deve ser lida com muito rigor porque houve intersecções nos períodos demarcados, porém serve de parâmetro para a identificação de mudanças na forma de praticar os saques. A primeira fase durou entre 1877 e 1930 e eram saques praticados por pequenos grupos armados que ficaram conhecidos pelo termo "cangaceiros". Já na segunda, que durou entre 1930 e 1980, os saques assumiram um caráter multitudinário e neles participavam grupos extensos da população rural. Uma constante verificada no século XX, principalmente até o final da década de 1970, é o temor que cidades fossem invadidas pelos afetados nas secas. Isso era exposto nos jornais e chegou efetivamente a acontecer em diversos casos. Em Pernambuco, por exemplo, foram registrados casos de saques em Flores, Serra Talhada, Ingazeira e Triunfo na seca de 1958. Eram momentos que o campo ocupava a cidade em busca principalmente de meios de subsistência.

Com relação à reação dos abreu-limenses aos saques, ocorreram duas iniciativas principais para reestabelecer moralmente a imagem da cidade. A primeira ocorreu no dia 20 de maio, quando cerca de 100 jovens saíram da Igreja Matriz de São José para orar pelas ruas de Abreu e Lima. Organizada pelo grupo católico Espírito Jovem, eles enfeitaram as lojas saqueadas com 2,5 mil corações de papel, nos quais havia frases bíblicas, pedidos de paz e a hashtag #aquibateumcoração. Segundo os participantes o objetivo era mostrar que nem todos os habitantes do local concordavam com os recentes saques e arrastões que tomaram conta das ruas durante a greve da Polícia Militar (CORAÇÕES…, 2014).

Figura 7 – Campanha #aquibateumcoração.

Fonte: “MENSAGENS...” (2014)

A segunda iniciativa foi um ato realizado no domingo, 25 de maio, na Praça São José no centro da cidade. Esse ato foi organizado conjuntamente pela Câmara dos Dirigentes Lojistas, a prefeitura, a câmara dos vereadores, associações de moradores e diversas esferas da sociedade civil organizada. A proposta era “‘mostrar que os abreu-limenses não concordam com o vandalismo, com os saques. Somos um povo tranquilo’, disse Elisabete Dino, diretora de uma escola da rede estadual e uma das organizadoras do ato” (UMA…, 2014, p. 12). Dois dias antes do ato, a prefeitura emitiu uma declaração em seu Facebook, na qual dizia que

> A Prefeitura de Abreu e Lima, no Grande Recife, aderiu ao movimento que quer virar a triste página da história recente da cidade. Os atos de vandalismo e saques

> que ocorreram nos dias 14 e 15 deste mês, durante a greve dos policiais militares, abalaram a vida dos moradores, mas não o amor que sentem pela cidade. Neste domingo, 25, um movimento popular "Tenho Orgulho de Ser Abreu-limense, Sou Cidadão", promete atrair os munícipes para Praça São José, no centro da cidade. A prefeitura apoia o evento, com concentração a partir das 9 horas, e lança uma campanha de autoestima: "Sou Abreu e Lima, Sou do Bem", numa clara confirmação que foi uma minoria (e até de fora) os que participaram dos atos de vandalismo e saques.

No domingo, cerca de mil pessoas foram vestidas de branco às ruas da cidade. Falavam em recuperar a imagem da cidade e na não representatividade dos que saquearam. Além dos organizadores, o ato contou com a participação de dez escolas públicas e privadas, igrejas católicas e evangélicas, comerciantes e movimentos sociais, com apoio da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e do Ministério Público de Pernambuco (MPPE).

O ato começou com uma apresentação da banda marcial da Escola Polivalente de Abreu e Lima. Depois, aconteceu a leitura do manifesto 'Nossa cidade de volta'[164], que comparava a iniciativa dos abreu-limenses a iniciativas realizadas em Londres depois das revoltas de 2011. O manifesto defendia que a devolução dos produtos saqueados não basta. Um trecho dele dizia: "essa ação é pautada pela reivindicação da garantia de direitos econômicos, sociais e culturais. Acreditamos, portanto, que é possível integrar iniciativas no campo da educação, cultura e segurança cidadã, sem criminalizar a pobreza, que ainda atinge a maioria da população" (UMA…, 2014, p. 12). Depois da leitura do manifesto, ocorreu um rápido culto ecumênico, uma caminhada pelos dois principais corredores de comércio do centro da cidade e terminou com uma roda de ciranda na praça, organizada pelo grupo As Filhas de Baracho, cirandeiras naturais de Abreu e Lima e descendentes do mestre Baracho. Durante a manifestação, a secretária de Educação anunciou que implantaria um programa nas escolas sobre a importância de cultivar a cidadania.

Nas declarações recolhidas nesse domingo, vemos que o processo de estigmatização dos moradores da cidade já havia começado e que eles tentavam reagir a isso. Havia claramente a tentativa de estabelecimento de fronteiras discursivas entre os cidadãos abreu-limenses e os saqueadores: "uma minoria que participou dos atos de vandalismo e dos saques não representa todo um município. Ainda mais porque somos considerados a cidade mais evangelizada do Brasil, inclusive o prefeito é pastor. Isso não condiz com o nosso comportamento", afirmou Marcos Aurélio, o vice-presidente da Câmara de Vereadores do município (UMA…, 2014, p. 12). O prefeito Pastor Marcos disse: "aqui tem gente decente. Soube que muitos sequer eram daqui. Algumas pessoas de Abreu e Lima viram e se

[164] O movimento #nossacidadedevolta fez camisas da campanha, vendidas por R$10,00, e uma página no Facebook para veicular seus adeptos. Porém teve uma vida curta, sendo o ato de domingo sua principal ação pública.

empolgaram. O povo daqui não é marginal" (EM BUSCA, 2014, p. 4). Amélia Salviano também reforçou esse processo ao dizer que o evento seria "uma tentativa de limpar a imagem da cidade" (UMA…, 2014, p. 12). É interessante notarmos que a disputa que surge no momento posterior aos saques de quem seriam os verdadeiros abreu-limenses é uma disputa pela constituição de qual parte do povo que se identifica com o todo (LACLAU, 2013). Para as lideranças que se reuniram no domingo, essa parte não poderia ser os saqueadores, teriam que reforjá-la e o ato é um dos fenômenos que compõem esse processo. A busca era por construir uma cadeia de equivalências que tornasse hegemônica a ordem por eles consideradas a legítima, ordem que nada teria a ver com os saques. Dessa maneira, vemos a articulação de distintos sujeitos que nem sempre coadunam, mas que naquele momento buscavam um consenso que garantisse a supressão do que consideravam ser uma anomia. Como aponta Laclau (2013), ao pensar nas cadeias de equivalência, a definição de fronteiras é constituinte do processo de constituição de uma hegemonia. Sendo o social uma relação de múltiplas diferenças que necessitam de um externo à qual essas diferenças igualmente se opõem para que a totalização ocorra – ainda que de maneira precária e provisória – podemos pensar o quanto o acontecimento aqui analisado serviu para a reconstituição de uma hegemonia em Abreu e Lima.

É necessário, entretanto, que pensemos esse processo para além das questões identitárias, pois a propriedade foi um fator crucial do processo que ocorreu em Abreu e Lima. Concordo com Devenney (2011; 2020) de que a propriedade, o apropriado e o próprio são centrais para as ordens hegemônicas. Devenney parte da noção de hegemonia formulada por Laclau e Mouffe (2001), no sentido de uma articulação provisória e parcial das relações sociais entendidas como antagônicas. Porém ele discorda e critica os autores quanto ao caráter quase de exclusividade que atribuem às identidades políticas nesse processo, preferindo retomar a importância da propriedade para as disputas hegemônicas. Dessa maneira, para além das identificações políticas e das articulações de demandas que Laclau e Mouffe colocam como centrais para a constituição de hegemonias, elas também estão baseadas em "relações de propriedade e do apropriado, o policiamento dos limites próprios de uma formação social, as ordens logísticas anônimas que colam essas relações e a articulação legal de direitos, liberdades e posições subjetivas" (DEVENNEY, 2020, p. 17). Ao contrário dos muitos esforços teóricos de justificação moral e ontológica da propriedade que remontam ao caso paradigmático de Locke, Devenney parte da percepção de que toda propriedade é contingente e política. É, portanto, sempre um processo de disputa, pois qualquer tipo de propriedade requer sempre justificações que são alvo de contestações. As propriedades são

históricas e, como tal, assumem distintas formas em diferentes contextos. Como seu enfoque pós-fundacional já anuncia, Devenney não defende uma forma apropriada de propriedade, pois sempre é fruto de relações sociopolíticas contingentes: "se o social não é uma estrutura fechada, definida por uma essência subjacente, então não há propriedade original, nenhuma estrutura original que mais tarde adquira forma jurídica. Pelo contrário, a propriedade é performativamente refeita em contextos específicos" (DEVENNEY, 2020, p. 17).

Dessa maneira, a propriedade não é entendida como um objeto ou uma coisa possuída por uma pessoa legal, mas como uma série de relações sobredeterminadas – que incluem articulações políticas, econômicas e legais[165] – que demarcam e ordenam o espaço, o tempo e a subjetividade através de cercamentos. Estamos, portanto, necessariamente lidando com processos de formação de hegemonias, em meio aos quais a propriedade estabelece uma série de relações e contribui para definir aquilo que é apropriado e o que é inapropriado. Como a propriedade e a determinação daquilo que seria "próprio" ao ser estão intimamente articulados, há um processo de subjetivação em jogo que vai para além das identidades e está relacionado com relações de inclusão e exclusão dos sujeitos. Assim, as propriedades, em qualquer maneira que se manifestem, dependem necessariamente de um cercamento, do estabelecimento de limites entre o que está excluído e o que está incluído[166].

O autor chama de "ordens proprietárias" justamente a articulação dessa definição das formas apropriadas de propriedade com a distribuição de recursos. Há, portanto, uma articulação entre os aspectos mais estritamente econômicos e a definição de formas apropriadas de comportamento e subjetividade. Essa articulação também incentiva a conformação de desigualdades, algo que está articulado ao fato das propriedade estarem sempre baseadas em exclusões que implicam em um recurso explícito ou implícito à violência. Segundo Devenney (2020, p. 12), "a violência assombra todas as formas de propriedade privada". Nesse sentido, estamos ecoando o que Marx e Weber propõem, apesar de utilizarem outros termos, de que a legitimação de uma ordem proprietária só é possível

---

[165] Acerca disso, o autor faz um importante esclarecimento que critica formulações economicistas ou legalistas e sai em defesa de um olhar mais complexo para a propriedade: "o enquadramento jurídico e político é intrínseco à própria noção de propriedade e não apenas reflete uma outra realidade. A propriedade não existe, a menos que seja articulada, garantida e protegida por violência legal. Eles são constitutivos de qualquer regime de propriedade. A articulação legal da propriedade é central para as formas de produção capitalista e outras – e suas valências são superdeterminadas por esses complexos. A propriedade esconde qualquer distinção grosseira entre econômica e política. Essa ambiguidade já indica a possibilidade de pensar o capitalismo sem recorrer à ideia de que há uma realidade econômica última na ordem social" (DEVENNEY, 2020, p. 10).

[166] Processo que há muito é discutido na sociologia. Basta relembrarmos o debate clássico de Marx (2013) sobre a acumulação primitiva e os subsequentes debates entre marxistas sobre a continuidade desse processo em toda história do capitalismo.

graças à violência e estão articuladas à legitimação de determinadas violências[167]. Propriedade é uma performatividade violenta.

Já explicitado como entendo a relação entre hegemonia e propriedade, posso defender que a reconstituição do apropriado se dá nessa articulação de processos diversos acima analisados: a devolução de mercadorias e as influências exercidas pelas famílias, igrejas e mídia, a reconstituição do comércio local, as campanhas de "revalorização" da cidade, a estigmatização dos moradores e os sentimentos que mediam a relação com o acontecimento. A propriedade como relação desigual e violenta de cercamento, que ordena o espaço e o tempo, voltava as suas formas mais usuais e com ela se retomava o que é apropriado para a hegemonia local. Espero ter deixado claro, assim, os motivos dos saques serem alvos de tamanha deslegitimação – algo que desenvolverei ainda mais nas considerações finais –, pois, independente dos seus efeitos e de suas múltiplas facetas, em alguns momentos, eles colocaram em suspensão a propriedade como usualmente ela se manifesta em Abreu e Lima. As políticas impróprias, para Devenney, seriam aquelas que rompem com esse limite e desestabilizam o regime de propriedade. Se uma "política imprópria" busca abordar o questionamento daquilo definido politicamente como apropriado pelos regimes de propriedade, não é porque esteja baseada em algum a priori que define o que a propriedade deva realmente ser – comunal, coletiva ou outra. Em outras palavras, o impróprio é a negação do próprio e não a afirmação de um outro próprio. Não é, pois, o caso de realizar uma mera inversão moral entre um próprio mau e um impróprio bom, mas de perceber, como tenho feito, as continuidades e rupturas desses saques com o cotidiano (violento) da propriedade.

Em resumo, vimos nesse capítulo que o dia 15 de maio foi o de maior disrupção durante a ausência nas ruas dos policiais militares. Houve um aumento no registro de ocorrências criminais e o funcionamento cotidiano do comércio foi suspenso. Fora de Abreu e Lima, duas regiões se destacaram em ocorrências criminais: os muitos saques foram registrados no bairro de Cavaleiro em Jaboatão dos Guararapes e o quebra-quebra de prédios da administração pública em Toritama. É um dia também de continuidade dos boatos e de ação das Forças Armadas para coibir as ocorrências criminais e o protesto de trabalhadores de Suape. A atuação do Exército nas ruas do estado seguiria, com uma breve interrupção de quatro dias, até o final da Copa do Mundo, algo consoante à crescente militarização da gestão da vida em sociedade. Com o fim da greve, os policiais militares viram frustradas as expectativas de aumento salarial imediato. Alguns candidatos militares surgiram após a greve,

[167] Também Benjamin (2013) já ressaltou que existe sempre uma disputa pela própria legitimação, o que nos serve para questionar as distinções muito assertivas entre uma violência legítima (a propriedade) e outra ilegítima (os saques).

sendo Joel da Harpa o mais bem-sucedido. Acerca do comércio, nunca foi realizado um balanço definitivo do prejuízo, porém é possível afirmar que, apesar da perda de grande parte do estoque, a maioria das lojas conseguiu retomar seu funcionamento normal. Ainda assim, o comércio se decepcionou com a não concretização de suas demandas de reparação feitas ao governo estadual. Com uma comparação com as greves policiais anteriores, vimos que uma característica distintiva do ocorrido na greve de 2014 em Pernambuco é a ocorrência e amplitude dos saques, particularmente na cidade de Abreu e Lima. Sobre a sedimentação do social em Abreu e Lima, vimos também que a criminalização dos saqueadores privilegiou uma abordagem individualista, porém os processos não foram levados adiante. A devolução de mercadorias foi um fenômeno singular e importante para a cidade, porém sua influência esteve relacionada muito mais à defesa do que é apropriado do que no reestabelecimento do comércio. Por fim, veremos a seguir algo ainda relacionado à defesa do apropriado: o importante papel desempenhado pela mídia nesse processo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessas considerações finais, criticarei a forma como os saques foram retratados nos jornais e nos discursos dos "especialistas" por eles entrevistados. Apontarei características essencialistas e sociais encontradas nesses discursos. Depois focarei na demofobia presente em parte dessas análises que ainda se valem de ideias como "instinto", "irracionalidade" e "animalidade" que remetem ao início das teorias sobre multidões, em especial, a Le Bon. Depois apontarei o pressuposto não problematizado dessas análises que é a propriedade privada. Para isso recorrei novamente ao debate proposto por Devenney acerca da propriedade e dos sujeitos apropriados. Acerca da relação dos sujeitos com as mercadorias saqueadas, questão comumente elencada para deslegitimá-los, será explorada a articulação dos saques com outras formas de "consumo" contemporâneas. Em seguida, defenderei nomear como acontecimento aquilo que ocorreu em Abreu e Lima, recorrendo ao debate sobre deslocamento do social proposto por Laclau. Por fim, sistematizarei as análises expostas ao longo de todos os capítulos para demonstrar as múltiplas facetas dos saques na greve da Polícia Militar. Acredito que com isso é possível avançar para além de uma mera condenação ou apologia dos saques e apresentá-los criticamente. Dessa maneira, as articulações realizadas revelam aspectos importantes dos saques e permitem uma crítica dos processos sociais nos quais eles estão imersos.

6.1 Interpretações dos saques: uma crítica da demofobia a partir da crítica da propriedade privada

Muitos foram os comentadores e os "especialistas"[168] que foram procurados pelos jornais para darem explicações acerca do enigma dos saques em Abreu e Lima. As explicações não são convergentes, porém a maioria partia da condenação prévia dessas ações para só então construir suas explicações. Sendo errado saquear, eles se questionaram principalmente qual a causa desse erro, prestando atenção principalmente ao que supunham ser as motivações de cunho individual e social e, em menor grau, quando mencionaram a forma como os saques ocorreram, priorizaram a questão dos produtos saqueados. Com algumas exceções, a maioria converge na construção de um discurso criminalizador que pode ser interpretado como mais uma ação posterior aos saques que tinham como objetivo a

[168] Uso a palavra especialistas de maneira aspeada para ressaltar que esse conjunto bastante heterogêneo de comentadores, apesar de se valerem de um discurso de autoridade acadêmica, não eram propriamente pesquisadores de saques nem tampouco tiveram tempo para realizar análises mais bem embasadas. Dentre eles há uma formação disciplinar variada, dentre os identificados estão: sociólogos, comunicólogos, cientistas políticos, economistas, filósofos, juristas e psiquiatras.

reestruturação do apropriado na cidade. Apresentarei agora aspectos importantes desses discursos, que são muitas vezes repetitivos[169].

Em linhas gerais, é possível afirmar que muitos deles articulam ambivalências em seus esforços de deslegitimação dos saques. Os saques teriam sido "vandalismos" que não teriam o "álibi da miséria e da fome" praticados por sujeitos sem "discernimento moral" que se aproveitaram de uma oportunidade surgida na ausência policial. É possível apontar que há uma articulação entre explicações, por um lado, essencialistas e deterministas que veem o saque como fruto de uma "essência ambiciosa, egoísta e invejosa" e, por outro lado, outras mais sociais e conjunturais que apontam como causa uma situação propícia. Porém elas não se anulam, pois é comum que venham em uma mesma fala por mais que nem sempre haja uma explicação precisa para como elas se articulam. Quando vemos a passagem da essência para a contingência ser explicada, eles recorrem a um argumento psíquico do porque essa essência ambiciosa não se manifesta cotidianamente: existiriam "freios de inibição" cotidianos que impedem a ocorrência rotineira de um "vandalismo por índole". Completando esse cenário, há os que apontam como essa essência é animalesca e primitiva, sendo inclusive os saqueadores chamados de "horda" que deveria ser "caçada" posteriormente.

Vejamos mais de perto alguns dos discursos veiculados. O editorial publicado no Jornal do Commercio no dia 16 de maio (ABREU…, 2014a) utiliza as analogias mais comuns feitas com o acontecimento e chama o que ocorreu em Abreu e Lima de "guerra" e "caos". Disso podemos apreender que é interpretado como um fenômeno singular e que põe em suspensão a sociabilidade usual na cidade. Porém, logo após, fala da naturalidade com que foram cometidos os saques, remetendo ao caráter corriqueiro do ocorrido. O discernimento moral da população teria desaparecido naquilo que é chamado de um dos "piores momentos da história pernambucana". Teria sido "um dia de terror e vergonha", no qual ocorreu um "ataque de massas livres de freios de inibição". Ainda sobre as analogias, outro editorial do mesmo dia, dessa vez da Folha de Pernambuco (GREVE…, 2014b) reforça as comparações com um estado anômico: o acontecimento é chamado de "guerra civil" e de "terra sem lei".

Identifiquei também que um recurso retórico e argumentativo comumente utilizado foi o de retirar o estatuto de humano dos saqueadores. O melhor exemplo disso é uma matéria intitulada "O bicho chamado homem", na qual o colunista Jorge Cavalcanti (2014a) afirma que os roubos foram por diversão e não por necessidade. "Vi de perto dezenas de bichos-

[169] Com relação a cobertura jornalística dos saques, identifiquei que uma estratégia muito usada pelos jornais foi de repetição de dados e discursos. Uma ilustração disso é o Jornal do Commercio que dedicou quase todo o caderno "Cidades" para o acontecimento por dois dias seguidos: 16 e 17. As matérias foram construídas com a repetição de informações, com o interessante caso de um mesmo trecho aparecer no mesmo dia em três lugares distintos.

homens ontem. O sorriso estampado nos rostos foi, de longe, o mais intrigante. Além de crianças, idosos, donas de casa, trabalhadores. Todos extasiados com a onda de saques. Por livre, espontânea e constrangedora vontade. Sem o álibi da miséria ou da fome" (CAVALCANTI, 2014a, p. 10). Segundo o autor, aqueles indivíduos "são incapazes de traçar diferenças entre um pacote de papel higiênico e um televisor de última geração. Tudo pode e deve ser alvo de saque. O argumento de que o preço do rolo do papel não compensa o risco do delito soa idiota. Bichos-homens não pensam, apenas reagem" (CAVALCANTI, 2014a, p. 10). "Ontem, os homens-bichos não estavam ameaçados. Eram a própria ameaça, apesar da integridade da visão. Enxergavam tudo com perfeição. Mas só viam o que podia ser saqueado" (CAVALCANTI, 2014a, p. 10).

Desenvolvendo seus argumentos em outro texto, o mesmo Jorge Cavalcanti nega o paralelo com uma famosa interpretação de Bauman (2011) de que os saques na Inglaterra seriam fruto de um motim de consumidores excluídos. "Tudo foi furtado. Até caixas de fósforos e rolos de papel higiênico, enfraquecendo a tese da exclusão do consumo. Algo inédito no estado, a onda de saques deve ser compreendida dentro da imensidão do ser humano. Mas não endossada, sob pena de afrouxarmos parâmetros e conceitos valiosos" (CAVALCANTI, 2014b, p. 2). Rebatendo a possibilidade de uma legitimação dos saques a partir de argumentos que apontem a desigualdade social, o comentador apelou para a "imensidão do ser humano". Em tom consoante, outro colunista, Robson Sampaio, reforça o apelo punitivo baseado na negação da articulação dos saques com a questão da desigualdade: "a exemplo da turma dos direitos humanos, que adora defender bandidos, já tem gente justificando os saques, na greve dos PMs, como sendo um problema de pobreza. Fome não tem nada a ver com roubos de eletrodomésticos, celulares e televisões" (SAMPAIO, 2014b, p. 2). Ele vai além e, em outro texto, culpa os esforços de compreensão e de proteção dos direitos humanos pelos crimes, pois esses reforçariam a impunidade que "assola, há anos, este País", contribuindo com uma "justiça lenta" que é "uma vergonha para quem tem vergonha" (SAMPAIO, 2014a, p. 8).

Há também aqueles que se valiam de uma perspectiva mais social, porém geralmente não apartada de referências essencialistas e deterministas. Neles encontramos argumentos que remetem a um contexto político e econômico que favoreceria a "falta de coesão social" e a "insatisfação social". O quão imbricados estão os argumentos sociais e essencialistas pode ser percebido no defendido pelo cientista político Juliano Domingues, que disse que as cenas de saques e furtos remetem ao debate sobre a fundação do Estado e sobre a imposição de seu poder de coerção. "Parte importante da filosofia e da teoria políticas sugere que o ser humano

é, em sua essência, ambicioso, egoísta e invejoso. A ausência do poder controlador do Estado nos levaria, inevitavelmente, a uma guerra de todos contra todos" (O PACTO, 2014, p. 3). Para ele é necessário que o Estado seja eficiente na vigilância e repressão, para que reforce valores e crenças que sejam compartilhados socialmente e benéficos para a coletividade. Ao mesmo tempo, a sociedade teria que confiar nas suas instituições coercitivas. "Com o passar do tempo, imagina-se, esses valores e crenças são internalizados e a vigilância passa a se tornar menos necessária. Ou seja, a ocasião não fará o ladrão, porque haverá crenças, valores e coerção a desestimular o comportamento criminoso" (O PACTO, 2014, p. 3). A ideia de um atraso civilizatório e da necessidade de um Estado forte e controlador é partilhada pelo comunicólogo Daniel Meirinho que defende que "a sociedade precisa do poder da vigilância para ela se sentir estável, controlada. Quando isso se quebra, rompe também com a estabilidade e a sociedade entra em caos" (O PACTO, 2014, p. 3).

Em uma linha de raciocínio também social, Patrícia Bandeira de Mello defendeu ter sido um determinado contexto que estimulou a conduta criminosa. Segundo a socióloga, "o clima de pânico favorece o tumulto e a ação invisível, pois não dá para identificar quem praticou os saques". Além disso ela ressaltou que essa conduta delituosa também é decorrente da ausência de valores. "O cidadão comum que, neste momento, saqueia é o mesmo que comete outros crimes se tiver oportunidade. Que recebe um troco a mais em uma loja e não devolve'" (DE CIDADÃO, 2014, p. 11). Por fim, ela remete a um argumento importante para esses discursos: o dos saques terem sido motivados por uma sede de consumo não saciada. Em contraposição aos que viram "homens-bichos" se deleitando com a satisfação de seus instintos, outra comentadora, Patrícia Raposo, reforça o argumento da imposição social de vontades de consumo não atendidas: "talvez sejam pessoas sem esperança vivendo numa sociedade consumista, que faz as necessidades do homem se multiplicar. O que vimos foi uma vingança alienada de pessoas tentando recuperar o que nunca perderam, pois nunca tiveram" (RAPOSO, 2014, p. 3). Valendo-se também da questão do consumismo e adicionando o apelo a valores conservadores, o economista Jorge Jatobá afirma que as causas foram "a desagregação da família, a presença cada vez mais rarefeita dos princípios religiosos da solidariedade e da compaixão, o mal exemplo das elites econômicas, governantes e políticos, o estímulo desenfreado ao consumo e individualismo, a crença na impunidade e a pouca confiança nas instituições" (JATOBÁ, 2014, p. 13).

O que se percebe é que as explicações mais sociais, que remetem ao consumo, estão atreladas a uma percepção da desigualdade vigente na sociedade brasileira. O sociólogo Nadilson Silva afirmou que "vivemos numa sociedade extremamente excludente. O que a

polícia faz é uma política de contenção, não é segurança pública. E quando há qualquer tipo de enfraquecimento desse controle, as pessoas que se sentem oprimidas, extravasam, como uma válvula de escape" (LEÃO, 2014, p. 3). Como pode-se perceber há uma articulação entre um contexto desigual e impulsos individuais não controlados. Porém, ele vê ainda outro fator importante para a explicação: "a raiz do problema está nos maus exemplos das elites políticas e empresariais, que banalizaram a ausência de ética. Em uma situação específica como aquela, até mesmo indivíduos moralmente éticos são anulados pelo ímpeto coletivo" (LEÃO, 2014, p. 3). Ele não é o único que vê a origem dos saques nessa conjunção entre política institucional antiética e consumismo. Para Diego Carreiro, professor de cidadania, essas ações estão relacionadas com um "desvio ético" ligado à cultura do consumo. Porém, além disso, segundo ele, "o Brasil é o país que paga mais imposto e tem o menor retorno em termos de serviços prestados à população. Se o governo não está preocupado com eles, por que estariam preocupados com o governo? A insatisfação com a política está de tal forma, que em qualquer brecha você recorre à violência" (LEÃO, 2014, p. 3). Já a economista Tatiane de Menezes descarta as questões relacionadas ao consumo e cita somente o mau exemplo da política brasileira neopatrimonial como responsável por criar cidadãos sem "consideração a valores morais". "Você vê políticos eleitos que colocam interesses pessoais contra o coletivo. Não é diferente do que aconteceu. Uma coisa é ter vontade de consumir, outra é tirar um objeto de uma loja só porque se está num ambiente de permissividade. Estamos vivendo numa sociedade em que o roubo não é visto como algo errado" (LEÃO, 2014, p. 3).

Alguns apontam, ainda, a constituição de uma multidão como fator relevante, o que novamente nos remete a uma associação entre essencialismo e contingência. Homero Ribeiro, especialista em direito penal, defende que a multidão atenua os freios morais (LEÃO, 2014, p. 3). Acerca disso, o psiquiatra Miguel Chalhoub afirmou que esses atos ocorrem

> quando nós temos a garantia do anonimato. A gente pode fazer uma coisa que nunca vai ser descoberta, aí realmente tem que ter uma regra moral muito forte pra que ele não faça. Se a pessoa não tiver uma formação ética e moral muito grande, se ela puder contar com o anonimato, ela vai infringir a lei de alguma forma. Outra, importante, é agir em multidão, porque isso tira a responsabilidade, ninguém é responsável por nada, foi uma manada, foi um bando que agiu (G1, 2014g).

Em um tom similar, Palhares Moreira Reis (2014), professor de direito, explicou os saques a partir das ideias de imitação e irracionalidade que acometeriam os indivíduos em uma situação de multidão.

Por fim, vale retomar quão diversificados são esses argumentos que mesmo sendo ambivalentes convergem em um ponto: a deslegitimação dos saques. O editorial da Folha de Pernambuco do dia 20 de maio (SAQUES…, 2014a) afirmou que "vivemos uma situação de

grave crise social e de difícil solução". As causas elencadas para os saques foram: precariedade na educação, conduta criminosa dos ricos que dariam um mau exemplo, um grau extremo de pobreza de uma parcela da população, a natureza humana (que seria de seres ambiciosos pelo consumo) e a intensa urbanização que não foi acompanhada por uma qualidade dos serviços na periferia.

Espero que o que já expus do encontrado empiricamente sirva de contraponto para a maioria dessas interpretações. Com relação às perspectivas mais sociais, apresentei dados que refutam muitas das declarações feitas e que serão sistematizados uma última vez no término dessas considerações finais. Apenas para elencar alguns exemplos, ao contrário do que apontam os comentadores, lembremos que já defendi a capacidade de seletividade das lojas saqueadas e a participação de sujeitos que não tinham um histórico de práticas criminais. Porém, em vez de me engajar em um debate ponto a ponto com os comentários, gostaria de retomar as formulações de Le Bon (2016) acerca da "psicologia da multidão" para explicitar que esses discursos comprovam quão resilientes são suas ideias. O que percebo é que o discurso público sobre distúrbios e saques ainda carrega muitos traços importantes desse pensador francês do final do século XIX, como a associação desses fenômenos com a multidão, a imitação, o impulso, a irracionalidade, o anonimato, o decaimento ético e o caráter animal ou primitivo dos participantes. Em resumo, partilham a demofobia. Apesar de algumas discordâncias que serão apontadas, é particularmente interessante que as perspectivas lebonianas perpassam até os "especialistas" com formação em ciências humanas mesmo depois de um século de teorias dos movimentos sociais e da ação coletiva que se propuseram a criticá-las e complexificá-las (LACLAU, 2013). É por perceber que ainda não negamos Le Bon[170], que o retomo detalhadamente.

Escrevendo em 1895, o autor defende em seu principal livro "Psicologia das Multidões" que a alma de um povo é o conjunto de características partilhadas impostas pelo meio e pela hereditariedade. Esses traços "raciais" são de origem ancestral e, por isso, são bastante estáveis. A alma de um povo tem prioritariamente traços culturais, pois, segundo o autor, os sentimentos dos povos (as opiniões, concepções e crenças) seriam os determinantes principais de suas formas de organização. Porém há momentos em que a alma do povo entra em suspensão: quando há uma reunião de pessoas em uma multidão. Apesar de sempre ter tido papel importante na história, Le Bon argumenta que sua época seria a que as multidões seriam ainda mais importantes, por isso a chama de "a era das multidões". Ele era mais um

[170] Outros autores importantes da época, como Tarde e Sighele, compartilharam o interesse de Le Bon pela multidão. Centro-me em Le Bon por sua influência nos estudos posteriores da ação coletiva, porém, para uma distinção entre esses autores, recomendo Aguiar (2013) e Munhoz (2004).

dos muitos autores que tentava lidar com as amplas transformações que ocorriam em seu período, interpretando-o, em seu caso, como o anárquico processo de nascimento da "Idade Moderna". Apesar de reconhecer a impossibilidade de predeterminar o que viria a ser esse novo tempo, o autor prevê que uma característica central seria o papel desempenhado pelas multidões, que começavam a influenciar decisivamente no destino das nações[171]. O poder das multidões estava baseado em sua capacidade de gerar novos sentimentos[172] que reverberavam em ações e organizações próprias, algo que, nas previsões do autor, viriam a substituir o velho direito divino dos reis pelo "direito divino das multidões" (LE BON, 2016, p. 22).

Le Bon define uma multidão não como uma aglomeração qualquer de pessoas e reserva o termo para somente aquelas aglomerações que geram características novas nas pessoas envolvidas. Como vimos, o aspecto transformador das multidões é um argumento partilhado pelos comentadores dos saques em Abreu e Lima e do qual não discordo completamente. Parece-me evidente que muito se transforma nesses momentos, porém, discordo da defesa leboniana de uma ruptura completa. Para ele, nessas aglomerações há um processo duplo de apagamento das características individuais e de uniformização das novas características coletivas. Além disso, ainda preocupado com a definição do termo, ele afirma que as pessoas não precisam estar em interações face a face – pode haver multidões à distância – e não há uma determinação quantitativa da multidão, pois "em certas horas da história, meia dúzia de homens podem constituir uma multidão psicológica, ao passo que centenas de indivíduos reunidos acidentalmente podem não constituí-la" (LE BON, 2016, p. 30).

As multidões podem ter características gerais determináveis – ainda que provisórias – e características particulares[173]. O que ele chama de "lei da unidade mental" (LE BON, 2016, p. 29) são as características comuns determináveis que aparecem somente no estágio final de organização das multidões[174]. A primeira característica apontada é a já mencionada

---

171 Hobsbawm (1977) retrata bem como, desde a Primavera dos Povos de 1848, há na Europa uma inserção de um importante ator na esfera pública que não poderia mais ser ignorado: os trabalhadores. A possibilidade desses sujeitos atuarem na política foi uma mudança importante da época, para a qual a elite tentava dar respostas e estabelecer novas formas de controle. Nas palavras do próprio Le Bon: "a chegada das classes populares à vida política, sua progressiva transformação em classes dirigentes é uma das características mais chamativas de nossa época de transição" (LE BON, 2016, p. 21).

172 Há em Le Bon uma ambiguidade frente a capacidade das multidões de construir novas ordens. Em alguns momentos, ele atribui às multidões essa faculdade, porém, em outros, apenas a aristocracia intelectual teria essa capacidade, restando à multidão apenas o papel de criar desordens em civilizações já em processo de deterioração.

173 A partir das características particulares, Le Bon propõe a possibilidade de uma classificação das multidões. Não lidarei com essa classificação que desvia muito do que aqui nos interessa.

174 O autor afirma que há muitos estágios na formação de uma multidão, mas que não é capaz de analisá-los em seu estudo e por isso se restringe a esse "estágio final". O que não tem a conotação de um tipo ideal, mas sim de uma possibilidade empírica que ocorreria comumente.

homogeneização do heterogêneo que acontece nesses momentos, algo que o autor denomina como formação de uma alma coletiva. Essa alma coletiva não é a mera soma ou média dos elementos isolados, mas a criação de "um novo corpo dotado de propriedades diferentes daquelas dos corpos que serviram para constituí-lo" (LE BON, 2016, p. 33). Para o autor, identificar essa mudança seria fácil, porém seria difícil constatar suas causas.

Para esboçar uma resposta quanto a causalidade, Le Bon recorre primeiro ao debate psicológico acerca do inconsciente, pois, assim como no indivíduo, na multidão muitas das causas de suas ações não seriam construídas e percebidas conscientemente por seus sujeitos. Outra causa elencada é o sentimento de onipotência que surge nos indivíduos quando estão aglomerados, algo que se exacerba quando as multidões são anônimas. Sobre isso defende que a certeza de impunidade aumenta quanto maior for o número de indivíduos na multidão. Nas multidões anônimas, como as de rua, o sentimento de responsabilidade seria nulo – o que também está, por exemplo, na fala de Jatobá acerca dos saqueadores em Abreu e Lima. A terceira causa é o contágio mental que ocorre e que faz com que as pessoas sacrifiquem seus interesses pessoais. A explicação do fato de todos os atos em uma multidão serem contagiosos, é sua associação com os fenômenos de ordem hipnótica – entretanto, sem recorrer à hipnose, vemos o argumento do contágio no comentário de Reis. A quarta causa é a considerada a mais importante e é a sugestionabilidade, que seria um estado de paralisia da atividade cerebral, no qual qualquer sugestão é capaz de levar os indivíduos a atos impetuosos. É interessante notarmos que o que é visto como causa pelo autor é justamente o que ele aponta como as características principais da multidão. Há uma inconsistência em suas formulações que apontam para a tautologia da forma de manifestação da multidão que é, ao mesmo tempo, causa da multidão.

Porém, nos importa menos as inconsistências de seu argumento e mais a sua descrição do fenômeno, por isso a desenvolvo um pouco mais. Le Bon tem como ponto central do seu argumento a contraposição da irracionalidade da multidão à racionalidade do indivíduo. Nas multidões haveria a partilha da mediocridade, não da inteligência. Já vimos como essa caracterização não está muito longe do defendido por Cavalcanti quando afirma que os "homens-bichos" não pensam. As multidões não seriam capazes de muitos raciocínios, mas seriam muito aptas a ações. Seriam "inconscientes e brutais, adequadamente qualificadas como bárbaras" (LE BON, 2016, p. 23) e movidas por opiniões que lhe são sugeridas, sendo pouco capazes de serem influenciadas por leis e instituições. Para o autor, uma psicologia das multidões deve estar ciente que os homens não agem a partir da pura razão e deve usar isso para melhor controlá-los. A multidão é instável, podendo ir de um ato generoso a um cruel em

instantes e, portanto, é imprevisível: “nada nas multidões pode ser premeditado” (LE BON, 2016, p. 41). Além disso, ela é efêmera, pois não têm vontades duradouras. Tudo isso a torna muito difícil de governar. Não é pela razão que seria possível governá-la, pois ela é afeita a razão. Em sua definição, é impulsiva e instável e não reconhece os obstáculos frente aos seus desejos, indo atrás do que quer e não reconhecendo a noção de impossibilidade.

Os sentimentos das multidões são simples e exagerados; não há nuances nem dúvidas ou incertezas. Podem, portanto, ser habilmente conduzidas por recursos retóricos como “exagerar, afirmar, repetir e nunca tentar demonstrar qualquer coisa por meio de um raciocínio” (LE BON, 2016, p. 52). Essa multidão que não tem dúvidas é intolerante e autoritária, pois a ela não suporta a discussão. Seu respeito é destinado aos déspotas que demonstram força e não fraqueza. Dessa maneira, os ímpetos revolucionários são passageiros nas multidões que logo voltam a desejar uma ordem estabelecida por um líder forte. Por trás da aparência revoltosa, há um instinto conservador nas multidões. Essa é uma distinção com os comentários acerca dos saques na greve da Polícia Militar importante a ser apontada, pois, por mais que alguns comentadores façam uma crítica do consumismo do qual os saques seriam a expressão, ninguém remete a uma essência conservadora desse fenômeno.

Um ponto interessante que também distancia Le Bon de alguns comentadores é que ele não resume as multidões a suas ações criminais. Por serem autômatos sugestionáveis, Le Bon inclusive considera equivocado o adjetivo “criminosa” para as multidões. “Os crimes das multidões geralmente decorrem de uma poderosa sugestão, e os indivíduos que deles tomam parte convencem-se em seguida de ter cumprido um dever” (LE BON, 2016, p. 151). Os crimes fazem parte das ações de multidões, porém não seria possível compreendê-las em sua complexidade reduzindo-as a essas iniciativas, pois existem nelas potências virtuosas e heroicas. Segundo o autor, “criminosas as multidões frequentemente são, certo, mas frequentemente também heroicas” (LE BON, 2016, p. 38). Porém, independente de se o ato da multidão é criminoso ou um grande feito, o autor afirma que a multidão é uma decadência nos “vários graus na escala da civilização” (LE BON, 2016, p. 36) – algo presente nos jornais na defesa de um atraso civilizatório. É um estado intelectual inferior, de barbárie e de primitivismo – como disseram recentemente: é uma horda que deve ser caçada. Dessa forma, o que vemos é que as analogias de Le Bon remetem negativamente a multidão ao selvagem, à criança e à mulher[175].

[175] Muitos pressupostos misóginos estão presentes na obra, como a irritabilidade ser uma característica feminina ou a defesa de que as mulheres são mais “impressionáveis” por ilusões.

Sobre as transformações do indivíduo em multidão, ele afirma que, nessas ocasiões, o que há é um indivíduo excitado e escravo dos impulsos a que está submetido – lembremos da animalização, proposta por Cavalcanti, dos saqueadores que acentua os sorrisos estampados nos rostos. Os impulsos são sempre imperiosos, independente se são "generosos ou cruéis, heroicos ou pusilâmines" (LE BON, 2016, p. 40). Le Bon não resume as transformações que ocorrem no indivíduo em multidão aos seus atos, mas também percebe as transformações de sentimentos. Porém, ao contrário do que vemos nos comentários sobre os saques, Le Bon nega que o interesse pessoal seja um "móvel poderoso para as multidões" (LE BON, 2016, p. 58), pois nelas há uma capacidade grande de sacrifício se assim for sugestionado o indivíduo. Essa é uma diferença central nessa comparação, pois para Le Bon não seria possível explicar os saques com o argumento de que seria causado por impulsos essenciais daqueles sujeitos.

Quando se trata da persuasão da multidão para realizar um ato a forma mais eficaz é o exemplo de alguém que tenha prestígio[176]. Para incutir uma ideia na multidão é necessária a afirmação pura e simples. Mas para ela surtir efeito é necessária a repetição. Quando isso acontece "forma-se o que se denomina uma corrente de opinião e intervém o poderoso mecanismo do contágio. Nas multidões, as ideias, os sentimentos, as emoções, as crenças possuem um poder de contágio tão intenso quanto o dos micróbios" (LE BON, 2016, p. 118). A imitação do exemplo dado é um efeito do contágio, que impõe não só opiniões, mas modos de sentir que atentam contra os interesses pessoais. Bem antes dos comentadores dos jornais, Le Bon já defendia que o ser humano seria "naturalmente imitativo" (LE BON, 2016, p. 119).

Dois tipos de ideias podem influenciar as multidões nesse processo de contágio: as fundamentais (próprias de uma raça) e as passageiras (acidentais). Independentemente do tipo, são sempre simplificadas por estarem no nível das multidões e uma vez incrustadas na alma delas são responsáveis por incontáveis consequências. Há, portanto, em Le Bon, um protagonismo das ideias como motivo fundamental das ações. O idealismo e o platonismo de Le Bon são explícitos: "se as ideias precisam de muito tempo para se estabelecer na alma das multidões, um tempo não menos considerável lhes é necessário para dela se retirar. Por isso, do ponto de vista das ideias, as multidões estão sempre várias gerações atrás dos sábios e dos filósofos" (LE BON, 2016, p. 65). A fraca capacidade de raciocínio da multidão acarreta em um raciocínio que se resume a associações errôneas: "associação de coisas dessemelhantes que possuem entre si apenas relações aparentes e generalização de casos particulares, tais são

[176] O prestígio é "uma espécie de fascínio que um indivíduo, uma obra ou uma doutrina exerce sobre nosso espírito. Esse fascínio paralisa todas as nossas faculdades críticas e enche nossa alma de assombro e respeito" (LE BON, 2016, p. 122). "É próprio do prestígio impedir que as coisas sejam vistas tais como são e paralisar nossos juízos" (LE BON, 2016, p. 123).

as características da lógica coletiva" (LE BON, 2016, p. 66). Não são capazes de um encadeamento de raciocínios rigorosos. Seus juízos são impostos, nunca discutidos. As multidões pensam por imagens e se impressionam por imagens. Não é necessário demonstrações para controlar uma multidão e sim imagens comoventes e claras.

Por último, há fatores longínquos e fatores imediatos na formação de opiniões e crenças das multidões. Os fatores longínquos preparam o terreno para a disseminação de ideias novas: "a explosão e a execução de algumas ideias nas multidões apresentam algumas vezes uma subitaneidade fulminante. Trata-se apenas de um efeito superficial, por trás do qual geralmente se encontra um longo trabalho anterior" (LE BON, 2016, p. 79). Os fatores imediatos são os responsáveis pela ativação da multidão, mas estão subordinados aos fatores longínquos, que são: a raça, as tradições, o tempo, as instituições e a educação. Atenho-me apenas aos últimos fatores porque ele deixa explícita a demofobia do autor. "As instituições e os governos são produto da raça. Longe de serem os criadores de uma época, são suas criações" (LE BON, 2016, p. 85). Os povos não conseguem moldar as instituições de acordo com suas vontades, por isso é condenável as tentativas violentas de transformá-las. Le Bon também nega a capacidade da educação de moldar os indivíduos em seres melhores – afirma que dados estatísticos apontam quanto o aumento de uma instrução "equivocada" aponta para um aumento da criminalidade. A crítica da democracia reverbera numa crítica da democratização da educação e da tentativa de transformar as instituições. Além da instrução de coisas inúteis, Le Bon denuncia que há na educação "o perigo muito mais sério de inspirar, naquele que a recebeu, uma violenta rejeição à condição em que nasceu e o intenso desejo de sair dela" (LE BON, 2016, p. 90). Continua: "a aquisição de conhecimentos inúteis é um meio garantido de transformar o homem em revoltado" (LE BON, 2016, p. 91). Colocar cada um no seu lugar era claramente uma preocupação de Le Bon.

Finalizo essa retomada de Le Bon com um argumento central: a principal reverberação de suas formulações nos comentadores contemporâneos é a demofobia. Por mais que a democracia seja comumente entendida como um consenso contemporâneo – é verdade que cada vez mais questionado por governos e grupos autoritários – percebo um eco, na desconsideração do caráter político dos saques em Abreu e Lima e em sua deslegitimação a priori, da ideia leboniana de que as ideias democráticas seriam "erros deploráveis" (LE BON, 2016, p. 64). Sabe-se que o liberalismo conservador de Le Bon tinha uma visão elitista e aristocrática do mundo e que sua leitura das lutas sociais era bastante depreciativa. Por conta disso, o autor pode ser tomado como um importante representante da demofobia, uma noção que busca dar conta do surgimento na política moderna do medo do povo (AGUIAR, 2013).

Esse medo se reflete no autor como uma crítica à democratização do Estado e à crescente participação política popular. Em sua teoria social isso acarreta em muitas recomendações sobre como melhor governar as multidões, que, como observamos, apontam principalmente para uma retórica baseada na força de imagens simples e comoventes. Assim como Le Bon, vários pensadores do século XIX se viam frente a uma ambivalência relacionada às múltiplas insurreições da época: se, em alguns momentos, apreciavam a democracia, em outros, tentavam rejeitar os processos revolucionários que estavam em sua origem. Essa ambivalência está relacionada com a duradoura ambiguidade na concepção de povo, como relembra Laclau (2013, p. 134), "o povo pode ser concebido como *populus*, o corpo de todos os cidadãos, ou como *plebs*, os desprivilegiados"[177]. O medo do povo é um medo da plebe revoltosa. Assim, a distinção entre *plebs* e *populus* se manifesta em um tratamento desigual, pois é a plebe que sofre a demofobia e é ela que seria necessário governar justamente por ser incapaz de fazer uma política apropriada.

Lembremos ainda que, para Le Bon, independente do conteúdo de uma ação de multidão, ela é sempre prejudicial à coesão social, dados os aspectos negativos que surgem da incompatibilidade com os traços instintivos hereditários. Nesse sentido, as ideias políticas fundamentais do autor são "a crítica à democratização do Estado ou à ampliação do espaço público e à crescente participação popular na vida política" (CONSOLIM, 2004, p. 2). Ademais, seu apego à hereditariedade dos sentimentos "raciais" serviam de combate a qualquer pretensão democrática de transformação social e inclusão da plebe. A demofobia fica ainda mais clara no seu tratamento do povo extremamente desigual: "se Le Bon espera do Estado uma maior repressão contra a multidão de 'incapazes', de 'preguiçosos' e de 'baderneiros', ao mesmo tempo exige maior 'liberdade individual' para o cidadão ativo, o livre pensador, o empreendedor" (CONSOLIM, 2004, p. 9). Algo que se refletiu em passagens que revela o asco e o desprezo que sentia por essa plebe. Assim, esse corpo que causa desprezo servia de referência para ressaltar os aspectos negativos do povo, muitas vezes incorporando os instintos humanos nessa teoria social racista e eurocêntrica. De acordo com Aguiar (2013), o corolário dessas formulações é a necessidade de governar essa multidão, de controlá-la e de geri-la. Como observamos nos comentários sobre os saques em Abreu e Lima, não morreram no tempo de Le Bon os esforços de despolitização das ações coletivas

[177] Aguiar (2011, p. 611) aponta o caráter social e político dessa distinção: "na acepção política, o povo designava uma comunidade política, a ficção hobbesiana de uma entidade homogênea, entendida como fundadora da soberania e associada à ideia rousseauniana da vontade geral. Já na perspectiva social, o povo designava uma fração dessa comunidade, o povo-classe, que passou a ser associado, no contexto da revolução industrial e da transformação econômico-social, à 'parte mais baixa' da população e desprovida de propriedade".

violentas. Ela continua em voga na inexistência da defesa de que aquele foi um acontecimento político, no asco demonstrado pelos saqueadores e no menosprezo de suas capacidades intelectuais e de suas escolhas morais.

Acerca dessa despolitização da questão, Thompson (1998) a nomeou de "visão espasmódica da história popular": aquela que não pensa o agente comum como histórico. Nessa visão, os motins são "intromissões antes compulsivas que conscientes ou autoativadas: não passam de reações aos estímulos econômicos" (THOMPSON, 1998, p.150). Thompson fornece importantes subsídios para a negação da hipótese economicista e mecanicista que busca interpretar distúrbios e saques como respostas automáticas de determinados contextos socioeconômicos. O seu enfoque nos padrões comportamentais e nos elementos culturais demonstra que é preciso algo mais do que simplesmente o gatilho para que ocorram os saques. Algo que deslegitima a acusação recorrente de que os saques sejam frutos apenas do desespero e, portanto, apolíticos. Nesse sentido, a defesa é a de que há uma agência política na condição de pobreza vivenciada pela plebe. Essa condição econômico-social não se transforma automaticamente em passividade perante as classes dominantes nem em reações irracionais de seres impulsivos. O autor aponta que entender os saques como uma resposta natural à fome é utilizar uma estratégia discursiva que se vale de um argumento biologizante para retirar daqueles que sofrem com as desigualdades socioeconômicas a capacidade de agirem politicamente.

Essas formulações de Thompson são a resposta usual à demofobia leboniana, porém, para meus esforços de compreensão de saques contemporâneos em um contexto que a fome e a necessidade dos saqueadores não foram defendidas pelos analistas e sim questionadas, é necessário ir além do historiador britânico. Proponho que a demofobia manifestada pelos comentadores está relacionada com um pressuposto não problematizado: a defesa e naturalização da propriedade privada. Retomando os termos de Devenney (2020), é possível dizer que a demofobia está articulada com a formulação de um próprio da política que exclui a plebe justamente por sua falta de propriedade e por sua política imprópria que questionou – mesmo que parcialmente – a propriedade privada. Acredito que essa premissa não revelada pode ser entrevista no próprio Le Bon, pois, por mais que a propriedade não seja um tema de seu livro, há um único trecho em que o autor reconhece que a ação das multidões tem relação com o questionamento da propriedade privada, pois suas reivindicações teriam como objetivo "reconduzir" a sociedade ao "comunismo primitivo" que seria o estado primevo de todos os seres humanos. Apesar do autor não desenvolver suas reflexões sobre essa ameaça à propriedade privada – e talvez justamente por isso –, me parece que esse é um ponto central

para pensarmos os muitos esforços de deslegitimação dos saques. No caso dos comentadores, mesmo quando a "sociedade consumista" é criticada para fazer menção a uma relação problemática com as mercadorias, o argumento recai na crítica de sujeitos alienados sem vontade própria. É de impressionar as constantes referência a pessoas que satisfazem desejos supostamente impulsivos e a inexistência de alusão ao chocante fato de que o dono de uma única loja de médio porte possua mercadorias que são desejadas por centenas de pessoas.

Já deixei claro, no final do capítulo anterior, que não me proponho a endossar um argumento fundacional da propriedade comunal como verdadeira essência humana que foi usurpada pela propriedade privada. Por isso, para fazer essa crítica da demofobia a partir da crítica da propriedade privada, recorro novamente às formulações de Devenney. Recordo que o autor entende a propriedade como uma série de relações sobredeterminadas, contingentes, políticas, históricas, violentas e excludentes. Porém, o mais importante para o desenvolvimento do argumento que agora proponho é a relação entre propriedade e uma subjetivação apropriada. Para o autor, uma ordem proprietária regula a propriedade, a norma e o comportamento por regras explícitas e implícitas. Ele propõe o uso do termo "proprietário" para reforçar "a relação intrínseca entre modos de ser e modos de apropriação" (DEVENNEY, 2020, p. 18). Aos próprios de si caberia a possibilidade da propriedade, à plebe não.

A relação entre demofobia e propriedade, portanto, se dá no fato desta determinar formas apropriadas de comportamento e subjetividade. Às formas particulares de ser que não se conformam ao apropriado, cabe a demofobia. Dessa maneira, os saqueadores são construídos, nesse discurso regulador dos jornais, como o impróprio: um excesso que desestabiliza relações desiguais de propriedade e do apropriado. "Agindo inapropriadamente, há uma transgressão dupla do *modus vivendi* e da ordem de propriedade circunscrita legalmente" (DEVENNEY, 2020, p. 27). Não é de se estranhar, portanto, que as análises dos "especialistas" tenham assumido um tom ético, pois, como defende Devenney, a ética está sempre implicada em lutas hegemônicas para a definição do que é o apropriado. A articulação entre propriedade e demofobia está relacionada, portanto, com o fato de toda propriedade necessitar de justificações e que essas justificações éticas estão baseadas na definição de posições específicas para sujeitos específicos. "Ordens proprietárias policiam usos apropriados de tempo e espaço. Elas delimitam quem pode fazer o que, onde, quando e como" (DEVENNEY, 2020, p. 31). Proponho, dessa maneira, que é pela relação intrínseca entre propriedade privada e manutenção de corpos disciplinados que os saques são retratados de forma tão negativa nos jornais.

Porém, já deve ter ficado claro quão ambíguo são os saques e, para continuar me contrapondo aos comentadores, proponho que percebê-los apenas como o inapropriado frente às formas correntes de propriedade é reducionista. Há um argumento recorrente nessa demofobia dos "especialistas" que é a distinção entre um consumo necessário e um consumo ganancioso – o último o que teria ocorrido durante os saques. Segundo essa distinção, haveria saques mais legítimos do que outros e a legitimidade estaria atrelada ao que foi saqueado. Desde que os saqueadores estivessem saqueando apenas "produtos necessários" – aqueles que garantem a sobrevivência, ou seja, basicamente comida e em uma quantidade que se configure como para consumo próprio –, os saques não seriam (tão) condenáveis. Mas como os saqueadores se apropriaram de "produtos ostentatórios" – como os já citados eletrodomésticos – eles agiram por ganância e, portanto, devem ser moral e criminalmente condenados. Acredito, entretanto, ser difícil definir os limites entre necessidade e vontade em uma sociedade baseada na constante criação de necessidades de consumo (WILLIAMS, 2011) e na inserção social a partir do consumo.

Retomemos um relato sobre os saques. No vídeo "DIARIO" (2015), uma mulher narra o que presenciou no dia dos saques: "eu vi um rapaz colocando geladeira, som, armário, fogão. Eu fiz: 'nossa, ele fez a feira todinha do mês'". Se o rapaz que saqueia "geladeira, som, armário e fogão" está fazendo "a feira todinha do mês", ele se aproxima do oximoro que seria estar "comprando de graça". Esse é o título dado por Newburn *et. al* (2015) a um artigo sobre os saques nos distúrbios ingleses de 2011[178]. Não trago esse caso para fins comparativos, mas acredito que alguns argumentos desse artigo me auxiliam a pensar tanto a motivação dos saqueadores como questões econômicas a eles articuladas, em especial, realizar uma crítica das teses que afirmavam que aquele evento era consequência principalmente da cultura consumista em voga atualmente. Segundo os autores, uma parte relevante do debate que se seguiu aos distúrbios ingleses se centrou na motivação consumista dos saqueadores. Essa motivação seria comprovada pela magnitude dos saques e pela abrangência dos produtos saqueados – algo que os distingue dos motins da fome vividos anteriormente no país e os aproxima do caso de Abreu e Lima. Os autores não pretendem negar a existência de um "consumismo violento" naquele distúrbio, mas ao demonstrar que esse é um traço comum dos últimos cinquenta anos na Inglaterra, propõem colocar em parênteses esse processo e questionar a defesa de que isso é tudo que foram os distúrbios. Ao fazerem isso conseguem

[178] Entre 6 e 11 de agosto, saques e depredações de propriedade ocorreram em vários bairros de Londres e em diversas cidades da Inglaterra. O evento que serviu como faísca para o fogo se alastrar foi a morte de Mark Duggan no dia 4 de agosto. A polícia, apesar de estar trabalhando normalmente, pouco pode fazer para controlar a revolta. É preciso ter em mente que a escala do caso inglês foi bem maior do que o de Abreu e Lima, dado que cerca de 2000 pessoas foram presas (BBC, 2011).

demonstrar uma característica muito importante e negligenciada por alguns analistas: o caráter político da violência vivenciada naquele momento. Trazendo novamente para o caso de Abreu e Lima, acredito ser importante estarmos cientes que os produtos saqueados não seriam apenas aqueles elencados como "necessidade básica" – afinal de contas isso ocorreu –, porém defendo que seria leviano fazer uma inferência que extraia disso o argumento de que eles foram apenas a expressão de um consumismo ganancioso que levou tudo que tinha pela frente.

Além disso, gostaria de traçar um paralelo que segue a linha de raciocínio de Newburn *et. al* (2015) de procurar similitudes entre os saques e o consumo cotidiano para assim rebater o discurso comum de que haveria uma ganância particular aos saqueadores. Acredito que o caso de Abreu e Lima pode ser visto de uma ótica que revela que o "consumo" realizado durante os saques não destoa tanto assim daquele realizado por uma parte significativa da população brasileira. A analogia que pretendo explorar é que além de "saquearem como quem compra grátis" também é possível pensarmos em um "saquear como quem se endivida". Aos que condenam a ganância dos saqueadores, gostaria de fazer uma provocação apontando que os saques são uma forma de aquisição de mercadorias que se assemelha ao endividamento porque ambos não estão necessariamente condicionados ao uso de um dinheiro conquistado através do trabalho assalariado e porque os dois têm um sistema de "cobrança" posterior.

Como se sabe, a financeirização da pobreza é um fenômeno que se caracteriza pela forma como o consumo atual da população com baixo rendimento – como vimos essa parcela da população é ampla maioria em Abreu e Lima – é mediado pelo acesso ao crédito, ou seja, como é cada vez mais necessário um processo de endividamento para os pobres terem acesso a mercadorias. Dessa maneira, o crédito é uma das formas de ampliar a demanda dos que ganham pouco. Esse processo não é novo, porém é justamente a acentuação da importância do crediário no consumo cotidiano que a expressão financeirização da pobreza pretende enfatizar. Nas últimas décadas, essa transformação do consumo implicou em mudanças substanciais na vida cotidiana nas periferias brasileiras e também no processo de efetivação do valor, com a proliferação tanto de lojas de varejos quanto de estímulos públicos e privados ao acesso ao crédito (SCIRÉ, 2011).

Durante o lulismo, uma política econômica que fundamentava a expansão do crédito como incentivo governamental é posta em prática em um período de relativa prosperidade na história recente brasileira chamado por Carvalho (2018) de "milagrinho". Durante o milagrinho, a economia brasileira foi impulsionada pela alta das commodities (como petróleo, minérios e produtos agrícolas) alavancada pelas altas taxas de crescimento chinesas, porém,

também pelas políticas redistributivas e pelos investimentos públicos em infraestrutura física e social. O milagrinho teve três pilares: distribuição de renda na base da pirâmide (com programas como o Bolsa Família e a valorização do salário mínimo), maiores investimentos públicos em infraestrutura física e social (como no caso do Programa de Aceleração do Crescimento) e maior acesso ao crédito (com aumento dos prazos e relativo controle das taxas de juros). A financeirização da pobreza fez, portanto, parte de um programa de governo associado a interesses do mercado, sendo uma política paradigmática de controle dos antagonismos arquitetada sob o lulismo. Nesse sentido, Lavinas (2017), aponta que o ápice da financeirização surgiu concomitantemente com um projeto político que se definia como reformista, progressista e contava com uma ampla base política popular. Ela chama de "paradoxo brasileiro" essa interdependência nacional entre a financeirização e as políticas sociais. Assim, ela reconhece a centralidade do consumo na era da financeirização – prática que seria a responsável de "girar a roda" da acumulação financeira, dado que a produtividade perderia força com o capital interessado prioritariamente no rentismo.

Dessa maneira, a dívida é uma produtora de subjetividades de "vidas hipotecadas": "uma nova subjetividade produzida pelos mecanismos disciplinares que sujeitam a própria vida ao serviço da dívida" (ROLNIK, 2015 p. 40). Um dos mecanismos centrais nessa produção de subjetividades é justamente o recurso ao crédito rotativo. Através dele, há um processo constante de adiamento da dívida através de outras dívidas e de pagamento do mínimo necessário para poder continuar tendo acesso ao crediário. Muitas vezes se utiliza cartões de créditos para prolongar os parcelamentos para o mês seguinte, fazendo com que o salário de cada mês já esteja comprometido com o pagamento de despesas do mês anterior. Isso gera uma mudança na forma de gestão da renda que Sciré (2011) analisa através da passagem do esquema "poupança-crédito-consumo" para o esquema "crédito-consumo-dívidas". No primeiro, a poupança era o estruturador da relação, enquanto que no segundo é o consumo imediato. Assim, é gerada uma outra forma de se relacionar com as mercadorias: "pagamento de faturas – liberação do cartão – novas compras". Dessa forma, o consumo se torna uma prática que se descola dos rendimentos efetivos do trabalho, dado que pode ser realizado através da contração de mais dívidas, porém, com isso, a relação de dependência sempre se agrava.

É importante acentuar isso, pois, para além dos aspectos mais econômicos tratados até agora, o endividamento deve também ser criticado em seu aspecto mais político: ele é uma técnica de controle da população sob o neoliberalismo. Como defende Lazzarato (2017), as dívidas funcionam como um mecanismo de produção e governo de subjetividades individuais

e coletivas. Dessa maneira, a dívida seria o principal laço social no neoliberalismo. Em uma sociedade de endividados, há uma relação de poder bastante desigual na relação credor-devedor. A população, cada vez mais sujeitada através de dívidas, esboça cada vez menos reações quando se depara com arrochos, ajustes e austeridades. A dívida é, portanto, um mecanismo de governamentalidade que diminui as incertezas provenientes dos governados – o que demonstra o importante papel desempenhado pelo Estado na conformação de um neoliberalismo financeirizado e os benefícios que conquista nesse processo.

Por outros caminhos, chego a resultados semelhantes aos de Feltran (2014) escrevendo sobre violência e periferia nesse momento de declínio do lulismo no poder, quando busca pensar a articulação entre violência e economia nesse contexto. O autor remete a um importante fenômeno contemporâneo para a compreensão dos "pobres" e da "periferia": a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. A expansão do consumo – muitas vezes possibilitado pelo crédito – seria uma característica central da governamentalidade contemporânea, inclusive da gestão da violência. "O dinheiro é objetivamente elevado ao estatuto de forma mediadora entre grupos populacionais em conflito, suplantando em muito a legitimidade da lei e da moral, que invariavelmente os afastariam" (FELTRAN, 2014 p. 497). Dessa maneira podemos entender o quanto o dinheiro é o articulador entre aqueles que moram na periferia de Abreu e Lima e o centro massivamente saqueado.

Nessa governamentalidade baseada na inserção pelo consumo se aliam estratégias de criminalização e de assistência social para controle dos conflitos sempre presentes. Dessa maneira, o "paradoxo brasileiro" também tem seu correspondente na gestão da violência:

> Nos últimos anos, o conflito social se expressa em cenário aparentemente contraditório: aumento das taxas da criminalidade acompanham aumento das taxas de emprego formal; políticas massivas de encarceramento são coetâneas à maior provisão de serviços sociais; megaoperações de requalificação urbana estão sintonizadas com a internação compulsória de usuários de crack; ocupação militar de territórios de favela acompanha consolidação de facções criminais (FELTRAN, 2014 p. 500-1).

O consumo se coloca como possibilidade de uma vida em comum em um social esfacelado pelos altos índices de desigualdade. Porém, se o dinheiro media os conflitos, como afirma Feltran, quando ele é retirado alguns dos conflitos latentes se tornam explícitos: caso dos saques. É possível afirmar, portanto, algo já pontuado por Scribano e Lisdero (2017), de que os saques apresentam continuidades e rupturas com a temporalidade do consumo cotidiano. Muitas rupturas já foram mencionadas, mas aqui acentuei as continuidades para demonstrar que "o consumo como lógica de estruturação do tempo e espaço torna-se novamente

organizador do momento do saque. Assim, longe de se constituir sua antítese, o saque é atravessado em seus meios e fins: a própria prática de saquear se constitui uma licença para incorporar-se em processos metabólicos de intercâmbio mercantil" (SCRIBANO; LISDERO, 2017 p. 343). Dessa maneira, aos que reproduzem discursos demofóbicos, proponho negarmos que estamos diante de uma multidão gananciosa que tem uma relação excepcional com as mercadorias e estender a crítica da "ganância" dos saqueadores a uma crítica da propriedade.

6.2 Os saques como acontecimento e deslocamento

Comecei a introdução dessa tese chamando de acontecimento os saques que ocorreram em Abreu e Lima na greve da PMPE. Depois de uma densa apresentação e análise do ocorrido posso defender melhor porque assim o chamo e relacionar a noção de acontecimento com a de deslocamento proposta por Laclau (1990). Logo após, terminarei a tese com uma apresentação sucinta dos principais achados e defesas acerca do analisado.

Em sua retomada enciclopédica de como o acontecimento foi entendido por distintos teóricos da história, Dosse (2013) demonstra que há uma variação bastante significativa da noção de acordo com o período histórico que é desenvolvida. O autor apresenta, entretanto, que já no século XVII encontramos as primeiras formulações sobre o acontecimento que se aproximam da atual, pois estava destinada a entender "um fato de certa importância, um pouco excepcional, que quebra uma rotina" (DOSSE, 2013, p. 3). Porém, com o passar dos séculos, houve uma preocupação crescente com a questão do novo que foi mudando o foco principal das causas para os vestígios. O autor defende que as reflexões sobre os acontecimentos articulam uma ambiguidade frente a eles buscando ora sua causalidade, ora aquilo que é opaco a uma explicação lógica causal. Essa mesma ambiguidade se expressa entre a busca das constâncias com os períodos anteriores e das rupturas. Dessa maneira, o acontecimento foi compreendido – algumas vezes concomitantemente – como resultado e começo, como desfecho de processos e abertura de possíveis.

O que Dosse propõe é a defesa de que esses fenômenos atuam como um "indício significante". Há uma defesa da possibilidade hermenêutica quando o historiador se depara com um evento, pois, apesar de serem fenômenos singulares, deixam vestígios a reaparecer nas configurações históricas inéditas subsequentes. Como explica o autor, o vestígio é aquilo "que ele se torna, de maneira não linear no interior dos múltiplos ecos de seu só-depois" (DOSSE, 2013, p. 339). Ter atenção ao vestígio abre para uma concepção do acontecimento como construído e disputado socialmente em sua penetração das memórias coletivas. Nesse

processo vemos a duração estendida – mesmo que a partir de vestígios – que compõe os acontecimentos e seu caráter construtivo e discursivo. Há uma construção social do acontecimento.

Muitos foram os esforços teóricos das ciências humanas de controle do caótico que há nos acontecimentos, porém o autor propõe aceitarmos o que eles têm de enigmático e indefinido. Pois, assim como o acontecimento escapa de alguma forma aos esforços do analista, ele parece escapar dos seus próprios participantes. Um acontecimento não é a mera vontade de uma subjetividade coletiva. Tendo algo de enigma, os acontecimentos são refratários a concepções redutoras, mas, ainda assim, apontam para uma acessibilidade ao geral por meio do singular. Em resumo, apropriei-me da discussão de Dosse acentuando algumas características que ele percebe nos acontecimentos: a singularidade, a imprevisibilidade e seus vestígios que têm uma longa duração.

Tendo essas características de um acontecimento em mente é possível voltarmos para os saques em Abreu e Lima para visualizá-las empiricamente. O seu caráter de fenômeno singular é visto em todas as negativas que escutei quando perguntei aos interlocutores se algo semelhante já tinha ocorrido: “nunca vi algo parecido na cidade” (entrevista Susana, 22/02/2018). Também pode ser verificado no dado acerca da criminalidade apresentado pelo Diario de Pernambuco (APÓS…, 2014, p. 4) de que “antes dos saques, os principais crimes registrados na delegacia de Abreu e Lima eram violência doméstica e tráfico. O furto, hoje no topo, estava em terceiro”. Além desses indícios, a singularidade e a surpresa que ele causou ficam bem ilustrados na fala de uma das entrevistadas: “eu digo e repito, eu tenho a certeza dentro de mim que aquele evento foi um evento isolado que não vai mais acontecer” (entrevista Marta, 01/10/2018). A surpresa causada pelo evento estava relacionada com sua imprevisibilidade: “nunca pensei que fosse estar vivo para ver uma coisa como essa”, falou Antônio Fideles ao Jornal do Commercio (DEZESSEIS…, 2014, p. 5). Ao G1 (2014g) uma dona de casa afirmou que nunca imaginou que fosse participar de uma ação como aquela.

Por fim, é possível perceber os vestígios claramente no estigma dos moradores que se manteve ao longo dos anos. Um trecho do meu diário de campo diz: *Lídia me falou que sofre bullying quando passa com carro com a placa de Abreu e Lima. Pedro disse que até hoje as pessoas falam para ele “Ah, Abreu e Lima, do saque, né?”*. Como aponta a persistência do estigma, a cidade de Abreu e Lima se transformou com os saques. Como afirma a vendedora Carla Fernanda, “a cidade não foi mais a mesma depois da greve. As pessoas não têm mais a mesma confiança nas outras” (BARACHO, 2015). Em entrevista, João afirmou:

> De 2014 pra cá, de imediato o que aconteceu foi muita gente ficar com medo do município de Abreu e Lima. Ter que passar por, como aqui é passagem obrigatória para quem vai para o litoral norte, as pessoas passavam aqui com medo, passavam com receio de que pudesse acontecer outro saque a qualquer momento. Passado o medo inicial, isso ainda faz parte do imaginário pernambucano, Abreu e Lima ainda é conhecida como a cidade do saque, tanto que ao menor sinal de greve da PM, os memes sobre Abreu e Lima começam a ressurgir. Você fala para a população, a PM vai tá de greve, os próprios moradores já começam a pensar, eu não vou mais sair de casa (entrevista João, 27/11/2017).

A cidade ainda vê seu cotidiano afetado pelas mobilizações policiais, pois a qualquer sinal de possibilidade de uma greve policial: "as pessoas começam a brincar que, se tem greve, segura Abreu e Lima" (entrevista Marta, 01/10/2018). Filipe também me revelou que, desde então, são constantes os boatos de saques. Mesmo não tendo tido mais nenhuma paralisação das atividades, ocorreu em momentos de reivindicações policiais e também na impactante greve dos caminhoneiros de 2018[179], quando "houve muita denúncia que os malandros estavam querendo invadir. Vários boatos dizendo que eles iam invadir, assim jogando terrorismo" (entrevista Filipe, 21/08/2018).

Se os saques em Abreu e Lima são um acontecimento, retorno uma última vez para Laclau para apresentar como o acontecimento pode ser entendido como um deslocamento. Lembremos que para Laclau o social é precário e contingente porque ele não o concebe como uma totalidade fechada. O externo é constitutivo do social e, portanto, há sempre o que escapa. Pela presença da negatividade de um externo constitutivo é que o social nunca se constitui totalmente como uma ordem objetiva. "O 'externo' é, portanto, um externo *radical*, sem uma medida similar com o 'interno'" (LACLAU, 1990, p. 18, grifo do autor). Dessa maneira, Laclau coloca o antagonismo como dimensão central do social, o que estabelece a natureza constitutiva do negativo. O antagonismo é o momento da brecha, cuja resolução ou não depende das contingências históricas. "Um conceito de antagonismo constitutivo, de uma fronteira radical, requer, ao contrário, um espaço fraturado" (LACLAU, 2013, p. 139). O que significa que esse antagonismo do externo tem uma função dupla no social: é o limite de toda objetividade, pois previne seu fechamento total e, ao mesmo, tempo é o que possibilita sua constituição precária, pois é o referente que dá uma coesão contingente ao interno do social. Cientes dessa concepção do social, começamos a perceber a importância dos acontecimentos na história. "Se a história se depara com um exterior permanente, o resultado de seus diferentes momentos depende de relações contingentes de poder entre forças que não podem ser reduzidas a nenhum tipo de lógica unificada" (LACLAU, 1990, p. 10). O autor defende

[179] Em 2018, ocorreu uma paralisação dos caminhoneiros brasileiros durante o governo de Michel Temer (MDB). Entre os dias 21 e 30 de maio, muitas rodovias foram paralisadas o que afetou a circulação de pessoas e mercadorias em âmbito nacional.

uma concepção de história aberta e não teleológica. Fazendo referência aos termos de Dosse, podemos perceber que a importância da contingência remete à singularidade e à imprevisibilidade do acontecimento mencionadas há pouco.

Desenvolvendo ainda mais as proposições de Laclau, cabe retomar as quatro características que o autor elenca para as relações sociais: contingência, poder, primazia do político e historicidade. Em primeiro lugar, as relações sociais são sempre contingentes, o que introduz um elemento de indecibilidade radical na estrutura da objetividade e na história. Porém é preciso ter clareza que "a contingência não é o lado negativo da necessidade, mas o elemento de impureza que deforma e dificulta sua constituição plena" (LACLAU, 1990, p. 27). Laclau não é um defensor da indeterminação do social, mas da sobredeterminação. O que significa que ele nega uma contingência total, pois "o que sempre encontramos é uma situação limitada e dada, na qual a objetividade é *parcialmente* constituída e também *parcialmente* ameaçada; e nas quais as fronteiras entre o contingente e o necessário são constantemente deslocadas" (LACLAU, 1990, p.27, grifo do autor). Em segundo lugar, Laclau defende que toda relação social é uma relação de poder, pois "toda objetividade necessariamente pressupõe a repressão daquilo que é excluído pelo *establishment*" (LACLAU, 1990, p. 31, grifo do autor). A constituição das identidades sociais é fruto de atos de poder.

Em terceiro lugar, Laclau defende a primazia do político sobre o social. Já vimos isso com profundidade na introdução, porém vale relembrar que o político é o momento em que a contingência e as relações de poder ficam mais explícitas. A sedimentação do social tende a assumir a forma de uma objetividade presente, porém ela está baseada no esquecimento da violência constitutiva do social. Esse processo nunca é total, pois "se a objetividade é baseada na exclusão, os traços dessa exclusão sempre estarão presentes" (LACLAU, 1990, p. 34). O político não é o momento da sedimentação, mas da reativação. A reativação não é o retorno a um estado originário do social, mas a redescoberta de sua natureza contingente, a partir de novos antagonismos. Para o autor, uma sociedade sempre tem aspectos políticos e sociais, essa distinção é ontologicamente constitutiva das relações sociais, logo, não é possível uma sedimentação ou uma reativação total. Porém, apesar de serem sempre constitutivas, a primazia do político se dá justamente por ser o momento em que há a decisão num terreno de indecibilidade entre as distintas alternativas que se colocam pras relações sociais. Por fim, a quarta característica, a historicidade, fica clara na articulação das outras três, pois se, no político, "as relações sociais são contingentes, isso significa que elas podem ser radicalmente transformadas pelas disputas dos sujeitos" (LACLAU, 1990, p. 35).

Após essa retomada de como Laclau compreende a história e o social, chegamos ao deslocamento. O autor parte da constatação de que o social é deslocado no sentido de que sempre há um externo que é o nega, mas que é sua condição de possibilidade. Isso significa que o deslocamento tem efeitos contraditórios: é uma ameaça ao constituído, mas também abre novas possibilidades de ações históricas. Estamos, portanto, discutindo um tipo específico de deslocamento que é o relacionado à presença de forças antagônicas. Em termos estruturais, Laclau defende que quanto mais deslocada é uma estrutura, maior será o campo de decisões não determinadas por ela, assim como, o papel dos sujeitos e a possibilidade de criação de novos horizontes históricos. Fazendo ele mesmo a aproximação entre deslocamento e acontecimento, ele propõe que o deslocamento da estrutura que resulta em desajustes e irrepresentabilidade é o que pode ser chamado de acontecimento. "O deslocamento não é um momento necessário na autotransformação da estrutura, mas é seu fracasso em conseguir a constituição e, nesse sentido, é mera temporalidade. Por esse motivo, abre *possibilidades* diferentes e amplia a área de *liberdade* dos sujeitos históricos" (LACLAU, 1990, p. 47, grifo do autor). A ênfase do autor nas possibilidades e na liberdade deixa claro o caráter de abertura e de imprevisibilidade dos deslocamentos. Com o deslocamento, não há um *telos* racionalmente identificável que governe o caminho a ser percorrido pela história. É o momento de abertura para rearticulações e reconstruções não somente da hegemonia, mas dos próprios sujeitos que forjam novas identidades nesse processo. Porém, a ruptura não é total, há sempre algum grau de continuidade, pois como ressalta Laclau, "o deslocamento de uma estrutura não significa que *tudo* se torna possível ou que *todas* as estruturas simbólicas desaparecem, uma vez que nenhum deslocamento poderia ocorrer naquele universo psicótico: uma estrutura deve estar lá para que ela seja deslocada" (LACLAU, 1990, p. 43)[180].

[180] Para finalizar a exposição das reverberações laclaunianas nessa tese, cabe apontar uma discordância importante com as concepções do autor acerca das transformações históricas. Laclau faz uma crítica do que chama "uma política do puro protesto", ou seja, "o ideal libertário de uma pura mobilização que persiga seus objetivos totalmente fora dos domínios do Estado", pois "mais cedo ou mais tarde a mobilização pura tende a se desintegrar, e as cadeias de equivalência se rompem ou se diluem" (LACLAU, 2013 p. 22). Esse é o ponto de discordância principal que tenho com Laclau, pois, para mim, nessa crítica – tão central para seu projeto populista –, há a tentativa de controle do protesto e da ruptura. Ao contrário do que pensa o autor, a questão para mim não é o quanto a mobilização dura sem se desgastar, mas o quanto ela é potente em prefigurar novas sociabilidades e transformar as existentes. Assim como Marx tinha muito cuidado em não afirmar o que seria o comunismo porque ele seria gestado na revolução, acredito ser necessária uma aposta na ruptura colocando entre parênteses a reconfiguração da hegemonia (mesmo que saibamos que a ruptura não tem um vetor necessariamente emancipatório e que a ruptura sempre é recuperada). Nesse sentido, acredito que falta ao autor a vontade de mergulhar no heterogêneo, na indecibilidade da qual tanto fala. Pois, se a política é realmente a decisão num terreno indecidível, pode ser que no próximo protesto – que de "puro" nada terá – esteja nos aguardando uma decisão mais igualitária e mais justa.

Esclarecido os motivos de ter chamado os saques em Abreu e Lima de acontecimento e como isto está relacionado com os pressupostos adotados na análise, farei agora um resumo final dos muitos argumentos defendidos ao longo da tese.

Sobre os antecedentes dos saques, defendi que é preciso analisá-los a partir da noção de sobredeterminação, considerando a miríade de fatores que influenciaram na sua existência e maneira de ocorrer. Dentre elas, é necessário destacar a greve da Polícia Militar de Pernambuco. Com uma adesão significativa dos praças, podemos considerar esse contexto uma situação propícia para a realização dos saques, pois ele significou a ausência da vigilância rotineira em Pernambuco e, em especial, em Abreu e Lima. Porém, não é possível reduzir o contexto dos saques à greve, pois muitas outras determinações foram encontradas. Defendi, assim, que foi essencial a compreensão de como se deu a greve da PMPE para a compreensão dos saques e de sua abrangência, porém que ela não seria suficiente para a ocorrência das ações coletivas violentas. Isso é facilmente percebido pelos saques terem sido um traço distintivo dessa greve frente às duas anteriores e por não terem ocorrido em todo o território afetado pela paralisação.

Acerca da greve, vimos que foi a terceira paralisação da história da Polícia Militar estadual. Ela ocorreu no momento em que se desconfigurava o principal programa de política pública de segurança estadual: o Pacto pela Vida. A capacidade de gestão da polícia estava abalada com o enfraquecimento da estrutura montada durante os governos neopatrimoniais de Campos. A campanha presidencial do ex-governador e como ele se valia politicamente do programa foram mobilizados pelos grevistas para aumentar o poder de barganha nas negociações e nas declarações públicas. Em âmbito nacional, a greve policial ocorreu num momento de proliferação de reivindicações trabalhistas, o que tem sido identificado como o pico do ciclo mais recente de greves. Muitas das paralisações, que ocorreram nesse período, se assemelham à greve da PMPE em uma característica importante: sua organização por fora das estruturas formais juridicamente legitimadas para representarem a categoria profissional. A respeito especificamente de reivindicações da categoria policial, vimos que quatro greves de policiais militares estaduais precederam o caso pernambucano: no Maranhão, na Bahia, no Rio Grande do Norte e no Amazonas. Isso está relacionado com a realização da Copa do Mundo de 2014, momento em que a Polícia Militar seria uma instituição central para a garantia do megaevento – algo também bastante mobilizado em seus processos de negociação.

Sobre como se deu a greve, vimos que a compartimentalização da estrutura policial brasileira, já de longa duração, torna compreensível a regularidade da Polícia Civil nunca ter aderido às greves da PMPE. Como não parou, a atuação da Polícia Civil foi importante

durante a greve e a ela se juntaram algumas divisões da Polícia Militar que não aderiram ao movimento paredista. A paralisação apenas dos militares afeta aquela que é sua principal função a de patrulhamento ostensivo das ruas em busca dos flagrantes. Já que não estavam exercendo suas funções usuais, os policiais passaram os dias de greve aquartelados, em protestos ou assembleias e negociações com o governo. Ademais, as duas estratégias mais comuns do Estado para lidar com as greves policiais foram adotadas em 2014: a condenação judicial – através do decreto da ilegalidade, do estabelecimento de multas às associações e da punição dos militares – e o recurso ao Exército e às Forças Armadas para substituição daqueles que pararam de trabalhar.

Acerca dos dias de paralisação em Pernambuco, vimos que o medo dos saques surgiu já no começo da greve. Os horários dos estabelecimentos comerciais, educacionais e da administração pública foram alterados para evitar ocorrências criminais. Além disso, as pessoas começaram a evitar se expor a possibilidade de se tornarem vítima e os relatos apontam para sentimentos de medo e apreensão. É nesse contexto, que na tarde do dia 14, temos os primeiros saques ocorridos na cidade de Abreu e Lima. Uma característica importante a ser ressaltada desse dia, e que deve ainda ser considerada dentre as sobredeterminações do acontecimento, é que Abreu e Lima vivia um feriado municipal por conta do aniversário de criação do município. A maioria das lojas estava fechada e estavam sem os usuais seguranças privados que atuam no cotidiano da cidade – o que se soma ao identificado quanto à ausência de vigilância. As pessoas estavam mobilizadas para a festa do aniversário quando foram avisadas que não ocorreria a comemoração.

Nesse momento, aconteceu um protesto que rapidamente interrompeu a via e evoluiu para ações coletivas violentas: queima de pneus, quebra-quebra de ônibus e saques de caminhões. Esse momento inicial remete a três importantes questões das teorias dos movimentos sociais: a recorrência das ações coletivas violentas terem início em ações coletivas não violentas, as “fronteiras porosas” entre as distintas violências coletivas e a possibilidade de compreendermos os saques como ações coletivas articuladas em redes de conflitos. Acerca da última questão, foi identificada a rede de conflitos que precede esse protesto. Foram encontrados muitos processos conflitivos anteriores aos saques de 2014 que apontam para recorrências na forma de manifestação das demandas na cidade. Nesses processos, vimos como o bloqueio do trânsito e a queima de pneus não foi uma particularidade do dia 14 de maio. Vimos também que a área comercial central – a que foi mais saqueada – viveu um importante conflito relacionado com a retirada dos ambulantes e consequente favorecimento dos estabelecimentos comerciais. Por fim, foi possível observar

como o quebra-quebra dos ônibus se dá em um contexto conflitivo com a única empresa de transporte público que serve precariamente o local. Porém, uma particularidade da greve da PMPE é que durante o protesto inicial não estava presente o ator responsável usualmente por controlar esses processos conflitivos: a Polícia Militar. Por fim, um último processo social a ser destacado no contexto do acontecimento é que o Brasil vivia um momento específico de sua história recente relacionado com o "desbordamento" de Junho de 2013. Esse ciclo de protestos que se articulou com uma inflexão na ocorrência de violências coletivas apresenta similitudes com os saques em Abreu e Lima, que acredito dever ser considerado dentre suas reverberações. Se pensarmos nos saques como pertencente a Junho de 2013, entendido como um processo, veremos como o aumento da conflitividade nas ruas se deu em as ações diretas e na recusa da institucionalidade.

Acerca do momento específico dos saques propus que eles fossem analisados como uma ação coletiva violenta que se constitui como uma relação conflitiva relacionada com a expropriação coletiva de bens em disputa. A narrativa dos saques foi construída tendo em mente três momentos distintos: os caminhões, as lojas do centro e os supermercados da periferia. Desde os primeiros saques aos dois caminhões, foi perceptível uma característica importante: a heterogeneidade dos sujeitos envolvidos nos saques. Porém, apesar da diversidade, há a constância da presença de um ator inesperado: o vizinho ou o conhecido. Durante todo o acontecimento, ocorreram processos ambíguos de estabelecimento de fronteiras, pois se, na maioria das vezes, os abreu-limenses se identificaram com os saqueadores, em outras buscaram estabelecer diferenciações – o que se acentuou no momento posterior aos saques. Acerca disso, vimos as noções legitimadoras existentes no local e mobilizadas durante o acontecimento, o que revela o apoio de uma parte da população aos saqueadores. Ainda sobre a heterogeneidade foi constatada uma grande diversidade de mercadorias saqueadas, porém foi percebido que, especialmente no segundo momento que é o de maior amplitude, não foram todos os estabelecimentos saqueados: em sua grande maioria eram lojas de médio ou grande porte. Com relação à maneira como agiram os sujeitos, foi identificada uma baixa coordenação entre eles, a falta de lideranças identificáveis e poucos registros de violência contra as pessoas presentes no local. Por fim, foram identificadas relações antagônicas entre os saqueadores, de um lado, e os donos de lojas, os jornalistas, os seguranças privados e os policiais, do outro. Vimos também que o terceiro momento foi o do saque a grandes supermercados em um bairro da periferia abreu-limense, um momento que se estendeu até a manhã do dia 15. Há uma divergência muito grande nos dados acerca do quantitativo de lojas saqueadas e qual foi o prejuízo delas, porém é possível afirmar que,

apesar da perda de grande parte do estoque, a maioria das lojas conseguiu retomar seu funcionamento normal. Ainda assim, o comércio se decepcionou com a não concretização de suas reivindicações de reparação feitas ao governo.

Os saques acabaram no dia em que houve a inflexão das ocorrências criminais nas outras cidades do estado e que o funcionamento cotidiano do comércio foi mais afetado. Foi um dia de proliferação de muitos boatos e do medo. Fora de Abreu e Lima, duas regiões se destacaram em processos conflitivos: os saques que foram registrados no bairro de Cavaleiro em Jaboatão dos Guararapes e o quebra-quebra de prédios da administração pública em Toritama. Nesse dia, as Forças Armadas foram mobilizadas para coibir as ocorrências criminais e um protesto dos trabalhadores de Suape. Acerca do momento posterior ao acontecimento e da sedimentação do social em Abreu e Lima, vimos que a criminalização dos saqueadores privilegiou uma abordagem individualista, mas que os processos jurídicos dos que não foram pegos em flagrante não foram efetivados. Nesse momento posterior se destaca uma decisão dos saqueadores arrependidos: a devolução de mercadorias. Esse foi um fenômeno singular e importante para a cidade, que deve ser entendido fazendo parte da restituição das condutas apropriadas segundo o regime proprietário que vivemos. Além disso, é importante demarcar a relevante articulação entre setores diversos da sociedade abreu-limense em busca do estabelecimento de uma hegemonia que condena o acontecimento e seus envolvidos.

Com todos os esforços de deslegitimação dos saques relacionados à demofobia e à defesa da propriedade por parte da mídia e dos seus entrevistados, que vimos nesse capítulo, é importante ressaltar que entendo essas ações coletivas violentas como fenômenos políticos que tornam visíveis antagonismos cotidianos e criam outros. Elas não são consequências diretas e necessárias da carência, pois muitas são as respostas possíveis para isso. Sendo uma ação política que congrega a heterogeneidade social, não controla quais demandas incorpora. Não seria uma deficiência dos saques serem ambíguos, isso é constitutivo deles enquanto manifestação daquilo que escapa ao hegemônico. Dessa maneira, interessou-me menos condenar as suas indefinições políticas ou o fato de não terem um vetor político dado a priori e mais realizar aquilo que foi tão importante para essa tese: verificar como eles se manifestaram e como os antagonismos se deram em suas ocorrências.

Para finalizar, ressalto que muitos argumentos foram defendidos nessa tese, alguns apenas esboçados enquanto que outros desenvolvidos com mais profundidade. Os esboços atribuo tanto às dificuldades com o campo e com o acesso a dados mais substanciais, quanto às dificuldades analíticas que não soube superar. Muitas outras articulações poderiam ter sido

realizadas, porém, ao falar daquilo que conheço e do que pouco conheço, busquei evitar a subsunção do real ao possível e do possível ao real. Esteve implícita a busca das possibilidades naquilo que existe, das frestas que apontem para algo além do existente: o possível expandido que existe em todos os acontecimentos. Além disso, nem sempre me calei frente ao que não sabia – como recomendam os sábios – porque ao falar expus as questões que me afligiram depois de tanta reflexão sobre esse acontecimento. Espero que outros tomem a palavra e que as questões não respondidas os ajudem tanto quanto as respondidas.

REFERÊNCIAS

ABRAHAMSEN, Rita; WILLIAMS, Michael. **Security beyond the state**: Private security in international politics. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

ABREU e Lima. [S.d.]. **História**. Disponível em: http://www.abreuelima.pe.gov.br/a-cidade/historia/. Acesso em: 08 out. 2015.

ADORNO, Sérgio. Introdução. In: CUBAS, Viviane. **Segurança privada**: a expansão dos serviços de proteção e vigilância em São Paulo. Editora Humanitas, 2005.

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

AGÊNCIA Estadual de Planejamento e pesquisas em Pernambuco-Condepe/Fidem. [S.d.]. **Abreu e Lima**. Disponível em: http://www.condepefidem.pe.gov.br/c/document_library/get_file?p_l_id=18393234&folderId=18394117&name=DLFE-89503.pdf. Acesso em: 08 out. 2015.

AGUIAR, Thais. A demofobia na democracia moderna. **Dados-Revista de Ciências Sociais**, v. 54, n. 4, p. 609-650, 2011.

_____. **Uma genealogia de princípios de demofilia em concepções utópicas de democratização**. Tese (Doutorado em Ciências Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

AGUIRRE, Osvaldo. **A 10 años de los saqueos en Rosario**: crisis social, medios y violencia. Rosario: CECYT, 1999.

ALMEIDA, Juniele. **Tropas em protesto**: o ciclo de movimentos reivindicatórios dos policiais militares brasileiros no ano de 1997. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Historia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

ALTHUSSER, Louis. **Por Marx**. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.

AMÂNCIO, Frederico. Construindo um modelo de gestão de sucesso: o caso de Pernambuco. **Cadernos FGV Projetos**, 9, nº 23, p. 36-43, 2014.

AMARAL, Pedro. **O dia em que a terra parou**: greves policiais e os limites da ordem social. Trabalho de conclusão de curso (Ciências Sociais) – Universidade Federal de Pernambuco, 2016.

ARANTES, Paulo Eduardo. 1964, o ano que não terminou. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs.). **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010.

ARANTES, Paulo Eduardo. **O Novo Tempo do Mundo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

ARTINIAN, Juan. 1955: saqueos, crisis y emociones politicas en una Argentina dividida. In: DI MEGLIO, Gabriel; SERULNIKOV, Sergio. **La larga historia de los saqueos en la Argentina**: De la independencia a nuestros días. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2017.

AUYERO, Javier. **Routine politics and violence in Argentina:** The Gray zone of state power. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

BARREIRA, Marcos; BOTELHO, Maurilio. **O Exército nas ruas**: da Operação Rio à ocupação do Complexo do Alemão. In: BRITO, Felipe; OLIVEIRA, Pedro. **Até o último homem**. São Paulo: Boitempo, 2013.

BAUMAN, Zigmunt. 2011. **The London Riots** – On consumerism coming home to roost. Disponível em: https://www.socialeurope.eu/the-london-riots-on-consumerism-coming-home-to-roost. Acesso em: 10 jan. 2018.

BECKER, Howard. **Segredos e truques da pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BENEVIDES, Maria Victória; FISCHER, Rosa Maria. Respostas populares e violência urbana: o caso de linchamento no brasil (1979-1982). In: **Crime, Violencia e Poder** [S.l: s.n.], 1986.

BENJAMIN, Walter. "Crítica da Violência – Crítica do Poder". In: BENJAMIN, Walter. **Documentos de Cultura, Documentos de Barbárie**. São Paulo: Cultrix/USP, 1986.

BENZAQUEN, Guilherme; GOMES, Simone. **As aberturas de Junho de 2013: linchamentos, saques e táticas Black Bloc**. In: Sociedade Brasileira de Sociologia, 19, 2019, Florianópolis. Anais… Florianópolis: UFSC, 2019.

BÍBLIA Online. [S.d]. Disponível em: https://www.bibliaonline.com.br/acf/2cr/20. Acesso em: 14 jan. 2020.

BOITO JR, Armando. Indicações para o estudo do marxismo de Althusser. **Novos temas**, São Paulo, 2016.

BORBA, Pedro. **A construção da ordem política como processo de longa duração:** estados pós-coloniais e desenvolvimento desigual na América Latina – c. 1770 a 1945. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2019.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. **Decreto-lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1969.

BRETAS, Marcos. **A guerra das ruas**: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Copyright/Arquivo Nacional, 1997.

_____; ROSEMBERG, André. A História da Polícia no Brasil: balanço e perspectivas. **Topoi. Revista de História**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p. 162-173, jan./jun. 2013.

BRINGEL, Breno. Movimentos e mobilizações no Brasil: agendas políticas e de pesquisa. **Insight Inteligência**, Rio de Janeiro, n.62, p. 43-51, 2013.

_____; PLEYERS, Geoffrey. Junho de 2013… dois anos depois: polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil. **Nueva Sociedad***,* 4-17, 2015.

BURITY, Joanildo. **Desconstrução, hegemonia e democracia:** o pós-marxismo de Ernesto Laclau. Recife: Fundaj, 1997.

CALDEIRA, Teresa. **Cidade de Muros**: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo. São Paulo, Editora 34/ EdUSP, 2000.

CARVALHO, Laura. **Valsa brasileira**: do boom ao caos econômico. São Paulo: Todavia, 2018.

CARVALHO, Maurício. **A Copa do Mundo de 2014: Brasil entre Cidades de Exceção e Cidades Rebeldes**. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, 2014.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa:** enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008.

CERVIO, Ana L.; EYNARD, Martin. **Estrategias y acciones colectivas "para parar la olla":** una retrospectiva sobre los saqueos de 1989 y 2001-2002 (Documentos de trabajo del CIES Nº 03). Buenos Aires: Centro de Investigaciones y Estudios Sociológicos, 2014.

CLOVER, Joshua. **Riot, Strike, Riot: The New Era of Uprisings.** London: Verso, 2019.

CONSOLIM, Marcia Cristina. Gustave Le Bon e a reação conservadora às multidões. **Anais do XVII Encontro Regional de História–O lugar da História**, 2004.

CONTAMINE, Phillip. The growth of state control. Practices of war, 1300-1800: ransom and booty. In: CONTAMINE, Phillip (org.) **War and competition among states**. Oxford: Oxford University Press, pp. 163-194, 2000.

CORREGLIANO, Danilo. O poder judiciário diante do novo ciclo de greves no Brasil. **Revista Brasileira de Sociologia do Direito**, 4(2), 2017.

COSTA, Carlos. Corpos de Bombeiros Militares: Uma Abordagem Organizacional. **Revista Preleção**, ano II, nº3, 27-56, 2008.

CRUZ, Maurício; MARINI, Caio.; LEMOS, Marina. 2014. Modelo de Gestão Todos por Pernambuco: características e avanços. In: **Congresso CONSAD de Gestão Pública**, n. 7, Brasília. Disponível em: http://banco.consad.org.br/bitstream/123456789/1122/1/C7_PP_MODELO%20DE %20GESTÃO%20TODOS%20POR%20PERNAMBUC O.pdf. Acesso em: 26 jul. 2019.

CUBAS, Viviane. **Segurança privada**: a expansão dos serviços de proteção e vigilância em São Paulo. Editora Humanitas, 2005.

DAUDELIN, Jean; RATTON, José. **Illegal Markets, Violence and Inequality**: Evidences from a Brazilian Metropolis. Gewerbestrasse: Palgrave Macmillan, 2018.

DE GOIS, Chico; IGLESIAS, Simone. **Eduardo Campos**: um perfil (1965-2014). Leya, 2014.

DEVENNEY, Mark. Antagonism and Contemporary Political Theory. **Contemporary Political Theory**, n. 15, 2016.

_____. Property, propriety and democracy. **Studies in Social Justice**, 5 (2), 2011.

_____. **Towards an Improper Politics**. Edinburgh: Edinburgh Press, 2020.

DI MEGLIO, Gabriel; SERULNIKOV, Sergio. **La larga historia de los saqueos en la Argentina**: De la independencia a nuestros días. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2017.

DIEESE. "Balanço das greves em 2012." **Estudos e Pesquisas**, São Paulo, n. 66, 2013.

_____. "Balanço das greves em 2013." **Estudos e Pesquisas**, São Paulo, n. 79, 2015.

_____. "Balanço das greves de 2016". **Estudos e Pesquisas**, São Paulo, n. 84, 2017.

_____. "Balanço das greves de 2017". **Estudos e Pesquisas**, São Paulo, n. 87, 2018.

_____. "Balanço das greves de 2018". **Estudos e Pesquisas**, São Paulo, n. 89, 2019.

DINIZ, Ariosvaldo. Movimentos sociais no meio rural nordestino: a questão dos saques. **Política e Trabalho**, João Pessoa, n.5, 1986.

DOMINGUES, José Maurício. Patrimonialismo e neopatrimonialismo. In: **Dicionário analítico da corrupção**. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 187-192, 2008.

DOSSE, François. **Renascimento do acontecimento**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

ENGELS, Friedrich. Prefácio à terceira edição alemã de 1885 de O 18 de Brumário de Louis Bonaparte. In: MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

FAGANELLO, Marco. Bancada da Bala: uma onda na maré conservadora. In: VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo. **Direita, volver!**: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

FELICIANO, Carlos. Dores e delícias de ser o que é!: traços de uma rebeldia no campo brasileiro. In: **XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária**, São Paulo, 2009.

FELTRAN, Gabriel. O valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. **Caderno CRH**, vol. 27, n. 72, p. 495-512, 2014.

FERREIRA, Cassiana Buso. **Representações de intolerância na imprensa escrita:** saques e quebra-quebras em São Paulo (abril de 1993). 2009. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009a.

_____. **Qualidade na pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed; 2009b.

FONTANETTO, Renata; CAVALCANTI, Cecília. A cidade em narrativas: jornalismo tradicional e cidadão durante as "Jornadas de Junho" de 2013 no Brasil. **Chasqui: Revista Latinoamericana de Comunicación**, 131, p. 349-362, 2016.

FOUCAULT, Michel. Polêmica, política e problematizações. In: _____. **Ditos & Escritos V**: Ética, sexualidade, política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 225-233, 2010.

_____. **Segurança, território e população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

FRAGA, Cristina K. **A Polícia Militar ferida**: da violência visível à invisibilidade da violência nos acidentes em serviço. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: PUCRS, 2005.

FREUD, Sigmund. **A interpretação dos sonhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

GAFFNEY, Christopher. Segurança Pública e Megaeventos no Brasil. In: JUNIOR, Orlando. **Brasil**: Os Impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016. Rio de Janeiro: E-papers, 2015.

GALVÃO, Andréia. The Brazilian Labor Movement under PT Governments. **Latin American Perspectives**, 41(5), 2014.

GIDDENS, Anthony. **Novas regras do método sociológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GINZBURG, Carlos. Saques rituais –Preâmbulo de uma investigação em curso. In: _____. **A microhistória e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

GLYNOS, Jason; HOWARTH, David. **Logics of Critical Explanation in Social and Political Theory**. New York: Routledge, 2007.

GOHN, Maria da Gloria. **Manifestações e protestos no Brasil**: correntes e contracorrentes na atualidade. São Paulo: Cortez, 2017.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HOBSBAWM, Eric. **A era do capital:** 1848-1875. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

_____. **Rebeldes primitivos:** estudo sobre as formas arcaicas dos movimentos sociais nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

HOLLOWAY, Thomas. **Polícia no Rio de Janeiro**: repressão e resistência numa cidade do século XIX. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

HOWARTH, David. Aplicando la teoría del discurso: el método de la articulación. **Studia politicae**, n. 5, p. 37-88, 2005.

IBGE. [S.d.]. **Cidades**. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/abreu-e-lima. Acesso em: 08 out. 2015.

IVO, Any. O "ovo da serpente": arcabouço de excepcionalidades para a Copa de 2014 como regra do funcionamento do Estado brasileiro contemporâneo. **Cadernos Ceas**, n. 242, p. 672-687, Salvador/Recife, 2017.

JACCOUD, Mylène; MAYER, Robert. A observação direta e pesquisa qualitativa. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

_____. **New reflections on the revolution of our time.** London: Verso, 1990.

_____. **On populist reason**. London: Verso, 2005.

_____; MOUFFE, Chantal. **Hegemony and socialist strategy:** towards a radical democratic politics. London: Verso, 2001.

LAVINAS, Lena. **The Takeover of Social Policy by Financialization**: The Brazilian Paradox. New York: Palgrave, 2017.

LAZZARATO, Maurizio. **O governo do homem endividado**. São Paulo: n-1, 2017.

LE BON, Gustave. **Psicologia das multidões**. São Paulo: WC Martins Fontes, 2016.

LIMA, João Policarpo; SICSÚ, Abraham; GATTO, Maria Fernanda. Economia de Pernambuco: transformações recentes e perspectivas no contexto regional globalizado. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 38, n. 4, p. 525-541, 2007.

LOBO, Carlos. **O corpo de bombeiros em São Paulo/1970-1995**: modernização, políticas públicas e cidadania. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2002.

LOIZOS, Peter. Vídeo, filme e fotografias como documentos de pesquisa. In: BAUER, Martin W & GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som:** um manual prático. Petrópolis. Ed. Vozes, 2002.

MAFRA, Clara. **Os evangélicos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

MAINWARING, Scott; MENEGUELLO, Rachel; POWER, Timothy. **Partidos conservadores no Brasil Contemporâneo:** Quais são, o que defendem, quais são suas bases. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MARCELINO, Paula. Sindicalismo e neodesenvolvimentismo: analisando as greves entre 2003 e 2013 no Brasil. **Tempo Social**, 29(3), 201-227, 2017.

MARCHART, Oliver. Laclau's political ontology. **Contemporary Political Theory**, v. 15, 2016.

_____. **Political difference in Nancy, Lefort, Badiou and Laclau**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2007.

MARINI, Caio; MARTINS, Humberto. **Todos por Pernambuco**: conquistas e desafios. Recife: Instituto Publix, 2014.

MARTINS, José de Souza. Linchamento, o lado sombrio da mente conservadora. **Tempo social**, vol. 8, no 2, p. 11-26, 1996.

MARX, Karl. Introdução [à Crítica da Economia Política]. In: _____. **Coleção Os Pensadores.** São Paulo: Abril Cultural, 1977.

_____. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **O Capital:** Livro I. São paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MATTOS, Marcelo. Novas formas de protesto social e velhos caminhos de luta da classe trabalhadora: encontros e desencontros. Um estudo a partir do caso brasileiro no período recente. In: **III International Conference Strikes and Social Conflicts**: combined historical approaches to conflict, p. 1140-1152, 2016.

MCADAM, Douglas. Initiator and Spin-Off Movements: Diffusion Process in Protest Cycles. In: Mark Traugott (ed.). **Repertoires and Cycles of Collective Action**. Duke University Press, Durham, 1995.

MELO, Patrícia. **Histórias que a mídia conta:** o discurso sobre o crime violento e o trauma cultural do medo. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

MELUCCI, Alberto. **Challenging codes**: Collective action in the information age. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

MENDES, Clarissa. **Olhares sobre o outro**: construções sociais do medo da violência urbana. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, 2018.

MENDONÇA, Daniel; LINHARES, Bianca. "Eu Sou uma Ideia": o discurso do Lulismo no Brasil (2006-2018). (Prelo), 2019.

MERKLEN, Denis. **Bibliotecas en llamas:** cuando las clases populares cuestionan la sociología y la política. Buenos Aires: Ediciones UNGS, 2016.

MIRANDA, Ewerton. **O chupa-praça e o aumento de dez reais**: um estudo de caso sobre a greve dos policiais militares pernambucanos em julho de 1997. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

MISSE, Michel. **Malandros, Marginais e Vagabundos**: a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Sociologia)–Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1999.

MOISÉS, José Alvaro; MARTINEZ-ALIER, Verena. A revolta dos suburbanos ou 'patrão, o trem atrasou'. **Contradições urbanas e movimentos sociais**, 1977, vol. 2.

MONJARDET, Dominique. **O que faz a polícia**: sociologia da força pública. São Paulo: EDUSP, 2003.

MORAN, Matthew; WADDINGTON, David. **Riots**. London: Palgrave Macmillan, 2016.

MOTTA, Luiz Eduardo. O (re) começo do marxismo althusseriano. **Crítica Marxista**, n. 35, p. 73-89, 2012.

MOUFFE, Chantal. **On the political**. Abingdon: Routledge, 2005.

MUNHOZ, S. Thompson, o marxismo e o estudo dos protestos populares. **Esboços**. n. 12. Florianópolis: Imprensa Universitária, 2004.

MUNIZ, Jaqueline; JÚNIOR, Domício. Mandato Policial. In: LIMA, RATTON e AZEVEDO (Orgs.). **Crime, Polícia e Justiça no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

MUTZENBERG, Remo. Identidades e movimentos sociais numa sociedade indomável. **Revista Política e Trabalho**, n. 19, p. 39-58, 2003.

NASCIMENTO, Amauri. **Compêndio de Direito Sindical**. São Paulo: Editora Ltr, 2008.

NASCIMENTO, Edilberto; MELO, Cristina. O Usufruto do Diário Oficial do Estado de Pernambuco em Prol da Imagem de Eduardo Campos. In: **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação***,* 2014, Foz do Iguaçu. Disponível em: http://www.intercom.org.br/sis/2014/resumos/R9-1281-1.pdf. Acesso em: 26 jul. 2019.

NATAL, Ariadne. **30 anos de linchamentos na região metropolitana de São Paulo:** 1980-2009. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

NEVES, Frederico. **A multidão e a história**: Saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

NEWBURN, Tim et al. Shopping for free? Looting, consumerism and the 2011 riots. **The British Journal of Criminology,** v. 55, n. 5, p. 987-1004, 2015.

NOEL, Alain; THÉRIEN, Jean. **Left and Right in Global Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

NORONHA, Eduardo. Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007, **Lua Nova**, São Paulo, 76, 2009.

OLIVEIRA, Adriano. **Tiros na democracia**: de que lado ficou a imprensa na greve da Polícia Militar de Pernambuco no ano de 1997?. Recife: Bagaço, 2001.

OMENA, Erick. A “Copa das Manifestações” e os Processos de Governança Urbana no Brasil. In: JUNIOR, Orlando. **Brasil**: Os Impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016. Rio de Janeiro: E-papers, 2015.

ORTELLADO, Pablo; RYOKI, André. **Estamos vencendo!:** Resistência global no Brasil. São Paulo: Conrad, 2004.

PEREIRA, Francisco. O saque de 04 de fevereiro de 1988: noções de direitos e resistência camponesa (Itapiúna/CE). In: **XX VII Anais Anpuh**, 2013.

PERFIL Parlamentar. 2020. **Joel da Harpa**. Disponível em: http://www.alepe.pe.gov.br/parlamentar/joel-da-harpa/. Acesso em: 14 jan. 2020.

PERNAMBUCO. **Lei Complementar nº 211, de 8 de outubro de 2012**. Recife, 2012. Disponível em: http://legis.alepe.pe.gov.br/. Acesso em: 26 jul. 2019.

PIROLA, Émerson. Althusser e a Sobredeterminação na Obra de Marx. **Revista Opinião Filosófica**, v. 7, n. 1, 2017.

PONCIONI, Paula. **Tornar-se policial**: a construção da identidade profissional do policial no Estado do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2003.

POUPART, Jean. et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

PREFEITURA do Recife. [S.d.]. **Grupamentos da guarda civil municipal do Recife**. Disponível em: http://www.gcmrecife.com.br/unidades. Acesso em: 26 jul. 2019.

RAPHAEL, Joel Cordeiro. O desafio constitucional para uma polícia cidadã: identidade, fragmentação militar e autopoiese. **Revista de informação legislativa**, Brasília, v. 50, n. 200, p. 81- 101, out./dez. 2013.

QUADROS, Marcos; MADEIRA, Rafael. Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil. **Opinião Pública**, 24,3, p. 486-522, 2018.

QUATRINI, Diego. Presentación. In: CERVIO, A. L.; EYNARD, M. **Estrategias y acciones colectivas “para parar la olla”**. Una retrospectiva sobre los saqueos de 1989 y 2001-2002 (Documentos de trabajo del CIES Nº 03). Buenos Aires: Centro de Investigaciones y Estudios Sociológicos, 2014.

RATTON, José; DAUDELIN, Jean. Construction and Deconstruction of a Homicide Reduction Policy: The Case of Pact for Life in Pernambuco, Brazil. **International Journal of Criminology and Sociology**, n. 7, p. 173-183, 2018.

REINER, Robert. **The Politics of the Police**. New York: St. Martins Press, 1985.

RIBAS, Cristina. Black prof: uma nova semiotização no ciclo de protestos no Brasil. **Revita-Valise**, Porto Alegre, v. 6, n. 12, dez-2016.

ROCHA, Guilherme. A “greve branca” da polícia militar do Espírito Santo: Confronto político e efeitos sobre as políticas públicas. In: **IV Conferência Internacional Greves e Conflitos Sociais**, São Paulo, 2018.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

RUDÉ, George. **A multidão na historia**: estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra 1730-1848 . Rio de Janeiro: Editora Campus, 1991.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAFATLE, Vladimir. Do uso da violência contra o estado ilegal. In: _____; TELES, Edson. **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010.

SANTOS, Aretuza. **A greve da polícia militar da Bahia no campo do discurso**: disputas pelo sentido. Tese (doutorado) — Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2016.

SANTOS, Eveline. **A bancada da bala na câmara**: quem são e o que propõem esses deputados. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

SCIRÉ, Claudia. ““Financeirização da pobreza”: crédito e endividamento no âmbito das práticas populares de consumo”. **Teoria e Pesquisa**, vol.20, n°1, 2011.

SCRIBANO, Adrián. Conflicto y estructuración social: una propuesta para su análisis. In: Zevallos Zevallos y otros Editores. **América Latina: hacia una nueva alternativa de desarrollo**. XXIV Congreso ALAS. Editorial Universidad Nacional de San Agustín. Arequipa, 2004.

_____; LISDERO, Pedro. Saqueos en la Argentina: algunas pistas para su comprensión a partir de los episodios de Córdoba-2013. **Caderno CRH**, 30, 80, 2017.

SELL, Carlos Eduardo. The two concepts of Patrimonialism in Max Weber: From the domestic model to the organizational model. **Sociologia & Antropologia**, v. 7, n. 2, p. 315-340, 2017.

SILVA, Luiz Machado. “Criminalidade violenta: Por uma nova perspectiva de análise”. **Revista de Sociologia e Política**, no 13, pp. 45-58, 1999.

SILVA, Selmo. O ciclo de greves contemporâneas no Brasil: o levante proletário de 2013 e a experiência da greve negra dos garis do Rio de Janeiro de 2014 numa perspectiva anarquista. **Espaço acadêmico**, Maringá, 18 (210), 2018.

SILVA, Wellington. **Entre a liturgia e o salário**: a formação dos aparatos policiais no Recife do século XIX (1830-1850). Tese (doutorado) — Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia de Letras, 2012.

SOARES, Luis. **Desmilitarizar**: segurança pública e direitos humanos. São Paulo: Boitempo, 2019.

SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SOREL, Georges. **Reflections on violence**. Cambridge: Cambridge Press, 2012.

SOUZA, Alana. **"Tia, o que é religião?"**: Religião, moral e corpo entre crianças na cidade mais evangélica do Brasil. 2016. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

SOUZA, Benjamin et al. **Plano municipal de Assistência Social:** 2018-2021. Prefeitura de Abreu e Lima, 2017.

STALLYBRASS, Peter. Marx and Heterogeneity: Thinking the Lumpenproletariat. **Representations**, 31, 69-95, 1990.

SVAMPA, Maristella. [2013]. La caja de Pandora de los saqueos. **Revista de Cultura Ñ**, Argentina. Disponível em: http://www.revistaenie.clarin.com. Acesso em: 18 jul. 2017.

TARROW, Sidney. Cycles of collective action: Between moments of madness and the repertoire of contention. In: TRAUGOTT, Mark (Org.) **Repertoires and cycles of collective action**. Durham: Duke University Press, 1995.

TATAGIBA, Luciana. 1984, 1992 e 2013. Sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil. **Política & Sociedade**, v. 13, n. 28, p. 35-62, 2014.

TELES, Edson. Entre justiça e violência: estado de exceção nas democracias do Brasil e da África do Sul. In: SAFATLE, Vladimir; TELES, Edson (orgs.). **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010.

TELLES, Vera. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. São Paulo: Argumentum, 2010.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TILLY, Charles. **From mobilization to revolution**. Michigan: Newberry Award Records, 1977.

_____. **The Politics of Collective Violence**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

TSÉ-TUNG, Mao. **Sobre a prática e a contradição**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

VERA, Andrea Soledad Roca. **Catástrofe, violência e estado de exceção**: memórias de insegurança urbana após o terremoto de 2010 na cidade de Concepción, Chile. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, 2014.

WEBER, Max. **Ciência e política***:* Duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1970.

_____. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: UnB, 1999.

WHITEHOUSE, David. 2014. Origins of the police. **Worx In Theory**. Disponível em: <https://worxintheory.wordpress.com/2014/12/07/origins-of-the-police/>. Acesso em: 18 abr. 2019.

WILLIAMS, Evan. **Carta aberta aos que condenam as pilhagens**. Lisboa: Edições Anti-páticas, 2011.

JORNAIS

ABREU e Lima em destaque. 2012. **Dia da consciência evangélica é feriado em Abreu e Lima**. Disponível em: http://www.abreuelimaemdestaque.com.br/2012/10/dia-da-consciencia-evangelica-e-feriado.html. Acesso em: 14 jan. 2020.

_____. 2013a. **A venezuela pernambucana**. Disponível em: http://www.abreuelimaemdestaque.com.br/2013/03/a-venezuela-pernambucana.html. Acesso em: 14 jan. 2020.

_____. 2013b. **Delegacia de Abreu e Lima registrou quatro queixas contra loja Elektra neste ano**. Disponível em: http://www.abreuelimaemdestaque.com.br/2013/07/delegacia-de-abreu-e-lima-registrou.html?m=0. Acesso em: 20 jul. 2018.

_____. 2013c. **Emancipação política de Abreu e Lima: show comemorativo**. Disponível em: http://www.abreuelimaemdestaque.com.br/2013/05/emancipacao-politica-de-abreu-e-lima.html?m=0. Acesso em: 14 jan. 2020.

ABREU e Lima é aqui. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 10, 18 mai. 2014a.

ABREU e Lima pede reforço. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 15, 18 mai. 2014b.

ABREU e Lima refém do medo e de boatos. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 2, 20 mai. 2014c.

ALBUQUERQUE, Marcílio. Passeata antes de voltar atrás. In: **Folha de Pernambuco**, Recife, p. 8, 16 mai. 2014a.

APÓS greve, mais 46 mortes no estado. **Diario de Pernambuco**, Recife, p. 4, 20 mai. 2014a.

APÓS novos saques, delegado de Abreu e Lima solicita ajuda do Core. 2014b. **JC Online**. Disponível em: https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2014/05/15/apos-novos-saques-delegado-de-abreu-e-lima-solicita-ajuda-do-core-128057.php. Acesso em: 18 jan. 2020.

ARAYA, Maurício. 2014. Acordo põe fim à greve na Polícia Militar do Maranhão. In: **Imirante**. Disponível em: https://imirante.com/maranhao/noticias/2014/04/05/acordo-poe-fim-a-greve-na-policia-militar.shtml. Acesso em: 18 abr. 2019.

ASSIS, Antônio. 2014. Centro comercial de Abreu e Lima é alvo de saques no dia do aniversário do município. Disponível em: http://antonioassiss.blogspot.com/2014/05/centro-comercial-de-abreu-e-lima-e-alvo.html. Acesso em: 18 jan. 2018.

BARACHO, Maira. 2015. Um ano depois, Abreu e Lima exorciza o trauma da greve da PM. In: **Diario de Pernambuco**. Disponível em: https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2015/05/um-ano-depois-abreu-e-lima-ainda-exorciza-o-trauma-da-greve-da-pm.html. Acesso em: 08 out. 2015.

BBC. 2011. **London riots arrests reach 2,000, Met Police says**. Disponível em: http://www.bbc.com/news/uk-14668770. Acesso em: 08 out. 2015.

BLOG do Jamildo. **PIB de Pernambuco cresce 2% em 2014, menor resultado desde 2003**. 2014. Disponível em: https://blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2015/06/04/pib-de-pernambuco-cresce-2-em-2014-menor-resultado-dos-ultimos-10-anos/. Acesso em: 26 jul. 2019.

CAVALCANTI, Alexsandro. Quedas de energia revoltam Abreu e Lima. In: **Jornal do Commercio**, Recife, p. 19, 13 mar. 2014.

CAVALCANTI, Jorge. O bicho chamado homem. In: **Jornal do Commercio**, Recife, p. 10, 16 mai. 2014a.

_____. Humano, mas não legítimo. In: **Jornal do Commercio**, Recife, p. 2, 18 mai. 2014b.

CDL faz novas reivindicações. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 12, 26 mai. 2014.

CORAÇÕES para selar a paz. **Folha de Pernambuco**. Recife, p. 5, 21 mai. 2014.

CORPO e fé. **Diario de Pernambuco**. Recife, p. 6, 19 mai. 2014.

COSTA, Priscilla. Greve assusta população. In: **Folha de Pernambuco**, Recife, p. 3, 14 mai. 2014a.

_____. Greve ilegal causa transtorno. In: **Folha de Pernambuco**, Recife, p. 4, 15 mai. 2014b.

COUTINHO, Renata. **Tropas da Força Nacional e o Exército ficarão nas ruas**. In: **Folha de Pernambuco**, Recife, p. 9, 16 mai. 2014.

CRIANÇA de 11 anos devolve som. **Diario de Pernambuco**. Recife, p. 5, 20 mai. 2014.

DANTAS, Anna. 2014. Greve da Polícia do RN chega ao fim após 10 horas. In: **Estadão**. Disponível em: http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,greve-da-policia-militar-do-rn-chega-ao-fim-apos-10-horas,1157176. Acesso em: 18 abr. 2019.

DE CIDADÃO comum a saqueador. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 11, 16 mai. 2014.

DE GOIS, Chico. 2013. Campos emprega primos no governo de Pernambuco. Em: **O Globo**. Disponível em https://oglobo.globo.com/brasil/campos-emprega-primos-no-governo-de-pernambuco-7931429. Acesso em: 26 jul. 2019.

DEZESSEIS horas de terror e vergonha. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 5, 16 mai. 2014.

DUARTE, André. A vergonha do boy do arrastão. In: **Diario de Pernambuco**, Recife, p. 4, 20 mai. 2014.

EM BUSCA da redenção. **Diario de Pernambuco**, Recife, p. 4, 26 mai. 2014.

FLÁVIO, Mário. Vandalismo se estendeu no interior. In: **Folha de Pernambuco**, Recife, p. 6, 16 mai. 2014.

FORÇA Nacional nas ruas. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 2, 15 mai. 2014.

FREIRE, Luiz. Em alerta contra imprevistos. In: **Folha de Pernambuco**, Recife, p. 4, 14 mai. 2014.

G1. 2014a. **Acaba a greve da Polícia Militar da Bahia**. Disponível em http://g1.globo.com/bahia/noticia/2014/04/acaba-greve-da-policia-militar-da-bahia.html. Acesso em: 18 abr. 2019.

_____. 2014b. **Boatos de arrastão fazem lojas do Recife fecharem as portas**. Disponível em: http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2014/05/boatos-de-arrastao-fazem-lojas-do-recife-fecharem-portas.html. Acesso em: 20 jul. 2018.

_____. 2014c. **Câmara e prefeitura de Toritama são depredadas e móveis incendiados**. Disponível em: http://g1.globo.com/pe/caruaru-regiao/noticia/2014/05/camara-e-prefeitura-de-toritama-sao-depredadas-e-moveis-incendiados.html. Acesso em: 16 jan. 2020.

_____. 2014d. **Em PE, 234 pessoas são detidas durante greve da Polícia Militar**. Disponível em: http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2014/05/em-pe-234-pessoas-sao-detidas-durante-greve-da-policia-militar.html. Acesso em: 16 jan. 2020.

_____. 2014e. **Ex-comandante da Polícia Militar é preso por indisciplina no Maranhão**. Disponível em: http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2014/04/ex-comandante-da-policia-militar-e-preso-por-indisciplina-no-maranhao.html. Acesso em: 18 abr. 2019.

_____. 2014f. **Exército e Polícia Civil reforçam segurança durante greve da PM**. Disponível em: http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2014/05/exercito-e-policia-civil-reforcam-seguranca-durante-greve-da-pm.html. Acesso em: 20 jul. 2018.

_____. 2014g. **Fantástico conversa com pessoas arrependidas de saque em PE**. Disponível em: http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2014/05/saqueadores-arrependidos-devem-ter-penas-mais-brandas-diz-delegado.html. Acesso em: 20 jul. 2018.

_____. 2014h. **Lojistas de Abreu e Lima entram com ação na justiça contra o estado**. Disponível em: http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2014/05/lojistas-de-abreu-e-lima-entram-com-acao-na-justica-contra-o-estado.html. Acesso em: 14 jan. 2020.

_____. 2014i. **Militares podem ficar nas ruas do Recife até o dia 29 de maio**. Disponível em: http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2014/05/militares-podem-ficar-nas-ruas-do-recife-ate-o-dia-29-de-maio.html. Acesso em: 14 jan. 2020.

_____. 2014j. **No AM, deputados aprovam lei que reestrutura carreira de praças da PM**. Disponível em: http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2014/06/no-am-deputados-aprovam-lei-que-reestrutura-carreira-de-pracas-da-pm.html. Acesso em: 18 abr. 2019.

_____. 2014k. **Policiais militares de PE protestam em frente ao palácio do governo**. Disponível em: http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2014/05/policiais-militares-de-pe-protestam-em-frente-ao-palacio-do-governo.html. Acesso em: 14 jan. 2020.

_____. 2014l. **Produtos saqueados durante a greve são devolvidos em Abreu e Lima**. Disponível em: http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2014/05/produtos-saqueados-durante-greve-sao-devolvidos-em-abreu-e-lima.html. Acesso em: 20 jul. 2018.

_____. 2014m. **Sobe nº de homicídios no primeiro fim de semana após a greve da PM-PE**. Disponível em: http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2014/05/sobe-n-de-homicidios-no-primeiro-fim-de-semana-apos-greve-da-pm-pe.html. Acesso em: 18 abr. 2019.

_____. 2014n. **Vândalos saqueiam lojas de Abreu e Lima (PE) durante greve de policiais**. Disponível em: http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2014/05/vandalos-saqueiam-lojas-de-abreu-e-lima-pe-durante-greve-de-policiais.html. Acesso em: 14 jan. 2020.

_____. 2017a. **Após reunião com governo, mulheres de PMs desocupam quartéis no ES**. Disponível em http://g1.globo.com/espirito-santo/noticia/2017/02/apos-reuniao-com-governo-mulheres-de-pms-desocupam-quarteis-no-es.html. Acesso em: 18 abr. 2019.

_____. 2017b. **Produtos apreendidos após saques durante greve da PM em 2014 permanecem sem destinto em galpão da polícia**. Disponível em: https://g1.globo.com/pernambuco/noticia/produtos-apreendidos-apos-saques-em-abreu-e-lima-na-greve-da-pm-em-2014-permanecem-sem-destino-em-galpao-da-policia.ghtml. Acesso em: 14 jan. 2020.

GOVERNO do estado de Pernambuco. Nota oficial de esclarecimento. In: **Jornal do Commercio**, Recife, p. 3, 15 mai. 2014.

GREVE da Polícia Militar gera onda de boatos nas redes sociais. **Diario de Pernambuco**, Recife, p. 3, 15 mai. 2014a.

GREVE ilegal da PM e bombeiros. **Folha de Pernambuco**, Recife, p. 6, 16 mai. 2014b.

GUERRA em Abreu e Lima. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 3, 15 mai. 2014.

HOMICÍDIOS voltam a subir. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 1, 20 mai. 2014.

JAMILDO. 2012. Nesta terça, Abreu e Lima comemora revolução bolivariana e figura de Hugo Chávez com show de Cristina Amaral. In: **Blog do Jamildo**. Disponível em: https://blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2012/07/23/nesta-terca-abreu-e-lima-comemora-revolucao-bolivariana-e-figura-de-hugo-chavez-com-show-de-cristina-amaral/. Acesso em: 14 jan. 2020.

JATOBÁ, Jorge. Motim e barbárie. In: **Jornal do Commercio**, Recife, p. 13, 22 mai. 2014.

JC Online. 2011. **Feira da bagunça no centro de Abreu e Lima**. Disponível em: https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2011/08/01/feira-da-bagunca-no-centro-de-abreu-e-lima-11732.php. Acesso em: 18 abr. 2019.

JOÃO Lyra Neto propõe debate sobre vandalismo e violência. **Diário Oficial Estado de Pernambuco**, Recife, n.96, p. 1, 27 mai. 2014.

JUSTIÇA de Pernambuco considera ilegal greve da PM. 2014. In: **Veja**. Disponível em: https://veja.abril.com.br/brasil/justica-de-pernambuco-considera-ilegal-greve-da-pm. Acesso em: 18 jan. 2020.

LEÃO, Carolina. 48 horas dramáticas, nas quais a imoralidade e a barbárie imperaram. In: **Folha de Pernambuco**, Recife, p. 3, 18 mai. 2014.

MARANHÃO, Wilson. Um dia de caos para a população recifense. In: **Folha de Pernambuco**, Recife, p. 6, 15 mai. 2014.

MEDO toma conta das ruas da Bahia. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 8, 17 abr. 2014.

MENSAGENS religiosas são deixadas em lojas de Abreu e Lima. 2014. In: JC Online. Disponível em: https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2014/05/20/mensagens-religiosas-sao-deixadas-nas-lojas-de-abreu-e-lima-128616.php. Acesso em: 18 jan. 2020.

MOMENTO de faxina na volta ao trabalho. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 5, 17 mai. 2014.

MONTEIRO, Daniele. Reinado da violência e do medo. In: **Folha de Pernambuco**, Recife, p. 6, 16 mai. 2014.

NAS REDES sociais, a manada reina. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 10, 16 mai. 2014.

OLIVEIRA, Marcos. Greve da PM reata cenário eleitoral. In: **Jornal do Commercio**, Recife, p. 4, 18 mai. 2014.

O ACERTO de contas com a consciência. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 4, 17 mai. 2014.

O PACTO civilizatório foi jogado no lixo. **Folha de Pernambuco**, Recife, p. 3, 18 mai. 2014.

O QUE ninguém queria. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 1, 15 mai. 2014.

PASSOS, Rodrigo. Cenas de uma guerra civil. In: **Folha de Pernambuco**, Recife, p. 6, 15 mai. 2014a.

_____. O arrependimento não tardou. In: **Folha de Pernambuco**, Recife, p. 1, 17 mai. 2014b.

PENA, Edward. Categoria justifica falta de perspectiva. In: **Folha de Pernambuco**, Recife, p. 4, 14 mai. 2014a.

_____. PMs e bombeiros podem decretar greve hoje. In: **Jornal do Commercio**. Recife, p. 4, 13 mai. 2014b.

PMS e bombeiros são recebidos pelo Governo. **Diário Oficial Estado de Pernambuco**, Recife, n.87, p. 1, 14 mai. 2014.

POLICIAIS militares e bombeiros de Pernambuco decretam greve. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 8, 14 mai. 2014.

PORTAS cerradas e uma cidade fantasma. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 8, 16 mai. 2014.

RAPOSO, Patrícia. À luz da mídia, o arrependimento. In: **Folha de Pernambuco**, Recife, p. 3, 17 mai. 2014.

RECEIO de demissões. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 3, 20 mai. 2014.

REIS, Palhares. Saques e arrependimento. In: **Folha de Pernambuco**, Recife, p. 12, 17 mai. 2014.

RIBEIRO, Jeferson. 2013. Sucesso econômico de Pernambuco também deve crédito a governo federal. In: **Estadão**. Disponível em: https://www.estadao.com.br/noticias/geral,especial-sucesso-economico-de-pernambuco-tambem-deve-credito-a-governo-federal,1110544. Acesso em: 26 jul. 2019.

SAMPAIO, Robson. Meu Brasil, brasileiro. In: **Folha de Pernambuco**, Recife, p. 8, 16 mai. 2014a.

_____. São bandidos. In: **Folha de Pernambuco**, Recife, p. 2, 17 mai. 2014b.

SANTOS, Wagner. Insegurança já está nas redes. In: **Folha de Pernambuco**, Recife, p. 4, 14 mai. 2014.

SAQUEADORES devolvem eletrodomésticos na delegacia de Abreu e Lima. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. 10, 17 mai. 2014.

SAQUES e pobreza urbana. In: **Folha de Pernambuco**, Recife, p. 8, 20 mai. 2014a.

SEVERIANO, Adneison. 2014. Grupo de PMs bloqueia via ao lado do estádio da Copa em protesto no AM. In: **G1**. Disponível em: http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2014/04/grupo-de-pms-bloqueia-ao-lado-de-estadio-da-copa-em-protesto-no-am.html. Acesso em: 18 abr. 2019.

SILVA, Wallinson. 2014. Usuários de ônibus sofrem em Abreu e Lima. In: **Abreu e Lima em Destaque**. Disponível em: http://www.abreuelimaemdestaque.com.br/2013/07/usuarios-de-onibus-sofrem-em-abreu-e.html. Acesso em: 14 jan. 2020.

SOL, Eduardo. Cresce demanda por segurança privada. In: **Folha de Pernambuco**, Recife, p. 4, 16 mai. 2014.

TOLEDANO, Diego. 2014. Parte da PM anuncia greve no AM em protesto ao lado de estádio da Copa. In: **G1**. Disponível em: http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2014/04/parte-da-pm-anuncia-greve-no-am-em-protesto-em-frente-ao-estadio-da-copa.html. Acesso em: 18 abr. 2019.

UM dia de caos para ficar na história. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 6, 16 mai. 2014.

UMA caminhada pela cidadania. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 12, 26 mai. 2014.

VERMELHO. 2014. **Polícia Militar entra em greve no Maranhão**. Disponível em: http://www.vermelho.org.br/noticia/238803-1. Acesso em: 18 abr. 2019.

VIEIRA, Felipe. Faltam agentes na polícia civil em Pernambuco. In: **Blog de Jamildo**. 2014. Disponível em: https://blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2014/12/28/faltam-agentes-na-policia-civil-em-pernambuco/. Acesso em: 26 jul. 2019.

VIOLÊNCIA sobrou até para a imprensa. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 11, 16 mai. 2014.

VÍDEOS

ABREU e Lima O Caos, Arrastões, Roubos, Assaltos, Saques, Arrombamentos, Terror, guerra 14/05/2014. 2014d. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=QlIAYm6c6Ik. Acesso em: 26 jul. 2019.

ABREU e Lima sofre com novos saques. 2014e. Disponível: https://www.youtube.com/watch?v=TsixRLfH0nk. Acesso em: 18 abr. 2019.

APENAS mais um! Linchamento 18/07/13. 2013. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=M2fmn5bGWB4. Acesso em: 18 abr. 2019.

ARRASTAO = GREVE DOS POLICIAIS EM PERNAMBUCO. 2014. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=fTSd6s5OgxA. Acesso em: 14 jan. 2020.

CAOS em Abreu e Lima. 2014a. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=D9Wrftw86Ic. Acesso em: 18 abr. 2019.

CAOS em Abreu e Lima no Bom Dia Brasil. 2014b. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=K63bxKDpboA. Acesso em: 14 jan. 2020.

CENTRO de Abreu e Lima é tomado por saques. 2014. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=yhx4PRsyikY. Acesso em: 20 jul. 2018.

CIDADE de Paulista, violência, saques e muito vandalismo. 2014. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=xXj3p4e5608&t=1s. Acesso em: 16 jan. 2020.

DELEGADO dispersa saque sozinho greve PMPE. 2014. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=t80z-fp7akk. Acesso em: 16 jan. 2020.

DIARIO de Pernambuco. 2014a. **Abreu e Lima sofre com saques a lojas e supermercados**. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=fYBc2RlX6XQ. Acesso em: 14 jan. 2020.

_____. 2014b. **Moradores de Abreu e Lima devolvem eletrodomésticos**. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=4SmFJE8nToY. Acesso em: 15 jan. 2020.

_____. 2014c. **Onda de saques no bairro de Caetés 3, Abreu e Lima**. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=nzgZzWaBlUw. Acesso em: 20 jul. 2018.

_____. 2015. **Moradores de Abreu e Lima relembram dias de insegurança**. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=e9p91_KtZ98. Acesso em: 14 jan. 2020.

G1. 2014o. **Abreu e Lima teria tido primeiro ato político a favor das Diretas Já no Brasil**. Disponível em: http://g1.globo.com/pernambuco/videos/v/abreu-e-lima-teria-tido-primeiro-ato-politico-a-favor-das-diretas-ja-no-brasil/3304699/. Acesso em: 14 jan. 2020.

_____. 2014p. **Policiais militares aderem à greve no interior de Pernambuco**. Disponível em: http://g1.globo.com/pernambuco/videos/t/todos-os-videos/v/policiais-militares-aderem-a-greve-no-interior-de-pernambuco/3345198/. Acesso em: 14 jan. 2020.

FERREYRA, Natalia. 2014. **La hora del lobo**. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=oxrqyhuyXis&t=22s. Acesso em: 15 jan. 2020.

GOMES, Marcelo. **Estou me guardando para quando o carnaval chegar**. Vitrine Filmes, 2019.

GREVE da PM em PE, vários saques e arrastões. 2014c. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=3dMw3WKdNyA. Acesso em: 14 jan. 2020.

GREVE da PM em Recife - Saques, assaltos e arrombamentos de lojas – 15/05/2014. 2014d. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=XMq8L8XYrpU. Acesso em: 15 jan. 2020.

GREVE DA POLICIA DE PERNAMBUCO SAQUE AS LOJAS. 2014e. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=IB6lF20H6kQ. Acesso em: 15 jan. 2020.

INFORME-PE. 2013. **Protesto em Abreu e Lima 20/11/2013**. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=d1C3ROJ8itM. Acesso em: 14 jan. 2020.

JORNAL Nacional. 2014. **População de Abreu e Lima começa a devolver produtos roubados**. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Q0sRRvQ-Fmo. Acesso em: 15 jan. 2020.

LADRÃO é linchado pela população e amarrado a um poste. 2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=i42oaLCqeis. Acesso em 18 abr. 2019.

LINCHADO na rua. 2013. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Ylr3GIfsGos. Acesso: em 18 abr. 2019.

LOJAS após saques em Abreu e Lima. 2014. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=oYRuPXiOiIY. Acesso em: 20 jul. 2018.

MENOR apreendido durante passeata pró-impeachment. 2015. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=PrYicGMkGIA. Acesso em: 18 abr. 2019.

PROTESTO da falta de água em Caetés 1 -Abreu e Lima. 2012. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=NcuHi1OoPwY. Acesso em: 14 jan. 2020.

PROTESTO de Abreu e Lima. 2013. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=pnxm6wXOiTu. Acesso em: 14 jan. 2020.

PROTESTO em Abreu e Lima teve saque de tudos e tudos!. 2014. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=mcV-cdy0ajs. Acesso em: 14 jan. 2020.

REGISTROS da greve da Polícia Militar em Pernambuco. 2014. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=64XIz42ikEk. Acesso em: 16 jan. 2020.

SAQUE a caminhão dos Correios em Abreu e Lima 14/05/2014. 2014a. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=8ptthr8TEy8. Acesso em: 14 jan. 2020.

SAQUE a caminhão em Abreu e Lima. 2014b. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=p2bnpscwr-I. Acesso em: 15 jan. 2020.

SAQUE em Abreu e Lima – PE. 2014c. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=7meLR8eKoMY. Acesso em: 14 jan. 2020.

SAQUES em Abreu e Lima!!. 2014b. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ZhFCqVulkMw. Acesso em: 14 jan. 2020.

SAQUES em Abreu e Lima no dia da Greve da PM. 2014c. https://www.youtube.com/watch?v=jgT4f67c1pE&t=3s. Acesso em: 14 jan. 2020.

TV Asa. 2014. **Temendo assaltos, lojas fecham as portas em cidades do Agreste de PE**. Disponível em: http://g1.globo.com/pe/caruaru-regiao/abtv-1edicao/videos/t/edicoes/v/temendo-assaltos-lojas-fecham-as-portas-em-cidades-do-agreste-de-pe/3347844/. Acesso em: 14 jan. 2020.

TV Brasil. 2013. **Atos de vandalismo no Leblon foram os piores desde o início dos protestos no Rio**. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=hj5xV64URJ4. Acesso em: 18 abr. 2019.

TV Jornal. 2014a. **Abreu e Lima amanhece em clima de caos e com novas lojas roubadas**. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=pYocI0W-JyE. Acesso em: 20 jul. 2018.

_____. 2014b. **Abreu e Lima faz aniversário e tem lojas saqueadas durante greve da PM**. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=y8af0TXzX0I. Acesso em: 14 jan. 2020.

_____. 2014c. **Centro de Paulista sofre tentativas de saques mesmo com comércio fechado**. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=UDYwceQCfzU. Acesso em: 15 jan. 2020.

_____. 2014d. **Delegacia de Abreu e Lima fica lotada de produtos saqueados devolvidos pela população**. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ID1F6tezDKU. Acesso em: 20 jul. 2018.

_____. 2014e. **Greve mantida pela PM é considerada ilegal pelo Governo de PE**. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=volqd4FThyI&t=15s. Acesso em: 14 jan. 2020.

_____. 2014f. **Jovem suspeito de fazer saques é morto dentro do Mercado de Cavaleiro**. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=CAKwMiCxfsg. Acesso em: 20 jul. 2018.

VÂNDALOS saqueiam lojas de abreu lima-PE durante greve de policiais. 2014. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=LMqff0LCJVI. Acesso em: 15 jan. 2020.